

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2024

Compromisso com
a sustentabilidade,
compromisso com
o futuro.



Caixa Angola

UM BANCO LOCAL. UMA REDE GLOBAL.

Índice

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	3
A. Introdução	8
I) Objectivo do relatório de gestão	8
II) O ano de 2024	8
B. Caixa Angola	13
II) Missão, visão e valores	14
III) Um Banco local, uma rede global	15
IV) Modelo de governo	16
V) Modelo e evolução do negócio	20
VI) Gestão dos riscos.....	25
C. Actividade e Desempenho	34
I) Enquadramento económico-financeiro.....	34
II) Principais indicadores	46
III) Plano estratégico	49
IV) Organização interna	50
V) Capital humano	51
VI) Sistemas e tecnologias de informação	54
VII) Comunicação e gestão da marca	57
VIII) Responsabilidade corporativa e social	64
IX) Sustentabilidade	65
X) Acção BCGA – Comportamento em Bolsa	67
D. Informação Financeira	71
I) Análise financeira.	71
II) Proposta de aplicação dos resultados de 2024	77
Demonstrações Financeiras.....	78
Notas às Demonstrações Financeiras	84
Anexos I	215
Declaração de conformidade do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola, S.A., Sociedade Aberta.	215
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	217
Relatório do Auditor Independente	221
Relatório de Governo Societário	228

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

A economia angolana em 2024 entrou num novo ciclo de crescimento, com inflação alta, mas em queda e o Kwanza mais resiliente do que o esperado.

No sector bancário o ano de 2024 foi marcado pela actuação do Banco Nacional de Angola para estabilizar o Kwanza, inverter a trajectória da inflação e promover o crescimento da economia não petrolífera. A inflação estava crescente nos primeiros meses do ano, consequência da forte desvalorização do Kwanza em 2023 e do ajuste de preços dos combustíveis e de produtos da cesta básica, mas terminou o ano em queda, embora ainda num nível muito alto, 27,5%. A moeda nacional depreciou-se relativamente ao dólar americano somente cerca de 10%, o que traduz o sucesso das medidas tomadas para reduzir o consumo de divisas e aumentar a disponibilidade. A manutenção de taxas de juro inferiores à inflação e dos programas de apoio ao investimento para fomento da produção nacional e do mercado da habitação contribuíram para o aumento do crédito bancário à economia e para o crescimento do produto acima das previsões.

Em paralelo o mercado de capitais continuou a desenvolver-se, com a entrada em bolsa de mais empresas e o Estado conseguiu financiar-se a prazos longos a um preço muito inferior ao que os actuais níveis de inflação deixariam antever, o que traduz a confiança do mercado no crescimento da economia angolana, na redução da inflação e no equilíbrio entre a oferta e a procura de divisas, o que é essencial para controlar a desvalorização da moeda.

O Caixa Angola está na primeira linha da introdução das boas práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governo empresarial) em Angola. Para começar lançaram-se produtos bonificados para aquisição de viaturas com menores emissões e para instalação de painéis solares em habitações e empresas e os escritórios do Banco foram equipados com painéis solares. Outras iniciativas e produtos se seguirão. Na vertente social, área onde o Banco se orgulha de dispor de um Fundo de Apoio Social, alimentado por distribuição de lucros e de um programa de PPR, poupança reforma, dirigidos para os trabalhadores e suas famílias, iniciámos várias acções em colaboração com as populações e mantemos um forte patrocínio a actividades culturais, incluindo o Caixa Fado que muito tem contribuído para que os cantores angolanos e portugueses se conheçam melhor. Na componente governo, o Banco é um exemplo de boas práticas, quer na diversidade de género quer na estrutura de comando, com separação das funções executivas das de controlo, sendo o Conselho de Administração maioritariamente integrado por administradores não executivos, que com o Conselho Fiscal controlam estritamente a actividade executiva e o cumprimento das regras de conduta.

Em 2024 o Banco privilegiou a estabilização da carteira ao crescimento, atendendo aos riscos que um contexto de alta inflação traz para a carteira de crédito, sendo que foi possível terminar o ano

com o rácio NPL (Empréstimos em mora) nos 3,9%, menos 0,8% do que no ano anterior e muito abaixo da média do sector. A quota de mercado caiu ligeiramente para os 4,92%, consequência da prudência com que se geriu o crescimento do crédito.

Em compensação o Banco cresceu na prestação de serviços aos clientes, o que se reflectiu positivamente nas comissões recebidas, que aumentaram 65%.

O Banco enfrentou com sucesso vários desafios, o principal dos quais derivado de ser um dos principais Bancos para a execução de pagamentos no exterior, tendo implementado com sucesso operativas para dar resposta às novas exigências regulatórias para a aquisição de divisas e realização de pagamentos ao exterior, assim ajudando os clientes a também eles estarem conformes à Lei.

Em 2024 acentuou-se a mobilidade dos colaboradores, tendência a que o Banco deu resposta incrementando as horas de formação e reforçando o programa de estágios, sendo que os estagiários com avaliação positiva entram no final do estágio nos quadros do Banco. Ao nível da Direcção houve a contratação de quatro novos directores, que trouxeram novas competências para a área comercial e para a organização e informática.

Prosseguiu-se com a reorganização dos departamentos, para introduzir novas competências e dar mais capacidade de resposta à Informática, ao Compliance, às comunicações e à área comercial, nomeadamente.

Com o apoio do Grupo têm vindo a ser implementadas regras de conduta e normas de trabalho mais exigentes e rigorosas em todas as áreas, com incidência no Compliance, na Informática e Cibersegurança e no Crédito.

A execução do orçamento de investimentos superou os 95%, prosseguindo-se com afinco o esforço de digitalização e a abertura de novas agências Kiosk, equipadas com ATM e máquinas de depósitos.

O crédito concedido aumentou 11% para 406,8 Mil Milhões de Kwanzas, mais 1,7% do que a previsão orçamental, estando praticamente toda a carteira em situação regular com a notação de rating, o que muito contribui para a redução dos níveis de incumprimento e para o baixo custo do risco de crédito. Os depósitos fecharam o ano praticamente ao nível do ano anterior, situação que não pôs em causa o Banco ter mantido ao longo do ano um nível de liquidez muito confortável, fruto de uma gestão otimizada dos fluxos para permitir também mais rentabilidade. O rácio de transformação cresceu para 43,74%, o que traduz o empenho do Banco em apoiar também com crédito as boas empresas angolanas.

A margem financeira cresceu 28% e o produto bancário 24%. O produto bancário recorrente (excluindo os resultados cambiais associados ao valor do Kwanza), teve um crescimento de cerca de 40%, devido ao significativo aumento das comissões associadas com o significativo incremento da emissão de CDI.



Os encargos com pessoal e os gastos gerais administrativos cresceram 20%, muito abaixo da inflação do ano ou do produto bancário, fruto do rigoroso controlo implementado. As amortizações cresceram 24%, traduzindo o esforço de investimento em modernização tecnológica que o Banco tem vindo a desenvolver. Fruto desta contenção o rácio Custo/Rendimento situou-se nos 30,8%, valor excepcionalmente baixo.

As provisões e a imparidade tiveram os reforços que uma gestão prudente aconselha, com um custo no exercício de cerca de 4,6 Mil Milhões de Kwanzas.

O Resultado antes de impostos aumentou 43% e o resultado líquido de impostos subiu 37%, situando-se nos 50,1 Mil Milhões de Kwanzas, o melhor de sempre na história do Banco e valor que possibilitou um crescimento do resultado muito por encima da taxa de inflação e uma rentabilidade do capital de 33,5%. Cabe agradecer às equipas do Banco o contributo essencial que deram para a obtenção deste resultado.

O Banco, a primeira sociedade aberta com capital maioritariamente estrangeiro cotada na Bolsa de Valores de Angola continua capitalizado e em condições de remunerar os seus accionistas, apresentando um rácio de solvabilidade superior a 24%.

Senhores accionistas, é com orgulho que neste final de mandato, esta Comissão Executiva apresenta os resultados do trabalho desenvolvido para vossa apreciação e decisão, cabendo também agradecer ao Regulador e ao Governo e seus departamentos com os quais o Banco se relaciona a cooperação recebida e a abertura para ouvirem as nossas preocupações e sugestões. Uma palavra de agradecimento para os clientes que em nós confiam, sem os quais o Banco não seria o que é, manifestando a nossa disponibilidade como Banco de relação para sempre os ouvirmos.



João Plácido Pires



Presidente da Comissão Executiva



01

Relatório de Gestão

- A. Introdução
- B. Caixa Angola
- C. Actividade e Desempenho
- D. Informação Financeira



A. Introdução

A. Introdução

O Banco Caixa Geral Angola, S.A., Sociedade Aberta (doravante designado por “BCGA”, “Banco”, “Caixa Angola”, “Sociedade” ou simplesmente “Caixa”), elaborou o presente Relatório de Gestão relativo ao exercício anual de 2024, (doravante “Relatório”), em conformidade com as exigências regulatórias exigidas às Instituições Financeiras Bancárias. O Banco elaborou este Relatório em conformidade com a Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras e legislação complementar, em particular com a regulamentação emitida pelo Banco Nacional de Angola (BNA), enquanto Órgão de Supervisão competente pelas Instituições Financeiras Bancárias registadas na República de Angola e pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) enquanto Organismo de Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários, responsável pela supervisão das sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

Todo o conteúdo deste Relatório foi sujeito a uma verificação independente, por uma entidade externa, de modo a proporcionar uma garantia adicional de segurança e fiabilidade da informação ora prestada.

O presente documento incide sobre o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2024, havendo referências a anos ou meses anteriores e posteriores sempre que se mostre necessário e útil para a devida contextualização dos dados apresentados.

I) Objectivo do relatório de gestão

Este Relatório anual pretende demonstrar o compromisso do Caixa Angola em comunicar às entidades reguladoras, aos seus Accionistas, *stakeholders* e demais agentes do mercado, o desempenho e os resultados do Banco, referentes ao exercício anual de 2024, em termos não apenas financeiros, mas também societários, retratando as principais actividades desenvolvidas e executadas ao longo do referido período.

O Relatório foi preparado de acordo com a Lei das Sociedades Comerciais (LSC) e com os normativos emanados pelas entidades reguladoras e supervisoras do mercado e do sistema financeiro angolano.

O Banco mantém neste Relatório o seu contínuo compromisso de comunicação regular com o mercado, adoptando e promovendo as melhores práticas de divulgação e reporte de informação quer financeira quer societária.

II) O ano de 2024

O cenário geopolítico e económico global em 2024 foi caracterizado por uma complexa interacção de tensões políticas, conflitos regionais e mudanças nas dinâmicas de poder. As previsões indicam um crescimento económico modesto, com estimativas que rondam os 2,7% e 3,2% segundo o Banco Mundial e o FMI, trajectória que pode ser impactada por uma série de alterações verificadas no espectro político.



O crescimento económico global em 2023 superou as expectativas, porém, mascarou riscos de curto prazo e vulnerabilidades estruturais que representam desafios significativos que permanecem bastante evidentes em 2024, como taxas de juro persistentemente altas, escalada dos conflitos no Leste da Europa, as tensões no Médio Oriente e no Mediterrâneo, eleições e mudanças políticas em algumas das principais economias e blocos económicos como é o caso dos BRICS, ambiente económico volátil caracterizado por disrupções e constrangimentos vários ao comércio internacional e por eventos climáticos extremos que impactaram de formas diferentes e bastante divergentes, diversas regiões do mundo. Esses eventos reflectem um ano repleto de desafios e de transformações que continuam a moldar a dinâmica geopolítica e económica global.

O cenário geopolítico em 2025 poderá ser impactado pelas recentes eleições, especialmente nos Estados Unidos da América. Essa eleição marca uma nova era de medição e de exibição de forças, mas também de adaptação no contexto global, reflectindo tensões crescentes entre potências como os EUA e a China, bem como a reconfiguração das actuais alianças internacionais. Com o aumento das tensões globais, há uma oportunidade para a consolidação de blocos regionais, como é o caso dos BRICS. Cada bloco pode desenvolver normas e acordos próprios, levando a uma competição em várias áreas, como comércio e influência cultural. Essa nova estrutura multipolar pode resultar em adaptações nas rotas comerciais e nas cadeias produtivas.

As perspectivas de crescimento mundial a médio prazo do Fundo Monetário Internacional (FMI) continuam a ser negativamente impactadas pela fragmentação geoeconómica crescente e pelo aumento das medidas restritivas ao comércio e às políticas industriais.

As previsões do FMI, divulgadas em Outubro deste ano, apontam para um crescimento da economia mundial a manter-se em 3,23% em 2024 e 3,25% em 2025, ao mesmo ritmo de 2023, devido à resiliência maior do que a esperada nos Estados Unidos e em vários grandes mercados emergentes e de economias em desenvolvimento, bem como ao apoio fiscal na China.

Prevê-se uma ligeira aceleração nas economias avançadas, com o crescimento a subir de 1,73% em 2023 para 1,78% em 2024 e 1,80% em 2025, que será compensada por uma desaceleração moderada nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, de 4,42% em 2023 para 4,21% e 4,19% em 2024 e 2025, respectivamente, permanecendo este crescimento bastante fraco para os padrões históricos (média de 4,8%).

Para as economias avançadas, o crescimento deverá ser impulsionado pela economia norte-americana, cuja taxa poderá fixar-se em 2,12% em 2024 e em 2,24% em 2025, pelas economias da China, com o crescimento a rondar os 4,82% para 2024 e 4,48% 2025, e da Zona Euro (0,83% em 2024 e 1,25% em 2025).

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre as contas nacionais referentes ao III trimestre de 2024, mais precisamente sobre o Produto Interno Bruto (PIB), foi registado um crescimento do PIB de 5,5% em termos homólogos, o desempenho mais elevado

desde o I trimestre de 2015, altura em que o PIB foi de 13,5%, justificado principalmente pelos sectores petrolífero, incluindo o gás e pelo comércio, com maiores contribuições em pontos percentuais para a taxa de crescimento do PIB (30,4% e 26,9%, respectivamente).

Este crescimento é explicado, em parte, pela recuperação do sector petrolífero, tendo-se registado uma produção acumulada de 301 milhões de barris até Setembro, o equivalente a uma média diária de 1,117 milhões de barris, representando um crescimento de 4% face ao ano passado.

Por entre as incertezas geopolíticas e outras instabilidades globais, o Caixa Angola aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa liderada pela Organização das Nações Unidas, que se traduz num compromisso voluntário de milhares de empresas que reconhecem a importância da sustentabilidade e da adopção de boas práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança), pela implementação dos 10 Princípios e pela adesão aos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 dessa Organização Internacional.

No mês de Março, o BCGA venceu, pelo segundo ano consecutivo, o prémio Tchiluanda, pela Acção com melhor performance na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), bolsa que integra o Mercado de Valores Mobiliários Angolano, aquando da realização da 4ª Edição do Fórum BODIVA.

Ainda no mês de Março, o Caixa Angola realizou a sua segunda Assembleia Geral enquanto Sociedade Aberta, cotada em Bolsa, esta reunião contou com diversos Accionistas do Banco, titulares de direito de voto. Nesta sessão, os Accionistas puderam debater sobre temas estruturantes da Sociedade, aprovar as contas anuais e o dividendo a ser pago por cada acção emitida.

O BCGA realizou, em Maio de 2024, o seu primeiro *Workshop* sobre a Sustentabilidade e ESG, nas instalações da sua sede executiva, sob o lema "Os Desafios da Implementação dos Critérios ESG e Sustentabilidade no BCGA", uma organização do seu Departamento de Sustentabilidade e Governance, que contou com a participação do Representante do Pacto Global das Nações Unidas em Angola, Representantes do Fundo de Garantia de Crédito (FGC) e da PricewaterhouseCoopers (PWC). Iniciativa que reforçou o compromisso do Banco em capacitar os seus colaboradores em matérias de sustentabilidade e *governance*.

No âmbito das comemorações do seu 31.º aniversário, o BCGA inaugurou no dia 9 de Maio, em Luanda, o seu primeiro Centro *Affluent* no País, um espaço dedicado à carteira de clientes caracterizados pela sua mais elevada capacidade financeira e pelo potencial de subscrição e de utilização da gama de produtos e serviços que o Banco disponibiliza. Esta iniciativa está alinhada com a estratégia do Banco em continuar a reforçar o seu padrão de atendimento de excelência, interação personalizada com os clientes, bem como um serviço de consultoria financeira prestado por gestores altamente qualificados, num espaço dedicado que oferece total comodidade e privacidade aos clientes.



Em Julho, o Banco marcou presença na 39ª edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA), um dos principais eventos económicos do País, tendo recebido no seu *stand*, a prestigiada visita do Primeiro Ministro da República Portuguesa, Dr. Luís Montenegro. Na ocasião, foram apresentados os produtos e soluções bancárias que o Caixa Angola disponibiliza aos seus clientes, evidenciando o compromisso do Banco com as famílias e com as empresas.

O BCGA conta hoje com um novo site institucional e uma nova *App* “Caixa Directa Angola”, iniciativas que reforçaram o compromisso e a aposta do Banco com a inovação e com a modernização dos seus canais e serviços.

Em linha com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável em Angola, o BCGA anunciou o lançamento de dois novos produtos inovadores no País, dentro da sua oferta de soluções financeiras, o *Leasing* ESG Automóvel e o *Leasing* ESG painéis solares, iniciativas que visam incentivar a adopção de práticas mais sustentáveis numa economia em desenvolvimento.

O Caixa Angola organizou e promoveu, em Luanda, no mês de Outubro, a sétima edição do Festival Caixa Fado, evento que reuniu, no palco do CCB, artistas portugueses e angolanos para uma celebração única da música e da cultura, com principal destaque para a presença de renomados fadistas e de destacados músicos angolanos.

No âmbito da sua política social, o Caixa Angola aprovou a revisão da tabela salarial dos colaboradores do Banco, introduzindo um valor mínimo para a remuneração base, com um aumento significativo face ao ano anterior, passando, em termos brutos, de Kz 187.000 para Kz 300.000, com vista a ajudar, principalmente, os colaboradores com rendimentos mais baixos. Foi também aprovada a atribuição de prémios de desempenho referentes aos resultados de 2023 aos colaboradores elegíveis, que, pelo seu mérito e dedicação, contribuíram decisivamente para o cumprimento dos objectivos comerciais, financeiros e de gestão de risco, tendo sido decidida a atribuição de um prémio mínimo aos colaboradores com menor remuneração, significativamente superior ao do ano anterior, com o mesmo propósito, o de providenciar um apoio adicional face ao aumento do custo de vida.

O Banco registou, no final de 2024, um resultado líquido de 50.104 milhões de Kwanzas, apresentando um crescimento de 36,7% em relação ao período homólogo. Este resultado constitui um marco histórico para a Instituição, ao ultrapassar pela primeira vez a fasquia dos 50 mil milhões de Kwanzas nesta rubrica. A variação positiva no resultado líquido do exercício resultou essencialmente do crescimento de 27,7% da margem financeira, 63.293 milhões de Kwanzas, potenciado pela melhoria dos juros e rendimentos similares com destaque para os juros de crédito a clientes e resultantes das aplicações dos excedentes estruturais de liquidez via Mercado Monetário Interbancário. O crescimento das comissões líquidas foi superior a 83,9%.



B. Caixa Angola

B. Caixa Angola

I) Identidade

O Banco Caixa Geral Angola é uma sociedade anónima de direito angolano que desenvolve um conjunto de actividades financeiras e serviços bancários na República de Angola, oferecendo soluções de crédito e de investimento a empresas e particulares. Historicamente, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) é a marca com maior notoriedade na banca portuguesa, em função da sua solidez e da confiança e fidelização de que beneficia junto dos clientes. O Caixa Angola integra o Grupo CGD, um grupo internacional com presença em 17 países da Europa, América, Ásia e África, sendo de destacar a presença nos países que têm o Português como língua oficial.

O Banco foi constituído, por tempo indeterminado, em 1 de Julho de 2002, em resultado da transformação da sucursal na República de Angola do então denominado Banco Totta & Açores, S.A. (sucursal aberta em 30 de Abril de 1993, após ser autorizada pelo BNA em 26 de Setembro de 1992) num Banco de direito angolano ao abrigo da comunicação do BNA de 15 de Maio de 2002 e da resolução do conselho de ministros de 23 de Fevereiro de 2002, que autorizaram a respectiva constituição. No âmbito desta operação e na sequência da deliberação da comissão executiva do conselho de administração do então Banco Totta & Açores, S.A., de 12 de Junho de 2002, foi transferida a totalidade dos seus activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações afectos à anterior sucursal, para uma sociedade de direito angolano com o nome Banco Totta de Angola. Neste contexto, a sucursal do Banco Totta & Açores, S.A. foi encerrada no dia 30 de Junho de 2002, pelo valor apurado no balancete de encerramento, o qual foi aplicado na realização de 99,98492% do capital inicial do Banco, participação que era detida pelo Banco Santander Totta, S.A. (Banco com sede em Portugal).

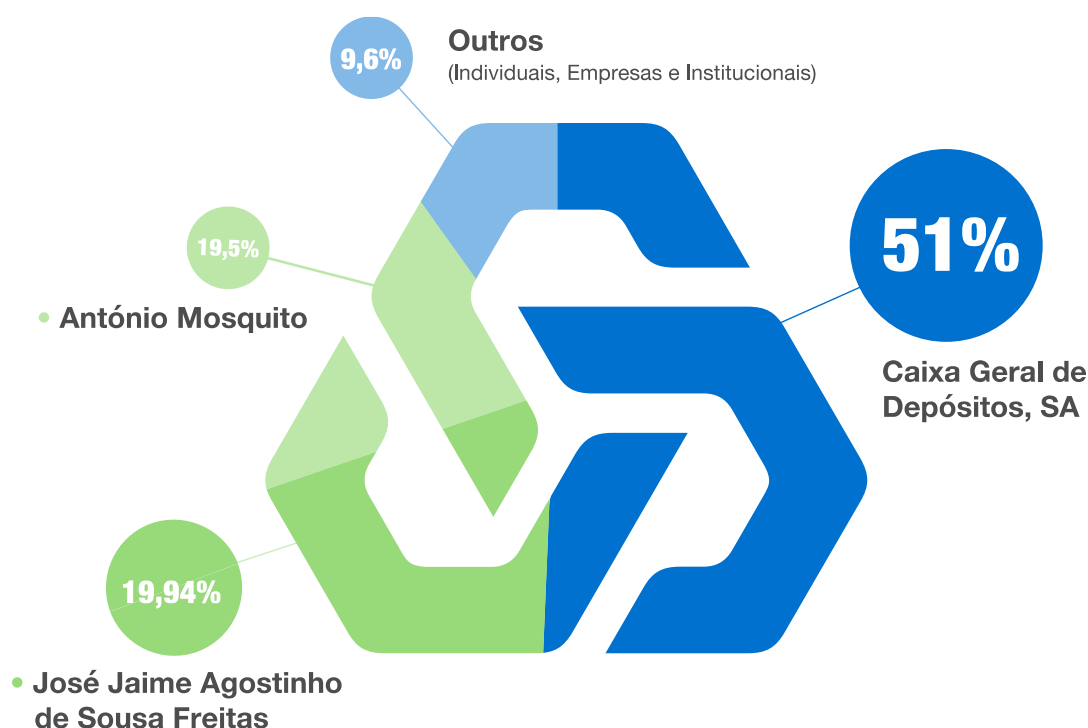
Em 2 de Julho de 2009, o Banco passou a designar-se Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. e viu alterada a sua estrutura accionista, que no final deste ano era constituída pela sociedade de direito português Partang, SGPS, S.A. com 51% do capital (a qual por sua vez era detida em iguais partes pela CGD e pelo Banco Santander Totta, S.A.) e pelos seguintes accionistas angolanos: SONANGOL EP com 24% do capital; António Mosquito com 12% do capital; José Jaime Agostinho de Sousa Freitas com 12% do capital; e SONANGOL HOLDINGS com 1% do capital.

Em 8 de Julho de 2015, a sociedade Partang, SGPS, S.A. passou a ser detida a 100% pela CGD e na sequência desta alteração na estrutura accionista, em 22 de Janeiro de 2016, a denominação da Sociedade foi alterada para Banco Caixa Geral Angola, S.A.

Por deliberação tomada pela Assembleia Geral de Accionistas em 17 de Dezembro de 2021, na qual foi aprovada a alienação em bolsa de 25% das acções detidas até então, e em conjunto, pela

SONANGOL EP e HOLDINGS no capital do BCGA, o Banco realizou no ano seguinte uma Oferta Pública de Venda, alienando em mercado regulamento as participações sociais detidas pelas duas empresas do grupo SONANGOL, 24% pela SONANGOL EP e 1% pela SONANGOL HOLDINGS.

A estrutura accionista do Banco é actualmente composta por um Accionista maioritário, a Caixa Geral de Depósitos, detentora de 51% do capital social e dos direitos de voto, por dois Accionistas titulares de participação qualificada, Jaime Freitas com 19,94% e António Mosquito com 19,5%, do capital social e dos direitos de voto do Banco. Os restantes 9,6% do capital social encontram-se dispersos pelo mercado de bolsa entre mais de 1400 Investidores individuais, colectivos e institucionais.



II) Missão, visão e valores

O BCGA é uma Instituição Financeira que tem por objecto o exercício da actividade bancária essencialmente direccionada para o segmento das grandes e médias empresas e para o mercado de clientes particulares *Affluent*.

No desenvolvimento da sua actividade, o Banco obtém recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, em depósitos no Banco Nacional de Angola, em aplicações em outras instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O Banco presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações, inclusivamente em moeda estrangeira.

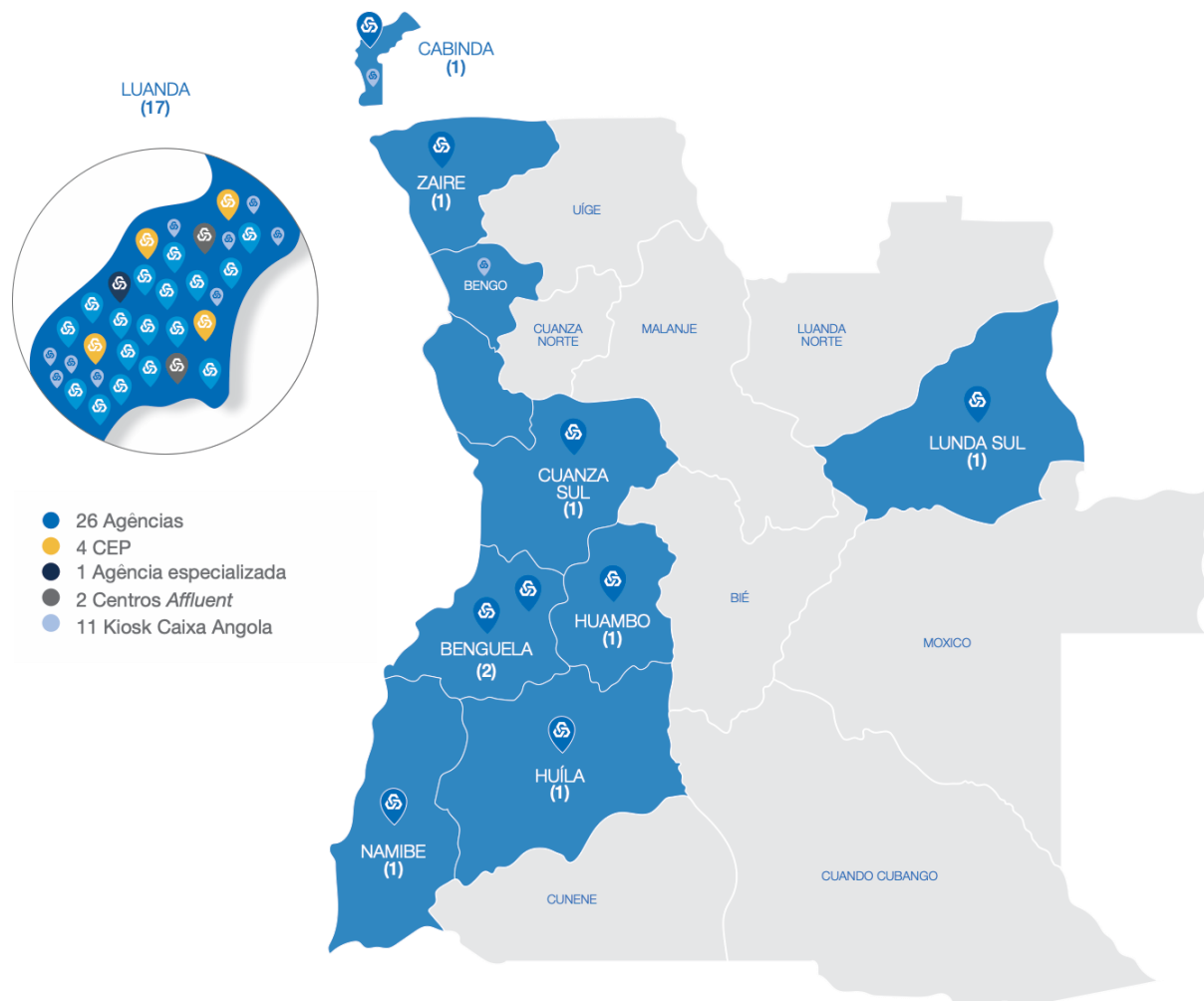
A NOSSA MISSÃO

SER UM BANCO ESTRUTURANTE DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO, DISTINTO PELO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO DO PAÍS, PROMOVEDOR DA ESTABILIDADE E SOLIDEZ DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO, A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS E A EVOLUÇÃO EQUILIBRADA ENTRE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO, NUMA GESTÃO PRUDENTE DE RISCOS.

OS NOSSOS VALORES

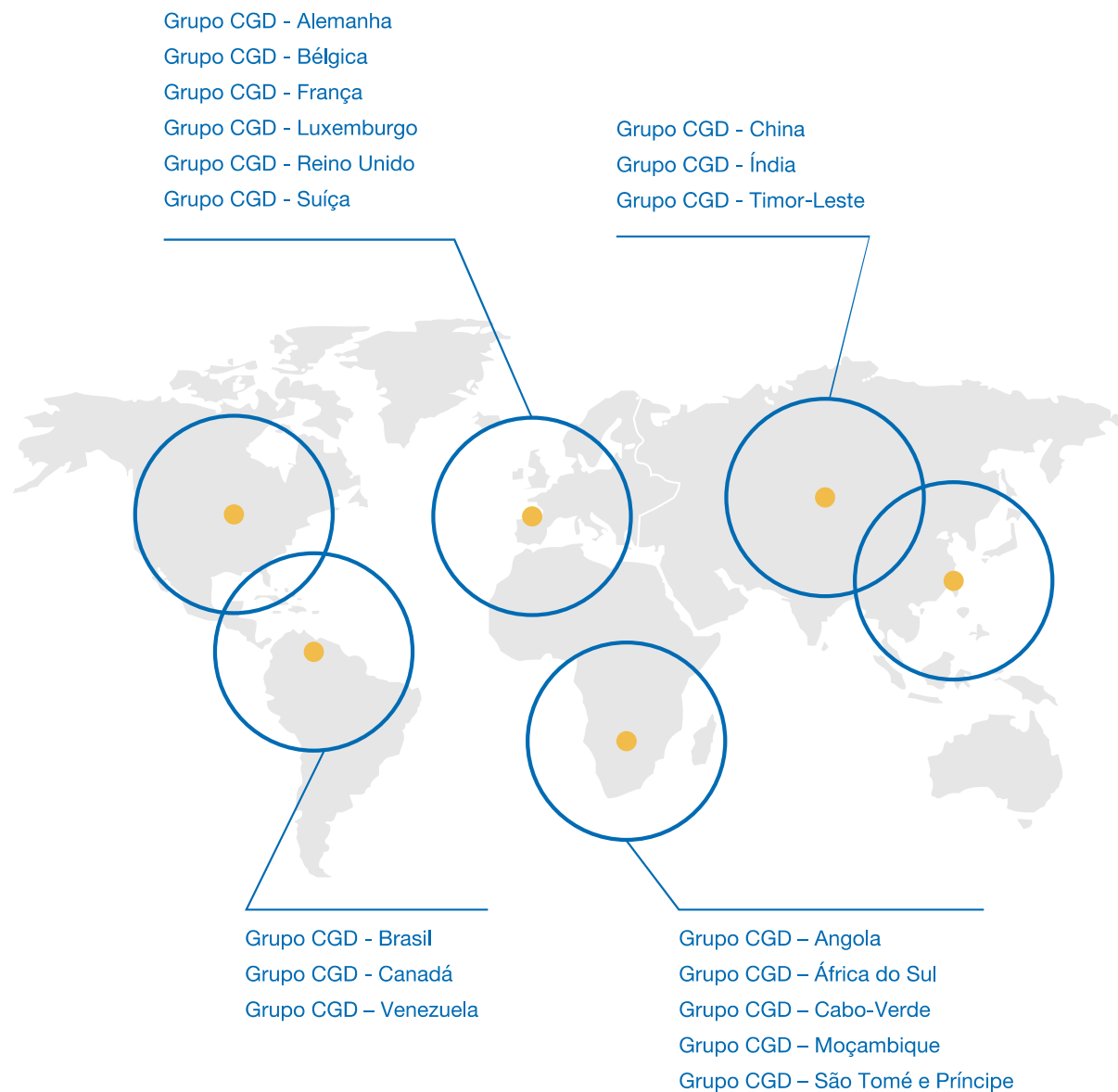
O CAIXA ANGOLA PAUTA A SUA ACTIVIDADE PELOS SEGUINTE VALORES: RIGOR, TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA, RESPONSABILIDADE, INTEGRIDADE E RESPEITO.

III) Um Banco local, uma rede global



Com sede em Luanda, o Banco está presente em 9 das 21 províncias de Angola, tendo actualmente em funcionamento 27 agências, 4 centros de empresa e uma agência especializada, distribuídas por Luanda, Huambo, Benguela, Huíla, Lunda-Sul, Zaire, Cabinda, Namibe e Kwanza-Sul.

O BCGA é parte de um grupo bancário internacional, com mais de 167 anos de história, presente em 4 continentes e 17 países

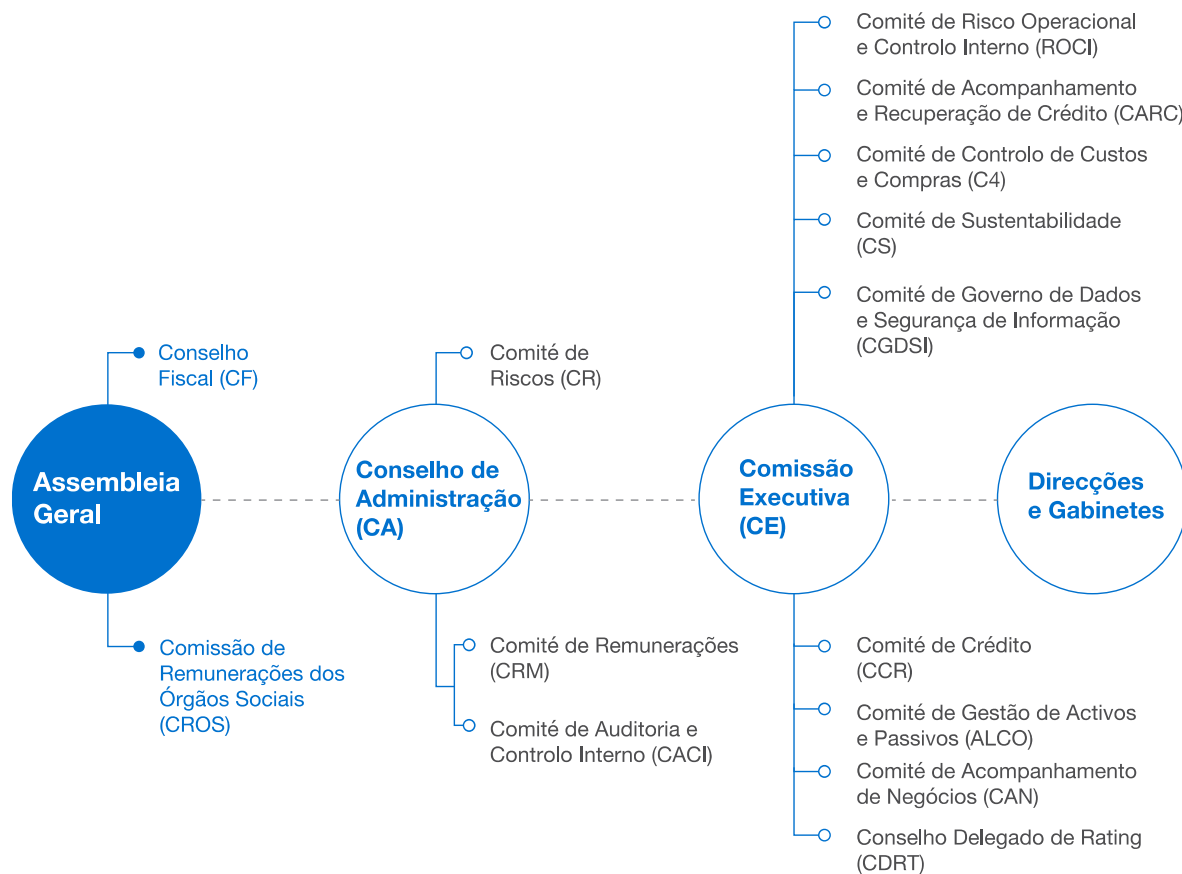


IV) Modelo de governo

O modelo de governo societário adoptado pelo Banco é um modelo dualista composto pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva (com vários comités especializados). O modelo de governo é ainda constituído pelo Conselho Fiscal. Nos termos do Estatuto, a Sociedade possui uma Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais e três Comitês

que reportam ao Conselho de Administração: Comité de Auditoria e Controlo Interno, Comité de Riscos e o Comité de Remunerações.

De acordo com a estrutura actual do Governo da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável pelas decisões de carácter estratégico e organização interna da Sociedade. O Conselho de Administração delega numa Comissão Executiva, eleita em Assembleia Geral, os poderes para a gestão corrente dos negócios da Sociedade, regulando a forma de funcionamento deste órgão e a forma de exercício dos poderes delegados. A estrutura do modelo de governação adoptado pela Sociedade consta do organograma *infra*:



Assembleia Geral

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

A Mesa da Assembleia Geral eleita para o triénio 2022-2024, tem a seguinte composição:

- **Presidente:** Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto
- **Vice-Presidente:** Benjamim Adérito da Silva Mosquito M'Bakassy
- **Secretário:** Marília Makeba Figueira



A Assembleia Geral é formada pelos Accionistas com direito de voto sendo as suas deliberações vinculativas para a Sociedade, desde que tomadas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Conselho Fiscal

A fiscalização da actividade social do Banco compete, nos termos dos Estatutos, a um Conselho Fiscal composto por um número ímpar de até 5 membros, maioritariamente independentes em número não inferior a 3, dos quais pelo menos um deverá ser perito contabilista, e eleitos pela Assembleia Geral da Sociedade.

O Conselho Fiscal do Banco tem actualmente a seguinte composição:

Nelson Efeingue Bernardo – Presidente;
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues – Vice-Presidente;
José Manuel Nunes Liberato – Vogal.

Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS), tem a competência de propor à Assembleia Geral a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade, nas suas componentes fixa e variável.

No exercício referente aos primeiros seis meses de 2024, a CROS teve a seguinte composição, eleita em Assembleia Geral para o triénio 2022-2024:

1. Caixa Geral de Depósitos, que preside, representada pelo Senhor Francisco Xavier Soares Albergaria Aguiar;
2. José Jaime de Sousa Agostinho Freitas – Vogal;
3. Fidelidade Angola, Companhia de Seguros S.A., representada pelo Senhor Luís Filipe Mateus Alves.

Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, a gestão e representação do Banco compete ao seu Conselho de Administração, composto por um número ímpar de até 11 administradores, eleitos pela Assembleia Geral, devendo o número de administradores não executivos ser superior ao de administradores executivos (accionistas ou não) e devendo o número de administradores independentes cumprir com o previsto na Lei a cada momento.

A Assembleia Geral escolhe o Presidente do Conselho de Administração, podendo ainda designar um ou mais Vice-Presidentes, de entre os restantes administradores eleitos.



O Conselho de Administração delegou, nos termos da Lei e dos Estatutos, a gestão do Banco numa Comissão Executiva. O Conselho de Administração do BCGA, eleito para o mandato 2022-2024, tem a seguinte composição:

Membros não executivos:

- I. José Manuel Cerqueira – Presidente do Conselho de Administração;
- II. Francisco Ravara Cary – 1.º Vice-Presidente;
- III. Raquel Rute da Costa David Vunge – 2.ª Vice-Presidente;
- IV. Carlos Manuel Amaral de Pinho – 3.º Vice-Presidente;
- V. Miguel Francisco Luís Manuel – Administrador não Executivo;
- VI. Helena Monteiro Jardim – Administradora Independente.

Membros executivos:

- I. João Manuel de Castro Plácido Pires – CEO – Presidente da Comissão Executiva;
- II. Francisco José Rosado dos Santos – CFO;
- III. Manuel Nicolau Diogo – CRO;
- IV. Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva – CCO;
- V. Ana Margarida Bravo Seabra – COO.

João Plácido Pires	Administrador Substituto
1. DRH – Direcção de Recursos Humanos	1. Francisco Rosado Santos
2. DCF – Direcção de Compras e Facturação	2. Francisco de Oliveira da Silva
3. DSI – Direcção de Sistemas de Informação	3. Ana Bravo Seabra
4. SEC – Secretariado	4. Francisco Rosado Santos
5. DMF – Direcção de Mercados Financeiros	5. Francisco de Oliveira da Silva
6. GCS – Gabinete de Cibersegurança	6. Ana Bravo Seabra

Francisco Rosado Santos	Administrador Substituto
1. DPC – Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão	1. João Plácido Pires
2. DCT – Direcção de Contabilidade	2. Ana Bravo Seabra
3. DRC – Direcção de Riscos de Crédito	3. Ana Bravo Seabra
4. GAR – Gabinete de Acompanhamento de Recuperação de Crédito	4. Manuel Nicolau Diogo
5. GIM – Gabinete de Relação com Investidores e Mercado	5. João Plácido Pires

Manuel Nicolau Diogo	Administrador Substituto
1. DCO – Direcção de Compliance	1. Ana Bravo Seabra
2. DGR – Direcção de Gestão do Risco	2. Ana Bravo Seabra

Ana Bravo Seabra	Administrador Substituto
1. DOQ – Direcção de Organização e Qualidade	1. João Plácido Pires
2. GAJ – Gabinete de Assessoria Jurídica	2. João Plácido Pires
3. DSO – Direcção de Suporte Operacional	3. Francisco de Oliveira da Silva
4. GPS – Gabinete de Património e Segurança	4. Manuel Nicolau Diogo
5. GCM - Gabinete de Comunicação e Marca	5. João Plácido Pires

Francisco de Oliveira da Silva	Administrador Substituto
1. DPN – Direcção de Particulares e Negócios	1. Ana Bravo Seabra
2. DBE – Direcção de Banca de Empresas	2. Francisco Rosado Santos
3. DEP – Direcção de Empresas e Petróleos	3. Francisco Rosado Santos
4. GAE – Gabinete de Acompanhamento e Estruturação	4. Francisco Rosado Santos
5. DMK – Direcção de Marketing	5. João Plácido Pires
6. DGD - Direcção de Gestão à Distância	6. Ana Bravo Seabra

V) Modelo e evolução do negócio

O Caixa Angola posiciona-se como uma Instituição Financeira de confiança, direccionada para o segmento de médias e grandes empresas e para o mercado de particulares de classe alta e média-alta, tirando proveito do facto de poder contar com uma grande presença internacional e colocando os seus clientes e parceiros no centro da sua actividade, com uma aposta forte em sistemas e infra-estruturas e na criação de um impacto positivo junto das comunidades locais, investindo cada vez mais no desenvolvimento sustentável, na responsabilidade social dentro do ecossistema em que está inserido.



O Banco obtém, no desenvolvimento da sua actividade, recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O BCGA presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações, inclusivamente em moeda estrangeira.

O volume de negócios do Banco ascendeu a mKz 1 302 308 459, tendo registado um crescimento de 2,8% em relação a Dezembro de 2023, influenciado sobretudo pela eficiente utilização do capital. O balanço líquido em moeda estrangeira e/ou indexada, face ao balanço em moeda nacional, permitiu ao Banco manter uma exposição cambial positiva, permitindo-lhe ainda potenciar o benefício acrescido pela variação cambial favorável ao Dólar (USD) face ao Kwanza.

Em moeda nacional, o volume de negócios atingiu os mkz 641 661 796, ficando acima do orçamento para o período em referência em mais de 20,9% apesar da ligeira quebra de 1,6% (mKz 10 512 389) em relação ao período homólogo. Em moeda estrangeira, houve um crescimento homólogo de 7,6% face ao período homólogo (mKz 46 425 943), fixando-se em mKz 660 646 663.

Ao fecho de 2024, o saldo da carteira de crédito ascendia a mKz 406 830 061, do qual 54% correspondia a moeda nacional e 46% a moeda estrangeira. O crédito em moeda estrangeira foi impactado negativamente pela descida do Indexante no primeiro semestre, com a Luibor sem qualquer aderência às reais condições de mercado para prazos acima do *Overnight* e em contraciclo com as taxas de juros passivas excessivamente elevadas no mercado, implicando uma pressão cada vez maior sobre a taxa de margem operacional do Banco. A produção de crédito de Janeiro a Dezembro de 2024 foi de mKz 109 002 705, sendo que do total da produção, 35,9% correspondia a financiamentos, 29,5 % a contas correntes caucionadas e 25,8% a operações de *leasing*.

Apesar dos visíveis resultados da estratégia do Banco para retenção e captação de recursos, os depósitos de clientes registaram uma ligeira quebra de 0,34%, de mKz 898 520 128 para mKz 895 478 398, com uma distribuição bastante equilibrada entre a moeda nacional (47,06%) e a estrangeira (52,94%).

No que se refere à quota de mercado do BCGA, ao nível do crédito, o Banco detém ao fecho de Dezembro de 2024 uma quota de 4,87% (-0,7 p.p. que em Dezembro de 2023), ao nível dos depósitos detém uma quota de 4,97% (-0,13 p.p. face a Dezembro de 2023), uma quebra de 0,96 p.p. depois de ter atingido a quota de 5,66% em Abril de 2024. Ao nível do total do volume de negócios detém uma quota de 4,94% (-0,31 p.p. que em Dezembro de 2023).

Em 2024 o Banco privilegiou a estabilização da carteira ao crescimento, atendendo aos riscos que um contexto de alta inflação traz para a carteira de crédito, sendo que foi possível terminar o ano com

o rácio NPL nos 3,9%, muito abaixo da média do sector. A ligeira queda da quota de mercado foi também consequência da prudência com que se geriu o crescimento do crédito.

Em compensação o Banco cresceu na prestação de serviços aos clientes, o que se refletiu positivamente ao nível das comissões geradas.

Num contexto de mercado cambial com cada vez menor volume de divisas disponíveis para venda a clientes, o BCGA conseguiu preservar a sua quota de mercado, mantendo a sua posição de destaque no segmento de venda de divisas. As operações de *Trade Finance*, fixaram-se em mKz 493 346 262 no fecho do ano, tendo-se registado uma queda nos volumes e no número de operações na ordem dos 25,9% e 14,8%, respectivamente. Importa destacar o crescimento das comissões de Operações de Pagamento ao Exterior (OPE), Remessas Documentárias de Importação (RDIM) e Crédito Documentário de Importação (CDI), refletindo a tendência dos clientes por garantir divisas para as importações numa data futura, com fixação prévia da taxa de câmbio, para lidar com a maior escassez de divisas, a maior incerteza na sua obtenção e com a elevada volatilidade histórica da taxa de câmbio.

A carteira de Dívida Pública do BCGA decresceu 9,41% (mKz 28 170 957) para mKz 271 201 628, face a Dezembro de 2023, pela dificuldade em encontrar instrumentos a preço equilibrado e racional para reinvestir a dívida que vence.

Observou-se uma forte dinâmica no crescimento das comissões líquidas, atingindo estas, a marca de mKz 17 018 008, um crescimento de 83,95% face ao período homólogo, com as comissões de *Trade Finance* a representar 107,6% (mKz 11 954 968) desta rubrica.

As comissões de bancassurance cresceram acima do orçamento, quer pelo preço, quer pelo nível de serviço, fixando-se 55,4% acima em relação ao período homólogo (mKz 318 435).

Houve também em 2024 o retorno da cobrança de comissões de assessoria especializada no âmbito da privatização de 30% da BODIVA, que ascenderam a mKz 83 472, uma melhoria na cobrança de anuidades de cartões de débito (mKz 114 939) e nas comissões de gestão de contratos de *leasing* (mKz 105 930).

A continuidade de investimento na expansão da rede de ATM Centers, tem sido fundamental para o aumento do comissionamento do Banco, medida importante para captação de um número maior de clientes e consequentemente, de um número maior de transações realizadas em ATM. O Banco tem actualmente em operacionalização 7 Kiosks Caixa Angola, que representam um total de 28 máquinas (ATM/MDA) e um parque total de 112 máquinas (ATM/MDA).

O crescimento do comissionamento em ATM e TPA, resultante do investimento na expansão da rede de ATM Centers, com a inauguração dos Kiosks Caixa Angola, fundamental para a captação de



clientes e consequentemente, de um número maior de transacções realizadas no sistema da EMIS, a uma tarifa de levantamento 2 vezes superior à do ano anterior.

O BCGA cresceu abaixo do mercado (0,2% versus 6%), uma vez que optou por renovar o seu parque, investindo na higienização e na actualização das máquinas mais antigas, por equipamentos mais modernos e eficientes, pelo que o crescimento em termos de eficácia e de serviço terá sido prioridade, face ao crescimento do parque em absoluto, mantendo máquinas pouco eficientes.

Foram captados em 2024, 8 563 novos clientes, elevando o número de clientes do Banco para 92 868.

Com o objectivo de aumentar o *cross-selling* e o volume de comissões, bem como a fidelização de clientes, manteve-se a aposta na dinamização da venda de seguros e a capacitação das equipas, tendo-se concretizado a venda de 1 786 apólices, que correspondem a mKz 2 181 260 em prémios.

Relativamente às campanhas de depósitos a prazo que vigoraram ao longo dos quatro ciclos comerciais de 2024, terminou em Janeiro de 2024 a campanha do DP Especial Ano Novo'23, tendo sido captados mKz 17 429 290 e em Março a campanha do DP Antecipa, tendo sido captados mKz 22 662 540.

Em alusão ao mês de Aniversário do BCGA, foi lançada em Abril a campanha do DP Aniversário 2024, tendo sido captados até Junho, um total de mKz 32 103 109.

No início do 3º ciclo comercial, em alusão à 7ª Edição do Festival Caixa Fado'24, foi lançada em Julho a campanha do DP Caixa Fado 2024, tendo sido captados até Outubro um total de mKz 30 023 632, sendo que tivemos de igual modo a venda de bilhetes associados ao Festival, tendo sido vendidos 1 175 bilhetes e arrecadados MKz 51 207.

Para fecho do ano 2024, foi lançada em Novembro a campanha o DP Especial Ano Novo'24, tendo sido captados mKz 16 320 705, e foi encerrada em Dezembro a campanha de Retenção constituída pelos DP Serra da Leba e DP Negociado, tendo sido captados mKz 127 588 098.

A tabela seguinte apresenta os principais produtos disponibilizados pelo BCGA

		Particulares	Empresas
Contas	Conta de Depósito à Ordem Caixa Angola	✓	✓
	Conta Fácil	✓	
	Super Conta Ordenado	✓	
	Contas Simplificadas	✓	
	Conta à Ordem Escrow Caixa Angola	✓	✓
	Gestão Integrada de Tesouraria		✓
Depósitos a Prazo	DP Aniversário	✓	✓
	DP Especial Ano Novo	✓	✓
	DP Caixa Fado 2024	✓	✓
	DP Antecipa	✓	✓
	DP Serra da Leba	✓	✓
	DP Caixadirecta	✓	✓
	DP Especial 180 Dias	✓	✓
	DP Poupança Fácil	✓	
	DP Negociado	✓	✓
	DP Garantido (MN/ME)	✓	✓
	DP Rendimento Crescente	✓	✓
	DP Rendimento Mensal	✓	✓
	DP Kwanza Tesouraria	✓	✓
Crédito	Crédito à Habitação	✓	
	Crédito à Habitação ao abrigo do Aviso BNA n.º 09/03	✓	
	Crédito Pessoal	✓	
	Leasing Caixa Angola	✓	✓
	Leasing ESG Automóvel Caixa Angola	✓	✓
	Leasing ESG Painéis Solares Caixa Angola	✓	✓
	Descoberto Bancário Autorizado	✓	✓
	Crédito Garantido	✓	✓
	Crédito à Construção ao abrigo do Aviso BNA n.º 09/03		✓
	Contas Correntes Caucionadas		✓
	Crédito Geral Mútuo		✓
	Credimini – Campanha Agrícola		✓
	Credimini – Apoio a Agricultura e à Economia Real		✓
	Credimais – Apoio a Agricultura e à Economia Real		✓
	CredInvest - Apoio ao Investimento		✓
Trade Finance	Remessas Documentárias de Importação		✓
	Remessas Documentárias de Exportação		✓
	Créditos Documentários de Exportação		✓
	Créditos Documentários de Importação		✓
	Garantias Bancárias	✓	✓
Cartões	Cartões Cartão de Débito Multicaixa	✓	✓
	Cartão de Crédito Caixa Angola Classic	✓	
	Cartão de Crédito Caixa Angola Gold	✓	
	Cartão de Crédito Caixa Angola TAP Gold	✓	
	Cartão de Crédito Caixa Angola Business Classic		✓
	Cartão de Crédito Caixa Angola Business Gold		✓
	Cartão Pré-Pago Cuia Multicaixa	✓	
	Cartão Pré-Pago Cuia Visa	✓	
Prestação de Serviços	Garantias Prestadas	✓	✓
	Serviços de Pagamentos Online (SPO)		✓
	Processamento de Salário		✓
	Serviços Recolha e Entrega de Valores		✓
	Terminal de Pagamento Automático (TPA)		✓
	Serviço de Débitos Directos (SDD)		✓
	Pagamento de Serviços por Referência Caixadirecta Angola	✓	✓

VI) Gestão dos riscos

O Banco tem vindo a implementar estratégias e políticas de gestão de risco destinadas a atingir um equilíbrio da relação do risco face à rentabilidade, tendo um nível de apetência pelo risco baixo, de acordo com os indicadores, limites de tolerância e perfil de risco definidos pelo seu Conselho de Administração.

O modelo de gestão de risco do BCGA tem por base uma estrutura organizativa clara, em que todas as unidades de negócio participam de forma estruturada no reporte e na medição dos riscos decorrentes de factores externos e internos que impactam a actividade do Banco, sendo asseguradas pela sua Direcção de Gestão de Risco e pelos comités especializados de apoio ao Conselho de Administração.

As actividades desenvolvidas no âmbito do modelo de gestão de risco do BCGA incluem a identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação de riscos actuais e potenciais.

De acordo com a estrutura da Sociedade, o Conselho de Administração é o órgão responsável máximo pelo sistema de gestão de riscos do Banco.

A gestão global do risco no BCGA assenta no “modelo base” de governação, que respeita as melhores práticas nesta matéria e que se encontra alinhado com o Aviso n.º 01/22, emitido pelo BNA.

O processo integrado de gestão de risco é baseado numa estrutura organizativa da Função de Gestão do Risco, implementada de forma transversal pelo Grupo CGD. A gestão integrada dos riscos é suportada por processos destinados à recolha, tratamento, agregação e reporte de informação sobre o risco, definidos de forma padronizada e transversal às diferentes categorias de risco.

A Política de Gestão do Risco do Banco assenta num conjunto de princípios base, onde se destacam:

1. **Princípio da Solvabilidade** – permite conferir a solidez adequada ao balanço, de modo a suportar perdas inesperadas;
2. **Princípio da Rendibilidade e Liquidez** – visa assegurar os meios líquidos necessários à continuidade e à evolução do negócio perante eventos de risco adversos;
3. **Princípio da Sustentabilidade** – através do desenvolvimento da actividade orientada por princípios éticos e geradores de valor para a sociedade em que nos inserimos.

A gestão integrada dos riscos é baseada na identificação e avaliação dos riscos financeiros e não-financeiros do Banco, bem como na implementação de abordagens de gestão, controlo e comunicação, diferenciadas em função da relevância de cada tipologia de risco e respectivos factores.

Todos os riscos materiais do BCGA são desta forma:

- Objecto de procedimentos dedicados de monitorização e controlo, numa perspectiva individual e integrada (isto é, monitorizados e controlados quanto às posições específicas de risco e quanto à posição agregada dos diferentes riscos);
- Controlados através de métricas, níveis de tolerância e limites de risco específicos.

A implementação e monitorização de uma estrutura de métricas e limites de risco tem como objectivos:

- Definir as fronteiras, no contexto dos riscos incorridos ou a incorrer na implementação da estratégia de negócio, limitando a tomada aos tipos, aos montantes e às concentrações de risco, conforme especificados na apetência pelo risco;
- Envolver as áreas de negócio no processo de gestão de risco, comunicando-lhes quais os objectivos de risco, definidos pelo Conselho de Administração, que limitam a realização das actividades de negócio;
- Estabelecer metas e indicadores que permitam, de forma preventiva, identificar a deterioração das exposições e esboçar medidas correctivas.

O BCGA adoptou uma estrutura de gestão de riscos e controlo interno baseada no modelo das “Três linhas de defesa”, que visa essencialmente diferenciar as responsabilidades de cada uma das áreas no controlo e na gestão do risco a que o Banco se encontra exposto por via da sua actividade. Este modelo distingue três grupos (linhas) envolvidos na gestão de risco:

- **Primeira linha de defesa (gestão operacional)** – Deve assegurar diariamente a execução e supervisão dos procedimentos de gestão de risco e de controlo interno. Identificar, avaliar, controlar e mitigar riscos, acompanhando o desenvolvimento e implementação de políticas internas e de procedimentos, de forma a garantir que os objectivos propostos para as actividades desenvolvidas são alcançados;
- **Segunda linha de defesa (gestão de risco)** – Compete às Direcções de Gestão de Risco e de Compliance, enquanto segundas linhas de defesa, garantir o controlo e a adequação das políticas de suporte à gestão, definir funções, responsabilidades e objectivos para implementação. A segunda linha de defesa deve fornecer uma gestão estrutural, identificar problemas e insuficiências conhecidas e emergentes, identificar alterações na apetência pelo risco implícita da Instituição e suportar o órgão de gestão no que respeita ao desenvolvimento de processos e controlos para gerir riscos e questões relacionadas;
- **Terceira linha de defesa (auditoria interna)** – Compete à Direcção de Auditoria Interna (DAI) proporcionar ao Órgão de Administração, ao Órgão de Fiscalização e aos Órgãos de Estrutura, uma avaliação independente e objectiva sobre a eficácia e eficiência do sistema de controlo

interno, processos, gestão de riscos e governo interno, contribuindo para a salvaguarda do valor, solvência e reputação do BCGA. A DAI reporta ao Comité de Auditoria e Controlo Interno e mantém linhas de reporte directo com o Órgão de Administração e com o Órgão de Fiscalização, bem como com a Função de Auditoria Interna do Grupo. Neste contexto, a terceira linha de defesa monitoriza e avalia as acções de gestão do risco e controlo interno da primeira e segunda linha de defesa.

O Perfil de Risco do Banco compreende uma perspectiva abrangente e actualizada, bem como o entendimento dos tipos e dos níveis de risco que o Banco está disposto a aceitar para concretizar os objectivos estratégicos, requisitos regulatórios e objectivos acordados com os seus Accionistas. O mesmo materializa-se no conjunto de declarações qualitativas que definem a estratégia de risco do Banco. Estes princípios estão alinhados com a estratégia de negócio do BCGA e com o entendimento da relação retorno/risco daí resultante.

O nível de apetência pelo risco do BCGA é baixo, encontrando-se alinhado com a estratégia definida pela sua Administração, sendo anualmente efectuada a autoavaliação do perfil de risco no âmbito do exercício de ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment*).

Para a devida gestão do risco ao longo dos exercícios, o Banco deverá:

1. Garantir níveis adequados de solvência e liquidez;
2. Assegurar a sustentabilidade a longo prazo;
3. Adoptar práticas de excelência na gestão do risco.

A prossecução destes objectivos implica que o Banco:

1. Mantenha a solidez de capital, através de uma avaliação regular do balanço;
2. Mantenha um nível de capital acima das exigências regulatórias, garantindo um *buffer* em linha com as expectativas de mercado, tanto em cenários normais como em cenários adversos;
3. Continue a assegurar uma posição de liquidez estável, sólida e segura, capaz de suportar cenários adversos;
4. Mantenha estável a capacidade de financiamento e níveis adequados de *buffers* de liquidez, através de uma abordagem orientada ao mercado, que permita adaptar a estrutura do balanço às circunstâncias existentes;
5. Melhore na eficiência operacional e na gestão dos riscos (em particular os que estão ligados ao crédito) que possam pôr em causa a execução da estratégia do Banco;
6. Mantenha a identidade de um Banco comercial, que capta depósitos e financia a economia e as famílias;
7. Prossiga com uma estrutura simples e transparente, assente numa infraestrutura moderna, para proporcionar elevados níveis de satisfação aos clientes e minimizar o risco operacional;

8. Reforce a governação e as funções de gestão e controlo de risco, garantindo que estão ao nível das melhores práticas do mercado, contribuindo, desta forma, para uma maior confiança dos diversos *stakeholders*;
9. Opere de acordo com princípios sólidos de gestão de risco, com um modelo de Governo efectivo e com políticas que assegurem o cumprimento das leis e da regulação, garantindo o pleno alinhamento com as directrizes internacionais.

O BCGA apresenta um perfil de risco moderado, tal como resulta da auto-avaliação efectuada por obrigação regulamentar, mas também conforme foi validado pelo Supervisor Bancário na última avaliação efectuada no âmbito do SREP.

Das várias categorias de risco avaliadas no *risk assessment*, apenas duas foram classificadas com materialidade líquida “Muito Material”, enquanto doze categorias ficaram classificadas entre “Algo-Material” e “Não-Material”.

O Banco tem definida uma taxonomia de riscos e uma categorização dos diferentes riscos e dos seus factores, que permitem avaliar, agregar e gerir riscos, de uma forma consistente, através de uma linguagem e mapeamento de risco consistentes. A Taxonomia tem o objectivo de ser um conjunto de categorias de risco abrangente, único e estável, utilizada em toda a organização. A Taxonomia é composta pelas seguintes categorias de risco:

- **Risco Estratégico e de Negócio:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de decisões estratégicas inadequadas, falha no cumprimento dos objetivos de negócio, má implementação de decisões ou incapacidade de responder a mudanças no ambiente ou no ecossistema bancário;
- **Risco de Solvência:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de mudanças nos quadros regulatórios ou fiscais, incluindo o risco de desalinhamento entre a adequação de capital e o perfil de risco;
- **Risco de Liquidez:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de insuficiência de liquidez para sobreviver a um evento adverso, seja este específico ou de origem sistémica;
- **Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária (IRRBB):** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de movimentos adversos em instrumentos financeiros, incluindo risco de refixação da taxa de juro, risco de base e risco de opção;
- **Risco de Crédito:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir com os seus compromissos financeiros para com a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior;

- **Risco de Mercado:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, causados, em particular, por flutuações nas taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções ou preços de *commodities*, incluindo movimentos adversos das taxas de câmbio e respectivo impacto na posição cambial;
- **Risco Operacional:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, fraude interna e externa, uso de recursos subcontratados, processos internos ineficazes de tomada de decisão, recursos humanos insuficientes ou inadequados, ou inoperabilidade da infraestrutura;
- **Risco de Tecnologias de Informação:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de tecnologia desajustada ou defeituosa que possa comprometer a disponibilidade, integridade, acessibilidade e segurança de infraestruturas e dados;
- **Risco de Compliance:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de violações ou não conformidade com leis, regulamentos, acordos, relacionamento com clientes, práticas prescritas ou padrões éticos, que possam resultar em penalizações legais, restrição de oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou incapacidade de aplicar obrigações contratuais;
- **Risco Reputacional:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da percepção adversa da imagem da Instituição financeira por parte de clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores, devido a acções da empresa ou dos seus funcionários.

O Banco identificou os seguintes riscos, como os principais, para a sua actividade no ano de 2024:

1. Risco de Solvência

O rácio de solvabilidade do Caixa Angola, situa-se muito acima do limite mínimo regulamentar de 8% exigidos. Em 2024 fixou-se em 24%, evidenciando alto nível de capitalização. Este risco é materialmente relevante para o Caixa Angola, no entanto a sua classificação quanto a probabilidade de ocorrência mantém-se considerada "Algo material" e "Não Emergente", devido ao facto do Caixa Angola apresentar níveis de capital bastante confortáveis, capazes de resistir aos cenários adversos.

2. Risco de Crédito

A carteira de crédito do BCGA registou em 2024 um aumento de 11% face ao fecho de 2023. O Caixa Angola manteve uma política de apoio e de financiamento à economia dentro do quadro possível e da liquidez disponível, bem como na recuperação do crédito em incumprimento (NPL).

Ao longo de 2024 o Banco manteve o foco na redução da carteira NPL e na antecipação de situações que pudessem originar possíveis incumprimentos. Tendo em conta que a carteira de crédito



do Caixa Angola privilegia os melhores riscos e as melhores notações de *rating* disponíveis, esta acaba por estar concentrada em clientes de histórico creditício positivo, com um adequado nível de garantias e cuja relação com o banco é de enorme proximidade, permitindo um maior e melhor conhecimento dos clientes, bem como um acompanhamento muito mais próximo das empresas e dos clientes. A conjugação destes diferentes factores permitiu uma redução muito significativa do rácio de crédito em incumprimento, de cerca de 3%, para 3,9% no fecho do ano, quando a média do sistema financeiro estará próxima dos 20%.

3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é um dos riscos financeiros materialmente relevantes e de acompanhamento tempestivo. Ao longo de 2024 a estrutura de financiamento apresentou uma composição em que os depósitos à ordem representam 61% e os depósitos a prazo representam 39%. Contudo, a evolução histórica mostra que o Caixa Angola apresenta uma estrutura de financiamento estável, quer pela base sólida de depositantes, quer pelas linhas de financiamento disponíveis no mercado. Adicionalmente o Banco tem essencialmente um *gap* de liquidez equilibrado entre os fluxos de pagamentos e recebimentos, e apresenta rácios de liquidez a 1 Mês e 12 Meses acima dos 110% garantindo conforto na gestão da liquidez. Numa perspectiva da evolução da carteira de depósitos por moeda verificou-se, entre 2023 e 2024, redução quer nos depósitos em Kwanzas, o que é também resultado dos baixos níveis de liquidez disponível, fruto das medidas de controlo dos agregados monetários pelo banco central, no intuito de prevenir a subida da taxa de inflação, quer nos depósitos em Dólares (USD) quando expressos na moeda original, em resultado da necessidade de utilização pelos clientes, dos seus fundos depositados no banco para cumprimento de obrigações de pagamentos em kwana para serviços de *local content* e nos mercados internacionais para fornecimentos de insumos e serviços especializados, o que está intimamente ligado a factores conjunturais dos sectores em que actuam os nossos mais importantes depositantes. Por outro lado, o Banco apresenta na sua estrutura de balanço, um *mismatch* reduzido.

4. Risco de Taxa de Juro

O Caixa Angola apresenta uma estabilidade em relação à exposição ao risco de taxas de juro. Por um lado, a estrutura de taxas de juro mantém-se estável ao nível do balanço e, por outro lado, o grosso da carteira de crédito tem um período de *repricing* até um ano. Esses factores permitem que o Banco mantenha um *gap* de taxas de juro bastante moderado nas diferentes maturidades, resultando numa duração efectiva do balanço bastante baixa.

O Caixa Angola tem um *mix* na carteira de activo, equilibrado entre taxas fixas e variáveis. Dado que o passivo é composto essencialmente por taxas fixas, permite o acompanhamento das taxas no mercado, anulando desta forma o *mismatch* entre taxas activas e passivas. Por outro lado, o *gap* de *repricing* acumulado apresentou-se sempre ao longo do ano, positivo, com um *gap* do período e um *gap* de duração muito próximo de zero.



5. Risco Cambial

O Caixa Angola tem no seu balanço posições denominadas em dez moedas estrangeiras, com uma maior exposição ao Dólar Norte-Americano e ao Euro, de sinal inverso, anulando grande parte da posição cambial líquida, dada a correlação de médio prazo muito positiva, entre o USD/Kz e o EUR/Kz, mantendo-se as posições noutras moedas em níveis com pouca expressividade.

O Caixa Angola apresentou em 2024 uma posição cambial líquida global dentro dos limites regulamentares (10% dos fundos próprios regulamentares), sem qualquer incumprimento, gerindo a posição muito próximo de 5%. Dada a estrutura cambial estrategicamente mantida para aproveitar as oportunidades de negócios e as variações cambiais tendentes no mercado angolano, o risco de cambial apresenta-se com materialidade considerada moderada/Algo Material.

O risco cambial continua a ser acompanhado de forma tempestiva, nas suas diferentes fases de identificação e análise do risco, com o objectivo, por um lado garantir o cumprimento dos limites regulamentares, por outro lado, com vista à prevenção de potenciais perdas resultantes do câmbio entre divisas. Por outro lado, encontram-se definidos e formalizados no quadro da Apetência pelo Risco, limites para indicadores cambiais, designadamente, o limite para a posição cambial aberta, limite para a posição cambial em USD e o limite para o VAR (Value At Risk) da posição cambial.

6. Risco Operacional

O Banco mantém o reforço no modelo de gestão de risco operacional nas componentes: Identificação, Avaliação, Monitorização, Comunicação e Mitigação.

A metodologia implementada encontra-se suportada num modelo de governação corporativo, em limites de apetência pelo risco e em várias ferramentas (e.g., registo de eventos, autoavaliação dos processos, indicadores de risco), tendo como objectivos a identificação de planos de acção, a minimização das perdas e a optimização dos requisitos de fundos próprios.

7. Risco Climático e Ambiental

Em 2024, o Caixa Angola passou a fazer o acompanhamento e reporte do risco climático e ambiental.

Os riscos climáticos e ambientais (riscos C&E), correspondem a impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de alterações climáticas e degradação ambiental, que afectem sistemas (naturais e humanos) e regiões, sendo uma fonte de mudanças estruturais que impactam a actividade económica. Considera-se que, regra geral, os riscos climáticos e ambientais compreendem dois factores de risco fundamentais: o risco físico e o risco de transição.

O BCGA reconhece que os riscos C&E podem ter um impacto relevante noutras categorias de risco, devido à transversalidade dos factores que lhe estão associados. Assim, a sua quantificação pode

decorrer dos processos e metodologias de quantificação previstos para as referidas categorias, destacando-se o risco de crédito.

Em 2024, foi estabelecida a Política de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais, permitindo ao BCGA implementar uma metodologia de acompanhamento e reporte destes riscos, mantendo-os em níveis compatíveis com a sua apetência pelo risco.

No âmbito do seu processo de gestão de risco, o BCGA desenvolveu, com base na sua taxonomia de riscos, um exercício de identificação do perfil de risco, baseado em avaliações quantitativas e qualitativas, mapeando os impactos do risco físico e do risco de transição nas suas principais categorias de risco. A abordagem adoptada é de longo prazo, devido à incerteza sobre o horizonte temporal dos impactos climáticos.

A Declaração de Apetência pelo Risco foi elaborada de acordo com as melhores práticas do sector e baseada em publicações de instituições relevantes. Esta estratégia está directamente alinhada com os objectivos e o plano estratégico do Banco, sendo regularmente revista e monitorizada pelo Conselho de Administração e pela equipa de gestão. A Direcção de Gestão de Risco acompanha e monitoriza regularmente os indicadores de risco climático e ambiental, bem como as respectivas limitações de tolerância. Este processo inclui indicadores de risco de transição, de risco físico e de monitorização do desempenho do Banco na contribuição para a redução de emissões. Neste contexto, são monitorizados, trimestralmente, os indicadores e as exposições mais relevantes que podem contribuir ou condicionar o progresso do Banco no cumprimento dos objectivos de longo prazo e da estratégia de negócio para os riscos de C&E. Os referidos indicadores incluem a consideração de variáveis de crédito, tais como:

i) Juros, taxas e comissões recebidas de sectores intensivos em GEE

Mede a exposição do BCGA às receitas de juros, taxas e comissões de sectores com alta emissão de carbono. As principais fontes de receita nesse contexto provêm das “indústrias extractivas” e do “comércio automóvel e de químicos”.

ii) Exposições sensíveis ao impacto dos eventos físicos das alterações climáticas

A carteira de crédito do BCGA apresenta baixa exposição ao risco, sendo vulnerável a eventos climáticos agudos/eventuais do que a eventos climáticos crónicos. 36% da carteira de empréstimos a empresas não financeiras está exposta a zonas com eventos climáticos agudos, como inundações e tempestades. Menos de 1% da carteira encontra-se exposta a zonas propensas a eventos climáticos crónicos, como a degradação ambiental progressiva. 33,5% das garantias imobiliárias do Banco estão localizadas em regiões vulneráveis a eventos climáticos agudos.



C. Actividade e Desempenho

C. Actividade e Desempenho

I) Enquadramento económico-financeiro

O ano de 2024 foi marcado por uma complexa dinâmica global, com desafios e oportunidades específicas para a economia angolana. A recuperação pós-pandémica, os conflitos no Leste Europeu e no Médio Oriente, as políticas monetárias restritivas e a incerteza geopolítica moldaram o cenário económico mundial. 2024 foi também um “ano eleitoral global”, com eleições importantes em quase 80 países, que representam pouco menos da metade da população mundial (mais de 2 mil milhões de pessoas), cujos resultados tiveram impacto significativo não só nesses países, mas também no panorama regional e global dos próximos anos.

Neste contexto, Angola buscou consolidar os ganhos obtidos nos últimos anos e impulsionar a diversificação económica.

O panorama económico global em 2024 foi caracterizado por um crescimento moderado estimado em 3,23% devido a vários factores, incluindo o aumento das tensões geopolíticas, as revisões em baixa para a Zona Euro, os potenciais riscos de abrandamento global decorrentes da desaceleração do crescimento da China e a volatilidade dos preços dos produtos de base no contexto de choques climáticos e geopolíticos.

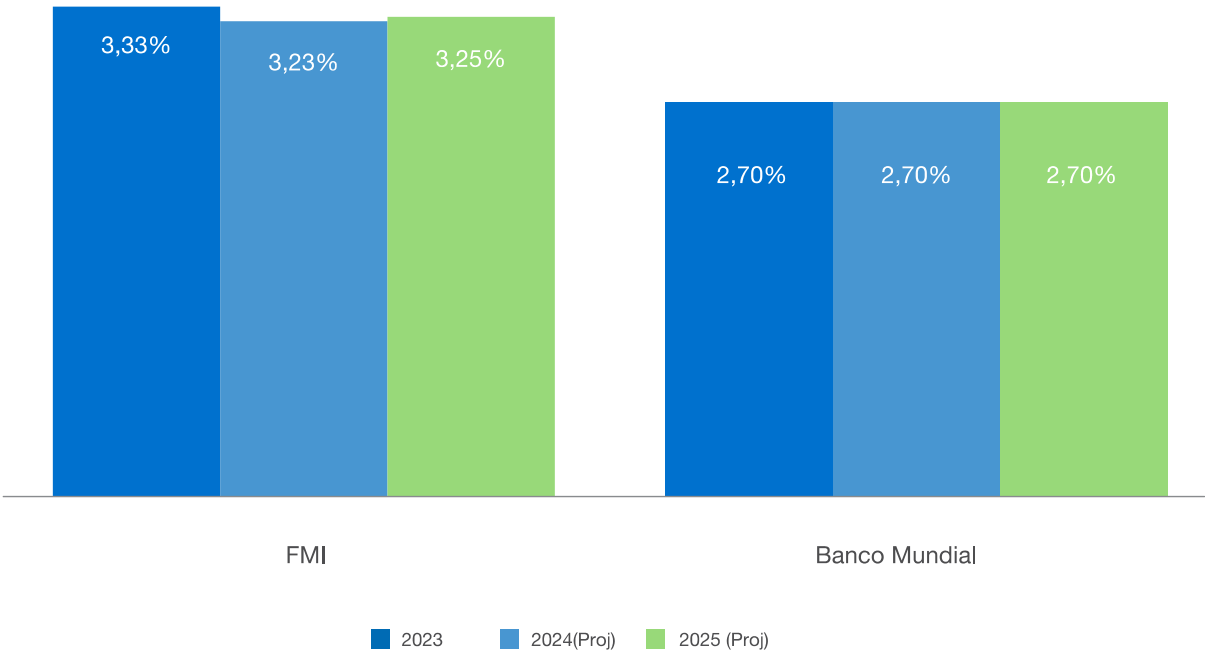
As previsões de referência do FMI, publicadas no seu *World Economic Outlook* (WEO) de Outubro, apontam para que a economia global continue a crescer a um ritmo semelhante ao de 2023 durante 2024 e 2025, isto é, muito abaixo da média histórica. O crescimento ficará em torno dos 3,23% em 2024 antes de aumentar para os 3,25% em 2025, face aos anteriores 3,3%.

As economias avançadas enfrentam desafios significativos devido ao aumento das taxas de juro e à inflação persistente. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB está projectado em 2,77%, enquanto na Europa deve ser apenas 0,83%. As tensões geopolíticas e as incertezas económicas continuam a impactar o comércio global e os investimentos.

O Banco Mundial (BM) reviu em Janeiro de 2025 as suas projecções de crescimento mundial face às previsões apresentadas em Junho de 2024, apontando para uma revisão para cima na projecção do crescimento mundial para 2024, passando de 2,6% para 2,7%, mantendo a média de 2,7% em 2025 e 2026. Apesar dos elevados custos de financiamento e do aumento de tensões geopolíticas, a actividade global firmou-se no início de 2024. A expectativa para 2024 é que, pela primeira vez em três anos, a economia global se estabilize, embora num nível considerado baixo com base em padrões históricos recentes.

Em termos gerais, prevê-se que as economias em desenvolvimento cresçam 4,1%, em média, entre 2024 e 2025, ou seja, um pouco mais face às previsões apresentadas em Junho de 2024 (4%). O crescimento nas economias de renda baixa deve acelerar para 3,6% em 2024, em comparação com 3% em 2023. No entanto, as previsões de crescimento para 2025 reflectem as regressões observadas em três de cada quatro economias de renda baixa desde Janeiro. Nas economias avançadas, o crescimento deve permanecer estável em 1,7% em 2024, antes de subir para 1,8% em 2025.

CRESCIMENTO MUNDIAL EM 2024 E 2025 (PROJ)



Fonte: FMI, *World Economic Outlook – Outubro 2024*; World Bank, *Global Economic Prospects – Janeiro 2025*

O FMI sustenta a sua perspectiva de aceleração da economia mundial em 2024 e 2025, posição explicada, em particular, pelo forte crescimento da economia dos Estados Unidos e em muitas economias de mercados emergentes, com o consumo doméstico, os investimentos empresariais e a melhoria nas cadeias de suprimentos nos EUA a impulsionarem esse crescimento, apesar de persistirem alguns desafios, como as tensões geopolíticas, o risco de fragmentação da economia mundial, os problemas de dívida pública e a desaceleração da produtividade.

Taxas de crescimento Global(%)	2023	Projeções	
		2024	2025
PIB MUNDIAL	3,33	3,23	3,25
Economias avançadas	1,73	1,78	1,80
Estados Unidos da América	2,89	2,77	2,15
Zona Euro	0,39	0,83	1,25
Alemanha	-0,26	0,01	0,79
França	1,12	1,10	1,06
Itália	0,70	0,67	0,76
Espanha	2,67	2,91	2,13
Portugal	2,30	1,90	2,30
Japão	1,68	0,32	1,14
Reino Unido	0,34	1,08	1,48
Canadá	1,25	1,34	2,39
Outras economias avançadas	1,84	2,12	2,24
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	4,42	4,21	4,19
Ásia Emergente e em Desenvolvimento	5,74	5,33	5,02
China	5,25	4,82	4,48
Índia	8,15	7,02	6,46
ASEAN-5	4,00	4,50	4,48
Europa Emergente e em Desenvolvimento	3,33	3,18	2,25
Rússia	3,65	3,63	1,35
América Latina e Caribe	2,23	2,06	2,53
Brasil	2,91	3,04	2,16
México	3,20	1,45	1,35
Médio Oriente e Ásia Central	2,06	2,43	3,94
Arábia Saudita	-0,76	1,53	4,57
África Subsaariana	3,57	3,57	4,21
Nigéria	2,86	2,86	3,16
África do Sul	0,70	1,05	1,49
Angola	1,00	2,40	2,79

Fonte: FMI, WEO, Outubro 2024.

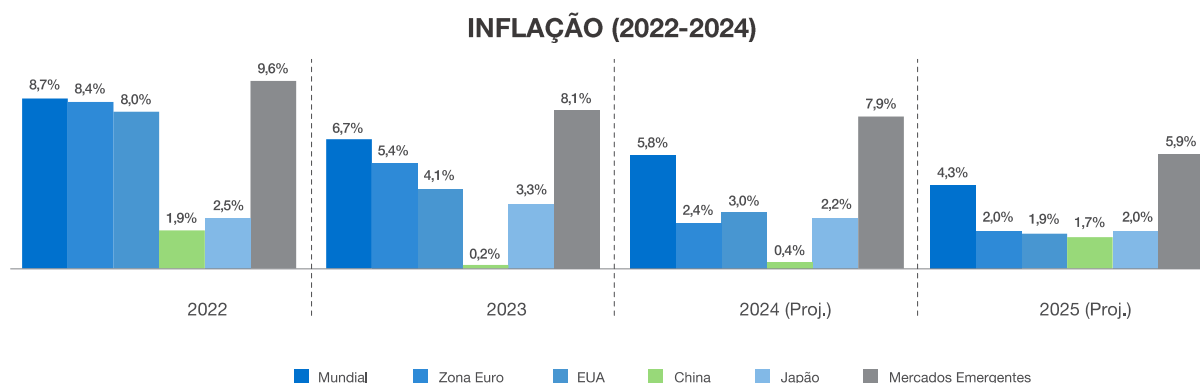
ASEAN-5: Indonésia, Malásia, Ilhas Filipinas, Singapura e Tailândia.

A inflação global deverá descer de uma média anual de 6,7% em 2023 para 5,8% em 2024 e 4,3% em 2025, com as economias avançadas a regressarem às suas metas de inflação mais cedo do que as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento.

Com a inflação projectada para continuar a diminuir em direcção às metas, e as expectativas de inflação a longo prazo a permanecerem ancoradas, as taxas diretoras dos Bancos centrais nas principais economias avançadas assumiram uma tendência de queda no segundo semestre de 2024.

O BCE conseguiu um progresso significativo em baixar a inflação na Zona Euro de 10,6% para perto de 2% em menos de um ano e meio. A inflação atingiu 5,4% em Dezembro de 2023 e chegou a 2,6% em maio de 2024, ligeiramente acima do esperado, podendo-se esperar um ciclo de corte de juros no

II semestre de 2024, para 2,4%. Apesar da queda da inflação, a economia continua praticamente estagnada há um ano e à beira de recessão.



Nos mercados das *commodities* energéticas, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) reviu a sua previsão na procura global por petróleo em 2024, em 1,61 milhões de barris por dia (bpd), abaixo dos 1,82 milhões anteriormente projectados segundo relatório mensal publicado em Dezembro de 2024.

Para 2025, a OPEP reviu a projecção, estimando que a procura mundial total de petróleo atinja 105,27 milhões de bpd, justificado pelo crescimento económico regular da China, impulsionado pela actividade na Índia e em outros países que não são membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Em relação à oferta de petróleo entre países fora da OPEP+, a organização prevê que o consumo mundial de petróleo atinja 103,82 milhões de bpd em 2024, um aumento em relação aos 102,21 milhões de bpd de 2023. Para 2025, prevê um consumo mundial de 105,27 milhões de bpd.

Os preços médios de petróleo reduziram, devido a factores ligados ao aumento da oferta global, destacando-se o aumento das exportações russas, assim como a expectativa de uma menor procura, resultado da manutenção de políticas monetárias restritivas pelos Bancos Centrais e das incertezas em torno da economia chinesa e europeia.

Ao fecho do ano, os preços do petróleo ficaram acima da média de 2023, apesar da alta volatilidade, por conta da instabilidade política e militar, com destaque para o Médio Oriente, região que é responsável por cerca de 50% das reservas mundiais de petróleo, da actuação da OPEP+ com cortes de produção até Novembro de 2024, e da procura global pela *commodity*, especialmente nos EUA e na China, que é um factor-chave que afecta a percepção de risco e os preços do petróleo.

A perspectiva é de que a volatilidade deve reduzir em 2025 à medida que o mercado se torne mais balanceado. As projecções do Departamento de Energia (EIA) dos Estados Unidos apontam para uma

média de USD 89 por barril do Brent em 2024. Para 2025, as previsões foram revistas em baixa passando de USD 78 para USD 74 por barril no primeiro trimestre de 2025.

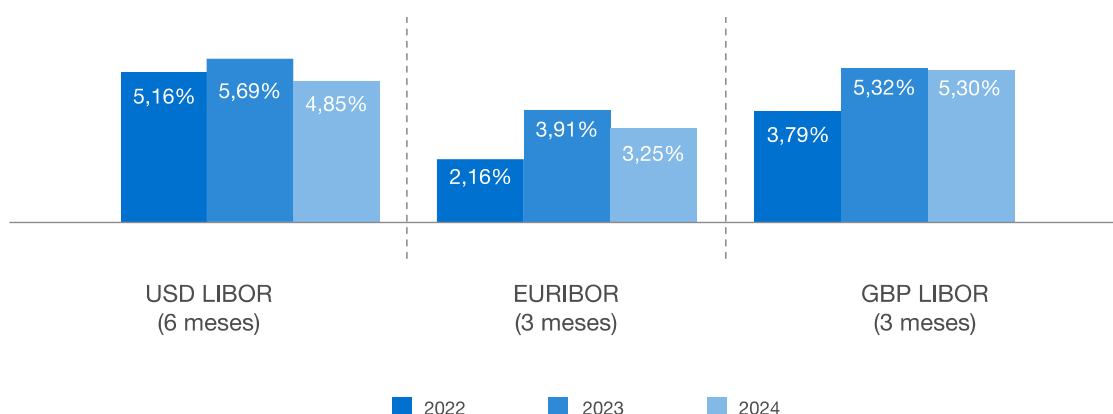
O FMI projecta uma redução no preço do Brent para USD 76 por barril em 2025, com base em uma análise das condições de mercado e da demanda global. Essas previsões são influenciadas por factores como a dinâmica da oferta e procura, tensões geopolíticas e a recuperação económica global, especialmente nas principais economias importadoras de petróleo.

As políticas monetárias restritivas adoptadas por Bancos centrais ao redor do mundo têm gerado um ambiente financeiro desafiador. As taxas de juro em muitas economias foram aumentando a um ritmo muito mais lento do que a inflação, uma vez que os Bancos Centrais tentam, geralmente, olhar através de flutuações impulsionadas pelos preços das *commodities*.

As taxas de inflação homólogas nos EUA e na Zona Euro continuaram a apresentar tendência decrescente, convergindo para a meta de 2%. Com base nisso, a Reserva Federal Norte-americana procedeu a um corte da taxa de juro em 0,50 p.p., e o Banco Central Europeu voltou a reduzir a sua taxa diretora em 0,25 p.p, fixando-se em 5,0% e 3,65%, respectivamente. Isso porque os últimos meses foram marcados por resultados de inflação melhores do que o esperado, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho caminha em direcção ao reequilíbrio.

A ainda recente alta nas taxas de juros pressionou o consumo privado e os investimentos, tendo resultado em uma desaceleração económica em várias regiões. No entanto, espera-se que economias emergentes, como a de Angola, beneficiem da recuperação dos preços das *commodities* e do aumento dos investimentos estrangeiros no sector energético.

TAXAS DE JURO DE REFERÊNCIA



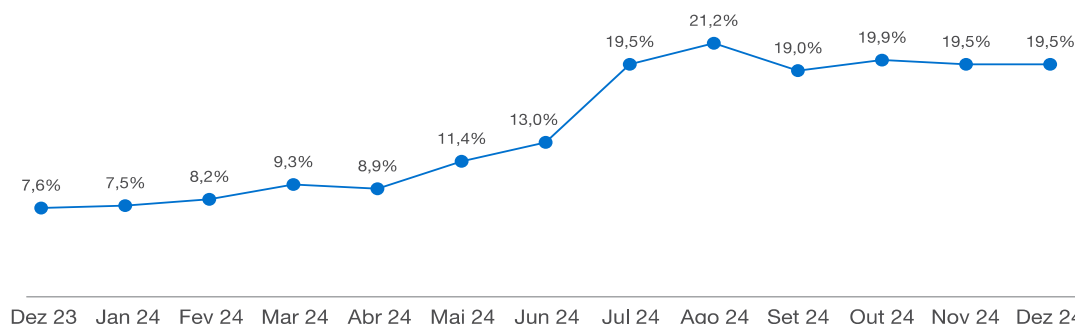
O Banco Nacional de Angola (BNA) tem adoptado uma postura monetária restritiva, elevando a taxa de juros básica para 19,50% em resposta à inflação crescente. Essa medida visa controlar os preços, mas também pode limitar o acesso ao crédito e consumir o poder de compra das famílias.

No mercado interbancário, assistiu-se a uma inversão no crescimento da taxa LUIBOR nas diversas maturidades, devido a uma combinação de factores relacionados à política monetária do BNA e às condições económicas do país.

A Luibor *Overnight*, que serve de referência para os empréstimos entre Bancos, caiu para 22,67% em Dezembro, depois de atingir os 31,66% em Agosto, a maior taxa desde Outubro de 2019, reduzindo assim os *gaps* em relação às maturidades mais longas, que também caíram, com destaque para a taxa de referência LUIBOR a 1 mês, tendo fechado o mês de Dezembro em 19,47%, e para a LUIBOR a 12 meses, que fechou a 23,15%.

A Luibor a 1 mês atingiu o valor mínimo em Fevereiro, situando-se em 7,5%, atingindo os valores mais baixos dos últimos anos, seguida de uma cautelosa recuperação consistente.

EVOLUÇÃO DA LUIBOR A 1 MÊS



Fonte: BNA - Taxas de juro do último dia útil do mês.

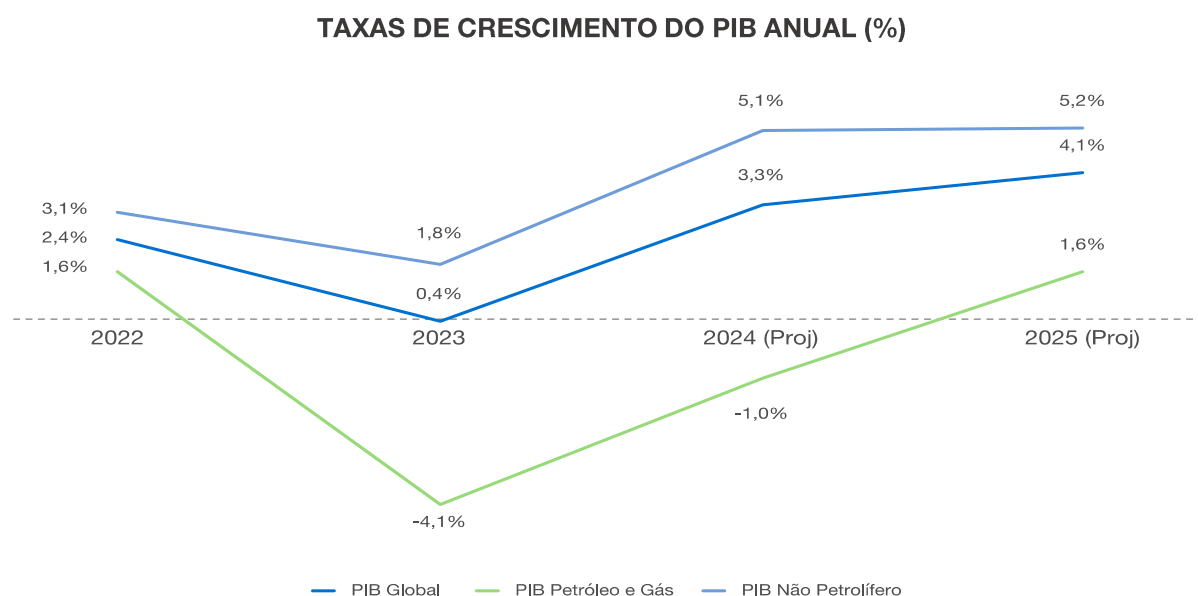
Nos últimos sete anos, Angola atravessou um período longo de recessão económica, devido em grande parte ao fraco desempenho do sector petrolífero, que compõe o maior peso do PIB, bem como do processo de diversificação da economia, mais lento, com o sector não petrolífero ainda pouco robusto, apesar dos avanços verificados.

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística revelam um crescimento económico acima das expectativas para Angola em 2024, contrariando as projecções mais conservadoras do FMI e do Banco Mundial. Enquanto essas Instituições previam um crescimento mais contido, com o FMI a apontar para 2,4% e o BM para 3,2%, os números do INE indicam um crescimento homólogo do PIB de 5,46% no terceiro trimestre, impulsionado pela expansão de vários sectores como a produção diamantífera (42,1%), a actividade pesqueira (24,4%), o transporte e armazenagem (6,7%), e a exploração petrolífera (3,0%). Com isso, o crescimento acumulado da economia até ao terceiro trimestre atingiu 4,7%, reforçando a recuperação económica do País e sinalizando um desempenho mais robusto do que o esperado.

Além disso, a inflação é projetada para cair de 27,4% em 2024 para 16,1% em 2025, o que pode proporcionar um alívio económico para as famílias angolanas.

Do lado do Executivo angolano espera-se também um melhor desempenho económico e um retorno à consolidação orçamental, na sequência da revisão da programação macroeconómica executiva (PME) para 2024, com um crescimento do Produto Interno Bruto na ordem dos 3,3%, face aos 2,8% inicialmente previstos no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2024, devendo o sector não petrolífero crescer 5,1%, e o sector petrolífero, incluindo o gás, registar uma contracção de 1%.

Os dados das Contas Nacionais trimestrais, referentes ao PIB do III trimestre de 2024, apontam para um crescimento de cerca de 5,5%, em termos homólogos, e 3,5% comparativamente ao IV trimestre de 2023, o desempenho mais elevado desde o I trimestre de 2015, altura em que o PIB foi de 13,5%. Este desempenho positivo foi justificado pelo crescimento do sector não petrolífero, com destaque para as actividades de Extração de Diamante, Minerais Metálicos e de Outros Minerais não Metálicos (29,3%), o Comércio (22,5%) e a actividade de Pescas (11,4%). O bom desempenho do PIB no I trimestre de 2024, sinaliza uma trajectória de recuperação da actividade económica, em resultado também das medidas de estímulo à economia e de dinamização do seu potencial, que estão a ser implementadas pelo Executivo angolano, desde Julho de 2023, visando o aumento e a diversificação da produção nacional.



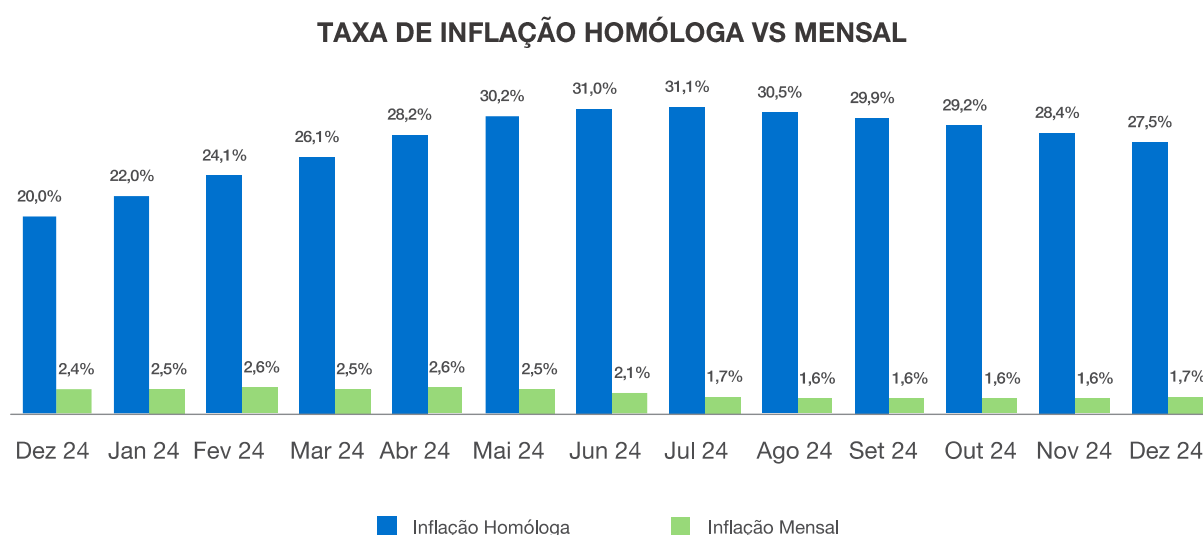
Fonte: OGE 2025; INE - Contas Nacionais Trimestrais do 3º Trimestre de 2024

Em 2024 o Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) compilado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), atingiu os níveis mais elevados dos últimos 7 anos, fixando-se em 27,5% em Dezembro, mais de 11 p.p. acima da meta prevista de 16,50% para 2024. Esta retoma de pressões sobre preços internos ao longo do ano reflete o impacto sobre os preços dos diferentes bens e

serviços induzidos quer pela depreciação cambial observada no primeiro semestre do ano, quer pelo ajuste do preço do combustível.

Na variação por classes de despesa, o IPCN refere que das doze classes de consumo, oito apresentam taxas superiores à unidade, sendo a da saúde, a que registou o maior aumento de preços, com uma variação de 2,42%, seguindo-se os bens e serviços diversos (1,99%), os hotéis, cafés e restaurantes (1,98%), o vestuário e calçado (1,91%). A classe de alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços, com 1,13p.p. durante o mês de Dezembro, seguida das classes de bens e serviços diversos com 0,14p.p., saúde com 0,10p.p. e vestuário e calçado com 0,08p.p., tendo as restantes classes contribuições inferiores a 0,08 pontos percentuais.

As condições prevaletentes na economia, marcadas pela disponibilidade de uma maior oferta de produtos de amplo consumo associadas às condições monetárias adequadas e à relativa estabilidade da taxa de câmbio, têm contribuído para a desaceleração da inflação.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

A produção média diária de petróleo em Angola atingiu 1,12 milhões de barris em 2024, um aumento de 2,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com os dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) e acima da média anual de 1,06 milhões de bpd, prevista no OGE para 2024, um crescimento de cerca de 6% suportado pelo comissionamento de novos poços de petróleo e intervenções em várias concessões, em concreto, a melhoria da actividade e entrada em produção de novos poços no Bloco 0, operado pela Chevron, no Bloco 17, operado pela TotalEnergies, e no Bloco 15, operado pela ExxonMobil.

O aumento deve-se, também, à saída de Angola da OPEP, em 21 de Dezembro de 2023, motivada pela insatisfação com a sua quota de produção de 1,11 milhões de bpd. Os dados da ANPG indicam

que a produção mensal ao longo dos três primeiros trimestres e em novembro geralmente excedeu o limite anterior imposto pela OPEP, excepto em Abril, quando a produção caiu abaixo da quota, e Outubro, cujos números não foram divulgados à data.

De acordo com a Agência, as medidas de estabilização do governo contribuíram para o aumento da produção. No entanto, a produção permanece significativamente abaixo do pico de 2015 de 1,8 milhões de barris por dia.

A produção média diária atingiu o máximo de 1,12 milhões de bpd no mês de Novembro, tendo-se mantido consistentemente acima da média anual de 1,06 milhões de bpd, prevista no OGE para 2024, um crescimento de cerca de 6,4% suportado pelo comissionamento de novos poços de petróleo e intervenções em várias concessões, em concreto, com a melhoria da actividade e entrada em produção de novos poços no Bloco 0, operado pela Chevron, no Bloco 17, operado pela TotalEnergies, e no Bloco 15, operado pela ExxonMobil.

O Executivo Angolano mantém o compromisso de sustentar a produção de petróleo, prevendo uma produção média diária de 1,09 milhões de barris em 2025, ao preço de USD 70 por barril, visando reverter o declínio recente do sector e garantir a estabilidade do fornecimento nos mercados doméstico e internacional,

Em média, no conjunto dos onze meses de 2024, o preço do petróleo situou-se em USD 81 por barril (sensivelmente em linha com o observado no período homólogo). No conjunto do ano, o preço do Brent deverá situar-se num nível próximo do registado em 2023, enquanto, para 2025, o FMI antecipa uma redução para USD 76 por barril.

Este comportamento do preço do petróleo tem sido sustentado por (i) aumento dos conflitos no Médio Oriente, com impactos negativos na oferta global de petróleo, (ii) pela redução da procura mundial associada ao abrandamento da economia chinesa, (iii) pela redução dos inventários de crude dos EUA, (iv) pela expectativa de aumento da produção na Arábia Saudita e as flutuações no fornecimento global devido às incertezas sobre a capacidade de oferta de grandes produtores, incluindo a Rússia e países da OPEP+.

Adicionalmente, esta evolução do preço do petróleo tem igualmente sido sustentada pelo aumento da procura mundial de petróleo, induzida pelo aumento do consumo de energia em algumas economias avançadas, com destaque para os EUA. As incertezas relacionadas à economia global, incluindo a possibilidade de uma política comercial do novo governo dos EUA caracterizada pela implementação de tarifas sobre importações da China e da União Europeia, o que poderia aumentar a inflação nos EUA e desacelerar a procura agregada, com efeito directo sobre os preços do petróleo reduzindo-os para menos de USD 60 por barril.

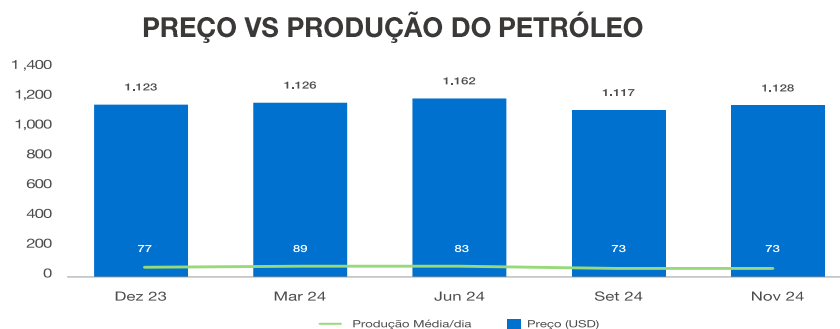
Angola possui um potencial de aproximadamente 50 mil milhões de barris de petróleo ainda por explorar, segundo a estimativa apresentada pela ANPG. Destes 50 mil milhões de barris, cerca de 10 mil milhões já foram encontrados ou descobertos. A produção de petróleo em Angola deverá aumentar 3% este ano, chegando aos 1,16 milhões de barris diários, segundo as previsões da consultora britânica Oxford Economics.

O OGE 2024 contemplou uma receita fiscal de Kz 14 709 mil milhões. As estimativas, no entanto, apontam para uma receita fiscal de Kz 16 640 mil milhões, ou seja, 13,13% (Kz 1 930 mil milhões) acima do previsto inicialmente. Este desempenho da receita foi impulsionado pelo preço do petróleo, pela produção petrolífera, bem como pela taxa de câmbio, levando a um aumento da estimativa de receita petrolífera de Kz 7,86 biliões para Kz 10,05 biliões, um incremento de cerca de 27,94% apesar dos prognósticos de que a produção petrolífera viesse a manter-se abaixo dos níveis do orçamento. As receitas petrolíferas foram fundamentais para o pagamento do serviço da dívida, estimado em Kz 14,2 mil milhões em 2024, cerca de 17,8% do PIB.

O bom desempenho da receita fiscal é também explicado pela expectativa de uma mais elevada receita não petrolífera comparativamente à prevista no orçamento, com destaque para a receita de impostos não petrolíferos, que deverão situar-se acima do previsto no orçamento em 7,59%, ou seja, cerca de Kz 394,01 mil milhões.

De acordo com a Estratégia Fiscal 2025-2030, Angola deverá registar um défice acumulado de Kz 36,2 biliões até 2030, um ciclo de défices consecutivos iniciado em 2023 e que reflete uma diferença crescente entre receitas e despesas e uma tendência para termos um Estado cada vez mais denso. Se ao fecho de 2024 as receitas fiscais representam cerca de 20,8% do PIB, em 2030 equivalerão a apenas 18,1%. Em sentido contrário, as despesas do Estado que equivalem hoje a 22,2% do PIB, em 2030 deverão alcançar os 23,1%. Embora até 2025 as receitas possam cobrir despesas correntes, a partir de 2026 deverão surgir défices anuais significativos, incluindo Kz 2,4 biliões para despesas operacionais e Kz 7,5 biliões para despesas de capital.

O gráfico abaixo ilustra os valores reais de preço e produção do petróleo apresentados para Angola ao longo do exercício.

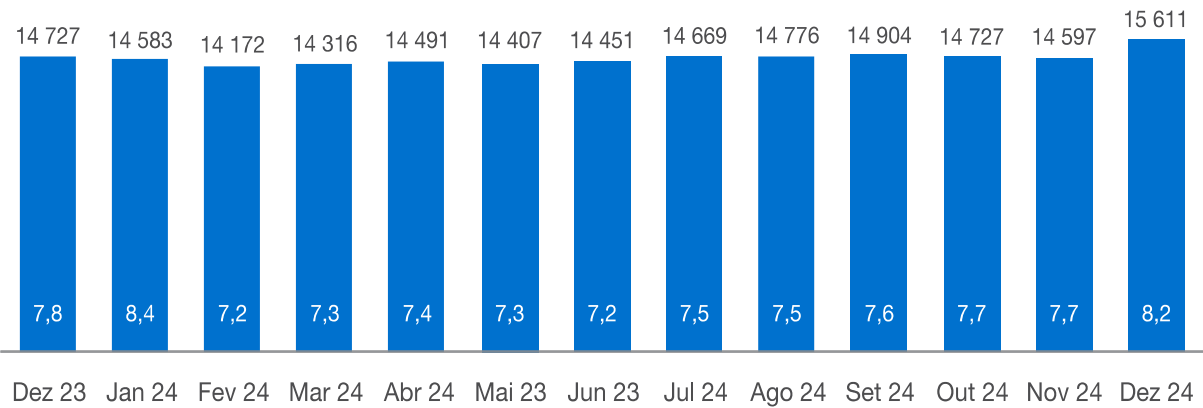


Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG).

O BNA observou um aumento nas Reservas Internacionais Brutas (RIB) quando em comparação com o ano de 2023, tendo atingido o valor mais elevado do ano em Dezembro, USD 15 611 milhões, cerca de USD 884 milhões acima em relação aos USD 14 727 milhões registados em 2023, o que equivale a um crescimento de mais de 6% durante o ano.

Este nível de reservas é suficiente para cobrir mais de oito meses de importações, situando Angola acima dos critérios de convergência da SADC, que exige um mínimo de quatro meses de importações ininterruptas em situações de necessidade extraordinária.

RESERVAS INTERNACIONAIS BRUTAS



Fonte: BNA.

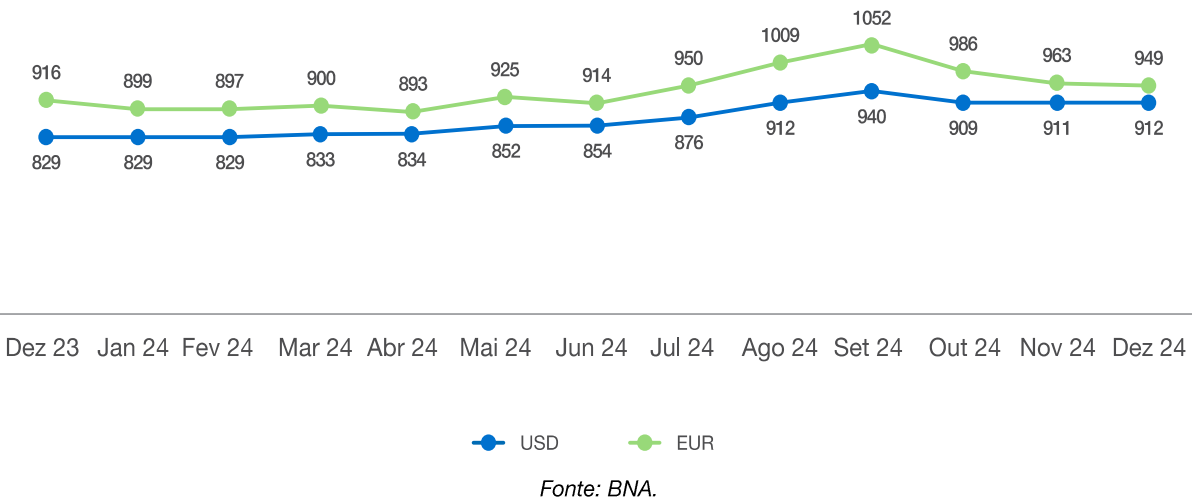
A queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais e os cortes na produção por parte da OPEP, a que se adiciona o corte unilateral declarado pela Arábia Saudita até ao final do ano de 2024, continuam a aumentar a pressão sobre o mercado cambial.

A política cambial de Angola para 2024 reflete uma abordagem de maior estabilidade e flexibilidade, com foco em controlar a inflação e promover o crescimento económico. As expectativas para 2025 incluem uma continuidade deste processo, com foco na diversificação económica e na melhoria da competitividade do Kwanza no mercado internacional.

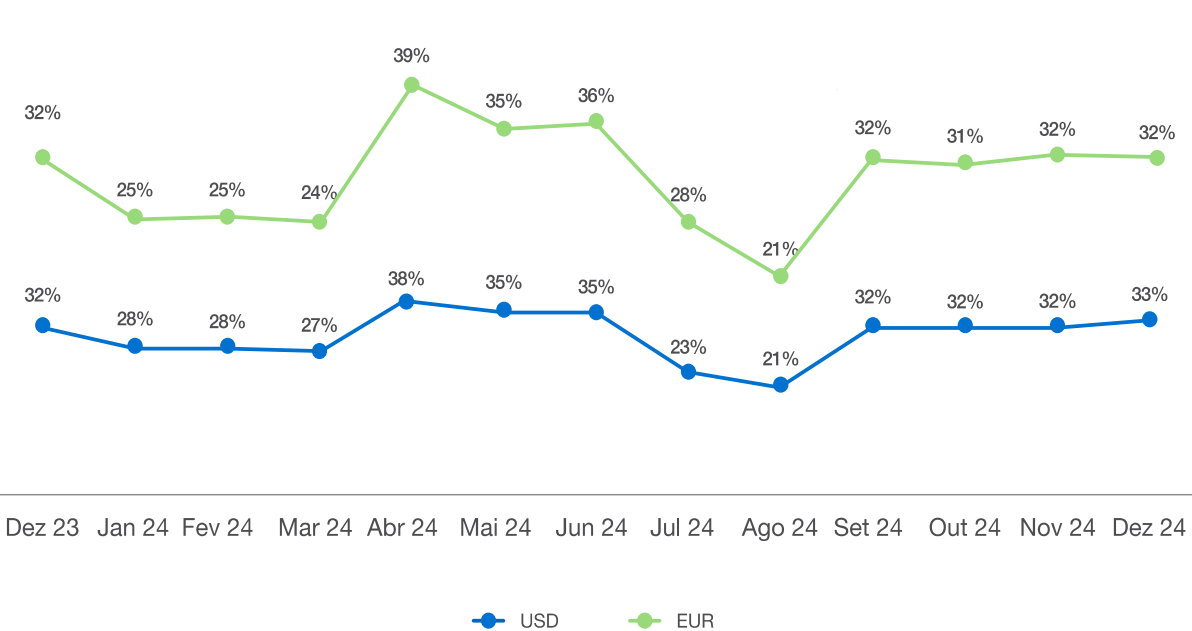
O mercado continua a operar com um nível de moeda externa bastante inferior ao necessário para atender às reais necessidades da economia. A procura por divisas continua acima dos USD 1,2 mil milhões por mês e a oferta permanece abaixo de USD 800 milhões.

No final do mês de Dezembro de 2024 as taxas de câmbio do dólar norte americano e do Euro face à moeda nacional, fixaram-se nos USD 912,00 e EUR 949,48 tendo o USD e o EUR apreciado 10,04% e 3,66% respectivamente, contra o Kwanza, comparativamente ao fecho de Dezembro de 2023.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO

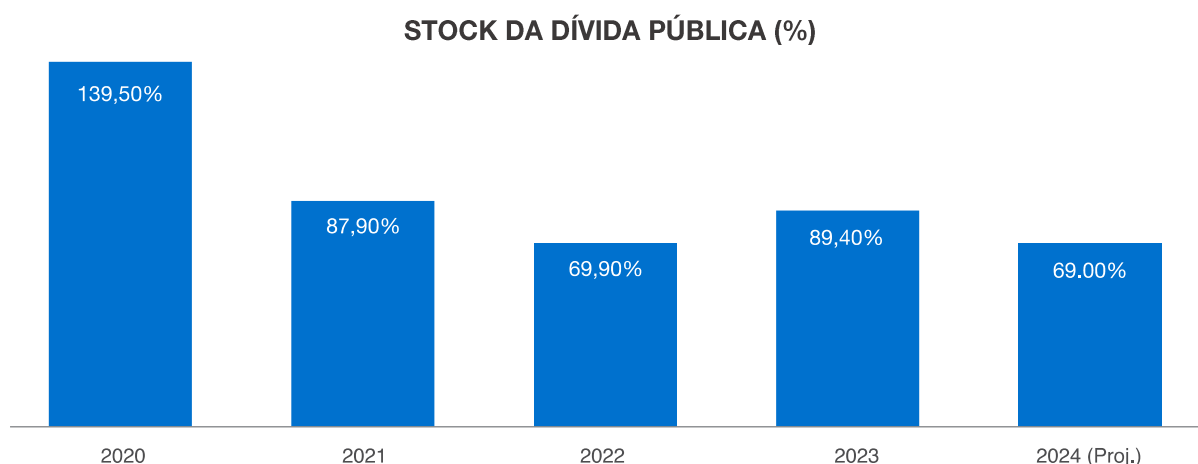


GAP MERCADO FORMAL VS INFORMAL



O Executivo tem vindo a otimizar o perfil da dívida nacional, o que vem permitindo fazer previsões positivas com impactos directos na vida dos cidadãos e no financiamento das empresas, por via da estabilização da dívida, que propicia condições para um melhor ambiente de negócios, mais conforto na agenda da governação e mais empregos.

A Moody's no seu relatório do mês de Novembro, reviu em baixa o *outlook* de Angola de Positivo para Estável, mantendo o *rating* em B3, devido a um ritmo de consolidação orçamental muito mais lento do que o previsto, com elevado risco de deterioração do perfil de dívida, sobretudo na componente bilateral e considerando os riscos equilibrados para um B3, nível no qual que se deverá manter nos próximos 12 a 18 meses.



Fonte: MINFIN – Relatório de Fundamentação do OGE 2025

II) Principais indicadores

O Banco registou a Dezembro de 2024, um resultado líquido de mKz 50 104 090, apresentando um crescimento de 36,7% em relação ao período homólogo. A variação positiva no resultado líquido do exercício resultou essencialmente do crescimento de 27,7% da margem financeira e pelo crescimento das comissões líquidas em mais de 84,3%.

O foco no controlo de custos, como resultado da optimização dos processos de *procurement*, permitiu manter os custos de estrutura alinhados ao orçamento, com um ligeiro desvio de 2,7%, apesar da elevada inflação e da depreciação do Kwanza em cerca de 9,12% face ao USD e pouco mais de 3,53% face ao EUR desde o início deste ano, com impacto nos gastos gerais administrativos (GGA) e nos custos com o pessoal, fazendo crescer os custos de estrutura acima dos 20,6% em termos homólogos, tendo atingido um montante de mKz 30 088 055, mais mKz 5 149 371 do que no ano anterior.

O activo líquido situou-se em mKz 1 091 317 412, com um ligeiro crescimento de 3,28% quando comparado com o período homólogo que registou mKz 1 056 629 730.

O Banco conseguiu crescer em Recursos de Clientes, nos primeiros quatro meses do ano, com a quota de mercado a ultrapassar os 5%, em ambiente de elevada competição e com um crescimento médio das taxas de remuneração, cerca de 1% abaixo do mercado. Este sucesso decorre da aplicação de regras e normas de conduta comercial que vê de forma abrangente todo o negócio e envolvimento com o cliente sob uma nova perspectiva, visando um maior equilíbrio entre a relação creditícia e o nível de serviço prestado, com a quota de disponibilidades, tesouraria e transaccionalidade, alocada ao Banco, pelos clientes. Apesar dos visíveis resultados da estratégia do Banco para retenção e captação de recursos, os depósitos de clientes registaram uma ligeira quebra de 0,34% comparativamente a 2023.

Os recursos de clientes fixaram-se em mKz 895 478 398, cerca de 0,34% abaixo quando comparados com o mesmo período do ano anterior, influenciado essencialmente pela saída de depósitos em moeda estrangeira, ainda muito ligada à utilização de fundos próprios dos clientes em moeda estrangeira para pagamentos em Kwanzas e transferências internacionais.

O stock total de crédito concedido atingiu o montante de mKz 406 830 061, com um aumento de 10,6% face ao fecho de 2023. Boa parte do crescimento medido no activo do Banco, é reflexo da componente em moeda estrangeira, quer da carteira de crédito, quer da carteira de títulos, que acaba por valorizar sempre que o Kz deprecia. Do lado do passivo, o mesmo acontece com os depósitos em moeda estrangeira.

O rácio de transformação geral aumentou em 4,11 p.p., passando de 39,33% em 2023 para 43,74%.

O Rácio de Eficiência (*Cost-to-income*) ainda em níveis de elevada eficiência, registou um ligeiro aumento de 0,11 p.p., tendo atingido a cifra de 31,61%, um dos mais baixos do mercado, face aos 31,50% ao fecho de 2023, como resultado de uma subida dos custos de estrutura a partir do último quadrimestre do ano anterior, consubstanciada na depreciação do Kwanza e na forte subida da taxa de inflação.

O rácio NPL (*non-performing loan*) passou de 4,70% em 2023 para 3,90% ao fecho de Dezembro de 2024, em resultado de uma estratégia de preparação do Balanço para um ano que se antevê de forte incerteza, sendo a cobertura do crédito em incumprimento, de 4,50 vezes face ao crédito vencido por imparidade.

A rentabilidade dos activos e do capital (ROA e ROE) com níveis de 4,64% e de 33,47% respectivamente, representam retornos apreciáveis e dada a sua consistência ao longo dos anos, sustentáveis para o património do Banco, em níveis interessantes para os accionistas e investidores no capital do Banco.

Valores em milhares de Kwanzas

	Dez.24	Dez.23	Var. Hom.	Var. Hom. %
BALANÇO				
Activo Líquido	1 091 317 413	1 056 629 730	34 687 683	3,28%
Crédito Bruto	406 830 061	367 874 777	38 955 284	10,59%
Títulos e Valores Mobiliários	267 464 666	294 715 744	(27 251 077)	-9,25%
Recursos Totais de Clientes	895 478 398	898 520 128	(3 041 730)	-0,34%
Capitais Próprios	171 274 053	102 383 264	68 890 789	67,29%
Fundos Próprios Regulamentares	139 028 500	117 146 773	21 881 727	18,68%
Rácio de Transformação	43,74%	39,33%		
	Dez.24	Jun.23	Var. Hom.	Var. Hom. %
ACTIVIDADE				
Margem Financeira	63 292 554	49 567 425	13 725 129	27,69%
Margem Complementar	31 888 610	9 251 432	22 637 179	>200%
Produto Bancário	95 181 164	77 044 130	18 137 034	23,54%
Imparidades de Crédito	(4 148 864)	(7 353 665)	3 204 801	-43,58%
Custos de Estrutura	(30 088 055)	(24 938 684)	(5 149 371)	20,65%
Resultado Líquido	50 104 090	36 641 217	13 462 873	36,74%
	Dez.24	Dez.23		
RENTABILIDADE				
Return on Assets (ROA) *	4,64%	4,20%		
Return on Equity (ROE) *	33,47%	30,20%		
EFICIÊNCIA				
Cost-to-Income	31,61%	31,50%		
Custos de Estrutura / Activo	2,76%	2,36%		
Produto Bancário / Número de Colaboradores	189 982	151 662		
Custos de Estrutura / Número de Colaboradores	60 056	49 092		
Resultado Líquido / Número de Colaboradores	100 008	72 128		
ESTRUTURA				
Número de Agências e Centros de Empresas	31	31		
Número de Colaboradores	501	508		
Número de Clientes Activos	50 251	45 879		
Número de ATM activos	104	88		
Número de Cartões Débito	46 374	41 775		
Número de TPA activos	3 995	4 444		
CAPITAL				
Rácio de Solvabilidade	24,01%	26,47%		
Rácio de Imobilizado	14,93%	13,88%		



Agência	Rating	Outlook	Data	
Moody's	B3	Estável	Dez 2024	↓
Fitch	B-	Estável	Dez 2024	=
S&P	B-	Estável	Ago 2024	=

Principais *Outlooks* que se alteraram em 2023-2024, pelas agências de *rating*.

III) Plano estratégico

O Banco definiu no seu plano estratégico, as seguintes linhas orientadoras:

1. Crescer em negócio com clientes de risco baixo;
2. Controlo dos custos com melhoria da qualidade de serviço e da motivação;
3. Desenvolvimento dos sistemas de informação.

Para o suporte a esses pilares estratégicos e para a materialização dos objectivos de crescimento foi delineada a estratégia com os seguintes pontos focais:

- Abordagem centrada no cliente: continuar a apostar na melhoria dos níveis de serviço do BCGA, de modo a proporcionar a melhor experiência ao cliente; desenvolver soluções que aproximem os clientes ao BCGA e vice-versa, tornando as interações mais simples, fáceis e ágeis; posicionar o BCGA enquanto líder de qualidade de serviço, mantendo sempre os mais elevados níveis de confiança junto dos clientes;
- Aposto nos canais digitais: garantir uma experiência de utilizador única e consistente; melhorar o processo transaccional (*internet, mobile banking*); aumentar a eficácia no tratamento de pedidos de informação, reclamações e outros, através da Linha Caixa Directa Angola 24h;
- Aposto nas pessoas enquanto activo fundamental: investir continuamente na formação dos colaboradores; desenvolver planos de carreira, bem como identificar acções de desenvolvimento dos talentos;
- Investimento na automatização: desenvolver soluções de automatização de procedimentos que agilizem o funcionamento do BCGA; continuar a melhoria e automatização dos sistemas de segurança, mantendo sempre os mais altos padrões de qualidade e segurança;
- Sustentabilidade: alinhamento das matérias de sustentabilidade com os Princípios de Sustentabilidade do Sistema Financeiro Angolano, para adopção gradual dos critérios e padrões ESG, tendo em atenção os compromissos assumidos por Angola com a subscrição dos Acordos de Paris, da Agenda 2030 e a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2018-2030.

IV) Organização interna

Em relação ao organograma constante do Relatório referente ao exercício anterior, importa destacar para o ano de 2024, o seguinte:

Foram criados os seguintes órgãos na estrutura do BCGA:

1. Gabinete de Comunicação e Marca (GCM);
2. Gabinete de Cibersegurança (GCS).

Importa destacar, adicionalmente, a criação do Comité de Governo de Dados e Segurança de Informação (CGDSI), enquanto comité delegado de apoio à Comissão Executiva.

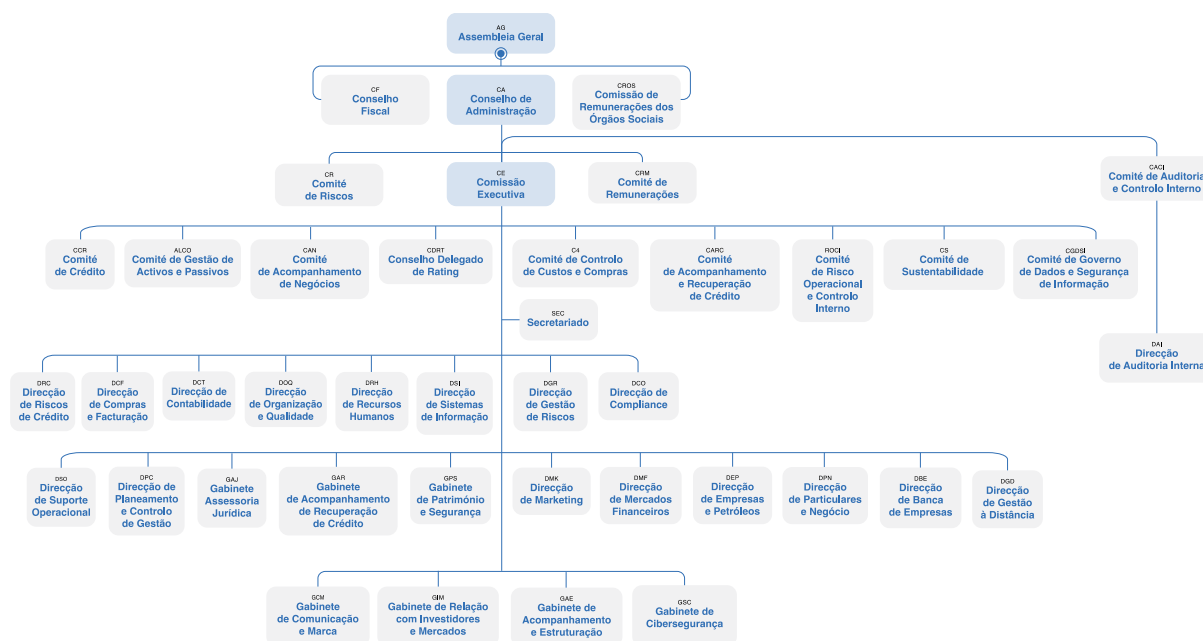
Foram alterados os seguintes órgãos na estrutura do BCGA:

Na sequência da alocação do *Data Protection Office* à Direcção de Compliance (DCO), foi necessário actualizar o Manual de Estrutura Orgânica da Direcção de Organização e Qualidade e a Estrutura Orgânica da DCO, por forma a estar em conformidade com o modelo organizacional actual do Banco.

Principais alterações efectuadas:

- I. Redimensionamento da estrutura orgânica da Direcção de Organização e Qualidade, com a exclusão do *Data Protection Office*;
- II. Alocação do *Data Protection Office* à DCO, tendo dependência orgânica a este Órgão de Estrutura e reporte funcional à Comissão Executiva;
- III. Reorganização da Direcção de Sistemas de Informação (DSI), com o objectivo de aumentar a eficiência, melhorar a gestão e a qualidade do serviço, com destaque para a integração do Departamento de Análise e Gestão de Dados.

O organograma abaixo ilustra as alterações feitas pelo Banco no ano de 2024 com a criação e alteração de alguns Órgãos de Estrutura:



Nos primeiros seis meses do ano foram publicados 104 normativos internos, dos quais 49 resultaram da transposição de normativos de iniciativa corporativa.

V) Capital humano

Durante o ano de 2024, o Caixa Angola manteve-se focado na igualdade de género e no bem-estar dos seus colaboradores, em termos de oportunidades e de tratamento entre homens, mulheres e portadores de mobilidade reduzida, garantindo o contínuo equilíbrio do género.

Tem sido prioridade privilegiar sempre que possível, o recrutamento interno para funções de maior responsabilidade, de forma a dar oportunidade aos colaboradores para o desenvolvimento profissional e progressão de carreira.

A formação profissional dos colaboradores e a melhoria das qualificações académicas são promovidas activamente pelo Banco, sob a coordenação da Direcção dos Recursos Humanos (DRH).

A Política de Remuneração dos quadros directivos e demais colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e, sem prejuízo do cumprimento da Lei e do Acordo Coletivo de Trabalho para o Sector Bancário, está em conformidade com a política corporativa, obedecendo às melhores práticas do sector bancário.

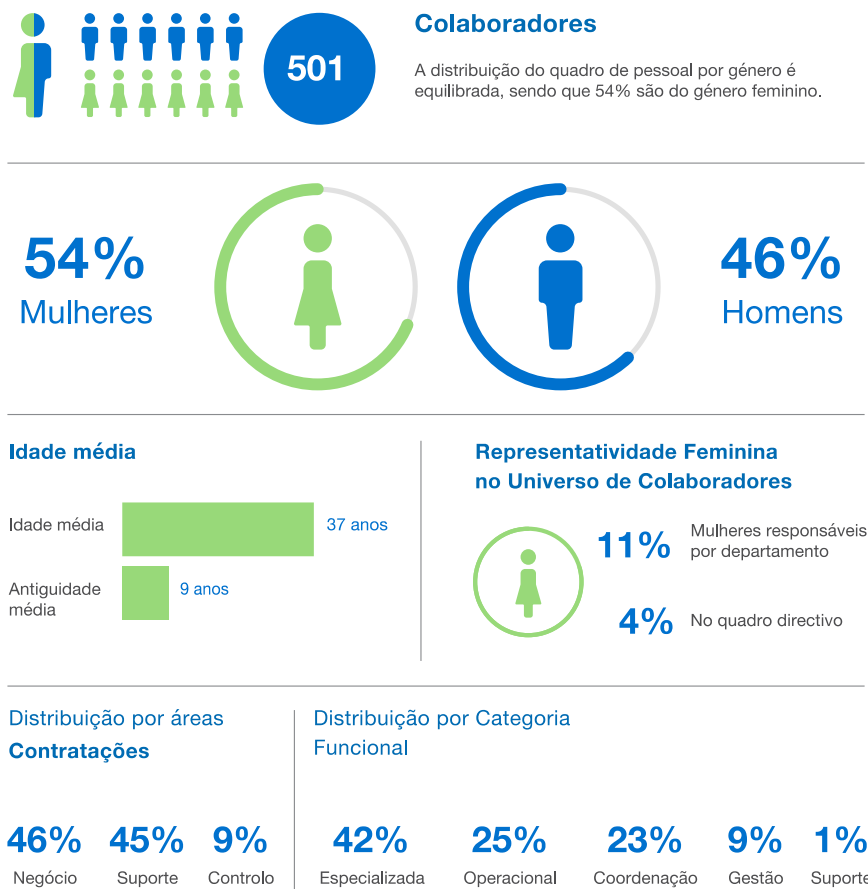
De modo a acompanhar a evolução do mercado e a reconhecer o desempenho e o mérito dos colaboradores, o Caixa Angola tem implementado um conjunto de incentivos, dos quais se destacam

a remuneração anual variável, os prémios comerciais e a implementação do plano de poupança e reforma, financiado na sua totalidade pelo Banco, para os colaboradores efectivos, totalizando cerca de 430 colaboradores.

A remuneração variável e os incentivos comerciais obedecem a um modelo que é conhecido pelos colaboradores e a faz depender da sua avaliação de desempenho, do cumprimento de metas fixadas em “scorecards” e do grau de realização dos objectivos, para os incentivos.

O Caixa Angola possui um sistema de avaliação de desempenho que tem como principal objectivo promover o desenvolvimento pessoal e a contribuição eficiente dos colaboradores para a actividade core do Banco, motivando o alinhamento de todos com os objectivos estratégicos e com o planeamento orçamental da Sociedade.

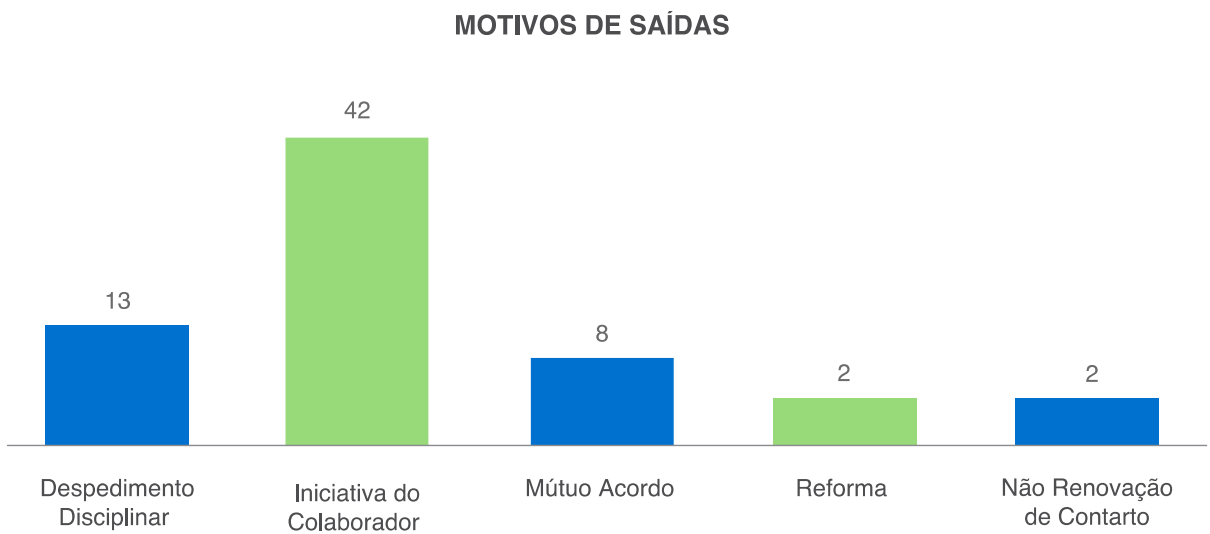
A 31 de Dezembro de 2024 a idade média dos colaboradores era de 37 anos com uma antiguidade média de 9 anos. Face ao esforço que tem vindo a ser feito no recrutamento de elementos com formação de base de nível superior, cerca de 58% do efectivo possui habilitações académicas superiores, 30% tem frequência universitária e 12%, o ensino secundário.



Durante o ano de 2024, o Caixa Angola registou a saída de 67 colaboradores do seu quadro efectivo, correspondendo a um *turnover* de 13%.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Efectivo	545	551	526	515	508	501
Entradas	42	31	28	38	52	54
Saídas	37	25	53	48	59	67
Variação	5	6	-25	-10	-7	-7
Turnover	7%	5%	10%	8%	11%	13%

Principais motivos de saídas de colaboradores durante o ano de 2024:



Em Março de 2024, foi pago o Prémio de Desempenho aos colaboradores referente ao exercício de 2023 num montante global de Kz 1.080.000.000 para um universo de 403 colaboradores elegíveis.

Em Abril, por deliberação da Comissão Executiva, foi actualizada a Tabela Salarial dos colaboradores do BCGA, que resultou numa média de 10 % de aumento da remuneração global mensal. As alterações mais importantes a destacar foram a integração dos subsídios de coordenação/técnico ao salário base dos colaboradores.

Durante o exercício de 2024 foram recrutados 54 novos colaboradores (conforme distribuição no quadro abaixo), e foram efectivadas 29 mobilidades internas.

Distribuição por Área	Novas Contratações
Controlo	5
Negócio	31
Suporte	18
Total	54



Durante o ano de 2024 foram admitidos 25 estagiários e 40 colaboradores em regime de outsourcing “mão de obra qualificada”.

Após parceria firmada com a Universidade Católica de Angola e com a Universidade Agostinho Neto, o Banco está a expandir o protocolo já existente com as Universidades em Luanda, para o recrutamento de estagiários nos polos Universitários nas demais províncias aonde o Banco tem presença.

No dia 24 de Maio de 2024, o Banco participou na Feira de empregabilidade realizada na Universidade Católica de Angola, com a finalidade de interagir com os estudantes em frequência universitária e recém-licenciados com vista a obterem uma oportunidade de estágio ou de primeiro emprego directo. Durante o evento, estabeleceu-se contacto com estudantes alocados aos cursos de Economia, Gestão, Contabilidade e Administração, Direito, Psicologia, entre outros.

VII) Sistemas e tecnologias de informação

Em termos de projectos de Cibersegurança e em contínuo alinhamento com a Caixa Geral de Depósitos, foram concluídos no Banco, os seguintes projectos:

1. A implementação da Solução Controlo de Acesso à Rede (CISCO NAC) de última geração;
2. A implementação da solução WAF, ou firewall de aplicativos Web;
3. Implementação do modulo IAM (IAM) da CyberArk (Primeira fase acessos as componentes SWIFT);
4. Migração dos servidores e pastas partilhadas dos edifícios sede, para os data centers;
5. Actualização e *upgrade* da infraestrutura de virtualização (VMWARE);
6. Nova solução de *backup* da infraestrutura e Exchange;
7. Implementação do sistema de activos tecnológicos do Banco.

Estando em curso:

- I. A implementação da segunda fase da Solução Controlo de Acesso à Rede (CISCO NAC) de última geração;
- II. A implementação da Solução Empresarial de ligação com segurança de dispositivos móveis (MDM), à rede da Instituição;
- III. Concurso de *outsourcing* do SOC (*Security Office Center*) corporativo;
- IV. Definição de nova arquitectura de rede e comunicações do BCGA.



Destacam-se também, no exercício de 2024, melhorias nas soluções de dinamização de negócio, no qual foram concluídos os seguintes projectos:

1. *Workflow* de operações, garantindo-se a adequação aos novos regulamentos do BNA, nomeadamente ao Sistema integrado de Operações Cambiais (SINOC) e implementação do novo imposto CEOC;
2. Modelo contabilístico por centros de custo;
3. Implementação dos *ATM centers* e *MDA* para depósitos automáticos;
4. A implementação do novo produto bancário intitulado Super Conta Negócio, onde foram feitos desenvolvimentos específicos para assegurar a operacionalidade e o controlo deste produto;
5. Implementação da nova aplicação *Mobile App*;
6. Implementação novo modulo no *core* bancário do preçário de movimentação;
7. Incremento nas funcionalidades do BPM (*Workflow* de abertura de contas);
8. Envio do Plano Financeiro da Carteira de Clientes ao FGC (Fundo de Garantia de Crédito) via SFTP;
9. Criação de componentes *Leasing* reestruturado;
10. Revitalização da ferramenta Agenda Comercial;
11. Criação da ferramenta para Informação de Conduta Comercial;
12. Conta *Escrow* – Criação de um Fundo de Depósitos à Ordem;
13. Site Institucional - Integração com API de consulta de câmbios;
14. Cobranças de anuidade de cartões Multicaixa;
15. 3ª fase do projecto SPTR 24/7;
16. Controlo carregamento limites cartões pré-pagos.

Estando em curso:

- I. Projecto dos canais digitais com o desenvolvimento de novas funcionalidades (Integração com Operações do estrangeiro no *Workflow*, *Kwik*, STI, SDD), fase 2 do projecto;
- II. Projecto de implementação da solução de *WorkFlow* do *Trade Finance*, continua para as funcionalidades CDE e CDI, integração com canais digitais e *WorkFlow* de crédito;

- III. Continuidade do projecto de implementação de uma solução de *WorkFlow* de Crédito (*CrediBox*) e Recuperação de Crédito (*CollectionsBox*), com interligação aos sistemas *core* do Banco;
- IV. Implementação de novo módulo no *core* bancário do preçário de movimentação;
- V. Implementação completa da solução *SWIFT GPI*.

A nível de iniciativas corporativas de suporte ao negócio e de projectos regulamentares, qual foram concluídos os seguintes projectos:

- 1. Implementação de Solução SAS - RTS Âmbito de projecto SAS AML, solução de monitorização e avaliação de informação do *Compliance* em tempo real;
- 2. A Implementação do projecto de avaliação ITGA da DSI de acordo com a framework COBIT 2019;
- 3. Projecto para implementação do Plano Estratégico da Sistemas de Informação (PESI), para correto alinhamento da DSI com a estratégia e visão do negócio;
- 4. Melhorias no processo de apuramento de Imparidades no Accipiens *Leasing* e no *core* bancário (evolução do crédito em incumprimento);
- 5. Atualização dos equipamentos e licenças que suportam o acesso à Bloomberg na sala de mercados;
- 6. Primeira fase do Comparador de Comissões.

Estando em curso:

- I. Continuidade da implementação da 2ª fase do projecto corporativo BCBS239 - Layout Único, que visa a operacionalização da norma internacional que contém os princípios para agregação de dados de risco por forma a fortalecer as capacidades de agregação desses mesmos dados e práticas de relatório de risco interno e, por sua vez, melhorar a gestão de risco e os processos de tomada de decisão no Banco;
- II. Implementação do novo formato de mensagens SWIFT no standard ISO20022.

A nível da adesão a serviços integrados no Sistema de Pagamentos Angolano, importa salientar a conclusão das seguintes iniciativas:

- 1. Entrada em produção no *core* bancário da solução de suporte ao serviço SDD - Sistema Débitos Directos;
- 2. Formação dos utilizadores da solução do Sistema de Transferências Instantâneas (STI) no *core*, e preparação para entrada em produção;
- 3. Implementação fase 3 da iniciativa SPTR 24/7.

Estando em curso:

- I. Implementação dos serviços Kwik e STI nas plataformas digitais para os clientes;
- II. Pagamentos por sector.

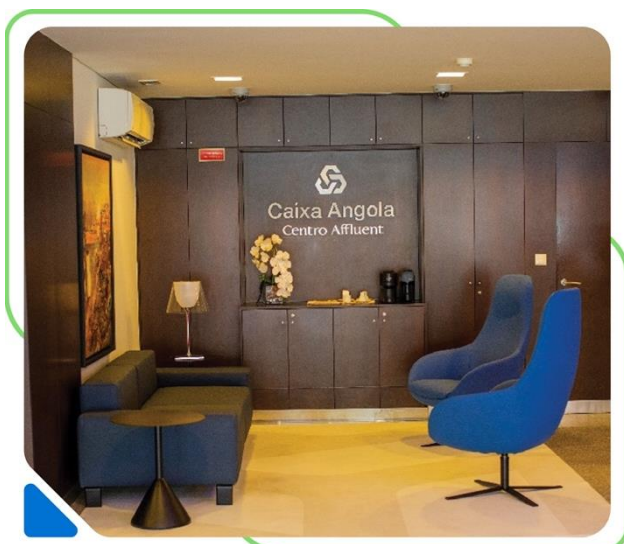
VII) Comunicação e gestão da marca

O sector financeiro, pela sua importância e visibilidade, está hoje particularmente sujeito a um maior escrutínio por parte dos seus clientes e da sociedade em geral. Uma comunicação rápida, simples e consistente junto dos *stakeholders* torna-se, portanto, fundamental.

A comunicação corporativa do Caixa Angola consolidou um conjunto de mensagens de interesse público e/ou de relevância no *endomarketing*, no intuito de veicular informação para todas as partes interessadas, transmitindo conhecimento, credibilidade, ética e conteúdo agregador.

Destacamos os tópicos dos comunicados de imprensa divulgados a nível local:

- Banco Caixa promove uma acção de esclarecimento aberta ao público sobre a introdução do CEOC;
- Caixa Angola inova em matéria de sustentabilidade com o lançamento de novos produtos;
- Banco Caixa Geral Angola adere ao Pacto Global das Nações Unidas;
- BCGA inaugura o primeiro Centro *Affluent* no Porto de Luanda;
- Festival Caixa Fado junta sonoridades de Angola e Portugal num único palco.



Destacamos os tópicos das principais notícias divulgadas no *website* do Caixa Angola:

- Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais;

- Inauguração do primeiro Centro *Affluent*;
- IIº Fórum Energia e Ambiente;
- Adesão ao Pacto Global das Nações Unidas;
- *Leasing* ESG Automóvel e Painéis Solares;
- Caixa Angola recolhe resíduos na Praia da Areia Branca.

Destacamos os tópicos das publicações nas redes sociais do Caixa Angola mais relevantes e relacionadas à literacia financeira:

- 4 Dicas para economizar dinheiro durante o ano;
- Soluções de poupança;
- Cinco dicas para poupar.

Destacamos os tópicos das campanhas de produtos e serviços lançadas:

- *App* Caixadirecta Angola;
- *Leasing* ESG Painéis Solares;
- *Leasing* ESG Automóvel;
- DP Aniversário;
- DP Antecipa;
- DP Caixa Fado;
- Novo *website* Caixa Angola;
- DP Especial Ano Novo.



Patrocínios

Os patrocínios são vistos pelo Caixa Angola como uma forma efectiva de comunicação institucional, promovendo os valores do Banco, a cidadania empresarial enquanto actor socialmente responsável e promotor de iniciativas em prol do desenvolvimento económico e social do País.

O Caixa Angola apoia projectos que asseguram a divulgação e promoção dos seus produtos e serviços, que constituam valor agregado à marca e à concretização de objectivos comerciais, e que estejam alinhados com a sua estratégia de *marketing* e com a política global de comunicação.

Através deste tipo de interacções e acções colaborativas, o Caixa Angola pretende contribuir de forma activa e responsável para o enriquecimento económico, sociocultural e sustentável do País, facilitando iniciativas que assentam em princípios economicamente viáveis e de valor acrescentado para a sociedade.

Destacamos as nossas participações em eventos de impacto no ecossistema e patrocínios genéricos:

- Organização e promoção de uma sessão de esclarecimentos sobre a implementação da Contribuição Especial sobre Operações Cambiais (CEOC), no dia 01 de Fevereiro de 2024.



- Participação na 5ª Edição do Fórum BODIVA, a 15 de Março de 2024, no Hotel Intercontinental. O Caixa Angola venceu pelo segundo ano consecutivo o Prémio Tchiluanda, pela Acção com Melhor Performance no Mercado de Valores Mobiliários Angolano.



- Participação na 1ª Edição da Feira de Produção Agropecuária, de 28 a 30 de Março de 2024, no Centro Logístico e de Distribuição.



- Participação na 2ª Edição do Fórum Energia e Ambiente, a 10 de Maio de 2024, no Hotel Intercontinental, que promoveu o debate em torno do tema “A Futura Matriz Energética em Angola”.



- Participação na 3ª Edição da Conferência Angola *Economic Outlook*, a 21 de Maio de 2024, Hotel Epic Sana, sob o tema “Segurança Alimentar: Realidade, desafios e oportunidades”.



- Participação da 13ª Edição da Feira Internacional de Benguela, de 22 a 26 de Maio de 2024, no Estádio Nacional de Ombaka, sob o lema "Dinamizar Potencialidades para Transformar a Economia".



- Participação nas comemorações do Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas, 10 de Junho, na Escola Portuguesa de Luanda, promovido pelo Instituto Camões;
- Apoio à actividades culturais do Memorial Dr. António Agostinho Neto (MAAN), para o ano 2024, para a realização de Concertos Musicais;
- Participação na 39ª edição da Feira Internacional de Luanda, 23-28 de Julho, na Zona Económica Especial, sob o tema: “Segurança Alimentar e Parceria Internacional: O Binómio da Diversificação Económica”;
- Participação no Fórum Económico Angola-Portugal 2024, 24 de Julho, na Zona Económica Especial, sob o tema: “Segurança Alimentar: Construámos Oportunidades”. Organização: AICEP;
- Participação na IV Conferência E&M sobre Tributação, 24 de Setembro, no Hotel Epic Sana, sob o tema: “A Reforma Fiscal para 2025 e o seu impacto nas empresas”. Organização: Edicenter;
- Participação na 2ª Edição da Conferência Internacional de Diamantes, 23 e 24 de Outubro, em Saurimo, Lunda-Sul, no Pólo de Desenvolvimento Diamantífero sob o lema “Angola: Investir juntos para fazer a diferença na comunidade”. Organização: Ministério dos Recursos Minerais Petróleo e Gás e ENDIAMA;
- Apoio à Associação de Veteranos de Judo para a participação do Campeonato Mundial de Veteranos de Judo 2024, 04 a 07 de Novembro de 2024, Las Vegas, Estado do Nevada, Estados Unidos da América. Organização: Federação Internacional de Judo.

Em 2024, o Caixa Angola manteve o seu foco na disponibilização de um portfólio de soluções com uma oferta diversificada que se adequa às melhores práticas de mercado e às necessidades dos seus clientes, mantendo os valores de confiança, rigor, qualidade e proximidade.

Destacamos, portanto, as principais acções no âmbito do portfólio de produtos e serviços do Caixa Angola realizadas no referido período:

- **DP Aniversário 2024** – Depósito com prazo de 92 dias e pagamento de juros antecipados, em exclusivo para novos depósitos em Kwanzas. Alusivo à celebração do 31º Aniversário do Caixa Angola;
- **DP Serra da Leba 2024** – Depósito com três maturidades de investimento, 90, 182 e 365 dias e taxas de juros atractivas, ajustadas ao escalão de investimento do cliente, com a possibilidade de atribuição de um Cartão de Crédito;
- **DP Antecipa 2024** – Depósito com prazo de 92 dias e pagamento de juros antecipados, em exclusivo para novos depósitos em Kwanzas;
- **Leasing ESG Automóvel Caixa Angola** – Produto de alocação financeira inovador, para aquisição de veículo automóvel novo com baixas emissões de dióxido de carbono, alinhado com os princípios fundamentais de ESG, com opção de compra no final do contrato;
- **Leasing ESG Painéis Solares Caixa Angola** – Produto de alocação financeira inovador, para aquisição de Painéis Solares, promovendo a utilização de energias renováveis, alinhadas com os princípios fundamentais de ESG, com opção de compra no final do contrato;
- **Gestão Integrada de Tesouraria** – Solução de gestão automática de tesouraria com integração de três contas, nomeadamente, Conta de Depósito à Ordem, Conta de Depósito a Prazo e Conta Corrente Cauccionada, integradas entre si e que possibilita maior autonomia dos clientes na gestão da tesouraria das suas empresas;
- **Conta Escrow Caixa Angola** – Conta garantia ou caução, disponível em moeda nacional e estrangeira, para clientes particulares e empresas, cujas condições de movimentação são formalizadas contratualmente entre o Caixa Angola, o depositário e o beneficiário;

- **App Caixadirecta Angola** – Lançamento da nova versão da App Caixa Angola, a 14 de março de 2024, que conta agora com novas funcionalidades para garantir uma melhor experiência de navegação e utilização mais simples e intuitiva, facilitando a gestão financeira do dia-a-dia, mantendo a segurança de sempre. Esta actualização será gradual e evolutiva ao longo de 2024, mudou, nesta primeira fase, o visual, a disposição dos ícones e a optimização dos campos de navegação:

- Para utilizar a nova App do Caixa Angola basta aceder à loja virtual *Apple Store* ou *Play Store*, actualizar a App e efectuar o *login* de acesso.



- Continuidade na comercialização dos serviços e meios de pagamento, garantindo a disponibilização de um portfólio de produtos e serviços diversificados e completos, a fidelização e a captação de clientes e de negócios;
- Dinamização da oferta de Seguros, em parceria com a Companhia de Seguros Fidelidade Angola, para clientes Particulares e Empresas, que garantem a preservação do presente e do futuro, com condições competitivas, tendo destacado as ofertas de Seguros de Saúde e Seguro de Saúde Popular, Seguros de Acidentes de Trabalho, Seguro Automóvel e Auto *Leasing*, Seguro de Acidentes Pessoais e Viagem, Seguro de Vida, Empregados Domésticos, Seguro de Mercadorias Transportadas, Protecção Salarial, Seguro de Caução, Multirrisco – *Pack Recheio* e Negócio Seguro;
- Continuidade da campanha comercial para captação de clientes em sectores/segmentos estratégicos, nomeadamente dos Grandes contribuintes e das PME;
- Dinamização da comercialização de *Leasing*, em parceria com Empresas do ramo Automóvel, com possibilidade de financiamento do Seguro Auto *Leasing*;
- Dinamização das Parcerias Caixa Angola com um conjunto de entidades privadas pertencentes a vários sectores de actividade, cujo objectivo passa por proporcionar uma oferta diversificada de produtos e serviço com condições diferenciadas para os colaboradores e clientes do BCGA;

- Dinamização da comercialização de protocolos (Master e Silver) nos mais variados sectores de actividade, com o objectivo de potenciar o aumento da base de clientes, do volume de recursos e o crescimento da carteira de crédito. Adicionalmente, esta oferta possibilita às empresas subscritoras, a criação de incentivos adicionais para os seus colaboradores, com acesso a oferta *taylor made* e negociada com o Banco (Protocolo Master);
- Continuidade na aposta de dinamização dos Terminais de Pagamento Automático, garantindo a melhoria da qualidade do serviço e a captação de recursos, dando continuidade a campanha de reactivação e recuperação de TPA inativos e ao projecto de atribuição de TPA na Hora, sobretudo nas Agências fora de Luanda e nas Agências localizadas em zonas periféricas;
- Continuidade da disponibilização de um parque de Caixas Automáticas (ATM) que garante o acesso aos produtos e serviços bancários às comunidades, promovendo a inclusão financeira;
- Reabertura de duas Agências em Luanda, com novo conceito de atendimento personalizado, inovador e com oferta diferenciadora que agregam valor à vida dos clientes do segmento *Affluent*. Os centros de atendimento estão localizados no Porto de Luanda e no HCTA – Hotel de Convenções de Talatona;
- O Banco disponibilizou ao mercado os **Kiosk Caixa Angola**, com acesso 24H/7 aos produtos e serviços bancários, compostos por 3 ATM e 1 Máquina de Depósitos Automáticos (MDA), perfazendo um total de 5 Kiosk em várias localizações da cidade de Luanda, nomeadamente, Camama, Benfica, Panguila, Zango e Viana.



VIII) Responsabilidade corporativa e social

Realizar e apoiar acções de âmbito social que beneficiem as comunidades locais são medidas enquadradas no âmbito da cidadania corporativa do Caixa Angola. Estas acções são realizadas



preferencialmente com o envolvimento dos colaboradores do Banco, fazendo destas iniciativas, momentos que também promovam o espírito de equipa e o sentido de pertença à marca.

O Banco manteve em 2024, o seu forte compromisso com a sociedade, promovendo acções e projectos de âmbito social, ambiental e de boa governança, correlacionados com múltiplas áreas.

A nível interno o Caixa Angola promoveu campanhas de recolha e entrega de donativos para o Centro de Acolhimento “Não há órfãos de Deus”.

O Banco promoveu e realizou uma caminhada para os seus colaboradores e membros dos órgãos sociais na marginal de Luanda, que teve como principal objectivo a promoção das actividades físicas e o fomento do espírito de equipa.

O BCGA fomentou junto dos seus colaboradores, uma campanha de limpeza na Praia da Areia Branca, iniciativa aberta ao público em geral, que contou com a participação activa dos colaboradores do Banco, seus familiares e voluntários.

No âmbito do Plano de Actividades do Fundo de Apoio Social (FAS), o BCGA deu continuidade às acções que têm contribuído para a melhoria das condições de vida dos seus colaboradores, tais como o apoio em questões pontuais de emergência social e o apoio em medicina dentária, tendo aumentado em 10%, o *plafond* disponibilizado aos colaboradores. O Banco apoiou por questões de emergência social e de medicina dentária cerca de 82 colaboradores. Em alusão ao Dia Mundial da Criança, o BCGA realizou “A Festa dos Caixinhas”, promovendo o convívio entre colaboradores, cônjuges e filhos menores até aos 12 anos, actividade com impacto muito positivo em termos motivacionais ao colectivo de colaboradores do Caixa Angola.

Estão actualmente inscritos 430 colaboradores do Banco no Plano de Poupança e Reforma (PPR), iniciativa que visa assegurar um complemento à reforma dos colaboradores, por via dos rendimentos gerados por uma carteira de activos gerida num fundo autónomo pela seguradora Fidelidade Angola, com o objectivo de proporcionar um rendimento complementar para o futuro e um apoio adicional ao bem-estar a longo prazo.

IX) Sustentabilidade

A estratégia de sustentabilidade para 2024 desenvolvida em alinhamento com o Plano Estratégico 2021-2024 materializa a ambição do BCGA em tornar-se líder no financiamento sustentável em Angola, apoiando a transição para uma economia sustentável e de baixo carbono com impacto social e ambiental na vida das pessoas e empresas, assente em seis princípios estratégicos de actuação:

- I. Financiamento Sustentável e Inclusivo;
- II. Equidade, Inclusão Digital e Financeira;



- III. Modelos de Governação Transparentes;
- IV. Gestão de Riscos Climáticos e controlo interno;
- V. Iniciativas Ambientais;
- VI. Relato e Divulgação de Informação de Sustentabilidade.

Enquanto instituição de referência no sector financeiro, o Caixa Angola assume como prioritário o apoio à transição para uma economia sustentável e de baixo carbono por via das suas actividades de financiamento e investimento.

Comprometido com o seu papel determinante no desenvolvimento sustentável e inclusivo da sociedade angolana, o Caixa Angola tem vindo a desenvolver projectos e iniciativas para mitigar o impacto ambiental da sua actividade, promovendo o alinhamento das suas práticas com os objectivos nacionais e internacionais a nível climático.

Em termos do Programa de Baixo Carbono, o Caixa Angola apostou no desenvolvimento de novos produtos e soluções financeiras que promovem a adopção de comportamentos e tecnologias de baixo carbono, através do lançamento das linhas de financiamento para a aquisição de viaturas novas e com baixa emissão de dióxido de carbono (CO₂) e aquisição de painéis solares. Trata-se da disponibilização dos primeiros produtos com características ESG do Caixa Angola, o que evidencia a concretização dos compromissos assumidos no domínio do financiamento sustentável, criando valor para os seus clientes e reduzindo o impacto ambiental da sua actividade., nomeadamente:

- I. *Leasing* ESG Automóvel;
- II. *Leasing* ESG Painéis Solares.

O Caixa Angola aderiu voluntariamente ao Pacto Global da ONU, apoiando os seus 10 princípios, além de contribuir com os objectivos preconizados pelas Nações Unidas, em especial os relacionados ao desenvolvimento sustentável.

O Plano de acção de Sustentabilidade que o Banco tem vindo a dinamizar, tem contribuído para o alcance de vários benefícios, nomeadamente a redução de custos e melhoria da eficiência operacional, o acompanhamento das tendências regulatórias, a mitigação de riscos e a promoção da inovação da oferta e a solidificação da marca no mercado.

A existência de um modelo de governo transparente é fundamental para impulsionar a criação de valor de uma forma responsável e diversificada. Nesse âmbito é importante destacar aprovação de três Políticas Corporativas em matéria de Sustentabilidade e ESG, nomeadamente:

- I. Política de Sustentabilidade;



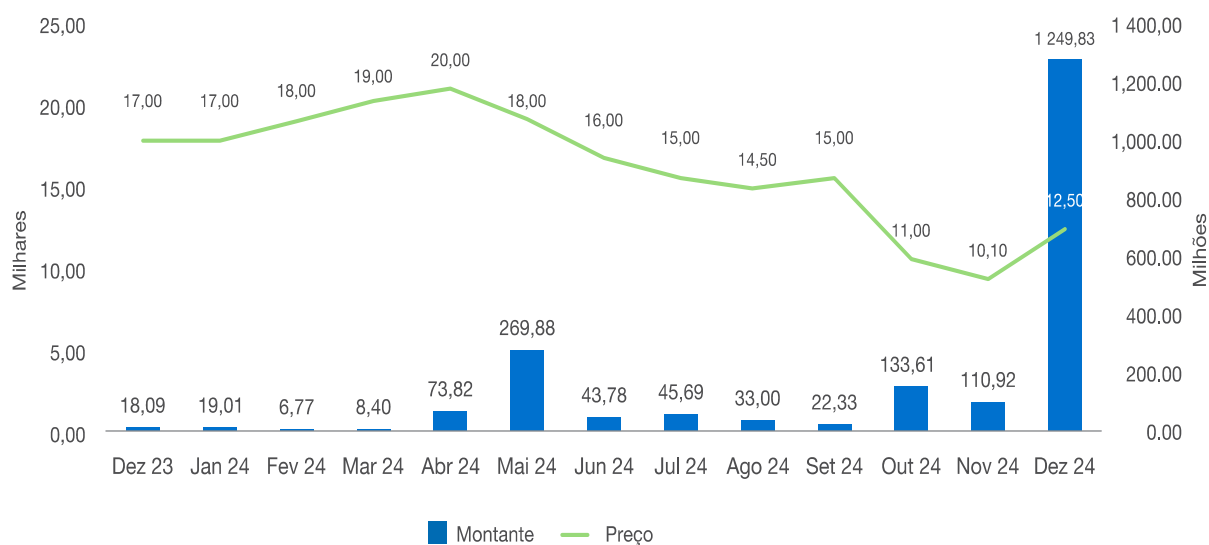
II. Política de Financiamento Sustentável e Transição Energética;

III. Política de Gestão de Riscos Climáticos e Ambientais.

O Caixa Angola está incluindo no grupo de trabalho para ESG e Sustentabilidade (GTESG) da ABANC que tem como missão, analisar e discutir os temas relacionados com a Sustentabilidade e ESG, destacando-se a integração do BCGA no núcleo de coordenação.

Importa destacar a assinatura do protocolo de entendimento com o Fundo de Garantia de Crédito (FGC) com o objectivo de garantir a cobertura dos financiamentos com características sustentáveis.

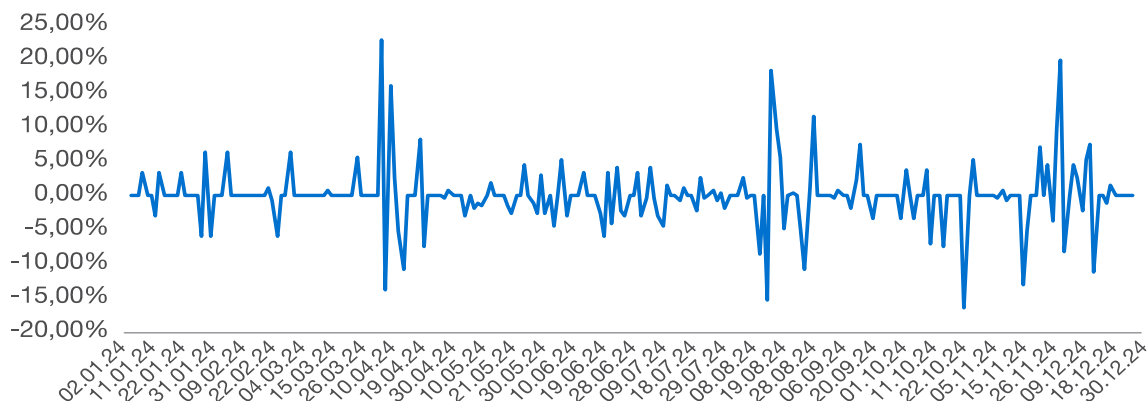
X) Acção BCGA – Comportamento em Bolsa



Nota 1: Preço (em milhares de Kwanzas) da acção do BCGA ao fecho de cada mês, de Dezembro de 2023 a Dezembro de 2024.

Nota 2: Montante (em milhões de Kwanzas) mensal negociado da acção do BCGA ao fecho de cada mês, de Dezembro de 2023 a Dezembro de 2024.

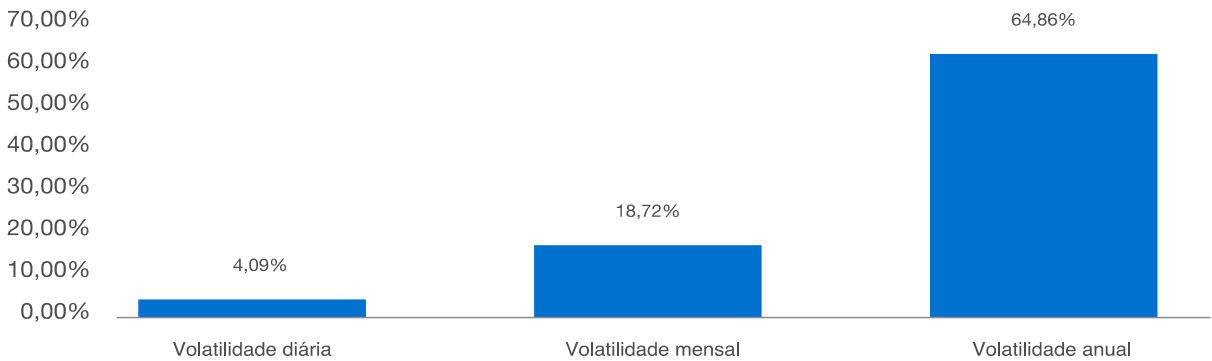
RENTABILIDADE DIÁRIA - 2024



Nota: Rentabilidade diária da acção do BCGA, calculada com base na variação diária.



VOLATILIDADE DIÁRIA, MENSAL E ANUAL - 2024

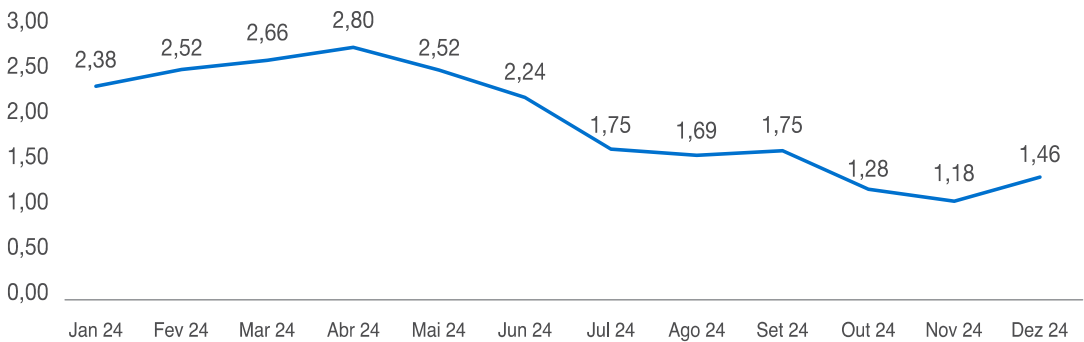


Nota 1: Volatilidade diária da acção do BCGA, calculada com base no desvio padrão da variação diária.

Nota 2: Volatilidade mensal da acção do BCGA, calculada a partir do desvio padrão dos períodos (volatilidade diária) multiplicado pela raiz quadrada do número de períodos escolhido (equivalente a 21).

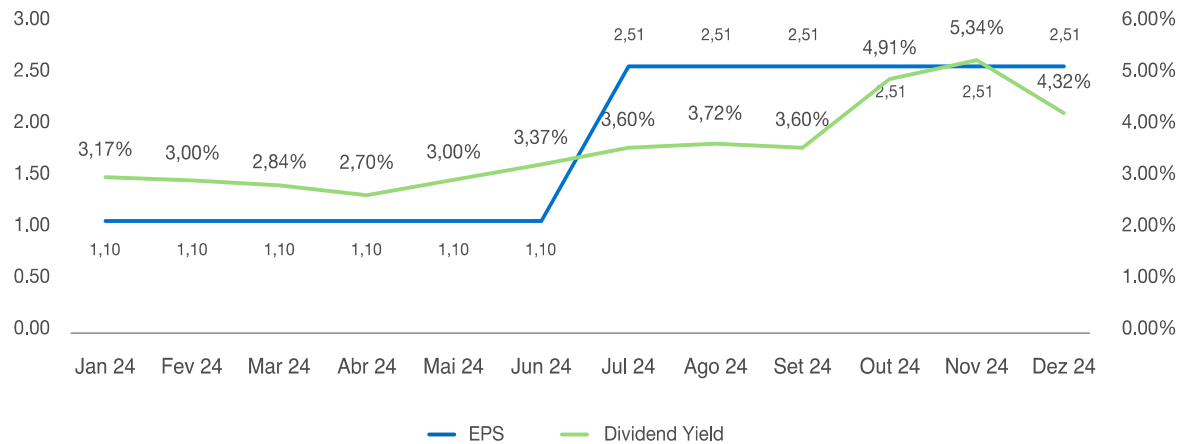
Nota 3: Volatilidade anual da acção do BCGA, calculada a partir do desvio padrão dos períodos (volatilidade diária) multiplicado pela raiz quadrada do número de períodos escolhido (equivalente a 252).

PRICE TO BOOK VALUE - 2024



Nota: *Price to Book Value* mensal da acção do BCGA, calculado com base na divisão do preço da acção ao fecho do mês pelos capitais próprios (ao fecho de 2024) pelo número de acções da Sociedade (20 milhões).

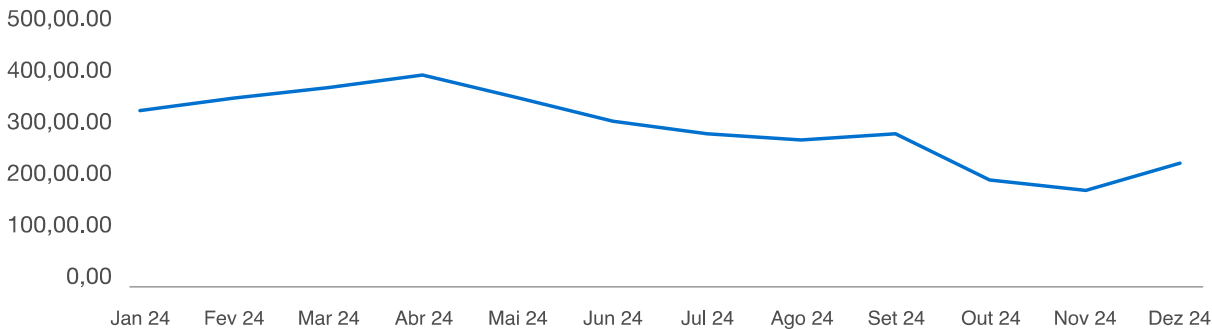
EARNING PER SHARE & DIVIDEND YIELD - 2024



Nota 1: *Earning per Share* mensal da acção do BCGA, calculado com base na divisão do resultado líquido do exercício (a fecho de 2024) pelo número de acções da Sociedade (20 milhões).

Nota 2: *Dividend Yield* mensal da acção do BCGA, calculado com base na divisão do valor do dividendo a pagar (resultado líquido do exercício (estimativa actualizada) x *payout ratio* (considerado 49%) / número de acções da Sociedade (20 milhões)) pelo preço da acção ao fecho do mês.

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA - 2024



Nota: Capitalização bolsista mensal da acção do BCGA, calculada pela multiplicação do número de acções da Sociedade (20 milhões) pelo preço da acção ao fecho do mês.

Comunicação com o Mercado:

- Informação ao Mercado e aos seus Accionistas sobre as deliberações da Assembleia Geral anual de 28 de Março de 2024;
- Informação ao Mercado e aos seus Accionistas sobre o pagamento de dividendos referente ao exercício de 2023;
- Informação ao Mercado e aos seus Accionistas sobre a liquidação de dividendos referente ao exercício de 2023;
- Informação ao Mercado sobre a decisão de condenação do Banco Nacional de Angola proferida no âmbito de um processo de contravenção resultante do plano de inspecções do Supervisor Bancário às Instituições Financeiras Bancárias, com base em dados de transacções que remontam ao período de 2018 a 2021.



D. Informação Financeira

I) Análise financeira

O Resultado Líquido do Caixa Angola registou um crescimento de 36,74%, face ao resultado de 2023, com o Produto Bancário a crescer 23,54%, positivamente impactado pelas Comissões Líquidas (mais 83,95%) e pela margem financeira, (mais 27,69%) comparativamente ao período homólogo. Após a dedução do Imposto sobre o Lucro, o Resultado Líquido do presente exercício, ascendeu ao montante de mKz 50 104 090.

	Dez.24	Dez.23	Var. Hom.	Var. Hom. %
Margem Financeira	63 292 554	49 567 425	13 725 129	27.69%
Comissões Líquidas	17 018 008	9 251 432	7 766 577	83.95%
Resultados de Operações Financeiras (ROF)	17 307 060	20 286 100	(2 979 040)	-14.69%
Outros Resultados de Exploração (ORE)	(2 436 458)	(2 060 826)	(375 632)	18.23%
Produto Bancário	95 181 164	77 044 130	18 137 034	23.54%
Custos com o Pessoal	(17 059 981)	(14 213 166)	(2 846 815)	20.03%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	(9 271 369)	(7 700 673)	(1 570 696)	20.40%
Depreciações e Amortizações do Exercício	(3 756 705)	(3 024 845)	(731 859)	24.19%
Custos de Estrutura	(30 088 055)	(24 938 684)	(5 149 371)	20.65%
Resultado de Exploração	65 093 109	52 105 446	12 987 664	24.93%
Provisões Líquidas de Anulações	(1 134 028)	(1 495 554)	361 526	-24.17%
Imparidades de Crédito	(4 148 864)	(7 353 665)	3 204 801	-43.58%
Imparidade para Outros Activos Financeiros	967 149	(437 823)	1 404 972	<200%
Imparidade para Outros Activos	(368 535)	(465 304)	96 769	-20.80%
Resultados antes de Impostos	60 408 831	42 353 101	18 055 730	42.63%
Imposto sobre o Lucro	(10 304 741)	(5 711 884)	(4 592 858)	80.41%
Resultado Líquido	50 104 090	36 641 217	13 462 873	36.74%

Margem Financeira

A margem financeira ascendeu a mKz 63 292 554, um valor, superior em mKz 13 725 129 ao registado no período homólogo, o que se traduz numa variação de 27,69%.

O crescimento registado na Margem Financeira foi impulsionado pelo aumento dos proveitos de crédito a clientes, por conta do crescimento sustentado da carteira em moeda estrangeira e, pela respectiva apreciação cambial, apesar da queda registada nas taxas de juro durante o primeiro quadrimestre do ano, e proveitos de aplicações de liquidez que registaram um aumento de 40,27% e 253%, respectivamente.

Relativamente a encargos, registou-se um incremento de 40,72% a nível da rubrica de custos de depósitos de clientes resultante da estratégia de captação de recursos e do aumento das taxas de juro passivas, cada vez mais competitivas.



	Valores em milhares de Kwanzas		
	Dez.24	Dez.23	Var. Hom.
Juros e rendimentos similares			
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Juros de crédito a clientes	44 136 533	31 465 557	40.27%
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	9 108 491	2 580 134	>200%
Juros de investimentos ao custo amortizado	36 339 301	34 068 091	6.67%
	89 584 325	68 113 781	31.52%
Activos financeiros mensurados ao justo valor			
Juros de crédito a clientes	0	136 787	-100.00%
	0	136 787	-100.00%
	89 584 325	68 250 568	31.26%
Juros e encargos similares			
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	-	(902 129)	-100.00%
Juros de recursos de clientes	(26 169 409)	(17 660 087)	48.18%
Juros de passivos de locação	(122 362)	(120 927)	1.19%
	(26 291 771)	(18 683 143)	40.72%
Margem Financeira	63 292 554	49 567 425	27.69%

Comissões de Serviços a Clientes

As Comissões Líquidas mantiveram-se como principal contribuidor no crescimento do Produto Bancário, ascendeu a mKz 17 018 008, um valor superior em mKz 7 766 577, cerca de 83,95% superior ao registado no período homólogo.

O crescimento do negócio de *Trade Finance* merece destaque, tendo ascendido a mKz 11 954 968, um valor superior em mKz 6 195 663 (107,61%) ao registado no período homólogo, principalmente o crescimento das comissões de CDI (3,4 vezes superior), comissões de cobrança de prémio de Descoberto e Imobilização (4,7 vezes superior) e comissões de OPE (7,21% acima), que refletem a tendência dos clientes por garantir divisas para as importações numa data futura, com fixação prévia da taxa de câmbio, para lidar com a escassez de divisas e com a incerteza na sua obtenção e na taxa de câmbio.

	Valores em milhares de Kwanzas			
	Dez.24	Dez.23	Variação	
			Valor	%
Com. Créditos Documentários (CDI)	3 687 756	1 078 006	2 609 750	>200%
Com. Créditos Documentários (CDE)	-	967	(967)	-100,00%
Com. Operações de Pagamento ao Estrangeiro (OPE)	4 007 006	3 737 421	269 585	7,21%
Com. Registo Remessas Documentárias (RDIM)	22 409	47 106	(24 697)	-52,43%
Com. TPA/ATM	2 816 089	2 073 899	742 190	35,79%
Com. Limite de Descoberto e Imobilização	4 237 797	895 805	3 341 992	>200%
Com. Cartões de Crédito	769 340	379 577	389 763	102,68%
Com. Carteira de Títulos	29 116	(246 034)	275 150	-111,83%
Com. Transferências Internas/Salários	354 926	309 295	45 630	14,75%
Com. Garantias Prestadas	141 898	212 917	(71 019)	-33,36%
Com. Conta DO	181 922	387 840	(205 917)	-53,09%
Com. Seguros Fidelidade	318 435	204 895	113 540	55,41%
Com. Cheques	3 495	4 842	(1 347)	-27,82%
Com. Assessoria Especializada	83 472	-	83 472	-
Com. Gestão de Leasing	105 930	-	105 930	-
Com. Outras	258 418	164 896	93 522	56,72%
Resultado de serviço de comissões	17 018 008	9 251 432	7 766 576	83,95%



Resultados Cambiais

Em termos comparativos os Resultados de Operações Financeiras, sinalizam uma redução de 14,69% face ao período homólogo, como resultado da comparação com a base em 2023, ano durante o qual ocorreu uma depreciação significativa e extraordinária do Kwanza com o foco no segundo quadrimestre do ano, tendo permitido um forte crescimento nos resultados de reavaliação cambial de balanço nessa altura, que não é recorrente. Por outro lado, há um efeito quantidade negativo à nível da reavaliação de títulos, pela dificuldade em encontrar instrumentos de dívida a preço equilibrado e racional, para reinvestir os vencimentos em risco soberano com vista a aumentar a liquidez disponível para compromissos com os clientes.

Adicionalmente, verificou-se uma redução do negócio de compra e venda de divisas, menos 9,68% comparativamente ao período homólogo, sobretudo fruto da redução das margens do negócio cambial, com o aumento da oferta dos pares no mercado que resultou da introdução da obrigatoriedade do repasse das divisas adquiridas em mercado aos bancos que a elas, por questões diversas, não têm acesso directo.

Valores em milhares de Kwanzas

	Dez.24	Dez.23	Variação	
			Valor	%
Reavaliação de Balanço	8 659 654	6 354 738	2 304 916	36.27%
Reavaliação de Títulos	1 206 829	4 673 825	(3 466 996)	-74.18%
Reavaliação de Depósitos	(263 656)	(46 013)	(217 643)	>200%
Compra e Venda de Notas	31 525	27 912	3 613	12.94%
Compra e Venda de Divisas	7 672 707	8 494 794	(822 087)	-9.68%
Result.activos financ.avaliados ao jv através de resultados	-	780 844	(780 844)	-100.00%
Resultado de Operações Financeiras	17 307 060	20 286 100	(2 979 040)	-14.69%

Outros Resultados de Exploração

A variação em Outros Resultados de Exploração é de 18,23% face ao período homólogo, destaca-se positivamente a descontinuidade de pagamento da taxa de custódia sobre o excesso das reservas livres, com impacto na rubrica de Impostos e taxas não incidentes sobre o Resultado.

Valores em milhares de Kwanzas

	Dez.24	Dez.23	Variação	
			Valor	%
Impostos e Taxas não incidentes sobre o Resultado	(1 310 756)	(1 992 585)	681 829	-34,22%
Penalidades aplicadas por Entidades Reguladoras	(484 466)	(168 268)	(316 197)	187,91%
Outros Custos Administrativos e de Comercialização	(47 683)	(32 932)	(14 751)	44,79%
Outros	(593 555)	132 959	(726 513)	<200%
Outros Resultados de Exploração	(2 436 458)	(2 060 826)	(375 632)	18,23%



Custos de Estrutura

Os Custos de Estrutura, em termos homólogos, tiveram um crescimento de 20,65% (6,85% abaixo da taxa de inflação homóloga de Dezembro), tendo atingido um montante de mKz 30 088 055, mais mKz 5 149 371 do que no ano anterior.

Os Custos com Pessoal ascenderam ao montante de mKz 17 059 891, mais 20,03% face ao período homólogo. Os encargos com a remuneração dos Órgãos Sociais (Executivos e não Executivos) tiveram um crescimento homólogo de 26,8%, ajustados à deliberação da Assembleia Geral de Abril de 2023, sobre os mesmos e, impactados pela depreciação cambial do Kwanza face ao USD. Relativamente aos colaboradores, a variação homóloga de 18,89% é explicada pelas progressões (127 em 2023 e 139 em 2024) e promoções (56 em 2023 e 53 em 2024) de colaboradores, pelas novas admissões e pela revisão da tabela salarial dos colaboradores do Banco, introduzindo um valor mínimo para a remuneração base, com um aumento significativo face ao ano anterior.

Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros registaram um crescimento de 20,40% face ao período homólogo, justificado pela aceleração contínua da inflação, pelo impacto da depreciação cambial ocorrida em meados de 2023, pela introdução da Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais (CEOC) e pela entrada em vigor da nova pauta aduaneira, considerando que grande parte dos fornecedores têm necessidade de importação, ou têm matriz internacional no processo produtivo

	Dez.24	Dez.23	Valores em milhares de Kwanzas	
			Variação	
				%
Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização				
Remuneração mensal	2 194 438	1 841 502	352 936	19.17%
Remunerações adicionais	235 999	122 022	113 977	93.41%
Encargos sociais obrigatórios	171 103	88 239	82 864	93.91%
	2 601 540	2 051 763	549 777	26.80%
Colaboradores				
Remuneração mensal	6 687 476	5 539 114	1 148 362	20.73%
Remunerações adicional	5 502 957	4 855 573	670 427	13.81%
Encargos sociais obrigatórios	1 035 249	838 528	196 720	23.46%
Encargos sociais facultativos	778 864	673 548	99 866	14.83%
Outros	453 895	254 641	181 662	71.34%
	14 458 441	12 161 404	2 297 038	18.89%
Custo com o pessoal	17 059 981	14 213 166	2 846 815	20.03%

Valores em milhares de Kwanzas

	Dez.24	Dez.23	Variação	
			Valor	%
Auditorias consultorias e outros serviços técnicos especializados	4 681 725	3 789 937	891 788	23.53%
Segurança conservação e reparação	1 520 607	1 361 852	158 756	11.66%
Deslocações e alojamentos	266 213	295 739	(29 526)	-9.98%
Formação	431 989	205 822	226 168	109.89%
Comunicações	995 579	878 793	116 786	13.29%
Água e energia	60 899	65 348	(4 449)	-6.81%
Publicações publicidade e propaganda	765 912	623 394	142 518	22.86%
Materiais diversos	189 373	137 452	51 921	37.77%
Seguros	137 313	126 985	10 328	8.13%
Outros fornecimentos de terceiros	221 758	215 350	6 408	2.98%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	9 271 369	7 700 673	1 570 696	20.40%

Análise do Balanço

Em 2024, o activo do Caixa Angola atingiu um montante de mKz 1 091 317 412, um acréscimo de 3,28% face a Dezembro de 2023. Esta variação deve-se principalmente pelo crescimento do agregado de disponibilidades, com maior destaque para as disponibilidades em outras instituições de crédito (mais 53,81%) e o crescimento da carteira de crédito em 10,86%.

Valores em milhares de Kwanzas

	Jun.24	Dez.23	Variação	
			Valor	%
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	187 616 248	28 713 987	15,30%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 486 129	129 837 401	(45 351 272)	-34,93%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	104 013 462	67 625 726	36 387 736	53,81%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	446 472	287 597	158 875	55,24%
Investimentos ao custo amortizado	267 464 666	294 715 744	(27 251 077)	-9,25%
Crédito a clientes ao custo amortizado	391 726 192	353 352 559	38 373 633	10,86%
Outros activos tangíveis	13 421 550	12 597 955	823 595	6,54%
Activos intangíveis	7 332 581	3 661 222	3 671 359	100,28%
Activos por impostos correntes	691 056	240 623	450 434	187,20%
Activos por impostos diferidos	0	831 733	(831 733)	-100,00%
Outros activos	5 405 070	5 862 922	(457 852)	-7,81%
Total do Activo	1 091 317 413	1 056 629 730	34 687 683	3,28%
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	4 100 595	5 809 869	(1 709 274)	-29,42%
Recursos de clientes e outros empréstimos	895 478 398	898 520 128	(3 041 730)	-0,34%
Provisões	3 231 462	2 120 185	1 111 276	52,41%
Passivos por impostos correntes	2 416 207	709 793	1 706 414	>200%
Passivos por impostos diferidos	4 300 546	0	4 300 546	-
Outros passivos	10 516 152	10 445 275	70 877	0,68%
Total do Passivo	920 043 360	917 605 249	2 438 111	0,27%
Capital Social	60 000 000	60 000 000	0	0,00%
Reservas de reavaliação	361 967	262 289	99 678	38,00%
Outras reservas e resultados transitados	60 807 996	42 120 975	18 687 022	44,37%
Resultado Líquido do Exercício	50 104 090	36 641 217	13 462 873	36,74%
Total do capital próprio	171 274 053	139 024 482	32 249 572	23,20%
Total do passivo e do capital próprio	1 091 317 413	1 056 629 730	34 687 683	3,28%



Crédito a Clientes

O crédito bruto teve um crescimento de 10,59%, com a imparidade de crédito em balanço a crescer 4,0% para o montante de mKz 15 103 870, tendo o rácio de crédito com incumprimento face ao crédito total (NPL) registado uma redução de 3,9% em Dezembro de 2023 para 4,7%, cerca de 0,8 p.p.

O rácio de cobertura do crédito total por imparidade registou um ligeiro decréscimo de 0,23 p.p, fixando-se em 3,67% a Dezembro de 2024.

	Valores em milhares de Kwanzas		
	Dez.24	Dez.23	Var. Hom.
Crédito ao custo amortizado	406 830 062	367 874 777	10,59%
Crédito e juros sem incumprimento			
Administração pública	136 063 148	139 105 469	-2,19%
Empresas	206 360 730	170 040 425	21,36%
Particular	35 543 270	27 146 320	30,93%
	377 967 148	336 292 214	12,39%
Crédito e juros em incumprimento			
Até 3 meses	6 623 583	5 669 887	16,82%
De 3 meses a 1 ano	6 094 706	5 024 771	21,29%
De 1 a 5 anos	16 144 625	20 751 792	-22,20%
Mais de 5 anos	-	136 113	-100,00%
	28 862 914	31 582 563	-8,61%
Perdas por Imparidade	(15 103 870)	(14 522 218)	4,01%
Total	391 726 192	353 352 559	10,86%

Carteira de Títulos

A carteira de investimentos ao custo amortizado, registou uma redução de 9,25% face a Dezembro 2023 tendo ascendido ao montante de mKz 267 464 666 contra os mKz 294 715 744 registados ao fecho de 2023, o que representa cerca de 24,51% do total do activo.

As perdas por imparidade tiveram igualmente uma redução em cerca de 24,69%, para mKz 3 290 490 quando comparado com o fecho de 2023.

	Valores em milhares de Kwanzas		
	Dez.24	Dez.23	Var. Hom.
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo			
Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional			
Indexadas à Taxa de Câmbio do Dólar dos Estados Unidos	581 246	12 299 347	<200%
Não Reajustáveis	89 994 012	159 288 273	-43,50%
	90 575 258	171 587 620	-47,21%
Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira	50 688 626	90 366 656	-43,91%
Bilhetes do Tesouro	129 491 272	37 130 712	>200%
	180 179 898	127 497 368	41,32%
Perdas por Imparidade	(3 290 490)	(4 369 244)	-24,69%
	267 464 666	294 715 744	-9,25%

II) Proposta de aplicação dos resultados de 2024

Tendo em consideração:

- A. As disposições legais e estatutárias;
- B. O estipulado nos estatutos do Banco e a necessidade de garantir uma certa estabilidade no rácio de dividendo a distribuir aos Accionistas;
- C. Que a Reserva Legal mínima obrigatória não está ainda integralmente constituída;
- D. Que o BCGA atingiu no fecho do ano de 2024 um Resultado Líquido do Exercício de 50.104.089.980,82 de Kwanzas (Cinquenta mil, cento e quatro milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oitenta Kwanzas e oitenta e dois cêntimos), conforme o Relatório e Contas a submeter aos Senhores Accionistas;
- E. Que o Fundo de Apoio Social não se encontra devidamente aprovisionado para fazer face ao seu orçamento de âmbito do compromisso com o apoio social dos colaboradores do Banco para os próximos anos, considerando o histórico;
- F. Que o BCGA continuará a promover e a defender o equilíbrio entre a rentabilidade proporcionada aos Accionistas e a solidez e robustez do banco, no que concerne a preservação do seu capital e a adequação do seu rácio de solvabilidade ao novo enquadramento legal e numa perspectiva de crescimento.

O Conselho de Administração do Banco propõe:

Nos termos da alínea f) do nº 2 do Art. 71º e da alínea b) no nº 1 do Art. 396º da Lei das Sociedades Comerciais, bem como da alínea a) do nº 2 do Art. 11º e do nº 1 do Art. 28º dos Estatutos do BCGA, que o resultado líquido do exercício, no montante de 50.104.089.980,82 de Kwanzas (Cinquenta mil, cento e quatro milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oitenta Kwanzas e oitenta e dois cêntimos), seja aplicado do seguinte modo:

- I. 10% para Reserva Legal, no montante de 5.010.408.998,08 de Kwanzas;
- II. 49% para dividendos, no montante de 24.551.004.090,60 de Kwanzas;
- III. 40% para incorporação na rubrica “Outras Reservas” do balanço, no montante de 20.041.635.992,33 de Kwanzas;
- IV. O restante (1%) para o Fundo de Apoio Social, no montante de 501.040.899,81 de Kwanzas.

Que a cada acção emitida, seja pago o dividendo unitário de 1.227,55 Kwanzas, um valor superior em 36,74%, ao dividendo unitário pago no ano anterior.



02

Demonstrações
Financeiras

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

mkz	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Juros e rendimentos similares	4	89 584 325	68 250 568
Juros e encargos similares	4	(26 291 771)	(18 683 143)
Margem financeira		63 292 554	49 567 425
Rendimentos de serviços e comissões	5	21 341 805	12 910 070
Encargos com serviços e comissões	5	(4 323 797)	(3 658 638)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados	17	-	66 676
Resultados de investimentos ao custo amortizado	16	-	714 169
Resultados cambiais	6	17 307 060	19 505 255
Resultados de alienação de outros activos	7	52 124	12 811
Outros resultados de exploração	8	(2 488 582)	(2 073 638)
Produto da actividade bancária		95 181 164	77 044 130
Custos com pessoal	9	(17 059 981)	(14 213 166)
Fornecimentos e serviços de terceiros	10	(9 271 369)	(7 700 673)
Depreciações e amortizações do exercício	18 e 19	(3 756 705)	(3 024 845)
Provisões líquidas de anulações	24	(1 134 028)	(1 495 554)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	17	(4 148 864)	(7 353 665)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	13,14 e 16	967 149	(437 823)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	18,19 e 21	(368 535)	(465 304)
Resultado antes de impostos de operações em continuação		60 408 831	42 353 100
Impostos sobre os resultados			
Correntes	20	(5 034 038)	(2 808 266)
Diferidos	20	(5 270 703)	(2 903 617)
Resultado Líquido do Exercício		50 104 090	36 641 217
Número médio de acções ordinárias emitidas	11	20 000 000	20 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	11	2 505	1 832
Resultados por acção diluídos (em kwanzas)	11	2 505	1 832

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Cifredo da Costa de Menezes

Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Administração


Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral
para o exercícios findo em 31 de Dezembro de 2024

mKz	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Resultado líquido do Exercício		50 104 090	36 641 217
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados para resultados (líquidos do efeito fiscal)			
Varição de justo valor de instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral	15	99 678	103 286
Total do Rendimento Integral		50 203 768	36 744 503

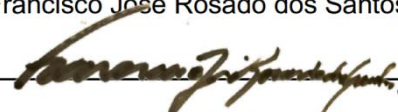
O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Citero da Costa de Menezes



Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos

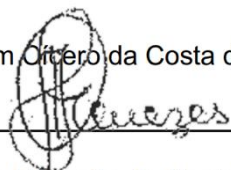


Pela Administração

Balanço**Balanço
em 31 de Dezembro de 2024**

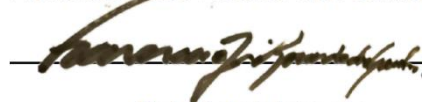
mkz	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	216 330 235	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	84 486 129	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	14	104 013 462	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	446 472	287 597
Investimentos ao custo amortizado	16	267 464 666	294 715 744
Crédito a clientes	17	391 726 192	353 352 559
Outros activos tangíveis	18	13 421 550	12 597 955
Activos intangíveis	19	7 332 581	3 661 222
Activos por impostos correntes	20	691 056	240 623
Activos por impostos diferidos	20	-	831 733
Outros activos	21	5 405 070	5 862 922
Total do activo		1 091 317 413	1 056 629 730
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	22	4 100 595	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	895 478 398	898 520 128
Provisões	24	3 231 462	2 120 185
Passivos por impostos correntes	20	2 416 207	709 793
Passivos por impostos diferidos	20	4 300 546	-
Outros passivos	25	10 516 152	10 445 274
Total do passivo		920 043 360	917 605 249
Capital Social	26	60 000 000	60 000 000
Reservas de reavaliação	27	361 967	262 289
Outras reservas e resultados transitados	27	60 807 996	42 120 975
Resultado Líquido do Exercício		50 104 090	36 641 217
Total do capital próprio		171 274 053	139 024 481
Total do passivo e do capital próprio		1 091 317 413	1 056 629 730

Joaquim Citero da Costa de Menezes



Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos



Pela Administração

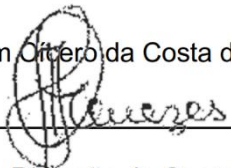
Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

			Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados					
mKz	Notas	Capital Social	Reser-vas de justo valor	Sub-to-tal	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Sub-Total	Resultado líquido do exercício	Total Capital Próprio	
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		60 000 000	159 003	159 003	9 532 325	15 348 406	24 880 731	34 480 487	119 520 221	
Aplicação do resultado líquido do Período										
Transferência para outras reservas	27	-	-	-	-			(34 480 487)	-	
Transferência para reserva legal	27	-	-	-	3 448 048	34 480 487	34 480 487		-	
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	(3 448 048)	-	-	(17 240 243)	
Alterações de justo valor	15	-	103 286	103 286	-	(17 240 243)	(17 240 243)	-	103 286	
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	36 641 217	36 641 217	
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		60 000 000	262 289	262 289	12 980 373	29 140 602	42 120 975	36 641 217	139 024 481	
Aplicações do resultado líquido do Período										
Transferência para outras reserva	27	-	-	-	-	36 641 217	36 641 217	(36 641 217)	-	
Transferência para reserva legal	27	-	-	-	3 664 122	(3 664 122)	-		-	
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	(17 954 196)	(17 954 196)	-	(17 954 196)	
Alterações de justo valor	15	-	99 678	99 678	-	-	-	-	99 678	
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	50 104 090	50 104 090	
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		60 000 000	361 967	361 967	16 644 495	44 163 501	60 807 996	50 104 090	171 274 053	

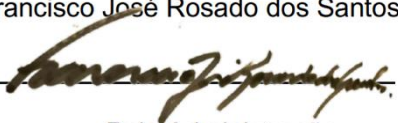
O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Citero da Costa de Menezes



Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos



Pela Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

mkz	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		108 743 072	88 741 784
Juros, comissões e outros proveitos equiparados pagos		(33 664 447)	(22 507 271)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(26 502 414)	(21 009 499)
Outros resultados		5 201 229	6 381 307
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		53 777 440	51 606 321
Aumento/Diminuições nos activos e passivos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		(23 305 324)	(6 465 359)
Crédito a clientes		(22 906 517)	(144 724 641)
Recursos de instituições de crédito		(1 739 411)	3 959 784
Recursos de clientes e outros empréstimos		(41 737 392)	46 222 348
Outros activos e passivos operacionais		638 984	108 653
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(89 049 660)	(100 899 215)
Impostos sobre os lucros pagos		(3 778 057)	(6 841 195)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		(39 050 277)	(56 134 089)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Investimentos ao custo amortizado		34 176 452	34 557 298
Compra de imobilizações		(8 653 086)	(5 043 103)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		25 523 366	29 514 195
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Dividendos de acções ordinárias pagos	27	(17 954 196)	(17 240 243)
Pagamentos referentes a passivos da locação	25	(54 312)	(382 953)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(18 008 508)	(17 623 196)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(31 535 419)	(44 243 090)
Caixa e equivalentes no início do período		317 204 581	264 809 543
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(31 535 419)	(44 243 090)
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		14 653 021	96 638 128
Caixa e equivalentes no fim do período		300 322 183	317 204 581
Caixa	12	7 657 099	6 084 161
Disponibilidades em Bancos Centrais	12	208 673 136	181 532 087
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	83 991 948	129 588 333
Caixa e equivalentes		300 322 183	317 204 581

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Orfêro da Costa de Menezes

Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Administração

I) Notas às demonstrações financeiras

Nota 1 - Nota Introdutória

O Banco Caixa Geral Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “Caixa Angola”) foi constituído por Escritura Pública de 1 de Julho de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do então denominado Banco Totta & Açores, S.A. (“Sucursal”) em banco de direito local, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”) de 15 de Maio de 2002 e da resolução do Conselho de Ministros de 23 de Fevereiro de 2002, que autorizaram a sua constituição.

No âmbito desta operação e na sequência da deliberação da Comissão Executiva do Conselho de Administração do então Banco Totta & Açores, S.A. de 12 de Junho de 2002, foi transferida a totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações afectos à anterior Sucursal, para o Banco. Neste contexto, a Sucursal foi encerrada no dia 30 de Junho de 2002, pelo valor apurado no balancete de encerramento, o qual foi aplicado na realização de 99,98492% do capital inicial do Banco.

Aquando da reorganização da sua estrutura accionista, a 2 de Julho de 2009, a qual se traduziu na entrada de novos accionistas, designadamente, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD”) através da Partang SGPS, S.A. e a Sonangol através da Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P. e da Sonangol Holdings, Lda. foi alterada a sua denominação social, passando para Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Nessa mesma data, foi efectuado um aumento do seu capital social de mKz 794.400 para mKz 9.376.913, através da entrada em dinheiro de mKz 7.780.600, correspondentes a USD 100.000.000, o qual foi realizado por todos os accionistas na proporção da participação detida nesta data. Os remanescentes mKz 801.913 do aumento de capital foram realizados por integração de reservas livres. Após este aumento de capital, o valor unitário das acções foi redenominado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas, tendo as 857.500.000 acções sido convertidas em 17.150.000 acções.

No dia 8 de Julho de 2015, o Banco Santander Totta e a Santotta - Internacional SGPS anunciaram a venda da sua participação de 49% no capital social da Partang SGPS, S.A. à Caixa Geral de Depósitos, passando este Banco a deter a totalidade do capital daquela sociedade.

Na sequência desta venda, em 22 de Janeiro de 2016, a denominação do Banco foi alterada para Banco Caixa Geral Angola, S.A., comercialmente designado por Caixa Angola.

No dia 28 de Dezembro de 2020, a Caixa Geral de Depósitos procedeu à incorporação da Partang SGPS, S.A. através de um processo de fusão, passando a deter participação directa no Caixa Angola.

Assim, a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o Caixa Angola era detido maioritariamente pela CGD.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral, em 9 de Março de 2022, foi decidido proceder ao aumento de capital social por incorporação de reservas livres no valor de mKz 51.425.000, a ser realizado pelo aumento do número de acções dos anteriores 17.150.000 para 20.000.000 e pelo aumento do valor nominal das acções de Kz 500 para Kz 3000, tendo-se cifrado o capital social no valor de mKz 60.000.000 (ver nota 26). Este aumento de capital foi realizado no âmbito da operação de abertura do capital social do Caixa Angola em Bolsa ocorrida em Setembro de 2022.

Em Setembro de 2022, o Banco Caixa Geral Angola S.A. tornou-se o primeiro banco de capital maioritariamente estrangeiro e a segunda empresa angolana a ter acções admitidas à negociação na Bolsa de Dívida e de Valores de Angola (BODIVA).

O Banco tem como missão consolidar-se como um banco estruturante do sistema financeiro nacional, reconhecido pela sua contribuição para o desenvolvimento económico, o reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas nacionais, e a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.

Tendo presente esta missão, a actividade do Banco é orientada pelos seguintes valores: rigor, transparência, segurança, responsabilidade e integridade, e respeito.

Assim, o Caixa Angola é hoje uma marca tradicional, com 31 anos de actividade, focado em contribuir para o sucesso e crescimento dos seus clientes, em participar activamente no progresso e desenvolvimento do País, não esquecendo o posicionamento de Angola no mundo global, corporizando a sua estratégia na nova assinatura - "Um Banco Local. Uma Rede Global."

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos ou em outros activos para os quais se encontra devidamente autorizado.

O Banco oferece um conjunto de serviços e uma carteira de produtos diversificada, com particular destaque para a área de crédito aos sectores produtivos em apoio à iniciativa de diversificação da economia para sectores não petrolíferos e para os serviços diversos relacionados com os pagamentos internacionais, direccionados a empresas e empresários em nome individual, para apoiar o comércio externo. Deste modo, o Banco visa financiar empresários de pequena e média dimensão, dispondo para o efeito de uma rede nacional de 27 balcões e 4 centros de empresas, distribuídos por 9 províncias (Cabinda, Zaire, Luanda, Lunda Sul, Benguela, Huambo, Huíla, Namibe e Kwanza Sul).

Dos balcões em actividade, 18 balcões encontram-se localizados na cidade de Luanda e os restantes nas outras províncias. Os centros de empresas estão também localizados na província de Luanda.

Nota 2 – Bases da preparação e Políticas contabilísticas materiais

2.1 Bases da Preparação

No âmbito do disposto no Aviso n.º 5/2019 de 30 de Agosto, do BNA, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações. As IAS/IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Banco agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

As políticas contabilísticas materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, excepto no que se refere às novas normas emitidas.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de kwanzas (mKz), arredondados ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas na Nota 3.

As normas contabilísticas recentemente emitidas e aplicáveis ao Banco, incluindo as de 31 de Dezembro de 2024 que ainda não se encontram em vigor, podem ser analisadas na Nota 2.2.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de Fevereiro de 2025, e estão sujeitas à aprovação dos accionistas e serão submetidas para a aprovação da Assembleia Geral, que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adopção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efectivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de Janeiro de 2024:

- I. **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como:
 - a) O valor contabilístico dos passivos;
 - b) A natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento;
 - c) Os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.
- II. **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados, para permitir:
 - i) A avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade;
 - ii) O entendimento do impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020.
- III. **IFRS 16** (alteração) 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente dos passivos de locação, no âmbito de transações de venda e relocação, que qualificam como "vendas" à luz dos princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são variáveis e não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão

determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que não reconheçam ganhos/(perdas) relativamente ao Activo sob direito de uso retido. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

As alterações que se tornaram efectivas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025:

- I. **IAS 21** (alteração), ‘Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospectiva sem a reexpressão do comparativo, devendo a transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação).

- II. **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), ‘Alterações à classificação e mensuração de financiamentos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026).

As alterações efetuadas referem-se a:

- i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns activos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos;
- ii) clarificação e exemplificação sobre quando um activo financeiro cumpre com o critério de os *cash flows* contratuais corresponderem” apenas ao pagamento de principal e juros” (“SPPI”), tais como:
 - 1) activos sem direito de recurso;
 - 2) instrumentos contratualmente associados;
 - 3) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo (“ESG”);
- iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e

- iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Estas alterações aplicam-se na data em que se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo.
- III. **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** ((alteração), ‘Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fonte renovável’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026) As alterações pretendem melhorar o relato dos efeitos financeiros dos contratos negociados que têm por base a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, sujeitos a variabilidade na quantidade gerada devido ao facto de esta estar dependente de condições naturais não controláveis. Essas alterações pretendem:
- i) clarificar a aplicação dos requisitos da isenção de “uso próprio” da IFRS 9;
 - ii) permitir a aplicação da contabilidade de cobertura quando os contratos de aquisição de eletricidade de fonte renovável são designados como instrumento de cobertura; e
 - iii) adicionar novos requisitos de divulgação à IFRS 7 para uma melhor compreensão do impacto destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade. Esta alteração será de aplicação retrospectiva sem reexpressar os períodos comparativos, exceto quanto à designação de cobertura que deverá ser aplicada prospectivamente.
- IV. **Melhorias anuais – ‘volume 11’** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas. Este volume de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.
- V. **IFRS 18** (nova norma), ‘Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). A IFRS 18 irá substituir a atual IAS 1. Mantendo muitos dos princípios existentes na IAS 1, a IFRS 18 dá um maior enfoque na especificação de uma estrutura para a demonstração dos resultados, composta por categorias e subtotais obrigatórios. Os itens da demonstração dos resultados serão classificados numa de três categorias: operacional, investimento, financiamento. Serão exigidos subtotais e totais especificados, sendo a principal alteração a inclusão obrigatória do subtotal “Resultado operacional”. Esta norma inclui também melhorias na divulgação das medidas de desempenho da gestão, incluindo a reconciliação com o subtotal mais próximo exigido pelas IFRS. Esta norma vem ainda reforçar a orientação sobre os princípios de agregação e desagregação da informação constante das demonstrações financeiras e respetivas notas, com base nas suas características partilhadas. Esta norma aplica-se retrospectivamente.

- VI. **IFRS 19** (nova norma) ‘Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). A IFRS 19 é uma norma voluntária que permite às subsidiárias elegíveis utilizar as IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A IFRS 19 é uma norma que apenas trata de divulgações sendo aplicada em conjunto com os requisitos das restantes IFRS para efeitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Uma subsidiária é considerada elegível se (i) não estiver sujeita à obrigação de prestação pública de informação financeira; e (ii) a entidade-mãe prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública, conforme as IFRS. A IFRS 19 pode ser aplicada por subsidiárias elegíveis na preparação das suas próprias demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. É obrigatória a apresentação de informação comparativa total exceto se alguma isenção for aplicável.

2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio médio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cuja diferença é registada por contrapartida de reservas.

As demonstrações financeiras do Caixa Angola em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (mKz), tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo BNA naquelas datas.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as taxas de câmbio médias do Dólar dos Estados Unidos (USD) e do Euro (EUR), face ao Kwanza (Kz), eram os seguintes:

mKz	31-12-2024	31-12-2023	31-12-2022
1 USD	912,000	828,800	502,691
1 EUR	949,483	915,990	537,438

2.4 Instrumentos financeiros – IFRS 9

2.4.1 Classificação e mensuração de instrumentos financeiros



2.4.1.1 Activos financeiros

A classificação de activos financeiros é determinada no reconhecimento inicial e é expectável que as reclassificações sejam extremamente raras.

Um activo financeiro só pode ser reclassificado se houver uma alteração no modelo de negócio para gestão dos activos financeiros e, assim sendo, esta reclassificação requer aprovação e actualização da política contabilística.

De acordo com a IFRS 9, os instrumentos financeiros podem ser classificados em três categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”); (iii) e Justo valor através de resultados (“FVTPL”).

2.4.1.1.1 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são obrigatoriamente mensurados ao justo valor, com as variações a serem reflectidas em resultados, ou seja, são classificados em “FVTPL”. Os instrumentos de capital são considerados como mantidos para negociação quando a entidade tem a intenção de negociar as posições com vista a realizar um lucro a curto prazo.

Contudo, no reconhecimento inicial, existe a opção irrevogável, e numa base de instrumento-a-instrumento, de classificar os instrumentos de capital em “FVOCI”. Esta opção é aplicável somente a instrumentos que não são mantidos para negociação e que não estão reconhecidos como contingente por um comprador numa combinação de negócio na qual a IFRS 3 - ‘Concentração de actividades empresariais’ se aplica.

Com a aplicação da opção irrevogável de classificação em “FVOCI”, os ganhos e perdas nos investimentos em instrumentos de capital designados em “FVOCI” serão reconhecidos em outro rendimento integral e nunca poderão ser reclassificados de capital para resultados (mesmo quando os mesmos são desreconhecidos). Os dividendos são usualmente reconhecidos em resultados.

2.4.1.1.2 Instrumentos de dívida

De acordo com a IFRS 9, todas as categorias de mensuração estão disponíveis para os instrumentos de dívida, nomeadamente:

- Custo amortizado;
- Justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”); e
- Justo valor através de resultados (“FVTPL”).

Existe a opção irrevogável de designar um instrumento financeiro que poderia ser de outra forma mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, para ser mensurado ao justo valor através de resultados na opção de justo valor (“FVO”), se tal designação eliminar ou reduzir significativamente a inconsistência no reconhecimento e mensuração (*mismatch*

contabilístico) que de outra forma levaria a que a mensuração dos activos e passivos ou o reconhecimento dos ganhos e perdas fosse efectuada em diferentes bases.

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida nas categorias anteriores é efectuada com base em dois elementos:

- i. modelo de negócios do Banco para a gestão de instrumentos de dívida; e
- ii. características dos fluxos de caixa contratuais de instrumentos de dívida.

Modelo de Negócio

Definição e documentação do Modelo de Negócio

O modelo de negócio representa a forma como o Banco gere os seus activos financeiros com o intuito de gerar fluxos de caixa, o que, de acordo com a IFRS 9, pode ser através da recolha dos fluxos de caixa contratuais (*Hold-to-Collect* – “HTC”), um modelo misto de recolha dos fluxos de caixa contratuais e realização de vendas perante a identificação de oportunidades de mercado (“*HTC and Sell*”) ou outros modelos de negócio (por exemplo *trading*).

As categorias de mensuração são aplicadas de acordo com o modelo de negócio atribuído aos instrumentos de dívida – decisão do modelo de negócio.

Os modelos de negócio não dependem das intenções da gestão para um instrumento individual (i.e., não se trata de uma avaliação instrumento-a-instrumento). Esta análise é realizada com um nível de agregação mais alto (i.e. numa base de carteira-a-carteira). O Banco pode optar por mais do que um modelo de negócio para a gestão dos seus instrumentos de dívida.

A avaliação do modelo de negócio requer julgamento baseado em factos e circunstâncias. Assim, devem ser considerados quer factores quantitativos (a frequência e valor esperado das vendas), quer factores qualitativos (o propósito da aquisição dos activos financeiros, as razões para qualquer venda, como o desempenho é gerido e como os colaboradores são remunerados, etc.).

Modelo de Negócio - *Hold-to-collect* (“HTC”)

Os activos financeiros relevados num modelo “HTC”, são geridos de forma a realizar os fluxos de caixa através da recolha dos pagamentos de capital e juros ao longo da vida dos instrumentos. Neste modelo de negócio as vendas devem ser circunstanciais e acessórias ao objectivo do modelo de negócio. Tipicamente envolve um menor nível de vendas em comparação com os outros modelos de negócio, quer em termos de frequência quer em termos de volume.

Não obstante o objectivo do modelo de negócio “HTC” ser o de deter os activos financeiros de forma a recolher os fluxos de caixa contratuais, a entidade não necessita de deter todos os activos até à maturidade. Um modelo de negócio pode ser “HTC” mesmo quando tenham ocorrido algumas vendas de activos financeiros ou se espera que venham a ocorrer, desde que estas vendas não sejam significativas.

Modelo de Negócio - *Hold-to-collect and Sell* ("HTC and Sell")

Quer a recolha dos fluxos de caixa contratuais quer as vendas são parte integrante do objectivo deste modelo de negócio. Para a categoria "*HTC and Sell*" o modelo de negócio consiste em deter um portfólio de activos líquidos de forma a fazer face a compromissos esperados ou não esperados ou para financiar aquisições antecipadas. Neste caso, a classificação dos instrumentos de dívida, foca-se não no modelo de negócio em si, mas na forma como estes instrumentos são geridos de forma a cumprir os objectivos do modelo de negócio.

Um modelo de negócio cujo objectivo é alcançado através, quer da recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer das vendas dos activos financeiros, terá tipicamente uma maior frequência e valor de vendas comparativamente ao modelo de negócio "HTC". Tal deve-se ao facto de as vendas dos activos financeiros serem parte integrante do objectivo do modelo de negócio e não acessórias ao mesmo. No entanto, não existe nenhum limite para a frequência ou montante das vendas que podem ocorrer neste modelo de negócio, pois ambas as formas são parte integrante da forma de alcançar o objectivo deste modelo de negócio.

Modelo de Negócio - Outros

Este modelo inclui todos os portfólios geridos de outras formas que não "HTC" ou "*HTC and Sell*" e inclui nomeadamente portfólios que:

- i. São geridos com o objectivo de realizar fluxos de caixa através da venda;
- ii. São geridos, e cuja *performance* é avaliada, numa base do justo valor; ou
- iii. Cumprem a definição de detidos para negociação.

Um activo financeiro é detido para negociação se é:

- i. Adquirido principalmente com o propósito de venda no curto prazo;
- ii. No momento do reconhecimento inicial, parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados como sendo geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão actual de realização de lucro no curto prazo; ou
- iii. Um derivado, excepto derivados designados e efectivos para instrumentos de cobertura.

Solely Payments of Principal and Interest on the principal amount outstanding ("SPPI")

Nos modelos de negócio "HTC" e "*HTC and Sell*", a classificação e mensuração dos instrumentos de dívida dependem também das características dos fluxos de caixa contratuais. Desta forma, o Banco determina, para cada activo financeiro, se os fluxos de caixa contratuais previstos correspondem, exclusivamente, ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida, através da realização de testes SPPI.

De acordo com a Norma IFRS 9, o termo “capital” é definido como o justo valor no momento do reconhecimento inicial, podendo o mesmo ser sujeito a alterações ao longo da vida útil do activo financeiro (por exemplo, através de reembolsos antecipados), e o termo “juros” corresponde ao rendimento gerado pela consideração do valor temporal do dinheiro e do risco de crédito associado ao capital em dívida, de outros riscos e custos básicos dos créditos, bem como da margem de lucro. De acordo com esta definição, os juros compreendem as seguintes componentes:

- i. Valor temporal do dinheiro: componente dos juros que apenas tem em consideração a passagem do tempo, sem considerar outros riscos ou custos associados com a manutenção dos activos financeiros. Para determinar se este é o único elemento considerado, o Banco aplica julgamentos e tem em consideração factores relevantes como a moeda em que se encontra expresso o instrumento de dívida e o período de refixação das taxas de juro;
- ii. Risco de crédito: esta componente pretende compensar o credor pela possibilidade de incumprimento futuro do devedor;
- iii. Outros riscos e custos: incluem o risco de liquidez ou custos administrativos; e
- iv. Margem de lucro: margem adicional que o credor requer ao devedor.

Instrumentos de dívida - Custo amortizado

Um instrumento de dívida será classificado e subsequentemente mensurado ao custo amortizado somente se as seguintes condições se verificarem:

- **Modelo de Negócio:** o instrumento de dívida é mantido num modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo de forma a obter os fluxos de caixa contratuais (“HTC”); e
- **Cumprimento com o critério SPPI:** os termos contratuais dos títulos de dívida originam em datas específicas fluxos de caixa que são somente pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital em dívida (“SPPI”).

Os instrumentos financeiros designados ao custo amortizado são, no momento do reconhecimento inicial, registados ao justo valor acrescido de qualquer custo de transacção directamente atribuível à sua aquisição ou emissão. O justo valor no momento inicial de um activo ou passivo financeiro designado ao custo amortizado é normalmente o preço de transacção desde que o activo não possua uma taxa de juro abaixo do mercado (IFRS 13 – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’).

Na mensuração subsequente, os instrumentos são sujeitos a imparidade (reconhecida por contrapartida de resultados em “Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações”), o juro é reconhecido em resultados (“Juros e rendimentos similares”) utilizando a taxa de juro efectiva sobre o valor contabilístico bruto (excepto no caso de activos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade) e os ganhos e perdas cambiais são igualmente reconhecidos em resultados (“Resultados cambiais”).

Instrumentos de dívida - Justo valor através de outro rendimento integral ("FVOCI")

O instrumento de dívida será classificado e mensurado ao "FVOCI" se ambas as seguintes condições se verificarem:

Modelo de Negócio: se o instrumento de dívida for mantido num modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo de forma a obter os seus fluxos de caixa contratuais e, eventualmente, ganhar com a sua venda ("*HTC and Sell*"); e

Cumprimento com o critério SPPI: os termos contratuais dos títulos de dívida originam em datas específicas fluxos de caixa que são somente pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital em dívida ("SPPI").

Os requisitos de mensuração subsequente para os activos mensurados ao "FVOCI" continuam a ser aplicados de acordo com a IFRS 13.

Os ganhos e perdas relativos aos instrumentos de dívida classificados em "FVOCI" resultantes de alterações no seu justo valor são reconhecidos em outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respectivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral são reclassificados para "Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral". Apresentam-se como excepção ao referido os casos a seguir apresentados que são reconhecidos em resultados:

- O juro é reportado em "Juros e rendimentos similares" utilizando o método de taxa de juro efectiva;
- A imparidade e reversões são registadas em "Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

No que diz respeito a títulos de dívida, quando o activo é desreconhecido, o ganho ou perda acumulada previamente reconhecida em outro rendimento integral é reclassificada para "Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral".

Instrumentos de dívida - Justo valor através de resultados ("FVTPL")

Qualquer instrumento financeiro que não se classifique em nenhuma das categorias anteriores deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados ("FVTPL").

Os requisitos de mensuração subsequentes para os activos mensurados ao "FVTPL" continuam a ser aplicados de acordo com a IFRS 13.

Ganhos e perdas em activos financeiros classificados em "FVTPL", resultantes de alterações no seu justo valor ou de alienações são reconhecidos em "Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

O juro é reportado em "Juros e rendimentos similares" pelo menos mensalmente numa base de diferimento para os títulos de dívida registados ao "FVTPL".

2.4.1.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Opção de Justo Valor) desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- São contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos ou passivos e dos derivados (mismatch contabilístico); ou
- os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.4.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

O Banco procede à compensação de activos e passivos financeiros, apresentando um valor líquido no balanço quando, e apenas quando, tem o direito irrevogável de os compensar numa base líquida e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de receber o valor do activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ganhos e perdas apenas são compensados quando tal é permitido pelas IFRS ou para ganhos e perdas decorrentes de um grupo de transacções de natureza similar.

2.4.2 Imparidade de activos financeiros

O modelo de imparidade desenvolvido de acordo com a norma IFRS 9 é aplicável aos seguintes activos financeiros:

- Todos os activos financeiros mensurados ao custo amortizado (incluindo contratos de locação em que o Banco actua como locador - IFRS 16 – ‘Locações’);
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”);
- Créditos documentários e garantias e avales prestados; e

- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – ‘Rédito de contratos com clientes’, nos casos em que esta norma remete a contabilização para a IFRS 9.

Estes activos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

- Estágio 1 - Activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Estágio 2 - Activos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- Estágio 3 - Activos para os quais existe evidência objectiva de imparidade (activos em default ou com imparidade na originação ou na aquisição).

A norma IFRS 9 não define um conceito de default, no entanto, o Banco aplica a definição de default em vigor no Grupo CGD. Para efeitos de gestão do risco de crédito, a qual incorpora um conjunto de critérios qualitativos para aferição do estado de *default*, critérios estes que se traduzem em julgamentos sobre a elevada probabilidade de o mutuário não cumprir com as suas obrigações dentro das datas acordadas com o Banco.

É apenas necessário que se cumpra um dos seguintes critérios para que uma operação seja classificada como *default*:

- Clientes que estiverem em incumprimento (atraso) por mais de 90 dias acima da materialidade aplicável aos mesmos;
- Clientes submetidos à análise individual de imparidade e de onde se conclui que existe evidência objectiva de imparidade;
- Clientes com operações em contencioso;
- Clientes declarados insolventes;
- Clientes com reestruturações por dificuldades financeiras com perda económica;
- Créditos abatidos ao activo;
- Operações com juros extrapatrimoniais (juros anulados há mais de 90 dias);
- Aplicação de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente a exposições com estatuto de NPE;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com mais de 30 dias de atraso, que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório;

- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos), que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório.

A classificação em estágio 2 baseia-se na observação de um aumento significativo do risco de crédito (*Significant Increase in Credit Risk* – “SICR”) desde o reconhecimento inicial. O “SICR” é identificado através de critérios qualitativos como é o caso de atrasos superiores a 30 dias, créditos reestruturados por dificuldades financeiras, entre outros.

Dependendo da classificação do estágio dos activos, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas Esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para activos em estágio 1; e
- Perdas Esperadas ao longo da vida do activo: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera vir a receber até à maturidade dos activos. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para activos em estágio 2 e 3.

As perdas esperadas são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do *default* ao longo do horizonte relevante.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projecções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A avaliação de imparidade é efectuada numa base individual para exposições significativas e numa base colectiva para as restantes exposições. Caso se determine que não existe evidência de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, o cálculo de imparidade é realizado com base no modelo colectivo.

Na Nota 33 é apresentado maior detalhe sobre o modelo de imparidade aplicado aos diferentes tipos de instrumentos de dívida reconhecidos no activo do Banco.

2.4.3 Desreconhecimento de activos financeiros com Imparidade na origemação/aquisição (POCI)

Os activos com imparidade na origemação ou na aquisição (“POCI”) são activos em situação de imparidade no reconhecimento inicial – um activo tem imparidade se um ou mais eventos ocorreram e tiveram impacto negativo nos fluxos de caixa futuros esperados do activo.

Os dois eventos que levam à origemação de exposições em POCI apresentam-se como segue:

- Novos activos financeiros em situação de imparidade após alterações que levem ao desreconhecimento e reconhecimento de uma nova operação; e
- Novas exposições a clientes em situação de imparidade.

O Banco desreconhece um activo financeiro quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos fluxos de caixa ou o activo financeiro é transferido e a transferência se qualifica para desreconhecimento. Considera-se que é transferido um activo financeiro se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa desse activo financeiro ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa, mas o Banco assume uma obrigação contratual de entregar esses fluxos de caixa a um ou mais beneficiários.

No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa, o Banco deve tratar a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas:

- i. Não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário, excepto aqueles que sejam recebidos do activo original;
- ii. Encontra-se impedida, pelos termos do acordo de transferência, de vender o activo original; e
- iii. Tenha a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos sem atrasos materiais e não seja permitido reinvestir esses fluxos de caixa até ao seu pagamento.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro são renegociados ou de outra forma modificados e essa renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento do activo financeiro, o Banco recalcula o valor de balanço bruto do activo financeiro e reconhece um ganho ou perda pela diferença para o anterior valor de balanço bruto. O novo valor de balanço bruto do activo deve ser determinado como o valor actual dos fluxos de caixa renegociados ou modificados, descontado à taxa efectiva original do activo (ou à taxa de juro ajustada no caso de créditos adquiridos ou originados em situação de imparidade) ou, quando aplicável, à taxa de juro efectiva revista. Quaisquer custos ou comissões incorridas são incluídos no novo valor de balanço bruto e diferidos durante o período de vida remanescente do activo.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do activo financeiro, observam-se as seguintes implicações:

- i. Necessidade de realização de nova análise SPPI com o intuito de determinar se as condições contratuais do activo financeiro modificado se enquadram no âmbito de SPPI;
- ii. Registo do novo activo financeiro pelo justo valor no momento inicial, sendo a eventual diferença face ao valor líquido contabilístico do activo anterior registada em resultados;
- iii. Caso as modificações contratuais tenham sido motivadas por reestruturação de um activo por dificuldades financeiras do devedor, o novo activo é considerado POCI, sendo as

- perdas por imparidade sempre reconhecidas numa base *lifetime*, ou seja, o novo activo nunca poderá ser classificado como estágio 1;
- iv. O custo amortizado do novo activo será determinado com base nos fluxos de caixa esperados;
 - v. O novo activo financeiro reconhecido que resulte de uma modificação contratual de um activo financeiro anteriormente marcado como reestruturado por dificuldades financeiras, continuará a manter esta marcação, sendo que o período de cura é reiniciado a partir da data da última reestruturação; e
 - vi. Para um activo financeiro originalmente classificado no estágio 3, para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respectivo desreconhecimento, o novo activo financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no estágio 3, podendo, em função dos critérios definidos pelo Banco para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o estágio 2.

A IFRS 9 não concretiza quais os critérios a observar para distinguir em que circunstâncias é que uma alteração aos fluxos de caixa contratuais deve resultar no desreconhecimento ou não do activo financeiro. Desta forma, o Banco alinou a sua política com o Accionista maioritário onde consolida (CGD), tendo definido que a:

- a) Decisão deverá ter em consideração as razões que conduziram à respectiva modificação. A este nível são identificadas duas razões:
 - o Dificuldades financeiras do devedor; e
 - o Motivações comerciais.

Dificuldades financeiras do devedor

Modificações contratuais que resultem do normal processo de recuperação de crédito em incumprimento por dificuldades financeiras do devedor não deverão por princípio resultar no desreconhecimento do activo financeiro.

O racional subjacente é o seguinte:

- i. As alterações contratuais efectuadas em caso de reestruturações por dificuldades financeiras do cliente são necessárias à recuperação do crédito concedido e constituem uma consequência desse processo; e
- ii. No caso de ser reconhecida uma nova operação, esta seria dissociável da operação original. No entanto, o Banco, em circunstâncias normais, não concederia o financiamento com condições contratuais iguais às condições do processo de reestruturação.

Deverão, contudo, ser consideradas algumas excepções, nomeadamente quando se verificarem modificações substanciais no activo financeiro.

Entende-se que uma alteração implica modificações substanciais no activo financeiro quando:

- As alterações ao contrato que impliquem que os fluxos de caixa contratuais deixem de poder ser considerados apenas capital e juros (SPPI) nos termos definidos pela IFRS 9 e quando sujeitos ao teste SPPI; e
- As alterações ao contrato que impliquem uma alteração da contraparte do activo financeiro, salvo se directamente relacionada com o devedor original.

Nestes casos excepcionais as alterações contratuais deverão dar lugar ao desreconhecimento do activo financeiro. Adicionalmente a estes critérios, entende-se que uma alteração contratual implica uma análise específica (“activo a activo”) para avaliação da existência de uma modificação substancial no activo financeiro, quando o montante em dívida do activo financeiro na data da alteração contratual exceder os mKz 100.000 e a diferença entre o valor descontado dos fluxos de caixa do activo financeiro com as novas condições e o valor descontado dos fluxos de caixa do activo originalmente reconhecido, actualizados à taxa efectiva original, for superior a 10%. Consequentemente, uma alteração contratual que caia nesta situação poderá, em função da conclusão desta análise específica, conduzir ao desreconhecimento do activo financeiro e ao reconhecimento de um novo instrumento financeiro.

Motivações comerciais

Todas as modificações contratuais originadas por motivações comerciais deverão implicar um desreconhecimento do activo financeiro em vigor e ao reconhecimento de um novo. O racional subjacente prende-se pelo facto de:

- Estas alterações serem efectuadas com o objectivo de reflectir as condições de mercado actuais sobre o valor em dívida, na medida em que ocorrem a pedido da contraparte e, caso o pedido não seja atendido, o cliente pode terminar a operação tendo a capacidade de contratar uma operação semelhante ou até mais favorável noutra Instituição de Crédito; e
- O objectivo e/ou montante contratualizado sofrer alterações e não cumprir com os termos contratuais do contrato original.

2.5 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O activo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, não são incorporados no activo, são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Fornecimentos e serviços de terceiros”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, conforme seguidamente discriminado:



	Número de anos
Imóveis	
De serviço próprio	15 a 50
Obras em imóveis arrendados	2 a 15
Equipamento	
Mobiliário e material	3 a 10
Aparelhagem de som e de imagem	6 a 7
Máquinas e Ferramentas	3 a 10
Equipamento informático	2 a 10
Instalações de interiores	6 a 15
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	2 a 10

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes activos são registadas em custos do exercício.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, com base em análises periódicas, a IAS 36 “Imparidade de activos” exige que o seu valor recuperável seja estimado (maior entre o valor de uso e o justo valor), devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Esta perda é reconhecida em resultados na rubrica “Imparidade para outros activos, líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas também com impacto em resultados, até ao valor que os activos teriam se a imparidade nunca tivesse sido reconhecida, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

Na data do desreconhecimento de um activo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica de resultados de alienação de outros activos.

2.6 Activos intangíveis

São reconhecidos como activos intangíveis, os dispêndios incorridos que: (i) sejam identificáveis, ou seja, que tenham a capacidade de serem separados ou decorram de direitos contratuais ou legais, (ii) tenham um potencial de geração de benefícios económicos futuros e (iii) sejam controlados pelo Caixa Angola.

Software

Os custos incorridos com a aquisição de *software* a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base linear ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período compreendido entre os 3 e os 5 anos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como activos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis, ou passíveis de serem vendidos, e, para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.7 Activos não correntes detidas para venda

A norma IFRS 5 - ‘Activos não correntes detidas para venda e unidades operacionais descontinuadas’ é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados “grupos de activos e passivos a alienar”). Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual; e
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até 12 meses após a classificação do activo nesta rubrica (prazo que permite também dar cumprimento à Directiva N.º 01/DSB/DRO/2020 emitida pelo BNA).

Os activos registados nesta rubrica não são depreciados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos. Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade para outros activos líquidos de reversões e recuperações”.

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, os quais são registados pelo menor entre (i) ou (ii) o valor de balanço líquido de imparidade dos créditos objecto de recuperação que lhe estejam directamente associados.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda, se o atraso for causado por acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver suficiente prova de que o Banco continua comprometido com o seu plano de vender o activo. Adicionalmente, no âmbito da legislação em vigor do BNA, o Banco após 12 meses de registo de um activo como Activo não corrente disponível para venda, solicita ao BNA o registo contínuo nessa rubrica e informa dos esforços desenvolvidos para a venda. Caso tal comunicação ao BNA dê origem a um parecer desfavorável, o Banco efectuará a transferência do activo da rubrica “Activos não correntes disponíveis para venda” para a rubrica “Outros Activos” pelo mesmo valor contabilístico, continuando os esforços de alienação.

O Banco analisa periodicamente o valor recuperável dos imóveis recebidos por recuperação de créditos ou outros imóveis reclassificados como activos não correntes detidas para venda. A imparidade é determinada de forma individual para todos os imóveis, sendo ponderadas as particularidades do imóvel assim como da estratégia de desinvestimento que se pretende prosseguir, incorporando informação disponível sobre a procura, a oferta e outros riscos específicos, nomeadamente no que concerne a licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros susceptíveis de influenciar o seu valor.

Adicionalmente, esta metodologia de valorização encontra-se ajustada às indicações dadas pelo BNA através da Directiva N.º 13/DSB/DRO/2019, sendo considerados os seguintes *haircuts* atendendo à antiguidade da avaliação dos imóveis:

Antiguidade da avaliação	Haircut	
	≥ 50% obra concluída	< 50% obra concluída
Inferior a 1 ano	Não aplicável	Não aplicável
Entre 1 a 2 anos	20%	25%
Entre 2 e 3 anos	30%	40%
Mais de 3 anos	55%	65%

2.8 Locações - IFRS 16

Na data de início de cada contrato, o Banco avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um activo identificável, por um determinado período, em troca de uma retribuição.

Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Banco avalia, se:

- I. o contrato envolve o uso de um activo identificado – o activo poderá ser especificado de forma explícita ou implícita e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente não distinto. Mesmo que um activo seja especificado, o Banco não tem o direito de usar um activo identificado se

- o fornecedor tiver o direito substantivo de substituir esse activo durante o período de utilização;
- II. o Banco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do activo identificado, durante todo o período de utilização; e
- III. o Banco tem o direito de orientar o uso do activo identificado. O Banco tem este direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar o modo e a finalidade com que o activo é usado durante todo o período de utilização. Nos casos em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é utilizado é predeterminada, o Banco tem o direito de orientar o uso do activo se:
- a. o Banco tem o direito de explorar o activo (ou de mandar outros explorar o activo da forma que ele determinar) durante todo o período de utilização, sem que o fornecedor tenha o direito de alterar essas instruções de exploração; ou
- b. o Banco concebeu o activo (ou aspectos específicos do activo) de uma forma que determine previamente o modo e a finalidade com que o activo será usado durante todo o período de utilização.

O Banco aplica a IFRS 16 aos contratos celebrados ou alterados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha um componente da locação, o Banco imputa a retribuição no contrato a cada componente da locação com base nos seus preços individuais. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios nos quais é locatário, o Banco optou por não separar as componentes de não locação e contabilizar as componentes da locação e de não locação como uma única componente.

Como locatário

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo da locação na data de entrada em vigor da locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o qual inclui o valor inicial do passivo da locação ajustado de todos os pagamentos antecipados da locação em ou antes da data da entrada em vigor (deduzidos os incentivos à locação recebidos), adicionado de quaisquer custos directos iniciais incorridos e da estimativa dos custos para desmantelamento e remoção do activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou as instalações na qual está localizado.

Subsequentemente, o activo sob direito de uso é depreciado utilizando o método linear desde a data da entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo sob direito de uso ou ao fim do prazo da locação, consoante o que terminar primeiro. A vida útil estimada dos activos sob direito de uso é determinada seguindo os mesmos princípios dos outros activos tangíveis. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente deduzido das perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por determinadas re-mensurações do passivo da locação.



O passivo da locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos da locação que não tenham sido efectuados nesta data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação, se essa taxa puder ser facilmente determinada. Se a taxa não puder ser facilmente determinada, deve ser utilizada a taxa incremental de financiamento do Banco. Por norma, o Banco utiliza como taxa de desconto a sua taxa incremental de financiamento.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem os seguintes pagamentos pelo direito de usar o activo subjacente durante o prazo de locação que não tenham sido efectuados nesta data:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos os incentivos à locação a receber;
- pagamentos variáveis que dependam de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando a taxa ou o índice existente à data de início;
- montantes que se espera que venham a ser pagos a título de garantias de valor residual;
- o preço do exercício de uma opção de compra, se o Banco estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação reflectir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo Banco.

O passivo da locação é mensurado usando o método da taxa de juro efectiva. É re-mensurado quando existe uma alteração aos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma alteração num índice ou taxa, quando ocorre uma alteração na estimativa do Banco do montante que se espera pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou sempre que o Banco altera a sua avaliação sobre a expectativa de exercer ou não uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Sempre que o passivo da locação é re-mensurado, o Banco reconhece o montante da re-mensuração do passivo da locação como um ajustamento ao activo sob direito de uso. No entanto, caso a quantia escriturada do activo sob direito de uso se encontre reduzida a zero e houver uma outra redução na mensuração do passivo da locação, o Banco reconhece essa redução na demonstração de resultados.

O Banco apresenta os activos sob direito de uso que não correspondem à definição de propriedade de investimento em “Outros activos tangíveis” e os passivos da locação em “Outros passivos” no balanço.

O Banco optou por aplicar a isenção definida pela IFRS 16 para o reconhecimento dos activos sob direito de uso e passivos da locação para locações de curta duração, cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses, e locações de activos de baixo valor (valores iguais ou inferiores a 5.000 USD). Deste modo, o Banco reconhece as despesas associadas a estes contratos directamente em resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços de terceiros”.

2.9 Impostos sobre lucros e Outros Impostos



2.9.1 Impostos Sobre o Rendimento

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte que integra o Grupo A.

A 1 de Janeiro de 2015, entrou em vigor o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar, entre outros, que os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC um gasto dedutível fiscalmente.

A 20 de Julho de 2020, foi publicada a Lei n.º 26/2020 que introduziu diversas alterações ao Código do Imposto Industrial, nomeadamente, o aumento da taxa de imposto aplicável às instituições financeiras de 30% para 35%.

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O registo dos impactos fiscais das transações realizadas pelo Banco corresponde ao entendimento da gestão sobre o tratamento fiscal aplicável à luz da legislação emitida. Nas situações em que haja lugar a interpretação e tal venha a ser questionado pela Administração Fiscal, a gestão procede à sua reanálise, avaliando a probabilidade (superior ou inferior a 50%) de o tratamento fiscal adoptado ser aceite, e consequentemente determina qual o valor mais provável ou o valor esperado de activos ou passivos por imposto, a registar.

Imposto corrente

O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, o qual é calculado com base no lucro tributável do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico em resultado de ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, os contribuintes cuja actividade se encontre no âmbito dos poderes de supervisão do BNA, como é o caso do Banco, devem efectuar, até ao final do mês de Agosto de cada ano, a liquidação provisória do Imposto Industrial referente a esse exercício, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os rendimentos sujeitos a IAC. Com a introdução do novo Código do Imposto Industrial, o sujeito passivo deixa de ser obrigado a efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial nos casos em que tenha apurado prejuízo fiscal no ano anterior.

Imposto diferido

O imposto diferido corresponde ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base tributável, utilizados na determinação do lucro tributável.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando é possível determinar a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”)

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC (artigo 18.º), bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC (artigo 47.º).

2.9.2 Outros Impostos

Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais (“CEOC”)

A 1 de Fevereiro de 2024, entrou em vigor a Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais, aprovada pela Lei n.º 15/23, de 29 de Dezembro, a qual incide sobre as transferências para o exterior, em moeda estrangeira, que sejam ordenadas junto de qualquer banco, por pessoas singulares ou pessoas colectivas, com domicílio ou sede em território nacional, no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica, consultoria e gestão, operações de capitais e transferências unilaterais.

A CEOC passou a determinar, entre outros, que estão excluídas do âmbito de sujeição da CEOC, as transferências destinadas a realização de despesas com saúde e educação, desde que efectuadas directamente às respectivas instituições de saúde e ensino, bem como o repatriamento e dividendos ou de capitais mutuados incluído os respectivos juros.

O Banco enquanto adquirente de serviços enquadráveis no regime da CEOC, deve reter 10% do montante em moeda nacional, objecto da transferência para o exterior e a proceder à liquidação e entrega nos cofres do estado da referida contribuição.

O Banco enquanto instituição Financeira responsável por efectuar ordens de transferência para o exterior por conta dos seus clientes, deve reter 2,5% para particulares e 10% para empresas do montante em moeda nacional, objecto da transferência para o exterior e a proceder à liquidação e entrega nos cofres do estado da referida contribuição.

Em caso de incumprimento, o Banco encontra-se sujeito a pagamento de multa correspondente ao valor da Contribuição.

2.10 Benefícios aos empregados

O crédito a colaboradores inclui os empréstimos concedidos a colaboradores no âmbito do estabelecido em normativos internos. Estes créditos têm associados taxas bonificadas pelo que, de acordo com a IAS 19 - 'Benefícios a colaboradores', o Banco quantifica o benefício ao colaborador no momento do reconhecimento inicial, como a diferença entre o capital financiado e o justo valor do crédito concedido, que corresponde à soma dos fluxos de caixa contratuais descontados à taxa média de mercado aplicável aos clientes do Banco no mesmo período. Este montante é depois diferido de forma linear durante o período mais curto entre (i) a duração do crédito ou (ii) o número de anos que medeia entre a data de concessão do crédito e a data legal em que o colaborador se reforma.

Os benefícios de curto prazo a empregados são registrados como custo assim que o serviço associado tiver sido prestado. É reconhecido um passivo pelo montante expectável a ser liquidado se o Banco tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fiavelmente estimada.

Fundo de Apoio Social

O Fundo de Apoio Social do Caixa Angola tem como objectivo atribuir apoio financeiro aos colaboradores na satisfação de necessidades de carácter social e material, designadamente:

- Formação profissional bancária e financeira diferenciada, através da realização de acções de formação e concessão de bolsas de especialização;
- Criação e manutenção de infra-estruturas de cariz social e de suporte de vida familiar e lúdico;

- Constituição e gestão de fundos complementares de velhice e reforma; e
- Apoio em caso de emergência social.

As dotações financeiras do Fundo de Apoio Social são exclusivamente feitas por aprovação dos Accionistas pela afectação em cada período económico de uma percentagem dos lucros antes de deduzidos os impostos. As dotações não utilizadas anualmente transitam para o orçamento do ano seguinte.

2.11 Relato por Segmentos

O Caixa Angola adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento operacional é uma componente do Caixa Angola: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Caixa Angola para efeitos de tomada de decisões sobre imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta.

O Caixa Angola prepara informação financeira com base nos seguintes segmentos operacionais: Carteira de investimento e transacções cambiais, Banca de retalho, Banca Comercial e Outros segmentos para efeitos de Gestão, conforme apresentado na nota 34.

2.12 Provisões, activos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) o Caixa Angola tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades); (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, no que respeita à melhor estimativa do custo expectável ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objecto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota.

Caso seja provável ou razoavelmente possível a entrada de recursos ou ganhos futuros, trata-se de um activo contingente. Os activos contingentes são registados nas demonstrações financeiras, sendo objecto de divulgação quando for provável um influxo de benefícios económicos.

O valor das provisões corresponde à melhor estimativa do Banco em cada data de reporte (ver Nota 24).

Provisões para Contingências Fiscais

O Banco reconhece provisões destinadas a cobrir as perdas potenciais com contingências fiscais relacionadas com notificações de liquidação emitidas pela Autoridade Geral Tributária no âmbito de inspecções tributárias.

As provisões relacionadas com processos fiscais, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efectuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Provisões para o risco associado a processos judiciais

O Banco reconhece provisões para contingências legais relacionadas com processos judiciais e laborais em contencioso.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a Entidades terceiras são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efectuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Os pressupostos utilizados pelo Banco baseiam-se essencialmente em observações históricas e terão de ser actualizados em períodos subsequentes, podendo essa actualização ter um impacto relevante na estimativa da provisão.

A evolução das responsabilidades com as contingências judiciais relacionadas com processos laborais e o montante das perdas efectivas para o Banco dependem, nomeadamente, do número de acções judiciais em curso e potenciais, assim como das decisões finais dos tribunais sobre cada acção.

Provisões para Garantias financeiras e compromissos

No âmbito da actividade desenvolvida pelo Caixa Angola são prestadas garantias financeiras e assumidos compromissos de crédito junto de entidades terceiras, que sendo rubricas extrapatrimoniais (ver Nota 28), e por isso passivos contingentes, podem converter-se em exposições de crédito a registar no balanço do Caixa Angola. A perda esperada destes contratos é estimada com

base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33, e o seu reconhecimento segue as regras apresentadas na Nota 2.16.

2.13 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares” (“Margem financeira”), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em “Margem financeira”.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Para os activos financeiros incluídos no estágio 3 os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido de imparidade. O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3, os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos exercícios subsequentes.

2.14 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados (por exemplo comissões de abertura garantias prestadas), o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam de acordo com a IFRS 15;
- quando resultam de uma prestação de serviços (por exemplo comissões de transferências), o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído de acordo com a IFRS 15;
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro (por exemplo comissões de estudo e de preparação de dossier de processos de crédito), os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira de acordo com a IFRS 9 conforme Nota 2.4.

2.15 Resultados em operações financeiras

O resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor. Inclui igualmente mais ou menos valias de alienações de instrumentos de dívida de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de outros activos financeiros ao custo amortizado.

2.16 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de emissão, e com risco de variação de justo valor reduzido, onde se incluem a caixa, depósitos à ordem no BNA e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.17 Garantias financeiras e Compromissos

Garantias financeiras são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial diferido durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre: (i) o justo valor inicial menos os diferimentos reconhecidos; e (ii) a perda esperada calculada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

As responsabilidades por garantias financeiras e compromissos assumidos são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões ou outros proveitos registados no passivo na rubrica de “Outros Passivos” por contrapartida de resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As perdas por imparidade associadas a garantias financeiras e compromissos assumidos são reconhecidas no passivo, na rubrica “Provisões”, por contrapartida da rubrica “Provisões líquidas de anulações” (em resultados).

2.18 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Caixa Angola pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Caixa Angola.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras.



Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.19 Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do Aviso n.º 2 / 2009, de 8 de Maio, do BNA, sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. Nos termos do disposto na IAS 29, a hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere conservar a sua riqueza em activos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias, não em termos de moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- As taxas de juro, os salários e os preços estão ligadas a um índice de preços; e
- A taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se de 100%, ou excede este valor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente na demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reservas de reavaliação”), que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As *IFRS* estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que exigem ao Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram apuradas tendo em consideração a melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua

aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

O uso de estimativas e pressupostos mais significativos, por parte da gestão, são os seguintes:

3.1 Perdas por imparidade em crédito a clientes e outros instrumentos

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas na Nota 17, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

O Banco considera que a imparidade determinada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33 permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito a clientes, tendo em conta as regras definidas pela norma IFRS 9.

3.2 Impostos sobre os lucros e Impostos Diferidos

Os impostos sobre os lucros são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis pelo Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

A Autoridade Fiscal tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua

probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Para efeitos de apuramento da estimativa de impostos, atendendo à alteração do Código de Imposto Industrial, foram adoptados os seguintes pressupostos em conformidade com o entendimento e informação disponível à data do balanço:

- Variações cambiais não realizadas:

As variações cambiais não realizadas correspondem à posição cambial líquida em moeda estrangeira;

- As variações cambiais não realizadas sobre activos e passivos indexados são apuradas tendo em consideração a carteira que se encontram em balanço na data de fecho do exercício; e
- As variações cambiais passam a ser realizadas no momento da maturidade ou alienação de activos e passivos procedendo-se à anulação do impacto fiscal reflectido em anos anteriores.

- Imparidades constituídas sobre créditos na parte coberta por garantia - valor nominal das garantias incluem:

- Reforços de imparidade no exercício sobre créditos existentes;
- Constituição de imparidade sobre novos créditos concedidos no exercício; e
- Valorização das garantias em conformidade com as regras definidas pelo Banco Nacional de Angola.
- Consequentemente, diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor do Imposto Industrial e dos Impostos Diferidos reconhecidos no exercício e apresentados na Nota 20.

Os pressupostos assumidos pelo Banco na determinação do imposto sobre o rendimento do exercício e os impostos diferidos poderão encontrar-se sujeitos a alterações, com base em diferentes interpretações.

Em 2021 o Banco alterou a política contabilística relativamente à contabilização do IAC, passando o encargo com o mesmo a ser apresentado na Demonstração dos Resultados na rubrica de Impostos Correntes (anteriormente reflectido em Outros Resultados de Exploração).

Na base desta alteração esteve o facto de, conforme referido na Nota 2.9, o IAC incidir genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, ou seja, o imposto é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estarem excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para, à luz da IAS 12, classificar o IAC como um imposto sobre o rendimento e consequentemente, ser apresentado na rubrica da Demonstração dos Resultados enquanto Imposto Corrente.

3.3 Justo Valor - Divulgação de instrumentos financeiros ao custo amortizado

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na Nota 32.

3.4 Provisões / Contingências

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes a cada processo.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respectiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pela gestão quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos fluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Pressupostos e julgamentos distintos teriam impacto na determinação do montante de provisões, as quais são apresentadas na nota 24.

Nota 4 – Margem Financeira

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Juros e rendimentos similares	89 584 325	68 250 568
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	89 584 325	68 113 781
Juros de crédito a clientes	44 136 533	31 465 557
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	9 108 491	2 580 133
Juros de investimentos ao custo amortizado	36 339 301	34 068 091
Activos financeiros mensurados ao justo valor	-	136 787
Juros de crédito a clientes	-	136 787
Juros e encargos similares	(26 291 771)	(18 683 143)
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	-	(902 128)
Juros de recursos de clientes	(26 169 409)	(17 660 087)
Juros de passivos de locação	(122 362)	(120 928)
Margem Financeira	63 292 554	49 567 425

Em 31 de Dezembro de 2024 a variação positiva registada na rubrica de “Juros e Rendimentos similares” foi impulsionado pelo aumento dos proveitos de crédito a clientes, por conta do crescimento sustentado da carteira em moeda estrangeira e, respectiva apreciação cambial, bem como pelo aumento dos proveitos de aplicações de liquidez que registaram um aumento de 40,27% e 253%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2024 o incremento verificado na rubrica de “Juros e encargos similares” é sobretudo resultante da estratégia de captação de recursos e do aumento das taxas de juro passivas, cada vez mais competitivas.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado” inclui o efeito positivo de mKz 2.918.482 e mKz 2.052.467, respectivamente, relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado” inclui também o montante de mKz 114.763 e mKz 99.714, respectivamente, referente ao efeito do crédito concedido a colaboradores, de acordo com a IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o efeito negativo do ajustamento das operações em estágio 3 na rubrica de Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado com a IFRS 9 é de mKz 1.144.769 e mKz 702.207, respectivamente.

A rubrica “Juros de passivos de locações” refere-se ao custo com juros relativo aos passivos de locação reconhecidos decorrentes da aplicação da IFRS 16.

Nota 5 – Resultados de serviços e comissões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Rendimentos de serviços e comissões	21 341 805	12 910 070
Por serviços bancários prestados	7 041 878	5 163 147
Expediente, comunicações e manutenção	2 721 160	2 599 663
Por compromissos para terceiros	7 947 962	1 566 327
Por operações cambiais	3 075 560	2 948 756
Operações de títulos com clientes	74 263	192 478
Por garantias e outros serviços prestados	141 898	212 917
Por serviços prestados	318 435	204 895
Outros	20 649	21 887
Encargos com serviços e comissões	(4 323 797)	(3 658 638)
Por serviços Prestados pelos Correspondentes Bancários	(1 501 912)	(1 353 848)
Por serviços prestados por terceiros	(2 821 885)	(2 304 790)
Resultado de Serviços e Comissões Líquidas	17 018 008	9 251 432

A evolução positiva de mKz 7.766.576 verificada em resultados de serviços e comissões líquidas é justificada essencialmente pelo aumento de volume de linhas de crédito revogável aberta impactando positivamente o crescimento (5 vezes superior) da rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Por compromissos para terceiros” ao registado no período homólogo.

Nota 6 – Resultados cambiais

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Proveitos	377 200 469 086	314 908 102 371
Operações cambiais realizadas com clientes	22 688 287	17 932 251
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	1 206 829	4 673 825
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	377 176 573 970	314 885 496 295
Custos	(377 183 162 026)	(314 888 597 116)
Operações cambiais realizadas com clientes	(14 984 055)	(9 409 545)
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	(263 656)	(46 013)
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(377 167 914 315)	(314 879 141 558)
Resultados cambiais	17 307 060	19 505 255

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

Em 31 de Dezembro de 2024, a variação líquida face ao período homólogo registada nas rubricas de

proveitos e custos com operações cambiais realizadas com clientes registou uma diminuição de mKz 818.474.

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as variações cambiais favoráveis e desfavoráveis realizadas e as variações cambiais favoráveis e desfavoráveis não realizadas foram os seguintes:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Variações Cambiais Realizadas	8 806 797	22 224 077
Variações Cambiais Favoráveis Realizadas	377 163 180 193	314 777 469 409
Operações cambiais realizadas com clientes	22 688 286	17 932 251
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	1 153 827	-
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	377 139 338 080	314 759 537 158
Variações Cambiais Desfavoráveis Realizadas	(377 154 373 396)	(314 755 245 332)
Operações cambiais realizadas com clientes	(14 984 055)	(9 409 545)
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	(22 514)	-
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	-	(4 920)
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(377 139 366 827)	(314 745 830 867)
Variações Cambiais não Realizadas	8 500 263	(2 718 822)
Variações Cambiais Favoráveis não Realizadas	37 288 893	130 637 882
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	53 003	4 678 745
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	37 235 890	125 959 137
Variações Cambiais Desfavoráveis não Realizadas	(28 788 630)	(133 356 704)
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	(241 142)	(46 013)
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(28 547 488)	(133 310 691)
Resultados Cambiais	17 307 060	19 505 255

Nota 7 – Resultados de alienação de outros activos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Ganhos em outros activos tangíveis	52 124	12 811
Resultados alienação de activos	52 124	12 811

A evolução positiva de mKz 39.313 verificada na rubrica “Ganhos em outros activos tangíveis” é justificada pela mais valia obtida em leilão de viaturas, exclusivo para colaboradores do Caixa Angola.

Nota 8 – Outros resultados de exploração



Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Outros proveitos	239 274	972 399
Outros proveitos operacionais	239 274	972 399
Outros custos	(2 727 856)	(3 046 037)
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	(280 584)	(210 347)
Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais	(324 448)	-
Outros Impostos directos e indirectos	(190 033)	(137 362)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(404 273)	(271 677)
Taxas não incidentes sobre o resultado	(111 418)	(1 373 199)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	(484 466)	(168 268)
Outros custos operacionais	(884 951)	(852 252)
Prestação de serviços diversos	(47 683)	(32 932)
Outros resultados de exploração	(2 488 582)	(2 073 638)

Em 31 de Dezembro de 2023 a rubrica “Outros proveitos operacionais”, inclui mKz 818.005 relativo ao prémio obtido pela substituição de Obrigações do Tesouro em Moeda Externa, realizada pela Unidade de Gestão da Dívida Pública do Ministério das Finanças.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Contribuições para Fundo de Garantia de Depósitos”, corresponde ao pagamento da contribuição periódica ao Fundo de Garantia de Depósitos, em conformidade com o Aviso n.º 1/19 de 11 de Janeiro, do BNA.

Em 31 de Dezembro de 2023 a rubrica “Taxas não incidentes sobre o resultado”, inclui mKz 1.113.264, relativos a Taxa de Custódia aplicável às reservas excedentárias, em conformidade com o Instrutivo n.º 8/2023 de 19 de Julho, do BNA.

Nota 9 – Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Órgãos Sociais	(2 601 540)	(2 051 763)
Remuneração Mensal	(2 194 438)	(1 841 502)
Remunerações Adicionais	(235 999)	(122 022)
Outros custos	(171 103)	(88 239)
Colaboradores	(14 458 441)	(12 161 403)
Remuneração Mensal	(6 687 476)	(5 539 114)
Remunerações Adicionais	(5 502 957)	(4 855 573)
Encargos sociais obrigatórios	(1 035 249)	(838 528)
Encargos sociais facultativos	(778 864)	(680 788)
Rescisão por Mútuo Acordo	(207 054)	(146 532)
Outros custos	(246 841)	(100 868)
Custos com pessoal	(17 059 981)	(14 213 166)

O crescimento homólogo dos encargos com a remuneração de colaboradores resulta de (i) efeitos das promoções e das progressões de carreira, e (ii) de efeitos dos ajustes à tabela salarial em Maio de 2024, com impacto no aumento da estimativa do prémio de desempenho e outras componentes de custos com pessoal.

As rubricas de remunerações dos colaboradores e órgãos sociais incluem o montante de mKz 1.510.605 referente à remuneração variável (31 de Dezembro de 2023: mKz 841.417) dos colaboradores e dos órgãos de gestão para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, a liquidar no exercício seguinte.

A 31 de Dezembro de 2024, a rubrica “Encargos sociais facultativos” inclui mKz 773.414 (31 de Dezembro de 2023: mKz 673.548) referentes a seguros de saúde.

A 31 de Dezembro de 2024, a rubrica “Outros custos – colaboradores” inclui mKz 114.763 (31 de Dezembro de 2023: mKz 99.714) referentes ao efeito da concessão de crédito a colaboradores com taxas de juro inferiores às aplicadas no mercado.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

Funções	31-12-2024	31-12-2023
Funções de Gestão	47	49
Funções de Coordenação	114	121
Funções Especializada	208	201
Funções Operacionais e Suporte	132	137
Total	501	508

Nota 10 – Fornecimentos e serviços de terceiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Consultoria e auditoria	(544 485)	(669 928)
Comunicações e expedição	(995 579)	(878 793)
Segurança e vigilância	(830 331)	(668 462)
Conservação e reparação	(665 833)	(664 790)
Manutenção de software	(3 394 263)	(2 574 384)
Publicidade e publicações	(765 912)	(623 394)
Deslocações e representação	(252 793)	(286 027)
Formação e Recrutamento	(431 989)	(267 648)
Serviços judiciais, Contencioso e notariado	(233 778)	(195 207)
<i>Outsourcing</i>	(533 644)	(317 191)
Seguros	(137 313)	(126 986)
Água, energia e combustíveis	(60 899)	(65 349)
Material de consumo corrente	(213 057)	(150 805)
Outros custos	(211 493)	(211 709)
Total	(9 271 369)	(7 700 673)

O aumento dos custos com serviços de Manutenção de Software é justificado pelos trabalhos de melhoria efectuados ao nível dos sistemas informáticos.

A aceleração contínua da inflação e depreciação do Kwanza face às principais divisas foi também essencial para o comportamento desfavorável, sobretudo nos serviços pagos em moeda estrangeira como é o caso dos serviços de Manutenção de Software.

A rubrica de Consultoria e auditoria inclui os honorários facturados pelo Auditor Externo no âmbito das suas funções, bem como outros serviços, incluindo os prestados pela sua rede, conforme segue (excluindo IVA):

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Pela Sociedade - PwC AO e PT	Valor	Valor
Valor dos serviços de revisão de contas	357 288	214 267
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	12 340	22 623
Valor de outros serviços que não de revisão de contas	223 843	75 751
Total	593 471	312 641

Nota 11 – Resultados por Acção**Resultados por acção básicos**

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação.

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Resultado líquido do período	50 104 090	36 641 217
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	20 000 000	20 000 000
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	20 000 000	20 000 000
Resultado por acção básico (em kwanzas)	2 505	1 832

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, uma vez que não existem efeitos diluidores.

Nota 12 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais apresenta seguinte composição:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Caixa	7 657 099	6 084 161
Notas e moedas nacionais	4 328 217	3 369 876
Notas e moedas estrangeiras	1 970 894	1 757 543
Em Dólares dos Estados Unidos	865 294	1 086 808
Em Euros	874 158	466 777
Em outras divisas	231 442	203 958
Notas em ATM	1 357 988	956 742
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA)	208 673 136	181 532 087
Em moeda nacional	91 197 000	79 726 706
Em Dólares dos Estados Unidos	117 476 136	101 805 381
Total	216 330 235	187 616 248

A 31 de Dezembro de 2024, a rubrica Depósitos no BNA inclui depósitos de carácter obrigatório em moeda nacional, no montante de mKz 59.094.438 (31 de Dezembro de 2023: mKz 36.522.285) e em dólares dos Estados Unidos, no montante de mKz 106.643.309 (31 de Dezembro de 2023: mKz 87.417.235), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

A 31 de Dezembro de 2024, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 06/2024 de 12 de Junho e na Directiva n.º 09/2024 de 20 de Dezembro.

A 31 de Dezembro de 2023, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 04/2023 de 30 de Março e na Directiva n.º 12/2023 de 28 de Novembro.

A exigibilidade de manutenção de reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA, é apurada através da aplicação dos coeficientes resumidos na seguinte tabela:

		31-12-2024		31-12-2023	
Taxas sobre base de incidência		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Governo Central	Apuramento Diário	-	100%	-	100%
Governos Locais e Administrações Municipais	Apuramento Diário	-	100%	-	100%
Governo Central	Apuramento Quinzenal			100%	-
Governos Locais e Administrações Municipais	Apuramento Quinzenal			18%	-
Outros Sectores	Apuramento Quinzenal			18%	22%
Governo Central	Apuramento Mensal	100%	-		
Governos Locais e Administrações Municipais	Apuramento Mensal	21 %	-		
Outros Sectores	Apuramento Mensal	21 %	22%		

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos, em moeda nacional e em situação regular, concedidos a projectos dos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas, desde que sejam de maturidade residual igual ou superior a 24 meses e concedidos até 14 de Abril de 2021, bem como a totalidade do crédito concedido à produção de bens essenciais que apresentam défices de oferta de produção nacional, a matéria-prima e o investimento necessário à sua produção, incluindo-se no investimento a aquisição de tecnologia, máquinas e equipamentos, nos termos do Aviso n.º 10/2022 de 6 de Abril, do BNA sobre concessão de crédito ao sector real da economia, qualquer que seja a maturidade residual.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos, em moeda nacional, nos termos do Aviso n.º 09/2023 de 3 de Agosto, do BNA sobre concessão de crédito à habitação, qualquer que seja a maturidade residual.

O capital em dívida dos créditos efectivos a deduzir das reservas obrigatórias, referidos acima, apenas deve ser efectuado, após a validação da Unidade Organizacional do Banco Nacional de Angola responsável pelo acompanhamento de crédito.

A 31 de Dezembro de 2024, a exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira é calculada mensalmente sobre a média aritmética dos saldos apurados nas respectivas contas de acordo nos dias úteis do período, obedecendo à seguinte fórmula indicada na Directiva.

A 31 de Dezembro de 2023, a exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira é calculada quinzenalmente sobre a média aritmética dos saldos apurados nas respectivas contas nos dias úteis do período, obedecendo à seguinte fórmula indicada na Directiva.

A 31 de Dezembro de 2024, as reservas obrigatórias em moeda estrangeira são cumpridas em 50% das Obrigações do Tesouro Nacional em ME, pertencentes a carteira própria do Banco e registadas no SIGMA com data de emissão posterior a 20 de Dezembro de 2024 e adicionalmente são cumpridas em 100% com os montantes depositados junto do BNA, nos termos da Directiva n.º 09/2024 de 20 de Dezembro de 2024.

A 31 de Dezembro de 2023, as reservas obrigatórias em moeda estrangeira são cumpridas em 100% com os montantes depositados junto do BNA, nos termos da Directiva n.º 12/2023 de 28 de Novembro de 2023.

Nota 13 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	83 991 948	129 588 333
Depósitos à Ordem	49 335 948	129 588 333
Em Dólares dos EUA	36 739 171	114 401 925
Em Euros	11 343 487	14 206 499
Em Libras Estrelinas	389 206	273 557
Outras divisas	864 084	706 352
Depósitos a Prazo Mobilizáveis	34 656 000	-
Banco Santander Totta	34 656 000	-
Juros Corridos	3 610	-
Compensação de cheques e cartões	553 852	336 619
Perdas por imparidade	(63 281)	(87 551)
Total	84 486 129	129 837 401

As posições em moeda estrangeira, dizem respeito à liquidez junto dos bancos correspondentes.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições relativas a disponibilidades em outras instituições de crédito encontram-se classificadas em estágio 1.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, as disponibilidades em outras instituições de crédito não estão a ser remuneradas.

A 31 de Dezembro de 2024, a rubrica de “Disponibilidade em outras instituições de crédito no estrangeiro” inclui mKz 34.656.000. referente a depósito imediatamente mobilizável e com maturidade inferior a três (3) meses.

A 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de “Depósitos a prazo mobilizáveis” em dólares dos Estados Unidos, venciam juros à taxa de 3.75%.

A perda por imparidade esperada da rubrica de “Disponibilidades em outras instituições de crédito” é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de disponibilidades em outras instituições de crédito foram os seguintes:

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2023	87 551
Aumentos / Dotações	736 256
Reposições / Reversões	(760 526)
Saldo em 31.12.2024	63 281

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2022	101 582
Aumentos / Dotações	626 251
Reposições / Reversões	(640 283)
Diferenças cambiais e outros	1
Saldo em 31.12.2023	87 551

Nota 14 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Aplicações no Banco Nacional de Angola (BNA)	24 300 000	67 142 829
Aplicações a prazo	10 700 000	-
Operações com acordo de recompra	13 600 000	67 142 829
Aplicações em instituições de crédito nacionais	6 500 000	-
Banco Angolano de Investimentos	6 500 000	-
Aplicações em Outras instituições	9 120 138	-
Operações com acordo de recompra	9 120 138	-
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	62 928 000	-
Caixa Geral de Depósitos	27 360 000	-
Commerzbank	31 008 000	-
Dbz Bank Lda	4 560 000	-
Juros Corridos	1 301 197	482 897
Perdas por imparidade	(135 873)	-
Total	104 013 462	67 625 726

As aplicações, em 31 de Dezembro de 2024 venciam juros a taxas entre os 3,22% e 4,25% para aplicações em Dólares dos Estados Unidos e entre os 13,98% e os 22,69% para aplicações em moeda nacional.

As aplicações em 31 de Dezembro de 2023, venciam juros à taxas de 5,00% para aplicações em moeda nacional.

A perda esperada da rubrica de “Aplicações em outras instituições de crédito” é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33. Para as aplicações no BNA é aplicada a metodologia descrita para dívida pública na Nota 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições relativas a aplicações em outras instituições de crédito encontram-se classificadas em estágio 1.

O escalonamento das aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito, incluindo juros a receber e líquido de imparidade, por prazo de vencimento a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é como segue:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	89 137 266	67 625 726
De 3 a 6 meses	14 876 196	-
Total	104 013 462	67 625 726

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de aplicações em outras instituições de crédito foram os seguintes:

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2023	-
Aumentos / Dotações	1 072 994
Reposições / Reversões	(937 120)
Diferenças cambiais e outros	(1)
Saldo em 31.12.2024	135 873

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2022	22 677
Aumentos / Dotações	56 039
Reposições / Reversões	(78 855)
Diferenças cambiais e outros	139
Saldo em 31.12.2023	-

Nota 15 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
EMIS- Empresa Interbancária de Serviços SARL	446 472	287 597
Total	446 472	287 597

A EMIS tem como principal actividade a gestão dos meios electrónicos e de pagamentos, bem como a prestação de serviços complementares.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica apresenta os seguintes movimentos:

mKz	Saldo em 31-12-2023	Imparidade acumulada (-)	Aquisições (+)	Alienações (-)	Ganhos (+) / perdas (-) recon- hecidas por contrapartida de reservas de reavaliação	Saldo em 31-12-2024
"EMIS- Empresa Inter- bancária de Serviços SARL"	287 597	-	-	-	158 875	446 472
Total	287 597	-	-	-	158 875	446 472

mkz	Saldo em 31-12-2022	Imparidade acumulada (-)	Aquisições (+)	Alienações (-)	Ganhos (+) / perdas (-) recon- hecidas por contrapartida de reservas de reavaliação	Saldo em 31-12-2023
"EMIS- Empresa Inter- bancária de Serviços SARL"	184 311	-	-	-	103 286	287 597
Total	184 311	-	-	-	103 286	287 597

Em 31 de Dezembro de 2024 a participação detida pelo Banco representa 1,65% (31 de Dezembro de 2023: 1.65%) do capital desta empresa.

Esta sociedade não distribuiu dividendos relativamente aos exercícios de 2023 e 2022.

Nota 16 – Investimentos ao custo amortizado

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	90 575 258	171 587 620
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	581 246	12 299 347
- Não reajustáveis	89 994 012	159 288 273
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	50 688 626	90 366 656
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	129 491 272	37 130 712
Perdas por imparidade	(3 290 490)	(4 369 244)
Total	267 464 666	294 715 744

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica apresenta os seguintes movimentos:

mkz	31-12-2023	Aquisições	Vencimentos	Alienações	Efeito Cambial	Variação Custo Amortizado	31-12-2024
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	171 587 620	3 632 331	(84 287 068)	-	-	(357 625)	90 575 258
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	12 299 347	-	(11 749 349)	-	-	31 248	581 246
- Não reajustáveis	159 288 273	3 632 331	(72 537 719)	-	-	(388 873)	89 994 012
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	90 366 656	-	(45 162 953)	-	5 923 007	(438 084)	50 688 626
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	37 130 712	168 840 164	(83 643 771)	-	-	7 164 167	129 491 272
Total	299 084 988	172 472 495	(213 093 792)	-	5 923 007	6 368 458	270 755 156

mkz	31/12/2022	Aquisições	Vencimentos	Alienações	Efeito Cambial	Variação Custo Amortizado	31/12/2023
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	146 626 489	54 965 750	(27 607 117)	(4 829 353)	1 327	2 430 524	171 587 620
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	7 582 554	-	169 878	(324 235)	418	4 870 732	12 299 347
- Não reajustáveis	139 043 935	54 965 750	(27 776 995)	(4 505 118)	909	(2 440 208)	159 288 273
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	65 489 529	95 548 763	(1 433 392)	(120 137 660)	50 281 453	617 963	90 366 656
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	54 476 723	26 075 070	(50 482 437)	(6 136 111)	-	13 197 467	37 130 712
Bilhetes do Tesouro em moeda estrangeira	21 174 442	21 743 918	(10 643 045)	(33 710 668)	14 175 103	(12 739 750)	-
Total	287 767 183	198 333 501	(90 165 991)	(131 103 124)	64 457 883	3 506 204	299 084 988

As Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos, reconhecem a valorização ou desvalorização cambial do seu valor nominal por contrapartida da rubrica de resultados cambiais (Nota 6).

A perda esperada de investimentos ao custo amortizado é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições de investimentos ao custo amortizado encontram-se classificadas em estágio 1.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento líquido de imparidade é como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	24 070 444	78 528 711
De 3 a 6 meses	72 257 317	16 915 269
De 6 meses a 1 ano	90 427 119	67 604 677
De 1 a 3 anos	36 363 226	84 120 322
De 3 a 5 anos	28 844 788	32 033 847
Mais de 5 anos	15 501 772	15 512 918
Total	267 464 666	294 715 744

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os títulos de dívida mensurados ao custo amortizado apresentam as seguintes características:

31-12-2024								
mKz	Emissor	Taxa Média	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Juros Corridos	Prémio/ Desconto	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
Obrigações do Tesouro em moeda nacional			85 971 730	87 339 457	4 149 988	(914 187)	(1 308 448)	89 266 810
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	Angola	8,25%	580 983	580 983	263	-	(9 067)	572 179
- Não reajustáveis	Angola	17,35%	85 390 747	86 758 474	4 149 725	(914 187)	(1 299 381)	88 694 631
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira			50 442 720	50 442 720	245 906	-	(699 745)	49 988 881
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional			138 005 500	122 327 104	7 164 168	-	(1 282 297)	128 208 975
Total			274 419 950	260 109 281	11 560 062	(914 187)	(3 290 490)	267 464 666

31-12-2023								
mKz	Emissor	Taxa Média	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Juros Corridos	Prémio/ Desconto	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
Obrigações do Tesouro em moeda nacional			175 166 635	165 223 583	7 548 486	(1 184 449)	(2 689 789)	168 897 831
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	Angola	6,97%	24 444 235	11 925 928	287 112	86 307	(362 794)	11 936 553
- Não reajustáveis	Angola	17,30%	150 722 400	153 297 655	7 261 374	(1 270 756)	(2 326 995)	156 961 278
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira			76 489 952	88 921 952	1 444 667	37	(1137 023)	89 229 633
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional			40 500 000	36 672 995	457 717	-	(542 432)	36 588 280
Total			292 156 587	290 818 530	9 450 870	(1 184 412)	(4 369 244)	294 715 744

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de investimentos ao custo amortizado foram os seguintes:

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2023	4 369 244
Aumentos / Dotações	1 443 436
Reposições / Reversões	(2 522 190)
Saldo em 31.12.2024	3 290 490

mKz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2022	3 894 575
Aumentos / Dotações	3 977 205
Reposições / Reversões	(3 502 536)
Saldo em 31.12.2023	4 369 244

Nota 17 – Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Crédito ao custo amortizado	391 726 192	353 352 559
Crédito e juros sem incumprimento	377 967 148	336 292 214
Sector Público	136 063 148	139 105 469
Empresas	206 360 730	170 040 425
Empréstimos	101 900 472	84 554 494
Crédito em conta corrente	56 707 795	45 152 237
Locação financeira	47 752 463	40 333 694
Particulares	35 543 270	27 146 320
Habitação	7 716 800	8 420 226
Consumo	27 826 470	18 726 094
Crédito e juros em incumprimento	28 862 914	31 582 563
Até 3 meses	6 623 583	5 669 887
De 3 meses a 1 ano	6 094 706	5 024 771
De 1 a 5 anos	16 144 625	20 751 792
Mais de 5 anos	-	136 113
Perdas por imparidade	(15 103 870)	(14 522 218)
Total	391 726 192	353 352 559

A rubrica “Crédito e juros em incumprimento” inclui a totalidade das prestações associadas às operações de crédito que se encontram em estágio 3.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o crédito em incumprimento, por prazo encontra-se colaterizado, conforme quadro abaixo:

mKz	31-12-2024		
Crédito em Incumprimento	Exposição Total	Imparidade	Justo Valor Garantias
Até 3 meses	6 623 583	2 109 575	12 261 412
Aval Governamental	2 998 849	738 023	2 619 601
Hipotecas de imóveis	2 112 517	247 662	9 623 201
Depósito a Prazo	834 900	623 702	18 610
Outras Garantias	677 317	500 188	-
De 3 meses a 1 ano	6 094 706	1 873 336	9 304 140
Aval Governamental	5 040 756	1 317 586	4 340 856
Hipotecas de imóveis	437 495	67 997	4 925 273
Depósito a Prazo	108 028	11 480	38 011
Outras Garantias	508 427	476 273	-
De 1 a 5 anos	16 144 625	5 162 089	58 593 208
Aval Governamental	10 592 084	556 555	52 534 438
Garantia emitida por Bancos	22 333	22 133	31 019
Hipotecas de imóveis	1 666 605	892 909	6 025 381
Depósito a Prazo	51 467	32 016	2 370
Outras Garantias	3 812 136	3 658 476	-
	28 862 914	9 145 000	80 158 760

mKz	31-12-2023		
Crédito em Incumprimento	Exposição Total	Imparidade	Justo Valor Garantias
Até 3 meses	5 669 887	415 211	8 050 162
Aval Govenamental	4 118 400	60 014	4 562 328
Hipotecas de imóveis	1 303 930	228 631	3 397 795
Depósito a Prazo	128 276	27 705	90 039
Outras Garantias	119 282	98 862	-
De 3 meses a 1 ano	5 024 771	2 862 512	5 238 501
Aval Govenamental	202 873	24 556	292 351
Garantia emitida por Bancos	21 546	18 680	29 925
Hipotecas de imóveis	1 290 449	183 105	4 914 958
Depósito a Prazo	636 801	438 215	1 267
Outras Garantias	2 873 102	2 197 955	-
De 1 a 5 anos	20 751 792	6 830 207	35 867 163
Aval Govenamental	8 851 597	148 123	22 837 829
Hipotecas de imóveis	10 773 519	5 667 280	13 027 003
Depósito a Prazo	49 868	19 094	2 332
Outras Garantias	1 076 807	995 710	-
Mais de 5 anos	136 113	12 453	358 671
Hipotecas de imóveis	124 528	12 453	358 671
Outras Garantias	11 585	-	-
	31 582 563	10 120 383	49 514 497

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o maior devedor do Caixa Angola representava 22% e 24% do total da exposição bruta da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente, naquelas datas, o conjunto dos dez maiores devedores do Caixa Angola representavam aproximadamente 52% e 55% do total da exposição bruta da carteira de crédito, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os resultados dos créditos ao justo valor através de resultados são os seguintes:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	66 676
Total	-	66 676

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, excluindo as perdas por imparidade, é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	45 329 569	40 943 731
De 3 a 6 meses	15 407 904	11 314 978
De 6 meses a 1 ano	66 227 855	60 014 702
De 1 a 3 anos	79 385 778	33 696 712
De 3 a 5 anos	116 336 267	138 561 764
Mais de 5 anos	55 279 775	51 760 327
Duração indeterminada (Crédito e juros em incumprimento)	28 862 914	31 582 563
Total	406 830 062	367 874 777

A perda esperada de crédito a clientes é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de crédito a clientes foram os seguintes:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Saldo inicial	14 522 218	12 741 150
Reforços	14 529 582	15 759 480
Reversões	(9 599 449)	(7 626 652)
Utilizações	(4 658 906)	(6 351 760)
Outras recuperações de crédito	(781 269)	(779 163)
Diferenças de câmbio e outras	1 091 694	779 163
Saldo final	15 103 870	14 522 218

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade por estágio evidenciadas no activo como correcção aos valores de crédito a clientes foram os seguintes:

mKz	31-12-2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	3 323 464	1 078 371	10 120 383	14 522 218
Reforços	702 304	2 642 151	11 185 127	14 529 582
Reversões	(523 563)	(1 263 857)	(7 812 029)	(9 599 449)
Utilizações	-	-	(4 658 906)	(4 658 906)
Outras recuperações de crédito	-	-	(781 269)	(781 269)
Diferenças de câmbio e outras	-	-	1 091 694	1 091 694
Total	3 502 205	2 456 665	9 145 000	15 103 870

mKz	31-12-2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	492 687	1 012 995	11 235 468	12 741 150
Reforços	3 042 117	1 427 983	11 289 380	15 759 480
Reversões	(211 339)	(1 362 607)	(6 052 706)	(7 626 652)
Utilizações	-	-	(6 351 760)	(6 351 760)
Outras recuperações de crédito	-	-	(779 163)	(779 163)
Diferenças de câmbio e outras	-	-	779 163	779 163
Total	3 323 465	1 078 371	10 120 382	14 522 218

A distribuição do crédito e juros em cumprimento a clientes por tipo de taxa é apresentada da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Taxa fixa	78 176 319	107 329 743
Taxa variável	299 790 829	228 962 471
Saldo final	377 967 148	336 292 214

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por estágio, excluindo o crédito ao justo valor, é o seguinte:

mKz	Exposição 31-12-2024								Imparidade 31-12-2024			
	Exposição Total	Crédito em Estágio 1	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em cura	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Administrações Públicas	98 203 963	98 203 963	-	-	-	-	-	-	1 548 105	1 548 105	-	-
Empresas	271 076 099	227 110 463	-	17 109 452	6 333 684	6 335 015	26 856 184	17 631 422	12 254 670	1 803 471	2 258 266	8 192 933
Stage 1	227 110 463	227 110 463	-	-	-	-	-	-	1 803 471	1 803 471	-	-
Comércio e Transportes	14 551 683	14 551 683	-	-	-	-	-	-	44 760	44 760	-	-
Agro-indústrias	46 268 332	46 268 332	-	-	-	-	-	-	454 314	454 314	-	-
Commercial Real Estate	8 215 108	8 215 108	-	-	-	-	-	-	62 702	62 702	-	-
Serviços e Outros	158 075 340	158 075 340	-	-	-	-	-	-	1 241 695	1 241 695	-	-
Stage 2	17 109 452	-	-	17 109 452	6 333 684	6 335 015	-	-	2 258 266	-	2 258 266	-
Empresas	17 109 452	-	-	17 109 452	6 333 684	6 335 015	-	-	2 258 266	-	2 258 266	-
Stage 3	26 856 184	-	-	-	-	-	26 856 184	17 631 422	8 192 933	-	-	8 192 933
Empresas	26 856 184	-	-	-	-	-	26 856 184	17 631 422	8 192 933	-	-	8 192 933
Particulares	37 550 000	33 374 639	46 686	2 168 631	323 064	1 514 215	2 006 730	1 045 131	1 301 095	150 630	200 194	950 271
Stage 1	33 374 639	33 374 639	46 686	-	-	-	-	-	150 630	150 630	-	-
Aquisição e Habitação	7 653 302	7 653 302	-	-	-	-	-	-	32 694	32 694	-	-
Consumo - Outros	25 319 450	25 319 450	46 686	-	-	-	-	-	117 768	117 768	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	401 887	401 887	-	-	-	-	-	-	168	168	-	-
Stage 2	2 168 631	-	-	2 168 631	323 064	1 514 215	-	-	200 194	-	200 194	-
Aquisição e Habitação	114 691	-	-	114 691	53 399	-	-	-	12 238	-	12 238	-
Consumo - Outros	2 053 940	-	-	2 053 940	269 665	1 514 215	-	-	187 956	-	187 956	-
Stage 3	2 006 730	-	-	-	-	-	2 006 730	1 045 131	950 271	-	-	950 271
Particulares	2 006 730	-	-	-	-	-	2 006 730	1 045 131	950 271	-	-	950 271
Total	406 830 062	358 689 065	46 686	19 278 083	6 656 748	7 849 230	28 862 914	18 676 553	15 103 870	3 502 206	2 458 460	9 143 204

mKz	Exposição 31-12-2023							Imparidade 31-12-2023				
	Exposição Total	Crédito em Estágio 1	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em cura	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Administrações Públicas	96 007 918	96 007 918	-	-	-	-	-	-	1 418 885	1 418 885	-	-
Empresas	242 791 232	193 703 717	540 049	19 434 259	13 642 089	456 757	29 653 256	25 680 584	11 298 898	1 722 064	812 136	8 764 698
Stage 1	193 703 717	193 703 717	540 049	-	-	-	-	-	1 722 064	1 722 064	-	-
Comércio e Transportes	17 323 301	17 323 301	-	-	-	-	-	-	113 514	113 514	-	-
Agro-indústrias	38 297 386	38 297 386	-	-	-	-	-	-	769 591	769 591	-	-
Commercial Real Estate	6 031 708	6 031 708	57 538	-	-	-	-	-	46 960	46 960	-	-
Serviços e Outros	132 051 322	132 051 322	482 511	-	-	-	-	-	791 999	791 999	-	-
Stage 2	19 434 259	-	-	19 434 259	13 642 089	456 757	-	-	812 136	-	812 136	-
Empresas	19 434 259	-	-	19 434 259	13 642 089	456 757	-	-	812 136	-	812 136	-
Stage 3	29 653 256	-	-	-	-	-	29 653 256	25 680 584	8 764 698	-	-	8 764 698
Empresas	29 653 256	-	-	-	-	-	29 653 256	25 680 584	8 764 698	-	-	8 764 698
Particulares	29 075 627	25 552 198	201 160	1 594 122	166 176	1 158 114	1 929 307	1 230 142	1 804 435	182 516	266 235	1 355 684
Stage 1	25 552 198	25 552 198	201 160	-	-	-	-	-	182 516	182 516	-	-
Aquisição e Habitação	8 105 423	8 105 423	-	-	-	-	-	-	52 415	52 415	-	-
Consumo - Outros	16 710 216	16 710 216	201 160	-	-	-	-	-	129 995	129 995	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	736 559	736 559	-	-	-	-	-	-	106	106	-	-
Stage 2	1 594 122	-	-	1 594 122	166 176	1 158 114	-	-	266 235	-	266 235	-
Aquisição e Habitação	314 803	-	-	314 803	128 627	-	-	-	74 426	-	74 426	-
Consumo - Outros	1 279 319	-	-	1 279 319	37 549	1 158 114	-	-	191 809	-	191 809	-
Stage 3	1 929 307	-	-	-	-	-	1 929 307	1 230 142	1 355 684	-	-	1 355 684
Particulares	1 929 307	-	-	-	-	-	1 929 307	1 230 142	1 355 684	-	-	1 355 684
Total	367 874 777	315 263 833	741 209	21 028 381	13 808 265	1 614 871	31 582 563	26 910 726	14 522 218	3 323 465	1 078 371	10 120 382

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a distribuição das exposições e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por intervalo de dias de atraso é o seguinte:

mKz	Exposição 31-12-2024							Imparidade 31-12-2024						
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3			Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		
	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias
Administrações Públicas	98 203 963	-	-	-	-	-	-	1 548 105	-	-	-	-	-	-
Empresas	227 110 463	15 943 120	1 166 332	-	15 663 535	373 276	10 819 373	1 803 471	2 009 827	248 439	-	3 567 358	196 963	4 428 612
Stage 1	227 110 463	-	-	-	-	-	-	1 803 471	-	-	-	-	-	-
Comércio e Transportes	14 551 683	-	-	-	-	-	-	44 760	-	-	-	-	-	-
Agro-indústrias	46 268 332	-	-	-	-	-	-	454 314	-	-	-	-	-	-
Commercial Real Estate	8 215 108	-	-	-	-	-	-	62 702	-	-	-	-	-	-
Serviços e Outros	158 075 340	-	-	-	-	-	-	1 241 695	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	15 943 120	1 166 332	-	-	-	-	-	2 009 827	248 439	-	-	-	-
Empresas	-	15 943 120	1 166 332	-	-	-	-	-	2 009 827	248 439	-	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	15 663 535	373 276	10 819 373	-	-	-	-	3 567 358	196 963	4 428 612
Empresas	-	-	-	-	15 663 535	373 276	10 819 373	-	-	-	-	3 567 358	196 963	4 428 612
Particulares	33 374 639	1 887 078	281 547	6	848 328	51 556	1 106 846	150 630	137 156	63 037	1	385 445	19 630	545 196
Stage 1	33 374 639	-	-	-	-	-	-	150 630	-	-	-	-	-	-
Aquisição e Habitação	7 653 302	-	-	-	-	-	-	32 694	-	-	-	-	-	-
Consumo - Outros	25 319 450	-	-	-	-	-	-	117 768	-	-	-	-	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	401 887	-	-	-	-	-	-	168	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	1 887 078	281 547	6	-	-	-	-	137 156	63 037	1	-	-	-
Aquisição e Habitação	-	53 400	61 291	-	-	-	-	-	3 290	8 947	-	-	-	-
Consumo - Outros	-	1 833 678	220 256	6	-	-	-	-	133 866	54 090	1	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	848 328	51 556	1 106 846	-	-	-	-	385 445	19 630	545 196
Particulares	-	-	-	-	848 328	51 556	1 106 846	-	-	-	-	385 445	19 630	545 196
Total	358 689 065	17 830 198	1 447 879	6	16 511 863	424 832	11 926 219	3 502 206	2 146 983	311 476	1	3 952 803	216 593	4 973 808

mKz	Exposição 31-12-2023							Imparidade 31-12-2023						
	Estágio 1	Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1	Estágio 2			Estágio 3		
Segmento	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	<90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias
Administrações Públicas	96 007 918	-	-	-	-	-	-	1 418 885	-	-	-	-	-	-
Empresas	193 703 717	19 363 834	70 425	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	1 722 064	810 343	1 793	-	7 460 586	964 034	340 078
Stage 1	193 703 717	-	-	-	-	-	-	1 722 064	-	-	-	-	-	-
Comércio e Transportes	17 323 301	-	-	-	-	-	-	113 514	-	-	-	-	-	-
Agro-indústrias	38 297 386	-	-	-	-	-	-	769 591	-	-	-	-	-	-
Commercial Real Estate	6 031 708	-	-	-	-	-	-	46 960	-	-	-	-	-	-
Serviços e Outros	132 051 322	-	-	-	-	-	-	791 999	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	19 363 834	70 425	-	-	-	-	-	810 343	1 793	-	-	-	-
Empresas	-	19 363 834	70 425	-	-	-	-	-	810 343	1 793	-	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	-	-	-	-	7 460 586	964 034	340 078
Empresas	-	-	-	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	-	-	-	-	7 460 586	964 034	340 078
Particulares	25 552 198	1 325 166	268 956	-	545 651	329 559	1 054 097	182 516	188 517	77 718	-	299 103	314 638	741 943
Stage 1	25 552 198	-	-	-	-	-	-	182 516	-	-	-	-	-	-
Aquisição e Habitação	8 105 423	-	-	-	-	-	-	52 415	-	-	-	-	-	-
Consumo - Outros	16 710 216	-	-	-	-	-	-	129 995	-	-	-	-	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	736 559	-	-	-	-	-	-	106	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	1 325 166	268 956	-	-	-	-	-	188 517	77 718	-	-	-	-
Aquisição e Habitação	-	128 627	186 176	-	-	-	-	-	22 391	52 035	-	-	-	-
Consumo - Outros	-	1 196 539	82 780	-	-	-	-	-	166 126	25 683	-	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	545 651	329 559	1 054 097	-	-	-	-	299 103	314 638	741 943
Particulares	-	-	-	-	545 651	329 559	1 054 097	-	-	-	-	299 103	314 638	741 943
Total	315 263 833	20 689 000	339 381	-	25 937 910	1 733 279	3 911 374	3 323 465	998 860	79 511	-	7 759 689	1 278 672	1 082 021

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições, imparidade constituída e número de operações por segmento do modelo de imparidade e por ano de concessão é o seguinte:

Exposição 31-12-2024															
mKz	2024			2023			2022			2021			2020 e anteriores		
Segmento	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparida de onstituída
Administrações Públicas	3	160 753	2 503	3	88 099 629	1 389 277	2	372 683	5 813	-	-	-	8	9 570 897	150 511
Empresas	361	71 201 193	2 078 606	273	64 285 005	4 293 550	225	44 401 812	2 721 373	152	66 875 451	2 837 989	49	24 312 639	323 153
Stage 1	324	60 858 667	518 458	239	55 626 649	466 737	188	29 091 635	185 714	110	60 140 022	515 648	41	21 393 489	116 914
Comércio e Transportes	28	827 348	6 317	6	2 395 156	20 672	19	398 594	2 465	4	1 475 580	155	2	9 455 005	15 150
Agro-indústrias	54	17 303 075	176 582	58	18 663 021	166 549	35	4 009 646	36 858	25	5 408 656	67 359	8	883 934	6 966
Commercial Real Estate	17	2 450 861	16 599	13	736 761	4 924	17	824 963	4 929	1	855	-	5	4 201 668	36 250
Serviços e Outros	225	40 277 383	318 960	162	33 831 711	274 592	117	23 858 432	141 462	80	53 254 931	448 134	26	6 852 882	58 548
Stage 2	22	7 813 362	609 556	9	512 967	19 530	14	5 615 958	1 580 199	9	834 652	18 957	5	2 332 514	30 026
Empresas	22	7 813 362	609 556	9	512 967	19 530	14	5 615 958	1 580 199	9	834 652	18 957	5	2 332 514	30 026
Stage 3	15	2 529 164	950 592	25	8 145 389	3 807 283	23	9 694 219	955 460	33	5 900 777	2 303 384	3	586 636	176 213
Empresas	15	2 529 164	950 592	25	8 145 389	3 807 283	23	9 694 219	955 460	33	5 900 777	2 303 384	3	586 636	176 213
Particulares	1 629	14 871 557	181 405	1 197	9 801 247	132 796	543	5 001 046	108 322	259	3 070 025	256 804	676	4 806 125	621 768
Stage 1	1 598	14 181 790	70 918	1 122	9 351 371	38 729	491	4 479 180	14 837	215	2 152 707	8 720	627	3 209 592	17 426
Aquisição e Habitação	5	413 602	1 107	20	1 185 110	3 159	30	1 158 220	4 216	43	1 818 764	6 880	285	3 077 607	17 333
Consumo - Outros	1 139	13 613 865	69 727	967	8 104 996	35 554	410	3 302 340	10 611	89	292 219	1 834	19	6 030	42
Consumo -Cartões e Descobertos	454	154 323	84	135	61 265	16	51	18 620	10	83	41 724	6	323	125 955	51
Stage 2	16	161 772	20 115	41	255 227	34 271	20	250 502	26 057	13	602 934	43 338	27	898 196	76 414
Aquisição e Habitação	-	-	-	-	-	-	1	10 098	4 936	-	-	-	3	104 593	7 302
Consumo - Outros	16	161 772	20 115	41	255 227	34 271	19	240 404	21 121	13	602 934	43 338	24	793 603	69 112
Stage 3	15	527 995	90 372	34	194 649	59 796	32	271 364	67 428	31	314 384	204 746	22	698 337	527 928
Particulares	15	527 995	90 372	34	194 649	59 796	32	271 364	67 428	31	314 384	204 746	22	698 337	527 928
Total	1 993	86 233 503	2 262 514	1 473	162 185 881	5 815 623	770	49 775 541	2 835 508	411	69 945 476	3 094 793	733	38 689 661	1 095 432

Exposição 31-12-2023															
mKz	2023			2022			2021			2020			2019 e anteriores		
Segmento	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparida de onstituída
Administrações Públicas	2	80 057 130	1 185 706	4	1 096 103	16 116	2	4 388	64	-	-	-	12	14 850 297	216 999
Empresas	385	73 963 508	2 852 148	289	54 005 590	2 606 531	229	83 335 610	5 255 178	37	22 072 837	458 288	58	9 413 687	126 753
Stage 1	349	65 092 991	781 719	253	37 771 630	330 860	183	70 321 661	520 628	27	14 227 481	48 318	48	6 289 954	40 538
Comércio e Transportes	15	3 355 245	57 802	35	1 112 147	15 555	12	1 858 182	9 674	2	8 937 766	24 451	9	2 059 961	6 031
Agro-indústrias	66	24 191 394	482 612	41	6 522 827	148 554	35	6 350 110	121 623	4	349 503	1 221	10	883 552	15 581
Commercial Real Estate	12	482 121	4 441	18	1 170 803	6 743	2	8 967	-	2	2 346 290	19 208	6	2 023 527	16 568
Serviços e Outros	256	37 064 231	236 864	159	28 965 853	160 008	134	62 104 402	389 331	19	2 593 922	3 438	23	1 322 914	2 358
Stage 2	18	2 324 520	84 672	17	2 155 710	99 696	23	4 718 677	215 300	7	7 754 914	384 274	5	2 480 438	28 194
Empresas	18	2 324 520	84 672	17	2 155 710	99 696	23	4 718 677	215 300	7	7 754 914	384 274	5	2 480 438	28 194
Stage 3	18	6 545 997	1 985 757	19	14 078 250	2 175 975	23	8 295 272	4 519 250	3	90 442	25 696	5	643 295	58 021
Empresas	18	6 545 997	1 985 757	19	14 078 250	2 175 975	23	8 295 272	4 519 250	3	90 442	25 696	5	643 295	58 021
Particulares	1 469	12 335 133	167 037	800	6 620 147	156 973	533	4 017 120	436 165	130	2 036 572	676 252	835	4 066 655	368 008
Stage 1	1 451	12 140 457	91 276	757	6 334 227	41 207	488	3 002 876	20 877	115	935 897	7 279	795	3 138 741	21 877
Aquisição e Habitação	20	1 227 877	5 144	36	1 474 079	7 751	45	1 941 312	12 361	22	704 805	5 545	289	2 757 350	21 614
Consumo - Outros	1 134	10 735 285	86 106	621	4 809 985	33 450	332	971 352	8 512	36	172 809	1 713	29	20 785	214
Consumo -Cartões e Descobertos	297	177 295	26	100	50 163	6	111	90 212	4	57	58 283	21	477	360 606	49
Stage 2	13	65 178	9 698	20	124 584	14 863	18	479 139	80 864	9	381 324	66 411	22	543 897	94 399
Aquisição e Habitação	1	14 460	775	2	96 633	13 129	2	43 753	6 341	1	53 111	11 510	6	106 846	42 671
Consumo - Outros	12	50 718	8 923	18	27 951	1 734	16	435 386	74 523	8	328 213	54 901	16	437 051	51 728
Stage 3	5	129 498	66 063	23	161 336	100 903	27	535 105	334 424	6	719 351	602 562	18	384 017	251 732
Particulares	5	129 498	66 063	23	161 336	100 903	27	535 105	334 424	6	719 351	602 562	18	384 017	251 732
Total	1 856	166 355 771	4 204 891	1 093	61 721 840	2 779 620	764	87 357 118	5 691 407	167	24 109 409	1 134 540	905	28 330 639	711 760

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por tipo de quantificação de imparidade é o seguinte:



mKz		31-12-2024		
Segmento	Imparidade individual		Imparidade colectiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Administrações Públicas	-	-	98 203 963	1 548 105
Empresas	13 502 808	5 766 941	257 573 291	6 487 729
Stage 1	-	-	227 110 463	1 803 471
Comércio e Transportes	-	-	14 551 683	44 760
Agro-indústrias	-	-	46 268 332	454 314
Commercial Real Estate	-	-	8 215 108	62 702
Serviços e Outros	-	-	158 075 340	1 241 695
Stage 2	-	-	17 109 452	2 258 266
Empresas	-	-	17 109 452	2 258 266
Stage 3	13 502 808	5 766 941	13 353 376	2 425 992
Empresas	13 502 808	5 766 941	13 353 376	2 425 992
Particulares	214 002	9 838	37 335 998	1 291 257
Stage 1	-	-	33 374 639	150 630
Aquisição e Habitação	-	-	7 653 302	32 694
Consumo - Outros	-	-	25 319 450	117 768
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	401 887	168
Stage 2	195 063	5 103	1 973 568	195 091
Aquisição e Habitação	-	-	114 691	12 238
Consumo - Outros	195 063	5 103	1 858 877	182 853
Stage 3	18 939	4 735	1 987 791	945 536
Particulares	18 939	4 735	1 987 791	945 536
Total	13 716 810	5 776 779	393 113 252	9 327 091

mKz		31-12-2023		
Segmento	Imparidade individual		Imparidade colectiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Administrações Públicas	-	-	96 007 918	1 418 885
Empresas	21 693 348	7 363 217	221 097 884	3 935 681
Stage 1	-	-	193 703 717	1 722 064
Comércio e Transportes	-	-	17 323 301	113 514
Agro-indústrias	-	-	38 297 386	769 591
Commercial Real Estate	-	-	6 031 708	46 960
Serviços e Outros	-	-	132 051 322	791 999
Stage 2	-	-	19 434 259	812 136
Empresas	-	-	19 434 259	812 136
Stage 3	21 693 348	7 363 217	7 959 908	1 401 481
Empresas	21 693 348	7 363 217	7 959 908	1 401 481
Particulares	425 519	233 202	28 650 108	1 571 233
Stage 1	-	-	25 552 198	182 516
Aquisição e Habitação	-	-	8 105 423	52 415
Consumo - Outros	-	-	16 710 216	129 995
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	736 559	106
Stage 2	-	-	1 594 122	266 235
Aquisição e Habitação	-	-	314 803	74 426
Consumo - Outros	-	-	1 279 319	191 809
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-
Stage 3	425 519	233 202	1 503 788	1 122 482
Particulares	425 519	233 202	1 503 788	1 122 482
Total	22 118 867	7 596 419	345 755 910	6 925 799

A 31 de Dezembro de 2023, do total da exposição bruta apresentada na imparidade colectiva, no montante de mKz 345.755.910, existem 90 operações individualmente significativas, no montante de

mKz 286.604.426, com imparidade associada no montante de mKz 5.052.533, que transitaram para o modelo colectivo de acordo com o modelo de imparidade em vigor descrito na Nota 33.

A 31 de Dezembro de 2024, do total da exposição bruta apresentada na imparidade colectiva, no montante de mKz 393.113.252, existem 98 clientes com operações individualmente significativas, no montante de mKz 325.704.861, com imparidade associada no montante de mKz 7.031.913, que transitaram para o modelo colectivo de acordo com o modelo de imparidade em vigor descrito na Nota 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por tipo de quantificação de imparidade e por estágio é o seguinte:

mKz	31-12-2024			
Crédito a clientes	Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	-	195 651	13 522 981	13 718 632
Crédito e juros vencidos	-	-	1 177 985	1 177 985
Imparidade	-	5 104	5 771 675	5 776 779
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	362 949 605	19 137 375	15 352 002	397 438 982
Crédito e juros vencidos	38 705	233 521	1 381 810	1 654 036
Imparidade	3 502 206	2 453 356	3 371 529	9 327 091
Acréscimos e diferimentos	(4 260 540)	(54 943)	(12 069)	(4 327 552)
Total	358 689 065	19 278 083	28 862 914	406 830 062

mKz	31-12-2023			
Crédito a clientes	Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	-	-	22 128 093	22 128 093
Crédito e juros vencidos	-	-	310 979	310 979
Imparidade	-	-	7 596 419	7 596 419
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	319 439 115	21 056 757	9 457 613	349 953 485
Crédito e juros vencidos	273 676	18 284	442 970	734 930
Imparidade	3 323 465	1 078 371	2 523 963	6 925 799
Acréscimos e diferimentos	(4 175 282)	(28 376)	(3 143)	(4 206 801)
Total	315 263 833	21 028 381	31 582 563	367 874 777

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por tipo de quantificação de imparidade e por classe de incumprimento é o seguinte:

mKz		31-12-2024				
Crédito a clientes	Classe de incumprimento					Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	1 636 751	2 377 063	4 606 834	5 097 984	-	13 718 632
Crédito e juros vencidos	-	49 712	244 931	883 342	-	1 177 985
Imparidade	245 273	594 266	1 217 582	3 719 658	-	5 776 779
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	383 997 326	904 080	1 490 458	11 047 118	-	397 438 982
Crédito e juros vencidos	272 702	310 727	160 747	909 860	-	1 654 036
Imparidade	6 930 390	298 519	655 754	1 442 428	-	9 327 091
Acréscimos e diferimentos	(4 320 826)	(3 663)	(2 586)	(477)	-	(4 327 552)
Total	381 313 251	3 277 480	6 094 706	16 144 625	-	406 830 062

mKz		31-12-2023				
Crédito a clientes	Classe de incumprimento					Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	200 513	-	2 502 692	19 424 888	-	22 128 093
Crédito e juros vencidos	-	-	-	310 979	-	310 979
Imparidade	102 474	-	1 722 037	5 771 909	-	7 596 420
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	345 954 064	15 098	2 524 236	1 335 559	124 528	349 953 485
Crédito e juros vencidos	391 416	6 331	128 023	136 727	72 433	734 930
Imparidade	4 710 390	4 184	1 140 475	1 058 297	12 453	6 925 799
Acréscimos e diferimentos	(4 207 574)	-	(2 157)	(8 655)	11 585	(4 206 801)
Total	341 947 003	15 098	5 024 771	20 751 792	136 113	367 874 777

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por sector de actividade é o seguinte:

Sector de actividade	Imparidade individual		Imparidade colectiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	1 793 485	514 245	9 374 452	152 687
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	-	-	92 729 987	1 054 831
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	4 283 099	1 516 483
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	2 233 972	23 772
Indústrias alimentares e das bebidas	2 479 330	619 832	8 128 495	138 222
Construção	1 198 774	299 694	39 879 105	581 143
Comércio por grosso (excepto veículos)	4 134 571	2 756 220	32 005 822	443 043
Comércio por retalho	1 859 964	465 021	14 971 960	546 481
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	11 653 168	104 831
Actividades imobiliárias	-	-	1 264 138	11 750
Educação	-	-	86 332	765
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	-	-	3 486 925	263 541
Outras actividades de serviços	-	-	1 324 800	13 457
Outras actividades	2 036 684	1 111 929	36 151 316	1 636 723
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	98 203 683	1 548 105
Particulares	214 002	9 838	37 335 998	1 291 257
Consumo	214 002	9 838	31 056 602	1 045 371
Habituação	-	-	6 279 396	245 886
Total	13 716 810	5 776 779	393 113 252	9 327 091

Sector de actividade	Imparidade individual		Imparidade colectiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	8 785 535	128 304	2 297 525	20 109
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	-	-	74 491 860	685 832
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 387 669	1 419 429	-	-
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	2 495 452	42 092
Indústrias alimentares e das bebidas	-	-	6 611 029	167 528
Construção	-	-	29 723 771	554 978
Comércio por grosso (excepto veículos)	6 957 455	4 851 648	27 953 174	1 180 815
Comércio por retalho	-	-	18 676 939	514 226
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	13 593 471	131 908
Actividades imobiliárias	-	-	366 912	3 390
Educação	-	-	113 786	792
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	-	-	5 427 366	83 522
Outras actividades de serviços	152 788	111 115	1 326 596	8 976
Outras actividades	1 409 901	852 721	38 020 003	541 513
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	96 007 918	1 418 885
Particulares	425 519	233 202	28 650 108	1 571 233
Consumo	425 519	233 202	21 677 242	1 139 664
Habituação	-	-	6 972 866	431 569
Total	22 118 867	7 596 419	345 755 910	6 925 799

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, garantias prestadas e imparidade constituída por sector de actividade é o seguinte:

mKz		31-12-2024					
Sector	Crédito a Clientes		Créditos Documentário e Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exp. Total
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	11 164 707	3 230	-	11 167 937	3%	666 932	6%
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	92 680 301	49 686	15 024 300	107 754 287	24%	1 088 070	1%
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 283 099	-	-	4 283 099	1%	1 516 483	35%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	2 233 972	-	-	2 233 972	1%	23 772	1%
Indústria têxtil	-	-	-	-	0%	-	0%
Indústrias alimentares e das bebidas	10 422 809	185 016	1 378 400	11 986 225	3%	764 449	6%
Construção	41 031 298	46 581	3 075 570	44 153 449	10%	894 713	2%
Comércio por grosso (excepto veículos)	35 028 791	1 111 602	11 032 125	47 172 518	11%	3 251 289	7%
Comércio por retalho	16 157 062	674 862	1 109 974	17 941 898	4%	1 016 692	6%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	11 652 323	845	-	11 653 168	3%	104 831	1%
Actividades imobiliárias	1 264 137	-	-	1 264 137	0%	11 750	1%
Educação	86 332	-	-	86 332	0%	765	1%
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	3 411 463	75 462	4 725	3 491 650	1%	265 337	8%
Outras actividades de serviços	1 302 907	21 892	234 139	1 558 938	0%	13 511	1%
Outras actividades	37 725 892	462 110	7 314 059	45 502 061	10%	2 777 149	6%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	98 203 683	-	-	98 203 683	23%	1 548 105	2%
Particulares	37 349 265	200 735	-	37 550 000	8%	1 301 095	3%
Consumo	31 088 470	182 134	-	31 270 604	7%	1 055 209	3%
Habituação	6 260 795	18 601	-	6 279 396	1%	245 886	4%
Total	403 998 041	2 832 021	39 173 292	446 003 354		15 244 943	3%

mKz		31-12-2023					
Sector	Crédito a Clientes		Créditos Documentário e Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exp. Total
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	11 080 994	2 065	-	11 083 059	3%	148 413	1%
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	74 292 766	199 094	7 155 580	81 647 440	20%	705 915	1%
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 387 669	-	-	4 387 669	1%	1 419 430	32%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	2 495 453	-	-	2 495 453	1%	42 092	2%
Indústria têxtil	-	-	-	-	0%	-	0%
Indústrias alimentares e das bebidas	6 611 011	18	1 897 124	8 508 153	2%	188 606	2%
Construção	29 723 771	-	10 426 770	40 150 541	10%	607 824	2%
Comércio por grosso (excepto veículos)	34 527 167	383 462	7 876 406	42 787 035	11%	6 060 388	14%
Comércio por retalho	18 554 498	122 441	714 780	19 391 719	5%	517 386	3%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	13 593 471	-	-	13 593 471	3%	131 908	1%
Actividades imobiliárias	366 912	-	-	366 912	0%	3 390	1%
Educação	113 786	-	-	113 786	0%	792	1%
Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	5 362 969	64 397	569 321	5 996 687	1%	88 627	1%
Outras actividades de serviços	1 479 384	-	200 046	1 679 430	0%	120 129	7%
Outras actividades	39 245 749	184 155	10 258 915	49 688 819	12%	1 446 826	3%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	96 007 918	-	-	96 007 918	25%	1 418 885	1%
Particulares	28 985 141	90 486	-	29 075 627	7%	1 804 435	6%
Consumo	22 026 426	76 334	-	22 102 760	5%	1 372 866	6%
Habituação	6 958 715	14 152	-	6 972 867	2%	431 569	6%
Total	366 828 659	1 046 118	39 098 942	406 973 719		14 705 046	4%

As garantias prestadas dizem respeito a créditos documentários e garantias e avales prestados (ver Nota 28).

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições por graus de risco internos e por segmento do modelo de imparidade é a seguinte:

mKz								31-12-2024
Segmento	Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado			Total
	A	B	C	D	E	F	G	
Administrações Públicas	98 203 684	279	-	-	-	-	-	98 203 963
Empresas	20 366 003	248 588 465	779 566	1 133 164	207 620	-	1 281	271 076 099
Stage 1	11 025 580	214 466 432	719 456	892 609	5 105	-	1 281	227 110 463
Comércio e Transportes	8 562 397	5 096 672	5	892 609	-	-	-	14 551 683
Agro-indústrias	661 303	45 037 360	569 669	-	-	-	-	46 268 332
Commercial Real Estate	-	8 215 108	-	-	-	-	-	8 215 108
Serviços e Outros	1 801 880	156 117 292	149 782	-	5 105	-	1 281	158 075 340
Stage 2	-	16 795 431	-	240 555	73 466	-	-	17 109 452
Empresas	-	16 795 431	-	240 555	73 466	-	-	17 109 452
Stage 3	9 340 423	17 326 602	60 110	-	129 049	-	-	26 856 184
Empresas	9 340 423	17 326 602	60 110	-	129 049	-	-	26 856 184
Particulares	78 359	36 517 700	259 251	467 693	223 687	-	3 310	37 550 000
Stage 1	78 359	32 956 422	18 234	317 248	4 376	-	-	33 374 639
Aquisição e Habitação	-	7 610 472	3 629	39 201	-	-	-	7 653 302
Consumo - Outros	74 644	24 958 611	14 605	267 243	4 347	-	-	25 319 450
Consumo - Cartões e Descobertos	3 715	387 339	-	10 804	29	-	-	401 887
Stage 2	-	1 707 643	104 109	140 176	216 703	-	-	2 168 631
Aquisição e Habitação	-	114 691	-	-	-	-	-	114 691
Consumo - Outros	-	1 592 952	104 109	140 176	216 703	-	-	2 053 940
Stage 3	-	1 853 635	136 908	10 269	2 608	-	3 310	2 006 730
Particulares	-	1 853 635	136 908	10 269	2 608	-	3 310	2 006 730
Total	118 648 046	285 106 444	1 038 817	1 600 857	431 307	-	4 591	406 830 062

mKz								31-12-2023
Segmento	Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado			Total
	A	B	C	D	E	F	G	
Administrações Públicas	96 007 918	-	-	-	-	-	-	96 007 918
Empresas	20 533 738	218 727 101	834 851	2 321 446	292 166	-	81 930	242 791 232
Stage 1	11 208 704	179 639 187	763 144	2 079 216	12 185	-	1 281	193 703 717
Comércio e Transportes	8 738 351	6 555 778	-	2 029 172	-	-	-	17 323 301
Agro-indústrias	500 749	37 037 082	759 555	-	-	-	-	38 297 386
Commercial Real Estate	-	6 031 708	-	-	-	-	-	6 031 708
Serviços e Outros	1 969 604	130 014 619	3 589	50 044	12 185	-	1 281	132 051 322
Stage 2	-	19 178 136	-	242 230	13 893	-	-	19 434 259
Empresas	-	19 178 136	-	242 230	13 893	-	-	19 434 259
Stage 3	9 325 034	19 909 778	71 707	-	266 088	-	80 649	29 653 256
Empresas	9 325 034	19 909 778	71 707	-	266 088	-	80 649	29 653 256
Particulares	97 567	27 873 353	252 523	386 840	225 895	225 627	13 822	29 075 627
Stage 1	97 567	25 221 527	5 448	227 627	29	-	-	25 552 198
Aquisição e Habitação	-	8 061 256	3 881	40 286	-	-	-	8 105 423
Consumo - Outros	83 709	16 452 105	1 567	172 835	-	-	-	16 710 216
Consumo - Cartões e Descobertos	13 858	708 166	-	14 506	29	-	-	736 559
Stage 2	-	1 313 337	109 065	149 872	21 848	-	-	1 594 122
Aquisição e Habitação	-	314 803	-	-	-	-	-	314 803
Consumo - Outros	-	998 534	109 065	149 872	21 848	-	-	1 279 319
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	-	1 338 489	138 010	9 341	204 018	225 627	13 822	1 929 307
Particulares	-	1 338 489	138 010	9 341	204 018	225 627	13 822	1 929 307
Total	116 639 223	246 600 454	1 087 374	2 708 286	518 061	225 627	95 752	367 874 777

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento do modelo de imparidade:

mKz	Imparidade 31-12-2024			
	Probabilidade de incumprimento PD			Perda dado o incumprimento LGD
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Segmento				
Administrações Públicas	2,60%	n.a.	n.a.	60,00%
Empresas				
Stage 1				
Comércio e Transportes	1,67%	n.a.	n.a.	21,86%
Agro-indústrias	1,67%	n.a.	n.a.	59,85%
Commercial Real Estate	1,67%	n.a.	n.a.	50,36%
Serviços e Outros	1,67%	n.a.	n.a.	53,59%
Stage 2				
Empresas	n.a.	21,38%	n.a.	49,35%
Stage 3				
Empresas	n.a.	n.a.	100,00%	74,20%
Particulares				
Stage 1				
Aquisição e Habitação	1,78%	n.a.	n.a.	19,77%
Consumo - Outros	1,30%	n.a.	n.a.	35,34%
Consumo - Cartões e Descobertos	1,30%	n.a.	n.a.	44,96%
Stage 2				
Aquisição e Habitação	n.a.	13,70%	n.a.	44,96%
Consumo - Outros	n.a.	22,18%	n.a.	35,60%
Consumo - Cartões e Descobertos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Stage 3				
Particulares	n.a.	n.a.	100,00%	47,30%

mKz	Imparidade 31-12-2023			
	Probabilidade de incumprimento PD			Perda dado o incumprimento LGD
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Segmento				
Administrações Públicas	2,43%	n.a.	n.a.	60,00%
Empresas				
Stage 1				
Comércio e Transportes	2,71%	n.a.	n.a.	28,49%
Agro-indústrias	3,35%	n.a.	n.a.	65,10%
Commercial Real Estate	1,42%	n.a.	n.a.	61,68%
Serviços e Outros	1,07%	n.a.	n.a.	62,83%
Stage 2				
Empresas	n.a.	12,93%	n.a.	36,89%
Stage 3				
Empresas	n.a.	n.a.	100,00%	52,42%
Particulares				
Stage 1				
Aquisição e Habitação	1,32%	n.a.	n.a.	39,87%
Consumo - Outros	1,20%	n.a.	n.a.	65,64%
Consumo - Cartões e Descobertos	0,19%	n.a.	n.a.	81,80%
Stage 2				
Aquisição e Habitação	n.a.	29,36%	n.a.	61,70%
Consumo - Outros	n.a.	21,36%	n.a.	64,69%
Consumo - Cartões e Descobertos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Stage 3				
Particulares	n.a.	n.a.	100,00%	70,49%

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída, da carteira de créditos reestruturados, por medida de reestruturação aplicada é o seguinte:

mKz				31-12-2024								
Crédito em Estágio 1				Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
Medida Aplicada	Número de Operações	Ex- posição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade
Extensão de prazo	1	46 686	60	12	801 570	40 128	16	276 676	75 679	29	1 124 932	115 867
Período de carência de capital e/ou juros	-	-	-	3	102 425	6 078	4	2 104 654	1 980 482	7	2 207 079	1 986 560
Redução de taxa de juro	-	-	-	5	268 569	25 288	15	2 308 892	782 528	20	2 577 461	807 816
Outras	-	-	-	21	6 676 666	1 704 277	43	13 986 331	2 858 477	64	20 662 997	4 562 754
Total	1	46 686	60	41	7 849 230	1 775 771	78	18 676 553	5 697 166	120	26 572 469	7 472 997

mKz				31-12-2023								
Crédito em Estágio 1				Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
Medida Aplicada	Número de Operações	Ex- posição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade	Número de Operações	Exposição	Impari- dade
Extensão de prazo	1	57 538	-	12	649 926	64 793	14	669 980	246 016	27	1 377 444	310 809
Período de carência de capital e/ou juros	1	50 044	355	1	9 554	859	8	2 933 037	1 874 120	10	2 992 635	1 875 334
Redução de taxa de juro	1	119 898	1 175	4	156 248	22 718	1	11 200	10 119	6	287 346	34 012
Outras	3	513 730	1 269	15	799 143	85 222	25	23 296 509	6 383 714	43	24 609 382	6 470 205
Total	6	741 210	2 799	32	1 614 871	173 592	48	26 910 726	8 513 969	86	29 266 807	8 690 360

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de Imparidade)	29 266 806	23 619 989
Créditos reestruturados no período	4 001 486	11 945 081
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	15 050	169 376
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(6 711 566)	(1 315 256)
Outros - Abates	693	(5 152 384)
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de Imparidade)	26 572 469	29 266 806

Abaixo apresenta-se o detalhe dos activos financeiros modificados com referência a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (com provisão para perdas baseada nas perdas esperadas ao longo da respectiva duração):

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Activos financeiros modificados durante o período (Com provisão para perdas baseada nas perdas de crédito esperadas ao longo da respectiva duração)		
Custo Amortizado bruto antes da modificação	3 383 427	8 688 643
Perdas por imparidades antes da modificação	(676 117)	(5 259 918)
Custo amortizado líquido antes da modificação	2 707 310	3 428 725
Ganhos/Perdas líquidas da modificação	687 756	358 628
Custo amortizado bruto após a modificação	4 071 183	9 047 271

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, desagregada entre vincenda e vencida, e imparidade constituída da carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mKz		31-12-2024		
Sector	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	23 436 867	529 570	23 966 437	6 806 715
Particulares	2 592 082	13 950	2 606 032	666 282
Consumo	2 592 082	13 950	2 606 032	666 282
Total	26 028 949	543 520	26 572 469	7 472 997

mKz		31-12-2023		
Sector	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	26 561 868	115 522	26 677 390	7 638 165
Particulares	2 576 932	12 484	2 589 416	1 052 195
Consumo	2 576 932	12 484	2 589 416	1 052 195
Total	29 138 800	128 006	29 266 806	8 690 360

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, desagregada por estágio, e imparidade constituída da carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mKz		31-12-2024		
Sector	Estágios de Imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empresas	-	6 335 015	17 631 422	23 966 437
Particulares	46 686	1 514 215	1 045 131	2 606 032
Consumo	46 686	1 514 215	1 045 131	2 606 032
Total	46 686	7 849 230	18 676 553	26 572 469

mKz		31-12-2023		
Sector	Estágios de Imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empresas	540 049	456 757	25 680 584	26 677 390
Particulares	201 160	1 158 114	1 230 142	2 589 416
Consumo	201 160	1 158 114	1 230 142	2 589 416
Total	741 209	1 614 871	26 910 726	29 266 806

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe do justo valor das garantias reais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Empresas, Construção e promoção imobiliária e Habitação é o seguinte:

mKz					31-12-2024								
Empresas					Construção e promoção imobiliária				Habitação				
Imóveis		Outras garantias reais			Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		
Justo Valor	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	
< 50 MAOA	12	414 658	200	1 065 978	-	-	16	73 500	58	2 020 454	-	-	
>= 50 MAOA e <100 MAOA	9	655 829	15	977 739	-	-	2	141 200	61	4 247 492	1	60 500	
>=100 MAOA e < 500 MAOA	46	11 121 169	16	3 806 025	2	504 301	-	-	36	6 329 340	-	-	
>= 500 MAOA e <1000 MAOA	22	13 906 708	4	2 793 079	3	2 366 069	2	1 396 818	-	-	-	-	
>=1000 MAOA e <2000 MAOA	14	19 063 094	2	2 878 588	2	2 883 533	-	-	-	-	-	-	
>=2000 MAOA e <5000 MAOA	26	75 336 603	1	4 925 918	2	4 800 370	-	-	-	-	-	-	
>=5000 MAOA	5	156 205 582	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	134	276 703 643	238	16 447 327	9	10 554 273	20	1 611 518	155	12 597 286	1	60 500	

mKz					31-12-2023							
Empresas					Construção e promoção imobiliária				Habitação			
Imóveis		Outras garantias reais			Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
Justo Valor	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	22	338 147	367	1 344 752	4	1 874	48	128 000	67	2 294 944	1	12 405
>= 50 MAOA e <100 MAOA	10	784 836	14	901 183	-	-	2	132 880	61	4 234 270	1	58 600
>=100 MAOA e < 500 MAOA	43	10 819 966	23	4 774 845	2	719 147	-	-	40	6 992 423	-	-
>= 500 MAOA e <1000 MAOA	23	15 953 105	2	1 478 538	4	3 036 479	1	580 160	-	-	-	-
>=1000 MAOA e <2000 MAOA	18	27 942 433	3	3 926 022	1	1 009 410	-	-	-	-	-	-
>=2000 MAOA e <5000 MAOA	17	48 940 175	1	4 752 156	3	7 428 512	-	-	-	-	-	-
>=5000 MAOA	9	137 067 486	-	-	1	5 060 801	-	-	-	-	-	-
Total	142	241 846 148	410	17 177 496	15	17 256 223	51	841 040	168	13 521 637	2	71 005

As outras garantias reais apresentadas no mapa acima incluem depósitos bancários e títulos de dívida.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe do rácio financiamento-garantia real, exposição bruta e imparidade constituída dos segmentos de Empresas, Construção e promoção imobiliária e Habitação é o seguinte:

mKz						31-12-2024
Segmento/ rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	150 372 160	11 234 754	15 254 217	8 035 589
<50%	85	58	3 873 930	748 343	2 996 547	1 336 502
>=50% e <75%	21	10	10 336 810	2 226 844	1 243 897	397 580
>=75% e <100%	6	7	3 223 815	-	3 241 308	794 578
>=100%	22	163	21 766 020	752 063	2 727 512	809 584
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	34 759 306	45 385	516 999	620 382
<50%	3	5	-	291 673	875 704	222 784
>=50% e <75%	2	-	1 003 169	-	-	2 669
>=75% e <100%	-	-	-	-	-	-
>=100%	4	15	1 775 253	1 810 390	-	35 002
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	2 802 852	68 465	257 125	198 397
<50%	75	1	845 095	36 127	78 806	15 166
>=50% e <75%	43	-	1 182 664	-	61 076	23 287
>=75% e <100%	30	-	758 919	10 098	-	7 903
>=100%	7	-	178 169	-	-	1 133
Total	298	259	232 878 162	17 224 142	27 253 191	12 500 556

mKz						31-12-2023
Segmento/ rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	115 383 965	6 346 893	13 030 028	3 996 277
<50%	86	149	11 235 822	2 023 309	6 578 315	4 149 421
>=50% e <75%	16	34	6 217 888	5 414 521	650 415	195 420
>=75% e <100%	14	10	2 541 683	787 266	2 599 807	84 319
>=100%	26	217	29 308 436	4 165 972	6 783 141	2 318 483
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	25 246 900	420 089	11 550	538 450
<50%	8	20	937 649	-	-	10 741
>=50% e <75%	-	5	20 004	-	-	-
>=75% e <100%	2	1	695 494	276 209	-	3 630
>=100%	5	25	2 115 876	-	-	2 157
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	1 901 065	159 957	244 399	295 780
<50%	77	-	1 449 029	-	92 222	51 260
>=50% e <75%	42	-	1 290 381	125 699	59 389	39 494
>=75% e <100%	36	-	1 314 668	29 147	20 586	24 915
>=100%	13	2	252 808	-	33 516	20 120
Total	325	463	199 911 668	19 749 062	30 103 368	11 730 467

Nota 18 – Outros activos tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Imóveis		
De serviço próprio	10 311 220	9 371 642
Obras em imóveis arrendados	1 974 378	1 962 761
Total	12 285 598	11 334 403
Equipamento		
Equipamento informático	7 641 677	6 262 047
Mobiliário e material	1 327 910	1 198 896
Material de transporte	2 694 464	2 408 721
Máquinas de uso administrativo	544 542	478 544
Equipamento de segurança	674 982	526 119
Outros equipamentos	700 292	491 335
Total	13 583 867	11 365 662
Activos sob Direito de Uso		
Imóveis	1 461 677	1 555 531
Total	1 461 677	1 555 531
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	-	623 425
Outros imobilizados em curso	157 872	17 920
Total	157 872	641 345
Depreciações acumuladas	(12 670 203)	(11 269 877)
Imparidade	(1 397 261)	(1 029 109)
Outros activos tangíveis	13 421 550	12 597 955

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os outros activos tangíveis em curso correspondem, essencialmente, à aquisição de espaço e a pagamentos a fornecedores pelo equipamento e obras realizadas em novos balcões.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, encontram-se em funcionamento 27 Balcões e 4 Centros de Empresas.

Os principais investimentos efectuados durante 2024, foram essencialmente em equipamentos informáticos e material de transporte.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos da rubrica outros activos tangíveis são representados da seguinte forma:

mKz	Saldo em 31.12.2023	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31.12.2024
Imóveis						
De serviço próprio	9 371 642	208 036	-	731 542	-	10 311 220
Obras em imóveis arrendados	1 962 761	137 362	-	(125 745)	-	1 974 378
	11 334 403	345 398	-	605 797	-	12 285 598
Equipamento						
Equipamento informático	6 262 047	2 033 453	(654 924)	1 154	(53)	7 641 677
Mobiliário e material	1 198 896	134 848	(36)	(5 539)	(259)	1 327 910
Material de transporte	2 408 721	427 742	(141 999)	-	-	2 694 464
Máquinas de uso administrativo	478 544	66 028	-	-	(30)	544 542
Equipamento de segurança	526 119	125 898	-	22 965	-	674 982
Outros equipamentos	491 335	209 909	-	(952)	-	700 292
	11 365 662	2 997 878	(796 959)	17 628	(342)	13 583 867
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	1 555 531	564 733	(658 587)	-	-	1 461 677
	1 555 531	564 733	(658 587)	-	-	1 461 677
Imobilizado em curso	641 345	139 952	-	(623 425)	-	157 872
	24 896 941	4 047 961	(1 455 546)	-	(342)	27 489 014
Depreciações acumuladas						
Imóveis						
De serviço próprio	(2 292 178)	(295 136)	-	-	(22 156)	(2 609 470)
Obras em imóveis arrendados	(1 402 848)	(96 287)	-	-	-	(1 499 135)
	(3 695 026)	(391 423)	-	-	(22 156)	(4 108 605)
Equipamento						
Equipamento informático	(3 520 570)	(1255 639)	654 885	-	20	(4 121 304)
Mobiliário e material	(792 706)	(93 712)	35	-	260	(886 123)
Material de transporte	(1 713 212)	(359 133)	141 999	-	-	(1 930 346)
Máquinas de uso administrativo	(181 358)	(58 502)	-	-	30	(239 830)
Equipamento de segurança	(255 148)	(80 601)	-	-	-	(335 749)
Outros equipamentos	(278 555)	(70 174)	40	-	-	(348 689)
	(6 741 549)	(1 917 761)	796 959	-	310	(7 862 041)
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	(833 302)	(493 592)	632 785	-	(5 448)	(699 557)
	(833 302)	(493 592)	632 785	-	(5 448)	(699 557)
	(11 269 877)	(2 802 776)	1 429 744	-	(27 294)	(12 670 203)
Imparidade						
De imóveis de uso próprio	(1 029 109)	(368 152)	-	-	-	(1 397 261)
	(1 029 109)	(368 152)	-	-	-	(1 397 261)
Outros activos tangíveis	12 597 955	877 033	(25 802)	-	(27 636)	13 421 550

mKz	Saldo em 31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31.12.2023
Imóveis						
De serviço próprio	9 391 415	342 047	-	52 008	(413 828)	9 371 642
Obras em imóveis arrendados	1 912 597	48 156	(2 500)	4 508	-	1 962 761
	11 304 012	390 203	(2 500)	56 516	(413 828)	11 334 403
Equipamento						
Equipamento informático	5 136 519	1 346 053	(220 525)	-	-	6 262 047
Mobiliário e material	1 072 006	205 479	(78 589)	-	-	1 198 896
Material de transporte	2 122 125	346 911	(60 315)	-	-	2 408 721
Máquinas de uso administrativo	312 121	181 874	(15 451)	-	-	478 544
Equipamento de segurança	386 428	132 959	(5 585)	22 235	(9 918)	526 119
Outros equipamentos	420 925	77 528	(7 118)	-	-	491 335
	9 450 124	2 290 804	(387 583)	22 235	(9918)	11 365 662
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	2 289 428	774 347	(116 577)	-	(1 391 667)	1 555 531
	2 289 428	774 347	(116 577)	-	(1 391 667)	1 555 531
Imobilizado em curso	292 536	3 814	-	(78 751)	423 746	641 345
	23 336 100	3 459 168	(506 660)	-	(1 391 667)	24 896 941
Depreciações acumuladas						
Imóveis						
De serviço próprio	(2 053 480)	(238 698)	-	-	-	(2 292 178)
Obras em imóveis arrendados	(1 291 296)	(114 052)	2 500	-	-	(1 402 848)
	(3 344 776)	(352 750)	2 500	-	-	(3 695 026)
Equipamento						
Equipamento informático	(2 622 965)	(1 118 130)	220 525	-	-	(3 520 570)
Mobiliário e material	(793 137)	(78 158)	78 589	-	-	(792 706)
Material de transporte	(1 408 881)	(364 744)	60 315	-	98	(1 713 212)
Máquinas de uso administrativo	(149 952)	(46 856)	15 450	-	-	(181 358)
Equipamento de segurança	(206 341)	(54 392)	5 585	-	-	(255 148)
Outros equipamentos	(238 101)	(47 598)	7 119	-	25	(278 555)
	(5 419 377)	(1 709 878)	387 583	-	123	(6 741 549)
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	(1 795 313)	(422 702)	116 577	-	1 268 136	(833 302)
	(1 795 313)	(422 702)	116 577	-	1 268 136	(833 302)
	(10 559 466)	(2 485 330)	506 660	-	1 268 259	(11 269 877)
Imparidade						
De imóveis de uso próprio	(764 862)	(264 247)	-	-	-	(1 029 109)
	(764 862)	(264 247)	-	-	-	(1 029 109)
Outros activos tangíveis	12 011 772	709 591	-	-	(123 408)	12 597 955

Nota 19 – Activos intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Activos intangíveis		
Sistema de tratamento automático de dados	7 446 064	3 248 818
Gastos de organização e expansão	37 817	37 817
Total	7 483 881	3 286 635
Activos intangíveis em curso		
Sistema de tratamento automático de dados	2 966 021	2 560 135
Total	2 966 021	2 560 135
Depreciação acumulada		
Sistema de tratamento automático de dados	(3 117 321)	(2 185 548)
Activos intangíveis	7 332 581	3 661 222

Em 31 de Dezembro de 2024, a variação face ao período homólogo registada na rubrica de “Sistema de tratamento automático de dados”, está relacionada a aquisição de softwares que irão permitir uma melhor integração entre os sistemas de informação internos e externos, permitir a proteção e tratamento dos dados pessoais e a optimização de processos e melhoria da produtividade.

Foram realizados testes de imparidade sobre os Activos Intangíveis em curso, não tendo sido apuradas imparidades a reconhecer nas Demonstrações financeiras.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 os movimentos da rubrica activos intangíveis são apresentados da seguinte forma:

mKz	Saldo em 31.12.2023	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e Regularizações	Saldo em 31.12.2024
Activos intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	3 248 818	2 817 214	-	1380 032	7 446 064
Gastos de organização e expansão	37 817	-	-	-	37 817
	3 286 635	2 817 214	-	1 380 032	7 483 881
Activos intangíveis em curso					
Sistema de tratamento automático de dados	2 560 135	1 787 911	-	(1 382 025)	2 966 021
	2 560 135	1 787 911	-	(1 382 025)	2 966 021
	5 846 770	4 605 125	-	(1 993)	10 449 902
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(2 185 548)	(931 773)	-	-	(3 117 321)
	(2 185 548)	(931 773)	-	-	(3 117 321)
Activos intangíveis	3 661 222	3 673 352	-	(1 993)	7 332 581

mKz	Saldo em 31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e Regularizações	Saldo em 31.12.2023
Activos intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	3117 616	417 675	-	(286 473)	3 248 818
Gastos de organização e expansão	37 817	-	-	-	37 817
	3 155 433	417 675	-	(286 473)	3 286 635
Activos intangíveis em curso					
Sistema de tratamento automático de dados	1 107 403	1 166 259	-	286 473	2 560 135
	1 107 403	1 166 259	-	286 473	2 560 135
	4 262 836	1 583 934	-	-	5 846 770
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(1 646 033)	(539 515)	-	-	(2 185 548)
	(1 646 033)	(539 515)	-	-	(2 185 548)
Activos intangíveis	2 616 803	1 044 419	-	-	3 661 222

Nota 20 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do período.

O cálculo do imposto corrente em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 foi apurado nos termos do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro), com as alterações introduzidas pela Lei que altera o Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/2020, de 20 de Julho), sendo a taxa de imposto aplicável de 35%.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa de 35%.

As declarações fiscais encontram-se sujeitas a revisão e correcção por parte da autoridade fiscal durante um período de cinco anos, podendo resultar em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2020 a 2024, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal.

Desde a entrada em vigor do novo Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/2020, de 20 de Julho), os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no n.º 1 do artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, passam a poder ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco anos posteriores.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 são apresentados da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Activos por impostos correntes	691 056	240 623
Impostos a recuperar	691 056	240 623
Passivos por impostos correntes	(2 416 207)	(709 793)
Imposto Industrial	(1 384 034)	-
Imposto Sobre Aplicações de Capitais	(1 032 173)	(709 793)
Imposto a recuperar/(pagar no fim do exercício)	1 725 151	(469 170)

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 são apresentados da seguinte forma:

mKz	Activo		Passivo		Líquido	
	31-12-2024	31-12-2023	31-12-2024	31-12-2023	31-12-2024	31-12-2023
Crédito a clientes	1 566 730	1 884 878	-	-	1 566 730	1 884 878
Provisões para prémio de antiguidade	594 889	543 308	-	-	594 889	543 308
Crédito de imposto por prejuízo Fiscal	-	6 835 498	-	-	-	6 835 498
Variações cambiais potenciais	-	-	(6 462 165)	(8 431 951)	(6 462 165)	(8 431 951)
Activo/ (passivo) por imposto diferido	2 161 619	9 263 684	(6 462 165)	(8 431 951)	(4 300 546)	831 733

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento”, os activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expectativa da BCGA quanto à possibilidade de recuperação futura, a qual assenta, fundamentalmente:

- Na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes;
- Na interpretação efectuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise

Esta avaliação foi realizada tendo por base exercícios de projecção de actividade elencados aos objetivos estratégicos propostos ao accionista para concretização no decurso do actual mandato do Conselho de Administração e que permitirão ao BCGA assegurar, no referido intervalo temporal, níveis de rentabilidade e de capital adequados.

A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada em projeções de rentabilidade devidamente ajustadas em função da evolução dos indicadores macroeconómicos e financeiros relevantes.

No âmbito do exercício realizado, não foram estimadas quaisquer perdas. Eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis pertinentes à determinação dos lucros tributáveis projectados poderiam conduzir a resultados e conclusões substancialmente diferentes.

O detalhe dos impostos diferidos associados a variações cambiais não realizadas é apresentado da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Variações Cambiais desfavoráveis não realizadas	89 955 154	73 813 861
Variações Cambiais favoráveis não realizadas	(96 417 319)	(82 245 812)
Activo/ (passivo) por imposto diferido	(6 462 165)	(8 431 951)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Saldo inicial	831 733	3 735 350
Reconhecido em resultados (Impostos Diferidos)	(5 270 703)	(2 903 617)
Outros	138 424	
Activo/ (passivo) por imposto diferido	(4 300 546)	831 733

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, é apresentada da seguinte forma:

mKz	31-12-2024			31-12-2023		
	Taxa Efectiva	Base tributável	Imposto	Taxa Efectiva	Base tributável	Imposto
Resultado antes de impostos		60 408 831			42 353 100	
Rendimento fiscal	35,00%	60 408 831	21 143 091	35,00%	42 353 100	14 823 585
Diferenças Permanentes:						
Ganhos e Perdas não dedutíveis	-6,72%	(11 592 502)	(4 057 376)	-19,74%	(23 883 611)	(8 359 264)
Benefícios Fiscais						
Rendimento de Títulos sujeitos a IAC	-21,37%	(36 876 219)	(12 906 676)	-29,28%	(35 436 361)	(12 402 726)
Rendimento de DP OIC sujeitos a IAC)	-2,09%	(3 611 742)	(1 264 110)	-1,25%	(1 506 895)	(527 413)
Rendimento de activos com acordo de Revenda	-2,53%	(4 373 984)	(1 530 894)	-0,87%	(1 056 227)	(369 679)
Diferenças Temporárias	8,73%	15 059 152	5 270 703	23,00%	27 826 041	9 739 115
Imposto sobre aplicações de Capitais	6,04%	-	3 650 003	6,63%	-	2 808 266
Imposto do exercício (Total)	17,06%	19 013 537	10 304 741	13,49%	8 296 047	5 711 883

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

Os rendimentos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pelo Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro e pelo Decreto Presidencial n.º 31/12, de 30 de Janeiro, gozam da isenção de todos os impostos.

Adicionalmente, o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro (revisto e republicado através do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro) introduziu uma norma de sujeição a Imposto sobre a Aplicação de Capitais sobre os rendimentos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano.

Não obstante, de acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/20, de 20 de Julho) em vigor no decorrer do exercício de 2020, na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão do lucro líquido apurado os proveitos ou ganhos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o gasto apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais ("IAC") não é fiscalmente aceite para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Código do Imposto Industrial.

Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo o último entendimento da Administração Geral Tributária dirigido à ABANC (carta com a referência 196/DGC/AGT/2016, de 17 de Maio de 2016), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2012 se encontram sujeitos a este imposto.

Nota 21 – Outros activos

A rubrica de Outros activos a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Outros Activos		
Ajustamento de justo valor ao crédito a colaboradores	1 964 564	1 912 592
Juros a receber programa Angola Investe	585 144	584 208
Adiantamentos a fornecedores	171	74 343
Custos Diferidos		
Seguros	158 740	132 604
Outros	1 015 446	563 184
Outras operações a regularizar	144 885	320 771
Património artístico	12 791	4 962
Activos não afectos à exploração - Imóveis	1 429 509	1 423 746
Metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	2 596	2 596
Impostos - IVA	296 490	1 400 781
Outros impostos a receber	708 738	391 895
Falhas de Caixa	130 973	230 479
Proveitos a receber	102 755	17 895
Economato	141 626	252 540
Outros activos	337 311	276 413
Total	7 031 739	7 589 009
Perdas por imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	(1 348 914)	(1 348 914)
Perdas por imparidade dos Juros a receber programa Angola Investe	(146 963)	(146 875)
Perdas por imparidade das Falhas de Caixa e Fraude de Balcões	(130 792)	(230 298)
Total	5 405 070	5 862 922

Em 31 de Dezembro de 2024, a variação face ao período homólogo registada na rubrica “ Custos Diferidos – Outros” é impactada (i) pela depreciação cambial ocorrida em meados de 2023 nos contratos especializados de consultoria, auditoria e contratos de tecnologia, muitos deles pagos em Kz, mas referenciados ao USD ou EUR; e (ii) pela renovação de contratos ao nível dos sistemas informáticos, de comunicações e de manutenção especializada de IT, alguns deles com revisão de preços e/ou alargamento do âmbito face ao ano anterior, bem como contratação de novos serviços.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de “ajustamento de justo valor ao crédito a colaboradores” refere-se ao ajustamento ao crédito a colaboradores efectuado de acordo como definido na Nota 17. Com efeito, o Caixa Angola, à semelhança da generalidade das instituições financeiras angolanas, concede crédito aos seus colaboradores a taxas de juro abaixo das praticadas para os seus clientes, sendo este mais um complemento ao seu salário de base. Este benefício permite ao colaborador ter uma taxa de esforço inferior à que teria se o seu crédito tivesse uma taxa de mercado, razão pela qual deverá ser contabilizado o custo de oportunidade para o Banco, em linha com o definido na Nota 17.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica de “Adiantamento a fornecedores” corresponde ao pagamento de encomendas efectuadas junto de fornecedores cujos bens ainda não foram recebidos

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo de “Activos não afectos à exploração – imóveis” inclui um imóvel recebido em dação de crédito no montante de mKz 1.297.836 e, dois terrenos e um imóvel adquiridos pelo banco no montante de mKz 131.673.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica de “Impostos – IVA” corresponde a imposto sobre o valor acrescentado dedutível.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação registados na rubrica de “Activos não afectos à exploração – imóveis” por tipo de imóvel, é o seguinte:

mKz		31-12-2024			31-12-2023			
Tipo de Imóvel	Número de Imóveis	Valor Contabilístico bruto	Imparidade	Valor líquido contabilístico	Número de Imóveis	Valor Contabilístico bruto	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Terreno								
Urbano	1	1 297 836	(1 297 836)	-	1	1 297 836	(1 297 836)	-
Total	1	1 297 836	(1 297 836)	-	1	1 297 836	(1 297 836)	-

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de outros activos foram os seguintes:

mKz	Imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	Outros Activos - Juros a receber programa Angola Investe	Outros Activos - Falhas de Caixa/ Fraude Balcões	Total
Saldo em 31.12.2023	1 348 914	146 875	230 298	1 726 087
Aumentos / Dotações	-	357 555	100 840	458 395
Reposições / Reversões	-	(357 466)	(100546)	(458 012)
Utilizações	-	-	(99 801)	(99 801)
Saldo em 31.12.2024	1 348 914	146 964	130 791	1 626 669

mKz	Imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	Outros Activos - Juros a receber programa Angola Investe	Outros Activos - Falhas de Caixa/ Fraude Balcões	Total
Saldo em 31.12.2022	1 357 134	38 035	129 861	1 525 030
Aumentos / Dotações	1 998	738 181	101 551	841 730
Reposições / Reversões	(10 218)	(629 341)	(1 114)	(640 673)
Saldo em 31.12.2023	1 348 914	146 875	230 298	1 726 087

Nota 22 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Recursos de Outras Instituições de Crédito		
Obrigações no sistema de pagamentos	4 100 595	5 809 869
Total	4 100 595	5 809 869

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica obrigações no sistema de pagamentos refere-se a valores a liquidar de operações efectuadas pelos clientes do Caixa Angola com cartões de crédito e Multicaixa. Os saldos apresentados estão pendentes de regularização e compensam-se nos dias úteis seguintes.

Nota 23 – Recursos de clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é apresentado da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Depósitos à ordem de residentes		
Em moeda nacional		
Empresas	182 932 245	207 654 029
Particulares	49 366 671	48 111 660
Sector Público Administrativo	16 384 014	10 918 252
Sector Público Empresarial	3 608 839	4 735 710
Total	252 291 769	271 419 651
Em moeda estrangeira		
Empresas	230 512 954	151 588 801
Particulares	36 818 191	36 887 317
Sector Público Administrativo	814 925	3 020 899
Sector Público Empresarial	10 262 847	11 968 011
Total	278 408 917	203 465 028
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	8 643 290	7 268 686
Em moeda estrangeira	2 627 291	3 155 712
Total	11 270 581	10 424 398
Total Depósitos à Ordem	541 971 267	485 309 077
Depósitos a prazo de residentes		
Em moeda nacional		
Empresas	119 601 513	130 044 327
Particulares	38 179 456	42 330 066
Sector Público Administrativo	48 701	1 009 555
Sector Público Empresarial	1 529 178	6 557
Total	159 358 848	173 390 505
Em moeda estrangeira		
Empresas	-	164 620 601
Particulares	106 198 024	59 070 576
Sector Público Administrativo	61 466 157	-
Sector Público Empresarial	25 376 400	15 018 478
Total	193 040 581	238 709 655
Depósitos a prazo de não residentes		
Em moeda nacional	1 103 142	1 040 437
Em moeda estrangeira	4 560	70 454
Total	1 107 702	1 110 891
Total Depósitos a Prazo	353 507 131	413 211 051
Total	895 478 398	898 520 128

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a generalidade dos depósitos à ordem de clientes não são remunerados com excepção de situações específicas, definidas de acordo com as orientações da Comissão Executiva do Caixa Angola.

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é apresentado da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Exigível à vista	541 971 267	485 309 077
Exigível a prazo		
Inferior a 1 mês	52 773 029	29 171 588
De 1 a 3 meses	110 542 062	150 642 150
De 3 a 6 meses	88 301 200	86 621 595
De 6 meses a 1 ano	56 654 799	118 499 001
De 1 a 3 anos	26 804 185	10 946 820
De 3 a 5 anos	18 431 167	17 329 897
Mais de 5 anos	689	-
Total	895 478 398	898 520 128

Nota 24 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

mKz	Provisões para garantias e outros compromissos	Provisões para contingências fiscais	Provisão para processos judiciais	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	8 022	1 212 750	126 000	91 425	1 438 197
Dotações	493 158	1 320 748	-	-	1 813 906
Reversões	(318 352)	-	-	-	(318 352)
Utilizações	-	(807 527)	(6 039)	-	(813 566)
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	182 828	1 725 971	119 961	91 425	2 120 185
Dotações	2 270 646	-	-	1 175 783	3 446 429
Reversões	(2 311 819)	-	-	-	(2 311 819)
Transferências	(582)	-	-	-	(582)
Utilizações	-	(14 806)	(7 945)	-	(22 751)
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	141 073	1 711 165	112 016	1 267 208	3 231 462

O saldo desta rubrica visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrentes da actividade do Caixa Angola, sendo revistas em cada data de reporte, de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

O saldo de “Provisões para garantias e outros compromissos” respeita à provisão constituída sobre créditos documentários à importação e garantias e avals prestados.

O saldo da rubrica de “Provisões para contingências fiscais” incorpora a provisão relacionada com a inspecção tributária ocorrida no ano 2021, referente ao exercício de 2016. O Banco exerceu o recurso hierárquico sobre a respectiva notificação, encontrando-se pendente de decisão à data da aprovação destas demonstrações financeiras. As dotações registadas no ano de 2022 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, correspondem a outras acções de inspecção da Autoridade Geral Tributária que se encontram em curso.

O saldo da rubrica de “Provisões para processos judiciais” está relacionado com processos laborais em contencioso.

As provisões para garantias e outros compromissos, para contingências fiscais, para processos judiciais são estimadas com base na metodologia descrita nas Notas 2.11.

Nota 25 – Outros passivos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de Outros passivos é composta da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Outros passivos		
Custos com pessoal - Órgãos Sociais	679 169	499 693
Custos com pessoal - Colaboradores	5 206 306	4 696 646
Acréscimos de custos	1 429 384	1 685 811
Fundo de apoio social	23 237	78 884
Comissões a diferir	199 893	286 974
Impostos e taxas por liquidar		
IVA	563 919	1 462 571
Imposto do Selo	105 323	119 744
IAC	230 469	162 178
IRT	194 660	182 334
CEOC	662 804	-
Imposto Industrial-Retenção na Fonte	42 308	31 150
Imposto Predial	12 167	9 308
Fornecedores	225 635	369 535
Passivos por locação	847 568	797 662
Outros passivos	93 310	62 784
Total	10 516 152	10 445 274

A rubrica de “custos com pessoal” tem especializado os valores a pagar dos prémios de desempenho e subsídio de férias. Também é registado o prémio de antiguidade (os colaboradores têm direito a este prémio a partir do 10º ano de serviço), o qual é pago a cada 5 anos até atingirem 35 anos de serviço.

Este prémio é calculado com base no salário recorrente auferido mensalmente, projectando o prémio futuro e diferindo linearmente essa responsabilidade futura em função do número de anos de serviço do colaborador.

A rubrica “acrécimo de custos” diz respeito aos acréscimos de custos referentes a fornecedores decorrentes do processo de circularização e do reconhecimento da provisão de facturas.

A rubrica de “fundo de apoio social” diz respeito aos valores constituídos para o Fundo de Apoio Social que tem por objecto prestar apoio social aos colaboradores do Banco na satisfação de necessidades de carácter social e humanitário.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica “passivos de locação” corresponde ao valor dos passivos de locação reconhecidos conforme descrito na Nota 2.8. A esta data, o Caixa Angola possui diversos contratos de locação de imóveis.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a análise da maturidade dos passivos de locação por prazos residuais é apresentada da seguinte forma:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Inferiores a 1 ano	119 092	186 383
1 a 5 anos	503 002	313 314
Superiores a 5 anos	225 474	297 965
Total do passivos por locação	847 568	797 662

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nos passivos de locação foram os seguintes:

mKz	Passivo por Locação	Rubrica da demonstração dos fluxos de caixa
Saldo em 31.12.2023	797 662	
Reposições / Reversões	(18 144)	
Juros de Locação	122 362	Juros, comissões e outros gastos equiparados
Pagamentos de Passivos de Locação	(54 312)	Pagamentos referentes a Passivos de Locação
Saldo em 31.12.2024	847 568	

mKz	Passivo por Locação	Rubrica da demonstração dos fluxos de caixa
Saldo em 31.12.2022	538 657	
Aumentos / Dotações	521 030	
Juros de Locação	120 928	Juros, comissões e outros gastos equiparados
Pagamentos de Passivos de Locação	(382 953)	Pagamentos referentes a Passivos de Locação
Saldo em 31.12.2023	797 662	

Nota 26 – Capital social

Acções ordinárias

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o capital social do Caixa Angola é de mKz 60.000.000 e integralmente realizado.

Em 2009, foi registado o valor de reserva da actualização monetária do capital social, no montante de mKz 801.913, perfazendo o valor global de capital no montante de mKz 9.376.913.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral, em 09 de Março de 2022, foi decidido proceder ao aumento de capital social por incorporação de reservas no valor de mKz 51.425.000, a ser realizado pelo aumento do número de acções dos actuais 17.150.000 para 20.000.000 e pelo aumento do valor

nominal das acções de Kz 500 para Kz 3000, tendo-se cifrado o capital social no valor de mKz 60.000.000.

Previamente ao aumento de capital referido acima, o Banco procedeu a reclassificação do impacto associado a actualização monetária do capital social ocorrido em 2009 para a rubrica de outras reservas, por forma a acertar o valor facial das acções representados pelo número de acções de 17.150.000 ao valor nominal de Kz 500.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o Capital Social encontra-se representado por 20.000.000 acções ordinárias nominativas de três mil Kwanzas cada, totalmente subscritas e realizadas, com a seguinte estrutura accionista:

mKz	31-12-2024		31-12-2023	
	Nº de Acções	% de Participação	Nº de Acções	% de Participação
Caixa Geral de Depósitos	10 200 000	51,00%	10 200 000	51,00%
António Mosquito	3 900 000	19,50%	3 900 000	19,50%
José Jaime Freitas	3 987 673	19,94%	3 900 000	19,50%
Outros	1 912 327	9,56%	2 000 000	10,00%
Total	20 000 000	100,00%	20 000 000	100,00%

O resultado atribuível a cada acção encontra-se divulgado na Nota 11.

O Banco não refletiu o impacto da IAS 29 nas suas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017. Caso tivesse aplicado a IAS 29, o impacto em termos acumulados em Janeiro de 2019 seria nulo na rubrica de reserva de reavaliação, o qual incorpora o efeito actualizado do capital social à data no montante de mKz 238.861.849.

Nota 27 – Reservas de reavaliação, Outras Reservas e Resultados Transitados

Esta rubrica, e respectivos movimentos, a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentado da seguinte forma:

mKz	Reservas de reavaliação		Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Reservas de reavaliação	Total	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	159 003	159 003	9 532 325	15 348 406	24 880 731
Alterações de justo valor	103 286	103 286	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	3 448 048	31 032 439	34 480 487
Distribuição de dividendos	-	-	-	(17 240 243)	(17 240 243)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	262 289	262 289	12 980 373	29 140 602	42 120 975
Alterações de justo valor	99 678	99 678	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	3 664 122	32 977 095	36 641 217
Distribuição de dividendos	-	-	-	(17 954 196)	(17 954 196)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	361 967	361 967	16 644 495	44 163 501	60 807 996

Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro 2023, o movimento da reserva de reavaliação, é o seguinte:

mkz	Reservas de reavaliação
Saldo em 31.12.2022	159 003
Variação de Justo Valor	103 286
Saldo em 31.12.2023	262 289
Variação de Justo Valor	99 678
Saldo em 31.12.2024	361 967

Reserva legal

Esta rubrica é constituída integralmente pela reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Distribuição do resultado do exercícioExercício de 2022

Em Assembleia Geral realizada em 31 de Março de 2023, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 50% do resultado líquido obtido no ano anterior, tendo sido aplicado o valor remanescente nas rubricas de “Reserva Legal e Outras reservas”. Com efeito, os dividendos correspondiam a mKz 17.240.243.

Exercício de 2023

Em Assembleia Geral realizada em 28 de Março de 2024, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 49% do resultado líquido obtido no ano anterior, tendo sido aplicado o valor remanescente nas rubricas de “Reserva Legal e Outras reservas”. Com efeito, os dividendos correspondiam a mKz 17.954.196.

Nota 28 – Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Créditos documentários	27 668 716	34 403 274
Garantias e avales prestados	11 504 576	4 695 668
Garantias e avales recebidos	(2 296 342 316)	(1 626 086 989)
Linhas de crédito revogáveis	41 005 011	31 369 607
Compromissos assumidos por terceiros	(73 991)	(70 357)
Custódia de títulos de clientes	-	41 676 764
Acções desmaterializadas em Bolsa	127 545 841	339 838 735
Crédito abatidos ao activo	(46 993 817)	(37 722 114)
Remessas documentárias Importação	537 185	539 267
Remessas documentárias Exportação	(168)	-
Total	(2 135 148 963)	(1 211 356 145)

Em 31 de Dezembro de 2024, a variação face ao período homólogo registada na rubrica "Garantias e avales recebidos" está relacionada com o aumento do crédito colateralizado, concedidos no âmbito do Aviso n.º 9/2023, de 3 de Agosto e Aviso n.º 10/2022, de 6 de Abril do Banco Nacional de Angola.

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem em mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar ou mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser possível o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas), que de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à estimação da perda esperada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33

Para as garantias e outros compromissos é aplicado um factor de conversão de crédito (CCF) para ajustar o valor da exposição sobre a qual a imparidade irá ser apurada.

A 31 de Dezembro de 2024, cerca de 99,88% (mKz 39.126.443) do saldo total de créditos documentários e garantias e avales prestados (mKz 39.173.292) encontrava-se classificado em estágio 1.

A 31 de Dezembro de 2023, cerca de 99,87% (mKz 39.048.942) do saldo total de créditos documentários e garantias e avales prestados (mKz 39.098.942) encontrava-se classificado em estágio 1.

Nota 29 – Partes Relacionadas

De acordo com a IAS 24 – ‘Divulgações de partes relacionadas’, são consideradas entidades relacionadas com o Banco:

- Titulares de participações qualificadas – Accionistas, presumindo-se que tal sucede quando a participação de capital é não inferior a 10%;
- Entidades que se encontrem directa ou indirectamente em relação de domínio ou em relação de grupo – Filiais, empresas associadas e de controlo conjunto;
- Membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco e seus cônjuges, descendentes ou ascendentes até ao segundo grau da linha recta, considerados beneficiários últimos das transacções ou dos activos.

As entidades relacionadas do Banco, com as quais este manteve saldos ou transacções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
ACCIONISTAS DO BCGA	
Grupo Caixa Geral de Depósitos	Portugal
Jose Jaime Agostinho De Sousa Freitas	n.a
Antonio Mosquito	n.a
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCGA	
José Manuel Cerqueira - Presidente	n.a
Francisco Ravara Cary-1º - Vice - Presidente	n.a
Raquel Rute da Costa David Vunge - 2º Vice-Presidente	n.a
Carlos Manuel Amaral de Pinho - 3º Vice-Presidente	n.a
Miguel Francisco Luís Manuel - Administrador Não Executivo	n.a
Helena Monteiro Jardim - Administrador Independente	n.a
João Manuel de Castro Plácido Pires - Presidente da Comissão Executiva	n.a
Ana Margarida Bravo Seabra - Administrador Executivo	
Francisco José Rosado dos Santos - Administrador Executivo	n.a
Manuel Nicolau Pedro Diogo - Administrador Executivo	n.a
Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva - Administrador Executivo	n.a
MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO BCGA	
Nelson Efeingue Bernardo - Presidente	n.a
José Maria Monteiro de Azevedo - Vice-Presidente	n.a
José Manuel Nunes Liberato	n.a
João Pacheco Sales Luís*	n.a
MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DO BCGA	
Eduardo Vera Cruz Pinto - Presidente	n.a
Benjamim Aderito Mosquito Mbakassy - Vice-Presidente	n.a
Marília Makeba Figueira - Secretário**	n.a

* João Pacheco Sales Luís, vogal eleito para o mandato 2022-2024, renunciou ao cargo por carta de 24 de Maio de 2023

**Eleita em Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2023 em substituição do Dr. Mário Nelson Maximino.

OUTRAS ENTIDADES RELACIONADAS	Sede
Antonio Mosquito M Bakassy	Angola
Cosal Comercio E Servicos De Angola Lda	Angola
Lusolanda S A R L	Angola
M Bakassy & Filhos Limitada	Angola
Comauto Comercio Automoveis Lda Lobito	Angola
Grupo Ant.Mosquito-Gestao Inv.Part.Sarl.	Angola
Tecomat-Tecn. E Mat. De Construcao,Lda	Angola
Mostur Turismo E Hotelaria Limitada	Angola
Cosal Imobiliaria Lda	Angola
Falcon Oil Holding Angola S A	Angola
Organizacoes Cosal Lda Filial Huambo	Angola
Bacatral Sociedade De Transportes Lda	Angola
Huambo Expresso Transpotes Limitada	Angola
Uari Sociedade Mineira Lda	Angola
Cosal Maquinas Lda	Angola
Jaime Pedro Fernandes De Freitas	Angola
Unitransfer Casa De Cambio Sa	Angola
Cosal Parts Comercio E Representacoes Ld	Angola
Fidelidade Ang Companhia De Seguros Sa	Angola
Sofiana Lua Pindali Mbakassy	Angola
Tchissola Julieta Da Silva Mosquito	Angola
Eduarda N Martinho P Mosquito Mbakassy	Angola
Clube Fun Travel Limitada	Angola
Status Comercio Ind E Const Lda	Angola
Asiafrica Comercial Lda	Angola
Roça Das Mangueiras Emp. Turísticos Lda.	Angola
Makau Bebidas Limitada	Angola
Dinamicauto Lda	Angola
Ciwa Resort Mussulo Lda	Angola

O valor dos saldos do Banco com partes relacionadas líquidos de imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, resume-se como segue:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Accionistas	43 143 098	125 625 113
Aplicações em outras instituições de crédito		
Accionistas	27 360 000	-
Créditos		
Outras entidades relacionadas	2 254 116	1 797 620
Outros Activos		
Accionistas	57 422	55 085
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	6 368
Outras entidades relacionadas	-	51
Recursos de clientes		
Depósitos à Ordem		
Accionistas	2 253 161	1 342 070
Órgãos de Gestão e Fiscalização	487 337	212 813
Outras entidades relacionadas	11 850 727	13 980 302
Depósitos a Prazo		
Accionistas	20 531 727	21 897 271
Órgãos de Gestão e Fiscalização	10 455	323 738
Outras entidades relacionadas	24 374 121	39 876 309
Outros Passivos		
Accionistas	528 148	350 455
Outras entidades relacionadas	3 323	8 140
Créditos Documentários		
Outras entidades relacionadas	6 486	1 870 480
Linhas de Crédito Revogáveis		
Accionistas	-	6 000
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	8 591
Outras entidades relacionadas	-	11 284
Garantias Recebidas		
Accionistas	-	12 000
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	233 219
Outras entidades relacionadas	-	6 528 241
Garantias Prestadas		
Accionistas	-	1 657 600

Os saldos de custos e proveitos com entidades relacionadas do Banco com as quais este realizou transacções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 são os seguintes:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Juros de aplicações em outras instituições de crédito		
Accionistas	961 550	311 065
Juros de recursos de clientes		
Accionistas	1 144 182	882 709
Órgãos de Gestão e Fiscalização	7 197	23 687
Outras entidades relacionadas	795 347	1 500 593
Juros de Créditos de clientes		
Accionistas	-	(21)
Órgãos de Gestão e Fiscalização	42	878
Outras entidades relacionadas	521 574	176 811
Comissões líquidas		
Accionistas	17 75	(24 234)
Órgãos de Gestão e Fiscalização	5 398	4 465
Outras entidades relacionadas	25 76 90	(52 764)
Resultados cambiais		
Accionistas	178 647	168 297
Órgãos de Gestão e Fiscalização	4 812	5 030
Outras entidades relacionadas	380 351	466 161
Gastos Gerais Administrativos		
Accionistas	-	39 642
Perdas Por Imparidade		
Accionistas	-	33 135
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	(10)
Outras entidades relacionadas	-	52 994

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos a pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Remuneração base	(1 714 596)	(1 432 278)
Senhas de presenças	(174 457)	(83 204)
Subsídios de férias e de Natal	(305 385)	(326 020)
Subsídios de alojamento e despesas de educação	(5 394)	(11 001)
Remuneração variável	(230 605)	(111 020)
Seguro de saúde, Seguro de vida e acidentes de trabalho	(76 553)	(59 748)
Encargos Obrigatórios	(94 550)	(28 492)
Total (Nota 9)	(2 601 540)	(2 051 763)

Considera-se pessoal chave da gestão os membros do Conselho de Administração.

Os valores apresentados nos quadros acima, correspondem à actividade individual do Caixa Angola, e resultam de uma extracção de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transacções com as entidades referidas.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 30 – Valor contabilístico de instrumentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros distribuído de acordo com a sua categoria de mensuração é o seguinte:

mKz	31-12-2024			
	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
Activos financeiros	446 472	1 082 614 198	(18 593 514)	1 064 467 156
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	216 330 235	-	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	84 549 410	(63 281)	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	104 149 335	(135 873)	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	446 472	-	-	446 472
Investimentos ao custo amortizado	-	270 755 156	(3 290 490)	267 464 666
Crédito a clientes	-	406 830 062	(15 103 870)	391 726 192
Passivos financeiros	-	899 578 993	-	899 578 993
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	4 100 595	-	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	895 478 398	-	895 478 398

mKz	31-12-2023			
	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Ao custo amortizado	Imparidade	Valor líquido
Activos financeiros	287 597	1 052 126 691	(18 979 013)	1 033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	187 616 248	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	129 924 952	(87 551)	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	67 625 726	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	-	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes	-	367 874 777	(14 522 218)	353 352 559
Passivos financeiros	-	904 329 997	-	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	5 809 869	-	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	898 520 128	-	898 520 128

Nota 31 – Ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 o valor de ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros, nomeadamente resultante da combinação de juros e comissões pagos e recebidos, variações de justo valor e imparidade, é o seguinte:

mKz		31-12-2024		
		Por contrapartida de resultados		
		Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros		86 402 610	-	86 402 610
Disponibilidades em outras instituições de crédito		1 436 086	-	1 436 086
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		7 560 800	-	7 560 800
Investimentos ao custo amortizado		37 418 055	-	37 418 055
Crédito a clientes		39 987 669	-	39 987 669
Passivos financeiros		-	(26 169 409)	(26 169 409)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	(26 169 409)	(26 169 409)
Total		86 402 610	(26 169 409)	60 233 201

mKz		31-12-2023		
		Por contrapartida de resultados		
		Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros		60 525 756	-	60 525 756
Disponibilidades em outras instituições de crédito		606 117	-	606 117
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		1 513 377	-	1 513 377
Investimentos ao custo amortizado		34 090 907	-	34 090 907
Crédito a clientes		24 315 355	-	24 315 355
Passivos financeiros		-	(18 562 215)	(18 562 215)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		-	(902 128)	(902 128)
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	(17 660 087)	(17 660 087)
Total		60 525 756	(18 562 215)	41 963 541

Nota 32 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer os actuais níveis de risco do respectivo emitente.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros detidos pelo Caixa Angola é apresentado como segue:

mKz	31-12-2024				
	Valor contabilístico (líquido)	Mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total - Justo valor
Activos financeiros	1 064 467 156	446 472	-	1 086 220 652	1 086 667 124
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	-	-	216 330 235	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 486 129	-	-	84 486 129	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	104 013 462	-	-	104 013 462	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	446 472	446 472	-	-	446 472
Investimentos ao custo amortizado	267 464 666	-	-	288 243 017	288 243 017
Crédito a clientes	391 726 192	-	-	393 147 809	393 147 809
Passivos financeiros	899 578 993	-	-	899 578 993	899 578 993
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	4 100 595	-	-	4 100 595	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	895 478 398	-	-	895 478 398	895 478 398

mKz	31-12-2023				
	Justo valor de instrumentos financeiros				
	Valor contabilístico (líquido)	Mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total - Justo valor
Activos financeiros	1 033 435 275	287 597	-	1 038 091 122	1 038 378 719
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	187 616 248	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 837 401	-	-	129 837 401	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	67 625 726	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	287 597	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	300 185 315	300 185 315
Crédito a clientes	353 352 559	-	-	352 826 432	352 826 432
Passivos financeiros	904 329 997	-	-	904 329 997	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 809 869	-	-	5 809 869	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	898 520 128	-	-	898 520 128	898 520 128

A hierarquia de justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor é a seguinte:

mKz	31-12-2024			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados observáveis de mercado (Nível 2)	Outras técnicas de valorização (Nível 3)	Total
Activos financeiros	-	-	446 472	446 472
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	446 472	446 472

mKz	31-12-2023			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados observáveis de mercado (Nível 2)	Outras técnicas de valorização (Nível 3)	Total
Activos financeiros	-	-	287 597	287 597
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	287 597	287 597

O saldo apresentado na rubrica de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral diz respeito à participação financeira detida na EMIS. O Conselho de Administração do Banco considera que o valor do capital próprio em cada data de referência constitui uma razoável aproximação do justo valor da mesma.

Na rubrica activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foi reconhecido a variação de justo valor em outro rendimento integral de mKz 99.678 no exercício de 2024 e de mKz 103.286 no exercício de 2023.

O movimento dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados classificados no nível 3, apresenta-se como segue:

mKz	31-12-2023	
	Crédito a clientes obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados	Total
Valor de balanço em 1 de Janeiro de 2023	1 477 296	1 477 296
Total de ganhos/perdas registados em resultados	66 676	66 676
Reembolsos por maturidade	(1 543 972)	(1 543 972)
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2023	-	-

No Exercício de 2024 não ocorreram movimento na rubrica de “instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados”.

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, *spreads*) ou indirectos (derivados), e

pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados nos processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera que a definição de mercado activo para um dado instrumento financeiro, a cada data de mensuração, depende do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade; e
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. As taxas de juro de mercado são

apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros e pelo BNA. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. O justo valor do crédito a clientes é valorizado de acordo com as seguintes metodologias:

- Taxa de Juro Indexada a Obrigações do Tesouro - *Cash-flows* descontados à taxa das emissões soberanas mais recentes com prazo semelhante ao prazo residual dos créditos + spread médio das operações do sector deste instrumento.
- Outras - Os *cash flows* futuros previstos são apurados considerando as *forward rates* inferidas da curva mais adequada ao indexante. Para efeitos de desconto são utilizadas as curvas da taxa Luibor + spread médio das operações do sector deste instrumento.

Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

Considerando que, na grande maioria da carteira de recursos de clientes detidos pelo Banco, as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, o valor de balanço é uma estimativa razoável do justo valor.

Nota 33 – Gestão de Riscos da Actividade

A existência de risco é intrínseca à actividade bancária, pelo que é essencial assegurar uma apropriada gestão dos riscos, em linha com a estratégia e os objectivos de negócio e de rentabilidade expectável a médio e a longo prazo. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada no que respeita aos riscos específicos de cada negócio.

Os riscos assumidos devem ser diversificados, adequados ao nível de recursos próprios, capitais alheios e de resultados gerados, evitando concentrações relevantes. Devem também estar implementados procedimentos e mecanismos para a sua mitigação, garantindo a capacidade interna de identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte dos mesmos.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado e liquidez, bem como os não financeiros - risco operacional - a que se encontra sujeita à actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente no crédito a clientes, em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade de o Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Classificação de Risco

O Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

Nível A e B: Risco baixo

Nível C e D: Risco Médio

Nível E, F e G: Risco Elevado

A classificação individual da posição em risco considera as características e os riscos da operação e do mutuário, sendo classificadas, inicialmente, com base nos seguintes critérios adoptados pelo Banco:

Risco Baixo operações que se encontrem:

- Assumidas pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais;
- Assumidas por administrações centrais, bancos centrais de países, incluídos no grupo 1 (definido no Instrutivo n.º 1/2015, de 14 de Janeiro, do Banco Nacional de Angola), organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais;
- Totalmente garantidas por depósitos em numerário, ou certificados de depósito, constituídos, ou emitidos pela instituição mutuante, ou por instituições em relação de domínio, ou de grupo com a instituição mutuante e tenha sede em Angola, ou país incluído no grupo 1, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações

internacionais, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda;

- Totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela instituição mutuante ou por sucursais da instituição mutuante, não abrangidas pela alínea anterior, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda;
- Totalmente garantidas por títulos, ou obrigações, emitidas pelo Estado Angolano, ou pelo Banco Nacional de Angola;
- Com atraso igual ou inferior a 30 dias ou sem indicadores objectivos de aumento significativo de risco.

Risco Médio operações que se encontrem:

- Com atraso de 31 a 90 dias;
- Operações com atraso igual ou inferior a 30 dias e com indicadores objetivos de aumento significativo de risco;
- Operações que saíram da situação de default, durante um período de cura de 12 meses (curado).

Risco Elevado operações que se encontrem:

- Com atraso superior a 91 dias;
- Clientes que estiverem em incumprimento (atraso) ou com limite excedido por mais de 90 dias acima da materialidade aplicável aos mesmos;
- Clientes submetidos à análise individual de imparidade e de onde se conclui que existe evidência objectiva de imparidade;
- Clientes com operações em contencioso;
- Clientes declarados insolventes;
- Clientes com reestruturações por dificuldades financeiras com perda económica >1%;
- Créditos abatidos ao activo;
- Operações com juros extrapatrimoniais (juros anulados há mais de 90 dias);
- Aplicação de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente a exposições com estatuto de NPE;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com mais de 30 dias de atraso, que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos), que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório.

A classificação das posições em risco é revista sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade e no atraso de pagamentos.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

1. Política de créditos abatidos ao activo

O Banco considera a natureza económica do modelo de imparidade para determinar os créditos que podem ser alvo de abate ao activo e quando considere que, com base na informação disponível, o crédito em questão será irrecuperável.

Desta forma e à luz dos critérios definidos, os clientes são identificados como objecto de abate ao activo, sendo aplicados critérios distintos entre clientes individualmente significativos e clientes não significativos.

i) Clientes individualmente significativos (com base nos limiares definidos para análise individual)

A identificação de créditos sem perspectivas de recuperação deve ser efectuada pela área com a responsabilidade pela gestão do cliente (GAR), de acordo com o definido no Regulamento de Crédito do Banco, tendo por base a informação sobre o montante previsível a receber, assim como o efeito temporal e os custos a incorrer, internos e externos, relacionados com o processo de recuperação. A decisão de incobrabilidade deve ser tomada pela Comissão Executiva com base em informação preparada pela área identificada anteriormente que descreva os procedimentos desenvolvidos para a recuperação do crédito do cliente e a base para a decisão quanto à incobrabilidade do crédito.

ii) Clientes não significativos (com base nos limiares definidos para análise individual)

O Banco pode abater operações de crédito dos clientes não significativos se forem cumpridos os seguintes critérios (cumulativamente):

- Data de entrada em *default* de uma determinada operação de um cliente superior a 10 anos ou superior a 8 anos, respectivamente, para os clientes empresa e particulares;
- Não exista qualquer processo de execução / insolvência / falência / injunção em curso em que o Banco preveja recuperar qualquer montante;
- Não existam perspectivas de celebrar um acordo de reestruturação da dívida;
- Não tenham existido quaisquer pagamentos efectuados pelo cliente nos últimos 12 meses;
- Não existam perspectivas de venda de activos do cliente ou de terceiros, para liquidação de responsabilidades junto do Banco.

Após a decisão sobre a incobrábilidade de um crédito, deve ser remetida informação à Direcção responsável pelo registo (GAR), incluindo uma lista de todas as operações abrangidas pela referida decisão, no sentido de proceder ao seu registo no sistema *core* do Banco.

Os créditos abatidos ao activo devem ser sujeitos a uma reconciliação periódica que permita controlar o montante incluído em contas extrapatrimoniais, onde, de acordo com os requisitos legais, devem permanecer registados pelo prazo mínimo de 10 anos.

O abate do crédito ao activo é feito por contrapartida de imparidade/provisões, pelo que não gera qualquer impacto na demonstração de resultados. Estes créditos abatidos ao activo são registados em contas extrapatrimoniais.

Pagamentos posteriores ao abate do crédito ao activo deverão ser registados como recuperações de crédito abatido ao activo, com impacto na demonstração de resultados em Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações.

2. Política de reversão de perdas de crédito esperadas

A análise e determinação subsequente de imparidade individual de um cliente com imparidade registada em períodos anteriores apenas poderá resultar numa reversão no caso da mesma estar relacionada com a ocorrência de um evento após o reconhecimento inicial (p.e. reforço de garantias). O montante da reversão não poderá ser superior aos montantes de imparidade acumulados registados anteriormente.

3. Gestão de Garantias e Colaterais

Registo e Classificação

As garantias representam importantes instrumentos de mitigação do risco de crédito, pelo que o BNA entendeu atribuir particular importância a estes instrumentos. No entanto, a utilização de garantias requer a existência de informação com elevada qualidade e o nível adequado de granularidade na caracterização desses instrumentos, assim como a implementação de um conjunto significativo de processos que potenciem a sua efectiva gestão.

Contudo, para poderem ser aceites como mitigantes de risco de crédito para fins prudenciais, as garantias devem ter as características mencionadas de acordo com o Aviso n.º 10/2014 emitido em 5 de Dezembro de 2014:

- Serem incondicionais na protecção ao risco oferecido e terem o seu conteúdo definido de forma inequívoca;
- Serem objecto de contrato ou de outro documento escrito não cancelável por iniciativa do garante enquanto subsistir a posição ou situação objecto de cobertura;
- Concederem o direito de reclamar junto do garante ou dispor dos activos recebidos em garantia em caso de default, sem necessidade de accionar em primeiro lugar o devedor directo;

- Serem expressas e juridicamente vinculativas face ao garante em todos os ordenamentos jurídicos relevantes;
- Serem executáveis, considerando na sua execução, eventuais efeitos inibidores devido a limitações à exportação de capitais, quando sedeadas noutro país ou território;
- Oferecerem protecção directa relativamente aos riscos da posição ou situação coberta, designadamente o risco de crédito, e;
- Terem um prazo de validade não inferior ao da posição ou situação coberta que são aceites no âmbito do seu processo de crédito.

Tendo por base estes critérios, o Banco definiu o seguinte conjunto de garantias:

- **Outras Garantias**
 - Garantia emitida por Bancos multilaterais de desenvolvimento;
 - Garantia emitida por Organizações internacionais;
 - Apólices de seguro de vida de natureza financeira;
 - Garantia emitida por Administrações centrais, Bancos centrais e Administrações regionais e locais de Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa a normativo específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;
 - Garantia emitida por Sociedades previstas na Lei das Sociedades Comerciais ou que se encontrem sediadas em Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa a normativo específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;
 - Garantia emitida por Entidades colectivas com personalidade jurídica, mas sem a natureza de sociedades, sediadas em Angola ou em Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa ao normativo¹ específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;
 - Garantia emitida por Particulares residentes em Angola ou em Países e territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa ao normativo¹ específico emitido pelo Banco Nacional de Angola.
- **Garantias emitidas por Instituições financeiras:**
 - Garantia emitida por Bancos Angolanos ou Bancos internacionais com *rating* *Moody's* > AA;
 - Garantia emitida por Bancos Angolanos de média dimensão;
 - Garantia emitida por Restantes Bancos Angolanos.
- **Aval pessoal:**
 - Aval pessoal com património comprovado;
 - Aval pessoal sem património comprovado;

- Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Empresas com protocolo com Banco, do sector público Angolano, Grupos Angolanos de grande dimensão ou Grupos Multinacionais;
- Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Outras empresas com protocolo com o Banco;
- Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Empresas sem protocolo com o Banco.
- **Garantias reais:**
 - Depósitos junto da própria Instituição;
 - Depósitos junto de outras Instituições;
 - Títulos da Dívida Pública Angolana;
 - Outros Títulos de Dívida Pública ou Privada com *rating Moody's* > AA;
 - Outros Títulos com *rating Moody's* < AA.
- **Direitos sobre propriedade imobiliária:**
 - Hipotecas de imóveis residenciais:
 - Hipotecas de imóveis residenciais (Avaliação <2 anos);
 - Hipotecas de imóveis residenciais (Avaliação <2 anos).
 - Hipotecas de imóveis não residenciais:
 - Hipotecas de imóveis não residenciais (Avaliação <2 anos);
 - Hipotecas de imóveis não residenciais (Avaliação <2 anos).
 - Direitos de propriedade sobre bens móveis, designadamente automóveis, navios e aviões;
 - Direitos sobre créditos e outros valores a receber;
 - Direitos sobre mercadorias;
 - Consignação de receitas.
- **Aval Governamental:**
 - Garantia emitida pelo Estado Angolano, englobando as Administrações Centrais e Provinciais;
 - Angola Investe 70%;
 - Angola Investe 90%

No âmbito do processo de solicitação de uma proposta de crédito é tomada uma decisão quanto à necessidade de obter garantias por parte do cliente para mitigar o risco associado à respectiva operação de crédito. Caso as condições da operação de crédito sejam aprovadas, o processo segue

para a fase da contratualização e formalização dos contratos relativos à operação de crédito, bem como das garantias que lhe estão afectos.

Alocação de Colaterais

No âmbito do registo efectuado no sistema-core do Banco é efectuada a alocação das garantias às operações de crédito, sendo que na maior parte das situações da carteira existem apenas garantias específicas alocadas a uma única operação.

Reavaliação de Colaterais

Bens Imóveis

Para efeitos de avaliação, são considerados os seguintes tipos de bens imóveis:

- Construções
 - Construções concluídas; e
 - Construções inacabadas.
- Terrenos
 - Terrenos com potencial construtivo (o seu maior e melhor uso tem em consideração o potencial construtivo); e,
 - Terrenos sem potencial construtivo (o seu maior e melhor uso não é o potencial construtivo).

As principais componentes da metodologia de avaliação de bens imóveis o Banco são:

- I. Verificação do bem imóvel: a verificação de imóveis é efectuada para efeitos da contratação de novas operações de crédito imobiliário, tendo como objectivo determinar o presumível valor de transacção em mercado livre.
A verificação do valor do bem imóvel é documentada e inclui, entre outras, cópias das plantas, da caderneta predial e da descrição da conservatória do registo predial, quando disponibilizadas. Complementarmente, são realizadas avaliações individuais (por observação directa no local);
- II. Actualização da avaliação do valor do bem imóvel por perito avaliador: As operações de crédito imobiliário que são objecto de alterações contratuais são, em regra, passíveis de nova avaliação, realizada nos mesmos moldes que as novas operações;
- III. Tratando-se de Crédito Não Produtivo, os valores das garantias reais são sujeitos a verificações de valor e/ou actualizações de valores, cumprindo a periodicidade definida em normativo interno.

Procedimentos inerentes à avaliação de bens imóveis:

- A Direcção de Risco de Crédito (DRC) é responsável pela monitorização das garantias e respectivas datas de reavaliação, de acordo com a periodicidade de revisão estabelecida para cada tipo de garantia;
- Até 90 dias antes de terminar a validade do valor de avaliação da garantia, a área de avaliações do Banco (GPS) deverá solicitar a avaliação por uma entidade independente para as garantias sobre direito de propriedade imobiliária;
- São prestadores de serviço externo, para a área de avaliações do Banco(GPS), uma rede de peritos avaliadores imobiliários, tanto empresas como individuais registados na CMC, os quais se encontram distribuídos pelo país, em função da área onde exercem a sua actividade profissional, existindo vários para cada província, de modo a garantir a adequada diversificação e rotação;
- Os pedidos de avaliação chegam à área de avaliações do Banco (GPS) digitalizados, contendo a documentação essencial à valorização do imóvel;
- Os peritos avaliadores constam de uma lista, na qual são definidas as provinciais prioritários de actuação, atendendo a critérios de eficiência de deslocações e ao conhecimento aprofundado do mercado local. Os pedidos de avaliação são dirigidos aos avaliadores por meio de e-mail a entidade avaliadora;
- O avaliador remete por e-mail a data da visita, bem como o relatório de avaliação, cujo conteúdo se encontra normalizado, incluindo nomeadamente documentos relevantes para a avaliação e fotografias do imóvel;
- A área de gestão das avaliações do Banco recebe o relatório de avaliação e envia o relatório à Direcção de Risco de Crédito (DRC) para emissão de parecer sobre a qualidade e aceitação da avaliação realizada.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa a periodicidade das avaliações do Banco:

Categoria	Tipo de Categoria	Periodicidade Mínima Banco
Garantia Pessoal	Aval pessoal com património comprovado	Anual
Garantia Real	Penhor de títulos e valores mobiliários	Trimestral
Garantia Real	Hipotecas de imóveis	2 (dois) anos
Garantia Real	Penhor de Partes sociais	Anual
Garantia Real	Penhor de equipamentos e reservas de propriedade	Anual

Fase de Recuperação de Crédito

Sempre que for relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas às operações.

As principais garantias recebidas pelo Banco dizem respeito a imóveis, avais do Estado Angolano, Títulos de dívida pública, depósitos a prazo e garantias financeiras.

4. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação de imparidade da carteira de crédito ao custo amortizado e garantias financeiras e outros compromissos

No modelo de imparidade de crédito a clientes são utilizadas metodologias, devidamente suportadas e fundamentadas, que garantem a conformidade do cálculo de imparidade com a norma IFRS 9.

Existem abordagens na modelização que, na perspectiva do Banco, são as mais adequadas para determinação de imparidade, mas sobre as quais existiram julgamentos na definição dos processos, nomeadamente:

- i. Histórico de informação considerado para efeito de modelização (PD e LGD);
- ii. Critérios utilizados para a segmentação da carteira: tipo de cliente, tipo de instrumento e indústria;
- iii. Dedução de garantias reais à EAD considerada no cálculo de imparidade e *haircuts* aplicados nestas garantias;
- iv. Factores de conversão de crédito (CCF) aplicados a exposições extrapatrimoniais;
- v. Nível de exposição definido para se proceder à avaliação individual de imparidade;
- vi. Critérios para determinar o aumento significativo do risco, desde o reconhecimento inicial do activo.

Cenários macroeconómicos – *Forward-Looking*

Ao longo dos cálculos/revisões das probabilidades de *default* (PD) da carteira de crédito do Caixa Angola, tem vindo a ser efectuadas análises de correlação das *Defaults Rates* (DR) com um conjunto de variáveis macroeconómicas (Preço do Petróleo, PIB, LUIBOR, etc.), não tendo sido verificada nenhuma relação com a tendência esperada.

No entanto no modelo do Banco, no cálculo das probabilidades “*point-in-time*”, onde é aplicado um ajustamento às probabilidades “*through-the-cycle*” de modo a reflectir a tendência cíclica da PD, ou seja, aplicação de um factor escalar de modo a reflectir a tendência mais recente observada das taxas de *default*.

Adicionalmente, foi considerado um factor escalar na própria curva da PD, factor resultante da consideração do efeito contrário da evolução do preço do petróleo.

Análises de sensibilidade dos parâmetros PD e LGD

Tendo em vista o estudo de impactos nos parâmetros PD e LGD, foram feitas análises de sensibilidade aos parâmetros de forma a perceber o possível impacto de alterações nos mesmos. Nesse sentido, foi calculado de forma individual o impacto no *stock* de imparidade de uma variação de -20%, -10%,

10% e 20% dos valores de PD e LGD para os vários segmentos existentes com referência a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023.

mKz		31-12-2024				
Segmento_PD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(1 177 231)	(588 616)	10 177 859	588 616	1 177 231
	%	-11,6%	-5,8%		5,8%	11,6%
Particulares	Impacto	(70 165)	(35 082)	1 296 361	35 082	70 165
	%	-5,4%	-2,7%		2,7%	5,4%
Total	Impacto	(1 247 396)	(623 698)	11 474 220	623 698	1 247 396
	%	-10,9%	-5,4%		5,4%	10,9%

mKz		31-12-2024				
Segmento_LGD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(1 681 104)	(825 081)	10 177 859	825 081	1 681 104
	%	-16,5%	-8,1%		8,1%	16,5%
Particulares	Impacto	(177 179)	(88 590)	1 296 361	88 590	177 179
	%	-13,7%	-6,8%		6,8%	13,7%
Total	Impacto	(1 858 283)	(913 671)	11 474 220	913 671	1 858 283
	%	-16,2%	-8,0%		8,0%	16,2%

mKz		31-12-2023				
Segmento_PD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(808 439)	(404 220)	6 759 763	404 220	808 439
	%	-12,0%	-6,0%		6,0%	12,0%
Particulares	Impacto	(89 452)	(44 742)	1 672 023	44 742	89 452
	%	-1,3%	-0,7%		0,7%	1,3%
Total	Impacto	(897 891)	(448 961)	8 431 786	448 961	897 891
	%	-13,3%	-6,6%		6,6%	13,3%

mKz		31-12-2023				
Segmento_LGD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(1 347 989)	(673 994)	6 759 763	673 994	1 347 989
	%	-19,9%	-10,0%		10,0%	19,9%
Particulares	Impacto	(233 790)	(114 548)	1 672 023	114 548	233 790
	%	-3,5%	-1,7%		1,7%	3,5%
Total	Impacto	(1 581 779)	(788 542)	8 431 786	788 542	1 581 779
	%	-23,4%	-11,7%		11,7%	23,4%

Nos quadros acima, é possível constatar que a Imparidade é mais sensível a variações no parâmetro LGD, nomeadamente no segmento de Empresas, não apresentando, porém, um grande grau de sensibilidade para variações no parâmetro PD. Conclui-se que o modelo apresenta impactos coincidentes com o comportamento teórico expectável.

5. Descrição das metodologias de cálculo de imparidade da carteira de crédito ao custo amortizado incluindo a forma como as carteiras são segmentadas para reflectir as diferentes características dos créditos

O modelo de imparidade de crédito a clientes abrange o crédito concedido a administrações públicas, empresas e particulares, incluindo créditos documentários e garantias prestadas, e determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando a mesma nos segmentos da carteira de crédito.

Os segmentos considerados no cálculo de imparidade, que englobam créditos com características de risco similares, são os seguintes:

- I. Administrações públicas;
- II. Empresas:
 - Comércio e transportes;
 - Agro-indústrias;
 - *Commercial Real Estate*; e
 - Serviços e Outras empresas.

No caso de empresas em estágio 2 e estágio 3, é considerado apenas um segmento global para cada estágio, tanto na estimação dos factores de risco como no cálculo da perda esperada, não se verificando assim o nível de segmentação apresentado acima.

- III. Particulares:
 - Aquisição e habitação;
 - Consumo – Outros; e
 - Consumo – Cartões e Descobertos.

No caso de particulares em estágio 3, é considerado apenas um segmento global, tanto na estimação dos factores de risco como no cálculo da perda esperada, não se verificando assim o nível de segmentação apresentado acima.

No cálculo de imparidade do crédito a clientes são utilizados os seguintes conceitos:

- I. Imparidade individual: avaliação efectuada a clientes com exposições individualmente significativas, mediante o preenchimento de uma ficha de Imparidade e do mapa de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, à taxa original do contrato; e
- II. Imparidade colectiva: determinada de forma automática pelo modelo de imparidade colectiva. O cálculo é realizado com base nos segmentos de risco apresentados acima.

De acordo com a norma IFRS 9 foram estabelecidos princípios para a classificação das exposições de crédito com base no risco de crédito associado. Dependendo da deterioração da qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial, são considerados três estágios, nomeadamente:

- Estágio 3: As exposições para as quais existe evidência objectiva de crédito em imparidade, enquadrando as operações que se encontram em *default*;

- Estágio 2: As exposições para as quais se observa uma degradação significativa do nível de risco de crédito desde o reconhecimento inicial (SICR) identificada com base em critérios objectivos de indícios de imparidade; e
- Estágio 1: As exposições que não se enquadram no estágio 2 e 3.

Classificação em Estágio 3

A definição de estágio 3 está alinhada com a definição de *default* do Banco, sendo considerados os seguintes critérios:

- I. Exposições com atraso superior a 90 dias, sempre que verificado o critério de materialidade definido:
 - a) Retalho: 20.000 Kwanzas e 1% do total da exposição patrimonial (medido ao nível da exposição da operação);
 - b) Não Retalho: 100.000 Kwanzas e 1% do total da exposição patrimonial (medido ao nível do total do crédito do devedor).
- II. Exposição improdutiva;
- III. Cliente com insolvência declarada;
- IV. Cliente com créditos abatidos ao activo ou em contencioso;
- V. Clientes com múltiplas reestruturações por dificuldades financeiras;
- VI. Exposições reestruturadas por dificuldades financeiras com atraso superior a 30 dias; e
- VII. Marcação em default de todas as exposições do cliente caso o montante em default represente mais de 20% de toda a exposição do cliente.

Os períodos de quarentena aplicados às exposições que deixam de apresentar os critérios apresentados variam entre 3 e 12 meses.

Classificação em Estágio 2

Na classificação das exposições em estágio 2 são considerados os seguintes critérios objectivos de indícios de incumprimento:

- I. Exposições com atraso superior a 30 dias;
- II. Exposições reestruturadas por dificuldades financeiras;
- III. Utilização excessiva de limites;
- IV. Cliente com cheques devolvidos;
- V. Cliente com descobertos não autorizados;
- VI. Cliente com operação de crédito em contencioso nos últimos 5 anos; e
- VII. Exposições para as quais se verifique um decréscimo material do valor da garantia real subjacente.

Para determinação das perdas por imparidade para a análise colectiva é necessária a determinação dos seguintes factores de risco:

- Probabilidade de *Default* a 12 meses (PD 12M) – Probabilidade de um crédito em situação regular vir a registar um evento de *default* nos próximos 12 meses. Para determinação da PD12M são identificadas as exposições que entram em *default* nos 12 meses seguintes à data de referência. A percentagem destas exposições face à totalidade das exposições sem *default* corresponde à PD 12M;
- Probabilidade de *Default lifetime* (PDLT) – Probabilidade de um crédito vir a registar um evento de *default* até à maturidade do contrato. Para determinação da PDLT são identificadas as exposições que entram em *default* até à data de maturidade. A percentagem destas exposições face à totalidade das exposições sem *default* no corresponde à PDLT;
- *Loss Given Default* (LGD) – Perda caso a exposição entre em *default*. Para a determinação da LGD é calculada a taxa de recuperação utilizando o histórico de recuperações do Banco para cada grupo homogéneo (tipologia de cliente). Ou seja, são consideradas as recuperações das exposições que entraram em incumprimento no período histórico definido, apuradas de acordo com a antiguidade de incumprimento registada em cada exposição e em cada mês do histórico (LGD paramétrica). É assim determinada a LGD diferenciada consoante a permanência do crédito na situação de incumprimento, o que permite diferenciar as perdas por imparidade por tempo em incumprimento. Adicionalmente, e de forma a reflectir possíveis recuperações obtidas por via de colaterais imobiliários, é definida a taxa de recuperação via colaterais para cada contrato. Assim, a perda, dado o incumprimento final será a LGD ajustada para contratos colacterizados, e LGD paramétrica para os contratos não colacterizados;
- *Exposure at Default* (EAD) – Corresponde ao montante da exposição de cada operação à data de entrada em *default*, sendo composta pelo somatório da exposição patrimonial e da exposição extrapatrimonial ponderada pelo CCF (são aplicados os CCF regulamentares definidos pelo BNA). Após a aplicação do CCF é deduzido à EAD o valor de garantias reais líquido de *haircuts*.

O Banco considera informação prospectiva na determinação das perdas por imparidade, através da aplicação de modelos de projecção dos factores de risco PD12M e PDLT. Estes factores de risco consideram assim valores previstos para a evolução da variável macroeconómica relevante (preço do petróleo em USD). Esta relação é obtida com base na informação histórica (i) dos factores de risco (PD12M e PDLT) do Banco e (ii) da variável macroeconómica relevante.

6. Indicação dos limiares definidos para análise individual da carteira de crédito ao custo amortizado

O Banco identifica as exposições individualmente significativas com base no seu montante de fundos próprios. Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de clientes ou grupos económicos individualmente significativos são os seguintes:

- Clientes/Grupos económicos para os quais sejam observadas evidências objectivas de imparidade: 0,1% do montante de fundos próprios; e
- Clientes/Grupos económicos para os quais não sejam observadas evidências objectivas de imparidade: 0,5% do montante de fundos próprios.

7. Descrição genérica da forma de cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros no apuramento das perdas de imparidade

Cálculo da perda esperada de activos financeiros ao custo amortizado que não crédito

O Banco aplicou a Directiva N.º 13/DSB/DRO/2019 do BNA que define que o cálculo das perdas esperadas para a carteira de disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito deverá ser efectuado de acordo com os requisitos da IFRS 9, detalhando-se em seguida os principais pressupostos usados pelo Banco:

- Disponibilidades em OIC: considerar uma PD equivalente a 1/12 (um doze avos) da PD a 12 meses atendendo ao *rating Moody's* da contraparte (ou do país em que a contraparte se encontra sediada, caso a mesma não tenha *rating Moody's*) e uma LGD de 60% para todas as contrapartes que não tenham registado um aumento significativo do risco de crédito; e
- Aplicações em OIC: considerar uma PD a 12 meses atendendo ao *rating Moody's* da contraparte (ou do país em que a contraparte se encontra sediada, caso a mesma não tenha *rating Moody's*) e uma LGD de 60% para todas as contrapartes que não tenham registado um aumento significativo do risco de crédito;
- No cálculo da perda esperada de disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito são considerados os seguintes critérios de estágio:
 - Estágio 3: Exposições que apresentam um atraso superior a 90 dias;
 - Estágio 2: Exposições que apresentam um atraso superior a 30 dias.
- No caso concreto das perdas por imparidade para a dívida pública nacional em moeda nacional e estrangeira (classificada em “Investimentos ao custo amortizado”), foram considerados os seguintes critérios em linha com a Directiva referida acima:
 - PD a 12 meses ou *lifetime*, consoante a exposição se encontre em estágio 1 ou estágio 2 respectivamente, para a notação de *rating* de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão; e
 - Perda dado o incumprimento (“LGD”) associada aos eventos de *default* soberanos verificados, conforme indicada no referido estudo.
- No cálculo da perda esperada de investimentos ao custo amortizado são considerados os seguintes critérios de estágio:
 - Estágio 3: Exposições que apresentam um atraso superior a 90 dias;

- Estágio 2: Exposições que apresentam um atraso superior a 30 dias e degradação do rating do Estado Angolano superior a duas notações desde a data de aquisição.

Avaliação individual da carteira de crédito ao custo amortizado

Nas situações em que os clientes individualmente significativos apresentam evidência objectiva de imparidade, procede-se a uma avaliação individual para determinar se os fluxos de caixa esperados são inferiores aos fluxos de caixa contratuais. Nestas situações, efectua-se o consequente ajustamento no valor da imparidade.

A determinação dos fluxos de caixa futuros esperados dos créditos considera em que medida o cliente gerará os meios libertos para pagamento da dívida. O valor recuperável de um crédito traduz-se no somatório dos fluxos de caixa futuros esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor (prazo, taxa, método de amortização, etc.) e de acordo com as expectativas de recuperabilidade subjacentes, descontados à taxa de juro efectiva original do contrato.

Para determinar os fluxos futuros da empresa é utilizada uma das seguintes abordagens:

- I. Abordagem “*going concern*” em que se considera a continuação da actividade da empresa e assim os fluxos de caixa operacionais são projectados para determinar se são suficientes para assegurar o pagamento da dívida de todos os credores. Adicionalmente, poder-se-á assumir a venda ou execução de colaterais para ressarcimento da dívida, desde que os mesmos não tenham qualquer influência e impacto nos fluxos de caixa futuros estimados da empresa (ou seja, desde que se trate de activos não-operacionais). Esta abordagem de *going concern* é utilizada, se:
 - a) Os fluxos de caixa operacionais futuros da empresa são materiais e podem ser adequadamente estimados; e
 - b) O ressarcimento da dívida não passa pela execução de colaterais que são determinantes para o normal funcionamento da empresa.
- II. Abordagem “*gone concern*”, associada a um cenário de cessação da actividade da empresa, em que os colaterais são executados cessando assim os fluxos de caixa operacionais da empresa. A aplicação desta abordagem é considerada quando se verifica pelo menos uma das situações a seguir elencadas:
 - c) A exposição do cliente está vencida por um período considerável, existindo a presunção que se deverá seguir a abordagem gone concern quando o crédito está vencido há mais de 18 meses;
 - d) Os fluxos de caixa operacionais futuros estimados são residuais ou negativos ou inferiores ao valor estimado dos colaterais e claramente insuficientes para permitir ao cliente fazer face ao serviço de dívida;
 - e) A exposição tem um elevado nível de colateralização e o colateral é essencial para a recuperação da dívida;

- f) Existe um elevado nível de incerteza na estimação dos fluxos de caixa futuros, nomeadamente quando o *EBITDA* dos últimos dois anos é negativo ou quando tenham existido desvios significativos nos planos de negócio dos anos anteriores; e
- g) A informação disponível é insuficiente para se realizar uma análise *going concern*.

De notar que, em algumas situações, poderá ser aplicada uma abordagem mista, em que se consideram fluxos de caixa resultantes da actividade da empresa, os quais podem ser complementados por fluxos de caixa que sejam originados pela venda de activos da empresa, assumindo-se o cenário de continuidade da empresa. Caso os activos objecto de venda tenham impacto nos fluxos de caixa futuros operacionais da empresa, proceder-se-á ao respectivo ajustamento para determinar os montantes recuperáveis.

A taxa de imparidade final para o cliente ou grupo económico é determinada da seguinte forma:

$$\text{Taxa de imparidade} = \frac{EAD - \frac{\sum_{t=1}^n \text{Fluxo de caixa}_t}{(1 + \text{Taxa de juro})^t}}{EAD}$$

Caso se determine que não existe evidência objectiva de imparidade para um determinado cliente individualmente significativo, o cálculo de imparidade é realizado com base no modelo colectivo.

Imparidade colectiva da carteira de crédito ao custo amortizado

Para exposições que se encontram em estágio 1, o cálculo da perda esperada considera a perda a 12 meses e é calculada através da seguinte expressão:

$$\text{Perda esperada} = EAD \times PD_{12M} \times LGD_{\text{Data de default}}$$

Para as exposições em estágio 2 as perdas de crédito *lifetime* são calculadas de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Perda esperada} = \frac{\sum_{t=1}^{\text{Maturidade}} EAD_t \times PD_t \times LGD_{\text{Data de default}}}{(1 + \text{Taxa de juro})^t}$$

Para as exposições em estágio 3, dado que este conceito está alinhado com o conceito de *default* interno, considera-se que a *PD lifetime* é de 100%. Assim as perdas esperadas para as operações em estágio 3 são dadas através da seguinte expressão:

$$\text{Perda esperada} = EAD \times LGD_{\text{Tempo deste data de default}}$$

Para exposições do sector público são considerados os pressupostos aplicados no cálculo das perdas esperadas da dívida pública nacional, conforme descrito na subsecção “Cálculo da perda esperada de activos financeiros ao custo amortizado que não crédito”.

8. Validação do modelo de imparidade

Considerando a complexidade associada ao cálculo dos factores de risco e à determinação da perda esperada, o Banco definiu um conjunto de análises periódicas de validação, incluindo análises de sensibilidade e *backtesting* que permitem dar um maior grau de conforto nas estimativas e pressupostos utilizados na determinação da imparidade. Adicionalmente, o processo de *backtesting* tem como objectivo assegurar a coerência entre os parâmetros estimados e os parâmetros observados.

Este processo de validação deve ocorrer com periodicidade mínima anual, em linha com os requisitos regulamentares estipulados no Instrutivo das perdas por imparidade para a carteira de crédito do BNA (Instrutivo n.º 08/2019 de 27 de Agosto).

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

mKz	31-12-2024		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais	1 089 645 937	(20 220 183)	1 069 425 754
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	-	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 549 410	(63 281)	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	104 149 335	(135 873)	104 013 462
Investimentos ao custo amortizado	270 755 156	(3 290 490)	267 464 666
Crédito a clientes	406 830 062	(15 103 870)	391 726 192
Outros activos	7 031 739	(1 626 669)	5 405 070
Extrapatrimoniais	80 178 303	(141 073)	80 037 230
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	39 173 292	(141 073)	39 032 219
Linhas de crédito revogáveis	41 005 011	-	41 005 011
Total	1 169 824 240	(20 361 256)	1 149 462 984

mKz	31-12-2023		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais	1 059 715 700	(20 705 100)	1 039 010 600
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 924 952	(87 551)	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes	367 874 777	(14 522 218)	353 352 559
Outros activos	7 589 009	(1 726 087)	5 862 922
Extrapatrimoniais	70 468 549	(182 828)	70 285 721
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	39 098 942	(182 828)	38 916 114
Compromissos assumidos perante terceiros	31 369 607	-	31 369 607
Total	1 130 184 249	(20 887 928)	1 109 296 321

A informação sobre a qualidade do risco de crédito dos principais activos financeiros, tendo por base os níveis de *rating* internos e/ou externos podem ser analisados como segue:

mKz	31-12-2024		
	Exposição bruta	Imparidade	Exposição liquida
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	83 995 558	(63 281)	83 932 277
BBB+ a BBB-	80 784 831	(62 661)	80 722 170
A a AA	3 210 727	(620)	3 210 107
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	104 149 335	(135 873)	104 013 462
B+ a B-	41 210 485	(101 450)	41 109 035
A a AA	35 575 620	(9 639)	35 565 981
Investimentos ao custo amortizado			
Rating externo	270 755 156	(3 290 490)	267 464 666
B+ a B-	270 755 156	(3 290 490)	267 464 666
Crédito a clientes			
Rating interno	406 830 062	(15 103 870)	391 726 192
Grau de risco Baixo	403 754 489	(14 778 691)	388 975 798
Grau de risco Médio	2 639 674	(233 356)	2 406 318
Grau de risco Elevado	435 899	(91 823)	344 076
Total	865 730 111	(18 593 514)	847 136 597

mKz	31-12-2023		
	Exposição bruta	Imparidade	Exposição liquida
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	129 588 333	(87 551)	129 500 782
BBB+ a BBB-	127 274 449	(87 128)	127 186 898
A a AA	2 313 884	(423)	2 313 884
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	67 625 726	-	67 625 726
B+ a B-	67 625 726	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado			
Rating externo	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
B+ a B-	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes			
Rating interno	367 874 777	(14 522 218)	353 352 559
Grau de risco Baixo	363 239 677	(13 844 717)	349 394 960
Grau de risco Médio	3 795 660	(253 846)	3 541 814
Grau de risco Elevado	839 440	(423 655)	415 785
Total	864 173 824	(18 979 013)	845 194 811

O risco de crédito do Caixa Angola apresenta a seguinte composição por área geográfica:

mKz	Área geográfica				31-12-2024
	Angola	Portugal	Alemanha	Singapura	Total
Patrimoniais	943 298 779	87 350 888	33 001 001	5 775 086	1 069 425 754
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	-	-	-	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21 255 317	60 020 705	1 995 837	1 214 270	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	41 117 299	27 330 183	31 005 164	4 560 816	104 013 462
Investimentos ao custo amortizado	267 464 666	-	-	-	267 464 666
Crédito a clientes	391 726 192	-	-	-	391 726 192
Outros activos	5 405 070	-	-	-	5 405 070
Extrapatrimoniais	80 037 230	-	-	-	80 037 230
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	39 032 219	-	-	-	39 032 219
Compromissos assumidos perante terceiros	41 005 011	-	-	-	41 005 011
Total	1 023 336 009	87 350 888	33 001 001	5 775 086	1 149 462 984

mKz	Área geográfica				31-12-2023
	Angola	Portugal	Alemanha	Singapura	Total
Patrimoniais	940 589 817	96 106 898	1 361 529	952 356	1 039 010 600
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31 416 618	96 106 898	1 361 529	952 356	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	353 352 559	-	-	-	353 352 559
Outros activos	5 862 922	-	-	-	5 862 922
Extrapatrimoniais	70 285 721	-	-	-	70 285 721
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	38 916 114	-	-	-	38 916 114
Compromissos assumidos perante terceiros	31 369 607	-	-	-	31 369 607
Total	1 010 875 538	96 106 898	1 361 529	952 356	1 109 296 321

Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes os colaterais financeiros, que permitam redução directa do valor da posição. São ainda consideradas as garantias de protecção pessoal com efeito de substituição na posição em risco.

Em termos de redução directa, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do Estado Angolano entre outras similares.

Potenciais impactos dos riscos de Alterações climáticas

Para a identificação e avaliação do risco de alterações climáticas, o Caixa Angola identificou os sectores e segmentos mais suscetíveis ao risco de alterações climáticas, através de uma abordagem de sectores relevantes para a política climática (CPRS - *Climate Policy Relevant Sectors*).

Seguidamente apresenta-se as exposições mais sensíveis ao impacto dos eventos físicos das alterações climáticas:

mkz		31-12-2024						
Sector	Crédito Bruto	Créditos Documentário e Garantias Prestadas	Exposição Total	Sectores relevantes para a política climática				
				Negativa-mente Afec-tado	Positivamente Afectado	Com Impacto Incerto	Outros	Total
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	11 167 937	-	11 167 937	11 167 937	-	-	-	11 167 937
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	92 729 987	15 024 300	107 754 287	107 754 287	-	-	-	107 754 287
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 283 099	-	4 283 099	4 283 100	-	-	-	4 283 100
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	2 233 972	-	2 233 972	2 233 972	-	-	-	2 233 972
Indústrias alimentares e das bebidas	10 607 825	1 378 400	11 986 225	9 487 169	-	-	2 499 056	11 986 225
Construção	41 077 879	3 075 570	44 153 449	2 350 413	41 803 036	-	-	44 153 449
Comércio por grosso (excepto veículos)	36 140 393	11 032 125	47 172 518	-	-	-	46 964 344	46 964 344
Comércio por retalho	16 831 924	1 109 974	17 941 898	253 717	-	-	17 688 181	17 941 898
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	11 653 168	-	11 653 168	-	11 636 388	-	16 780	11 653 168
Actividades imobiliárias	1 264 137	-	1 264 137	-	-	-	1 264 137	1 264 137
Educação	86 332	-	86 332	-	-	-	86 332	86 332
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	3 486 925	4 725	3 491 650	-	-	-	3 491 650	3 491 650
Outras actividades de serviços	1 324 799	234 139	1 558 938	-	-	-	1 558 938	1 558 938
Outras actividades	38 188 002	7 314 059	45 502 061	31 758 103	1 629 659	83 520	12 030 498	45 501 780
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	98 203 683	-	98 203 683	-	-	-	-	-
Particulares	37 550 000	-	37 550 000	-	-	-	-	-
Consumo	31 270 604	-	31 270 604	-	-	-	-	-
Habituação	6 279 396	-	6 279 396	-	-	-	-	-
Total	406 830 062	39 173 292	446 003 354	169 288 698	55 069 083	83 520	85 599 916	310 041 217

Risco de Mercado

O risco de mercado na sua componente de preço de activos/passivos financeiros é considerado não material, porque o Banco não detém carteira de negociação e/ou activos sujeitos a variação de preço. Os investimentos efectuados em carteira própria correspondem a Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro detidas até à maturidade, em que o risco está associado à contraparte (crédito) e não ao risco de mercado.

No que respeita ao risco cambial e em sede de identificação de avaliação, a Direcção de Gestão de Risco (DGR) apura e disponibiliza diariamente a posição cambial em cada uma das moedas. A Direcção de Contabilidade (DCT) efectua o cálculo da exposição cambial para cumprimento do requisito regulamentar aplicável. O cumprimento da estratégia cambial é assegurado pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF), nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos requisitos regulamentares. A DGR com o apoio da DMF e DCT monitoriza o risco cambial através da monitorização do *mismatch* em moeda estrangeira, uma vez que não existem instrumentos derivados disponíveis para cobertura deste risco.

Para a fase de acompanhamento e reporte, a DMF e DGR produzem relatórios que enviam à Comissão Executiva e que permitem acompanhar alguns indicadores de liquidez: relatório para apresentação em ALCO (mensalmente, com a posição da carteira de títulos, fluxos de compra e venda de ME,

variações das taxas de câmbio); relatório de operações cambiais (diário) e relatório de mercado da posição cambial (diário).

Relativamente ao risco de taxa de juro, mensalmente na reunião do Comité ALCO, a DGR aborda os temas relevantes, nomeadamente aqueles que obrigaram a tomadas de decisão, e que são reportados superiormente e a DMK efectua uma análise comparativa das taxas médias de activos e passivos, que também é reportada à Comissão Executiva.

O Caixa Angola mantém ainda o cumprimento do Instrutivo n.º 22/2021 de 27 de Outubro referente ao Risco de Taxa de juro na carteira bancária (instrumentos financeiros não detidos na carteira de negociação).

A carteira de investimento está totalmente concentrada em obrigações do tesouro nacional.

No seguimento das recomendações do Instrutivo n.º 22/2021 de 27 de Outubro, do BNA, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia definida no Instrutivo.

Os activos e passivos do Banco são decompostos por tipo de taxa à data de 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 como segue:

mKz		31-12-2024		
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activos	555 118 233	242 714 305	266 634 618	1 064 467 156
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	216 330 235	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 628 218	-	49 857 911	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	104 013 462	-	-	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	446 472	446 472
Investimentos ao custo amortizado	267 464 666	-	-	267 464 666
Crédito a clientes	149 011 887	242 714 305	-	391 726 192
Passivos	353 507 132	-	546 071 861	899 578 993
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	4 100 595	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	353 507 132	-	541 971 266	895 478 398
Total	201 611 101	242 714 305	(279 437 243)	164 888 163

mKz		31-12-2023		
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activos	483 710 840	231 983 189	317 741 246	1 033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	187 616 248	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	129 837 401	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	121 369 370	231 983 189	-	353 352 559
Passivos	413 211 052	-	491 118 945	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	5 809 869	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimo	413 211 052	-	485 309 076	898 520 128
Total	70 499 788	231 983 189	(173 377 699)	129 105 278

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de juro à data de 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada como segue:

mKz	31-12-2024					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos	(15 956 650)	(7 978 326)	(3 989 162)	3 989 162	7 978 326	15 956 650
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(692 564)	(346 282)	(173 141)	173 141	346 282	692 564
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(2 080 269)	(1040 135)	(520 067)	520 067	1 040 135	2 080 269
Investimentos ao custo amortizado	(5 349 293)	(2 674 647)	(1 337 323)	1 337 323	2 674 647	5 349 293
Crédito a clientes	(7 834 524)	(3 917 262)	(1 958 631)	1 958 631	3 917 262	7 834 524
Passivos	(7 070 143)	(3 535 071)	(1 767 536)	1 767 536	3 535 071	7 070 142
Recursos de clientes e outros empréstimo	(7 070 143)	(3 535 071)	(1 767 536)	1 767 536	3 535 071	7 070 142
Impacto líquido	(8 886 507)	(4 443 255)	(2 221 626)	2 221 626	4 443 255	8 886 508

mKz	31-12-2023					
	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos	(14 313 881)	(7 156 940)	(3 578 471)	3 578 471	7 156 940	14 313 881
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(1 352 515)	(676 257)	(338 129)	338 129	676 257	1 352 515
Investimentos ao custo amortizado	(5 894 315)	(2 947 157)	(1 473 579)	1 473 579	2 947 157	5 894 315
Crédito a clientes	(7 067 051)	(3 533 526)	(1 766 763)	1 766 763	3 533 526	7 067 051
Passivos	(8 264 221)	(4 132 111)	(2 066 055)	2 066 055	4 132 111	8 264 221
Recursos de clientes e outros empréstimo	(8 264 221)	(4 132 111)	(2 066 055)	2 066 055	4 132 111	8 264 221
Impacto líquido	(6 049 660)	(3 024 829)	(1 512 416)	1 512 416	3 024 829	6 049 660

O detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 apresenta-se como segue:

mKz	31-12-2024							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	308 704 616	40 240 344	101 288 359	153 818 089	70 835 128	100 375 333	22 570 669	797 832 538
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 628 218	-	-	-	-	-	-	34 628 218
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	89 137 266	-	14 876 196	-	-	-	-	104 013 462
Investimentos ao custo amortizado	-	24 070 444	72 257 317	90 427 119	36 363 226	28 844 788	15 501 772	267 464 666
Crédito a clientes	184 939 132	16 169 900	14 154 846	63 390 970	34 471 902	71 530 545	7 068 897	391 726 192
Passivos	52 773 029	110 542 062	88 301 201	56 654 799	26 804 185	18 431 167	689	353 507 132
Recursos de clientes e outros empréstimos	52 773 029	110 542 062	88 301 201	56 654 799	26 804 185	18 431 167	689	353 507 132
Exposição líquida	255 931 587	(70 301 718)	12 987 158	97 163 290	44 030 943	81 944 166	22 569 980	444 325 406

mKz	31-12-2023							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	219 348 499	106 345 159	27 270 123	125 224 341	95 059 075	122 923 440	19 523 392	715 694 029
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado	12 708 864	65 819 847	16 915 269	67 604 677	84 120 322	32 033 847	15 512 918	294 715 744
Crédito a clientes	160 180 463	19 358 758	10 354 854	57 619 664	10 938 753	90 889 593	4 010 474	353 352 559
Passivos	29 171 589	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	413 211 052
Recursos de clientes e outros empréstimo	29 171 589	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	413 211 052
Exposição líquida	190 176 910	(44 296 991)	(59 351 472)	6 725 340	84 112 255	105 593 543	19 523 392	302 482 977

Nos termos do Artigo 6º do Instrutivo n.º 22/2021 de 27 de Outubro, o Banco deverá informar o BNA sempre que se verifique uma redução potencial do valor económico da sua carteira bancária igual ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares. O Banco cumpriu com este requisito a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, conforme apresentado de seguida:

mKz					31-12-2024		
Exposição por intervalo de maturidade - Impacto na situação líquida							
Banda temporal	Activos	Passivos	Elementos extrapatrimoniais		Entre 3 a 5 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
			+	-			
à vista - 1 mês	319 473 455	52 800 585	31 376 789	-	298 049 659	0,08%	238 440
1 - 3 meses	97 675 256	110 542 061	4 282 657	-	(8 584 148)	0,32%	(27 470)
3 - 6 meses	93 018 338	88 514 785	2 702 564	-	7 206 117	0,72%	51 884
6 - 12 meses	93 336 122	56 413 657	2 643 000	-	39 565 463	1,43%	565 786
1 - 2 anos	40 366 600	24 734 871	-	-	15 631 729	2,77%	432 999
2 - 3 anos	27 744 468	1 787 170	-	-	25 957 297	4,49%	1 165 483
3 - 4 anos	44 068 489	442 269	-	-	43 626 220	6,14%	2 678 650
4 - 5 anos	8 464 216	18 271 041	-	-	(9 806 825)	7,71%	(756 106)
5 - 7 anos	23 607 829	-	-	-	23 607 829	10,15%	2 396 195
7 - 10 anos	26 653 618	689	-	-	26 652 928	13,26%	3 534 179
10 - 15 anos	11 209 555	-	-	-	11 209 555	17,84%	1 999 784
15 - 20 anos	6 521 199	-	-	-	6 521 199	22,43%	1 462 704
> 20 anos	5 724 787	-	-	-	5 724 787	26,03%	1 490 162
Total							15 232 691
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro							15 232 690
Fundos próprios regulamentares							139 396 100
Impacto no valor económico / Fundos próprios regulamentares							10,9%

mKz					31-12-2023		
Exposição por intervalo de maturidade - Impacto na situação líquida							
Banda temporal	Activos	Passivos	Elementos extrapatrimoniais		Entre 3 a 5 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
			+	-			
à vista - 1 mês	230 596 099	29 171 588	29 032 500	-	230 457 011	0,08%	184 366
1 - 3 meses	153 876 116	150 642 149	830 386	-	4 064 353	0,32%	13 006
3 - 6 meses	25 253 031	86 621 595	1 226 720	-	(60 141 844)	0,72%	(433 021)
6 - 12 meses	72 327 439	118 499 000	280 000	-	(45 891 561)	1,43%	(656 249)
1 - 2 anos	57 301 406	10 946 820	-	-	46 354 586	2,77%	1 284 022
2 - 3 anos	54 733 690	-	-	-	54 733 690	4,49%	2 457 543
3 - 4 anos	15 422 892	17 329 897	-	-	(1 907 005)	6,14%	(117 090)
4 - 5 anos	32 272 739	-	-	-	32 272 739	7,71%	2 488 228
5 - 7 anos	15 126 871	-	-	-	15 126 871	10,15%	1 535 377
7 - 10 anos	35 947 534	-	-	-	35 947 534	13,26%	4 766 643
10 - 15 anos	13 842 915	-	-	-	13 842 915	17,84%	2 469 576
15 - 20 anos	4 554 683	-	-	-	4 554 683	22,43%	1 021 615
> 20 anos	4 438 612	-	-	-	4 438 612	26,03%	1 155 371
Total							16 169 387
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro							16 169 386
Fundos próprios regulamentares							117 146 773
Impacto no valor económico / Fundos próprios regulamentares							13,8%

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, por moeda, é analisada como segue:

mKz		31-12-2024			
		Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas
Activos		554 330 146	496 444 309	12 209 105	1 483 596
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		96 883 205	118 341 430	874 158	231 442
Disponibilidades em outras instituições de crédito		552 918	71 346 436	11 334 621	1 252 154
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		32 084 335	71 929 127	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		446 472	-	-	-
Investimentos ao custo amortizado		216 776 040	50 688 626	-	-
Crédito a clientes		207 587 176	184 138 690	326	-
Passivos		424 773 019	442 654 030	31 817 499	334 445
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		3 375 970	417 651	306 974	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		421 397 049	442 236 379	31 510 525	334 445
Total		129 557 127	53 790 279	(19 608 394)	1 149 151

mKz	31-12-2023				
	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Activos	543 103 106	474 485 633	14 663 557	1 182 979	1033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	84 053 324	102 892 189	466 777	203 958	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 200	114 329 277	14 193 903	979 021	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	-	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	204 349 088	90 366 656	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	186 452 171	166 897 511	2 877	-	353 352 559
Passivos	458 765 234	417 505 997	27 260 801	797 965	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 645 957	83 849	80 062	1	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimo	453 119 277	417 422 148	27 180 739	797 964	898 520 128
Total	84 337 872	56 979 636	(12 597 244)	385 014	129 105 278

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada como segue:

mKz	31-12-2024					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(10 758 056)	(5 379 028)	(2 689 514)	2 689 514	5 379 028	10 758 056
Euros	3 921 679	1 960 839	980 420	(980 420)	(1 960 839)	(3 921 679)
Outras moedas	(229 830)	(114 915)	(57 458)	57 458	114 915	229 830
Total	(7 066 207)	(3 533 104)	(1 766 552)	1 766 552	3 533 104	7 066 207

mKz	31-12-2023					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(11 395 927)	(5 697 964)	(2 848 982)	2 848 982	5 697 964	11 395 927
Euros	2 519 449	1 259 724	629 862	(629 862)	(1 259 724)	(2 519 449)
Outras moedas	(77 003)	(38 501)	(19 251)	19 251	38 501	77 003
Total	(8 953 481)	(4 476 741)	(2 238 371)	2 238 371	4 476 741	8 953 481

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando métricas internas definidas pela gestão do Banco, nomeadamente, limites de exposição.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

No que respeita às fases de identificação e análise do risco de liquidez, estas encontram-se em fase de operacionalização na DGR, de forma a permitir a análise regular de indicadores de evolução dos

níveis de liquidez do Banco para identificação tempestiva de desvios e realização de medidas preventivas e correctivas, quando necessário.

Em termos de acompanhamento e controlo do risco de liquidez, é analisada mensalmente em ALCO a seguinte informação:

- Concentração do financiamento por contraparte;
- Concentração do financiamento por tipo de produto;
- Maturidade do financiamento por tipo de produto;
- Custo de financiamento;
- Concentração do financiamento por maturidade residual;
- Concentração do financiamento por moeda e país;
- Activos onerados;
- Evolução do *gap* de liquidez estático e contratual; e
- Evolução do rácio de liquidez, rácio de observação e rácio de transformação.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo BNA (Instrução n.º 14/2021 de 27 de Setembro).

O detalhe dos instrumentos financeiros em função da sua data de maturidade, em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, apresenta-se como segue:

mKz	31-12-2024								
	Prazos residuais contratuais								
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Activos	355 753 531	62 826 555	41 136 658	102 376 208	155 691 007	116 109 447	146 515 255	89 017 093	446 472
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	-	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 486 129	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	44 435 496	44 701 770	-	14 876 196	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	446 472
Investimentos ao custo amortizado	-	-	24 070 444	72 257 317	90 427 119	36 363 226	28 844 788	15 501 772	-
Crédito a clientes	9 254 514	18 124 752	17 066 081	15 241 562	65 260 950	79 608 807	115 559 953	71 609 573	-
Outros activos	1 247 157	33	133	1 133	2 938	137 414	2 110 514	1 905 748	-
Passivos	544 218 070	51 147 422	110 668 267	88 328 363	56 661 378	26 807 018	32 263 718	909	-
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	4 100 595	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	543 633 571	51 110 725	110 542 062	88 301 200	56 654 799	26 804 185	18 431 167	689	-
Outros Passivos	584 499	36 697	126 205	27 163	6 579	2 833	9 731 956	220	-
Garantias financeiras e outros Compromissos	1 613 044	4 964 461	21 104 416	4 973 350	2 430 072	30 285	-	4 057 664	-
Garantias e avais prestados	-	-	9 340 734	259 557	1 874 000	30 285	-	-	-
Créditos documentários	1 613 044	4 964 461	11 763 682	4 713 793	556 072	-	-	4 057 664	-
Gap de liquidez	(186 851 495)	16 643 594	(48 427 193)	19 021 195	101 459 701	89 332 714	114 251 537	93 073 848	446 472
Gap acumulado de liquidez	(186 851 495)	(170 207 901)	(218 635 094)	(199 613 899)	(98 154 198)	(8 821 484)	105 430 053	198 503 901	198 950 373

mKz		31-12-2023								
		Prazos residuais contratuais								
		À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
										Total
Activos		329 199 263	66 121 731	110 724 153	27 804 512	126 852 950	117 766 643	169 647 096	88 784 630	2 397 219
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		187 616 248	-	-	-	-	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito		129 500 782	-	-	-	-	-	-	-	129 500 782
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		-	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-	-	-	-	-	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado		-	12 708 864	65 819 847	16 915 269	67 604 677	84 120 322	32 033 847	15 512 918	294 715 744
Crédito a clientes		9 983 242	6 953 695	23 737 612	10 888 194	59 244 303	33 577 724	137 585 935	71 381 854	353 352 559
Outros activos		2 098 991	-	140	1 049	3 970	68 597	27 314	1 889 858	5 862 922
Passivos		494 000 193	27 783 256	150 790 264	86 710 804	118 538 843	10 954 930	17 329 905	180	8 666 896
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		5 809 869	-	-	-	-	-	-	-	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimo		486 706 537	27 774 128	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	898 520 128
Outros Passivos		1 483 787	9 128	148 114	89 209	39 842	8 110	8	180	8 666 896
Garantias financeiras e outros Compromissos		580 550	1 477 187	17 650 061	13 166 366	3 414 682	50 000	-	2 760 096	39 098 942
Garantias e avales prestados		-	-	-	1 657 111	1 880 751	50 000	-	1 107 806	4 695 668
Créditos documentários		580 550	1 477 187	17 650 061	11 509 255	1 533 931	-	-	1 652 290	34 403 274
Gap de liquidez		(164 220 380)	39 815 662	(22 416 050)	(45 739 926)	11 728 789	106 861 713	152 317 191	91 544 546	(6 269 677)
Gap acumulado de liquidez		(164 220 380)	(124 404 718)	(146 820 768)	(192 560 694)	(180 831 905)	(73 970 192)	78 346 999	169 891 545	163 621 868

Com referência a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais de maturidade "estrutural" do balanço do Caixa Angola (por oposição aos prazos residuais de maturidade contratual) e diferem dos últimos na utilização dos seguintes pressupostos:

- Para os Depósitos à ordem de clientes no gap estrutural, considerou-se: distribuição do saldo de 40% dos depósitos na maturidade até 1 dia, e 60% distribuídos nas restantes maturidades até 6 anos (superior a 5 anos); e
- Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.

mKz		31-12-2024								
		Prazos residuais de maturidade estrutural								
		À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Activos		314 499 848	132 668 841	71 157 721	360 406 759	78 083 940	80 943 274	53 557 171	1 091 317 554	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		216 330 234	-	-	-	-	-	-	216 330 234	
Disponibilidades em outras instituições de crédito		63 229 878	552 918	-	20 703 334	-	-	-	84 486 130	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-	-	-	-	-	446 472	446 472	
Investimentos ao custo amortizado		23 157	19 345 190	49 085 198	296 727 473	(2 739 534)	(94 842 065)	(134 419)	267 465 000	
Crédito a clientes		12 337 354	23 520 316	22 072 389	25 997 633	80 823 474	175 636 002	51 338 831	391 725 999	
Outros activos		22 579 225	113 151	134	2 102 123	-	149 337	1 906 287	26 850 257	
Passivos		226 128 674	57 070 662	124 337 057	116 823 920	65 019 659	47 174 438	282 767 760	919 322 170	
Recursos de clientes e outros empréstimos		218 069 744	57 013 136	123 905 727	101 878 450	65 019 659	46 859 414	282 731 860	895 477 990	
Outros Passivos		8 058 930	57 526	431 330	14 945 470	-	315 024	35 900	23 844 180	
Gap de liquidez		88 371 174	75 598 179	(53 179 336)	243 582 839	13 064 281	33 768 836	(229 210 589)	171 995 384	
Gap acumulado de liquidez		88 371 174	163 969 353	110 790 017	354 372 856	367 437 137	401 205 973	171 995 384	-	



mKz								
31-12-2023								
	Prazos residuais de maturidade estrutural							Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Activos	325 506 966	70 382 138	117 765 996	74 517 530	126 193 458	282 776 390	68 043 295	1 065 185 773
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	-	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	98 420 783	-	-	31 416 618	-	-	-	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	(13 115)	13 187 225	67 830 524	19 057 139	60 087 718	117 351 453	17 215 056	294 716 000
Crédito a clientes	11 534 742	10 698 179	28 768 779	22 260 337	66 105 740	165 326 002	48 659 222	353 353 001
Outros activos	27 948 308	37 562	139	1 783 436	-	98 935	1 881 420	31 749 800
Passivos	206 032 813	34 002 579	162 781 248	113 915 435	108 793 563	54 175 980	246 458 975	926 160 593
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimo	194 247 002	33 967 788	162 608 675	98 588 120	108 793 563	53 937 520	246 377 457	898 520 125
Outros Passivos	11 785 811	34 791	172 573	15 327 315	-	238 460	81 518	27 640 468
Gap de liquidez	119 474 153	36 379 559	(45 015 252)	(39 397 905)	17 399 895	228 600 410	(178 415 680)	139 025 180
Gap acumulado de liquidez	119 474 153	155 853 712	110 838 460	71 440 555	88 840 450	317 440 860	139 025 180	-

Risco Operacional

Em matéria de gestão do risco operacional, o Caixa Angola tem implementada uma metodologia definida para o grupo CGD, cujas principais componentes são a identificação, avaliação/mensuração, monitorização e mitigação. Este sistema encontra-se suportado em quatro pilares essenciais, nomeadamente (i) modelo de governação, (ii) recursos humanos, (iii) aplicações de suporte e (iv) informação e comunicação.

O Modelo de Governo do Risco Operacional e do Controlo Interno implantado pelo Banco garante o acompanhamento permanente e transversal deste risco, garantindo:

- O registo dos eventos pelos vários órgãos de estrutura das áreas de negócio, controlo e suporte do Banco;
- O reporte à Unidade de Risco Operacional e Controlo Interno da DGR que valida os eventos na aplicação de suporte (p.e. causas, órgão de estrutura em que ocorreu, tipo de evento de risco, perdas associadas, recuperações, entre outros itens);
- A avaliação e controlo do risco operacional pela área de responsável da DGR, assim como, acompanhamento da implementação de planos de acção para a correcção de insuficiências detectadas, contando igualmente com o seguimento permanente não só pela área responsável, como também pela Direcção de Auditoria Interna.

O Caixa Angola tem igualmente vindo a reforçar o modelo de gestão do risco operacional, designadamente nas componentes de avaliação, acompanhamento e controlo, que permite ao Banco, em particular e ao Grupo CGD, em geral, responder aos requisitos regulamentares da abordagem *standard* (método Padrão) para a gestão do risco operacional. Importa salientar que o Banco se encontra a preparar o processo de candidatura a apresentar ao BNA para o Método Padrão.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O Caixa Angola procede ao apuramento do seu Rácio de Solvabilidade, Fundos Próprios Regulamentares (FPR) e Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares, sendo esta gestão garantida pela Direcção de Gestão de Risco, em estreito cumprimento com as disposições e requisitos regulamentares estipulados pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Enquadramento regulatório

Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem: (i) o Capital Social realizado; (ii) Prémios de emissão respeitantes a elementos enquadrados na alínea anterior; (iii) Reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iv) resultados transitados positivos de exercícios anteriores; (v) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital; (vi) resultado líquido positivo do exercício anterior; (vii) resultado líquido positivo provisório do exercício em curso; (viii) parcela das reservas e dos resultados correspondentes a activos por impostos diferidos, na medida em que estejam associados a perdas que contém como elemento negativo dos fundos próprios de base, e (ix) instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo BNA.
2. Elementos negativos dos Fundos Próprios de Base – Compreendem: (i) acções próprias em carteira, pelo valor de registo no balanço; (ii) resultados negativos, transitados de exercícios anteriores; (iii) resultado líquido negativo do exercício anterior; (iv) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos; (v) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior; (vi) resultado líquido negativo provisório do exercício em curso; (vii) imobilizações incorpóreas líquidas das depreciações; (viii) despesas com custos diferidos relacionadas com responsabilidades com pensões; (ix) parcela das reservas e dos resultados correspondentes a passivos por impostos diferidos, na medida em que estejam associados a ganhos que contem como elemento positivo dos fundos próprios de base; (x) diferenças positivas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial; (xi) insuficiência de provisões face ao disposto no Aviso n.º 12/2014, de 17 de Dezembro, sobre constituição de provisões; e (xii) perdas actuariais não reconhecidas em resultados.
3. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas, na forma de empréstimos ou obrigações emitidas, cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo BNA; (v) resultados latentes positivos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior, até 45% (quarenta e cinco por cento) do seu valor (pelo montante do efeito líquido da cobertura) antes

de impostos; (vi) f) outros instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo BNA.

4. Deduções – Compreendem: (i) os instrumentos emitidos ou contraídos por outras instituições financeiras, de que as Instituições sejam detentoras, previstos nas alíneas a) e i) do número 2 do artigo 5.º e nas alíneas a), d) e f) do número 2 do artigo 7.º, ambos do Aviso 2/2016. Esta dedução deve considerar o valor de registo no balanço, líquido de provisões, e obedecer às seguintes condições: a) Se a Instituição dispuser de uma participação superior a 10% (dez por cento) do capital da participada será deduzida a totalidade dos instrumentos acima referidos; ou b) Se a instituição dispuser de uma participação inferior ou igual a 10% (dez por cento) do capital da participada, e se superior a 10% (dez por cento) do capital da participante, será deduzido o valor dos instrumentos acima referidos excluindo 10% (dez por cento) dos subsequentes próprios da participante, considerados antes desta dedução; (ii) os excessos face aos limites estabelecidos no Aviso n.º 9/2016, sobre limites prudenciais aos grandes riscos.

2024

Rácio de Solvabilidade e Fundos Próprios	"Aviso nº 08/2021 - Requisitos Prudenciais, Requisitos de Fundos Próprios, Processo de Supervisão e Gestão de Risco e Disciplina de Mercado"
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Crédito	Instrutivo nº 11/2023- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte e Respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Mercado	Instrutivo n.º 16/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Respectiva Prestação de Informação Periódica.
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Operacional	Instrutivo n.º 13/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional e respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Liquidação e Transações Incompletas	Instrutivo nº17/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Liquidação e Transações Incompletas
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito	Instrutivo nº18/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito

2023

sRácio de Solvabilidade e Fundos Próprios	"Aviso nº 08/2021 - Requisitos Prudenciais, Requisitos de Fundos Próprios, Processo de Supervisão e Gestão de Risco e Disciplina de Mercado"
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Crédito	Instrutivo nº 15/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte e Respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Mercado	Instrutivo n.º 16/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Respectiva Prestação de Informação Periódica.
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Operacional	Instrutivo n.º 13/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional e respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Liquidação e Transações Incompletas	Instrutivo nº17/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Liquidação e Transações Incompletas
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito	Instrutivo nº18/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito

As instituições financeiras angolanas devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações,

sendo assegurando, permanentemente, o cumprimento dos seguintes requisitos mínimos de fundos próprios:

31-12-2024		31-12-2023	
Indicador	Rácio Mínimo	Indicador	Rácio Mínimo
CET 1	4,50%	CET 1	4,50%
TIER 1	6,00%	TIER 1	6,00%
FPR	8,00%	FPR	8,00%

Capital Regulatório

O Capital Regulatório do Caixa Angola engloba as seguintes componentes

- **Fundos Próprios Principais de nível 1 - Common Equity Tier 1 (CET1)**

As componentes da situação líquida que contribuem para os Fundos Próprios Principais de nível 1 (CET1) em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 são:

- Capital realizado;
- Outras reservas e resultados transitados positivos;
- Resultado líquido positivo do exercício anterior;
- Resultado líquido positivo provisório do exercício em curso;
- Instrumentos de capital próprio cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola; e,
- Prémios de emissão respeitantes aos elementos acima referidos;
- As deduções ao CET1 estão relacionadas com os seguintes itens:
- Valor contabilístico dos activos intangíveis;
- Despesas com custos diferidos relacionadas com responsabilidades com pensões;
- Valor contabilístico dos activos por impostos diferidos (por prejuízos fiscais);
- Resultado líquido negativo do exercício;
- Diferenças positivas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial; e
- Perdas actuariais não reconhecidas em resultados.

- **Fundos Próprios Adicionais de nível 1 - Tier 1 Adicional (AT1 - Additional Tier 1)**

Os fundos próprios Adicionais de nível 1 incluem os instrumentos emitidos ou empréstimos subordinados contraídos e totalmente realizados.

Os instrumentos que contribuem para os fundos próprios adicionais de nível 1 são:

- Acções preferenciais;
- Instrumentos híbridos e/ ou convertíveis;

- Outros instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola;
- Prémios de emissão respeitantes aos instrumentos acima referidos.
- As deduções aos fundos próprios adicionais de nível 1 são:
- Os instrumentos próprios de fundos próprios adicionais de nível 1 detidos directa, indirecta e sinteticamente, incluindo instrumentos próprios de fundos próprios adicionais de nível 1 que a instituição possa ser obrigada a adquirir em resultado de obrigações contratuais existentes;
- Os instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente, com as quais a instituição tenha detenções cruzadas que o Banco Nacional de Angola considere terem sido constituídas para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição;
- O valor aplicável dos instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente, caso a instituição não tenha um investimento significativo nessas Instituições financeiras;
- Os instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente por parte da instituição, caso a instituição tenha um investimento significativo nessas Instituições financeiras, excluindo posições de tomada firme detidas durante um período igual ou inferior a cinco dias úteis;
- O valor dos elementos que seja necessário deduzir aos elementos de fundos próprios de nível 2, que exceda os elementos de fundos próprios de nível 2 da instituição; e
- Qualquer imposto relativo a elementos de fundos próprios adicionais de nível 1 previsível no momento em que é calculado, excepto no caso da instituição ajustar adequadamente o valor dos elementos de fundos próprios adicionais de nível 1 na medida em que esse imposto reduza o valor até ao qual esses elementos possam ser afectados à cobertura de riscos ou perdas.

Fundos próprios e rácios de capital

Os resultados positivos referidos nos pontos anteriores apenas podem ser considerados sempre que certificados pelo perito contabilista membro do órgão de fiscalização ou fiscal único e pelo auditor externo.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (informação não auditada) apresenta-se como segue:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Fundos Próprios		
CET 1	139 396 100	117 146 773
TIER 1	139 396 100	117 146 773
FPR	139 396 100	117 146 773
Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares	-	-
Activos ponderados (RWA - Risk Weighted Assets)	509 450 908	442 613 244
Rácios de solvabilidade		
CET 1	24,08%	26,47%
TIER 1	24,08%	26,47%
FPR/RSR	24,08%	26,47%
Rácios Mínimos		
CET 1	4,50%	4,50%
TIER 1	6,00%	6,00%
FPR/RSR	8,00%	8,00%
Excedentes (buffers)		
CET 1	19,58%	21,97%
TIER 1	18,08%	20,47%
FPR	16,08%	18,47%

Nota 34 – Relato por segmentos

Para cumprimento das exigências da IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, o Caixa Angola adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- **Carteira de investimento e transacções cambiais:** compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- **Banca de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares. Neste segmento são também incluídos os resultados dos serviços de pagamento e liquidação, quando derivam de preçário do Banco, cobrado direta ou indiretamente em clientes que estão definidos para este segmento;
- **Banca comercial:** inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem

como o crédito ao Sector Público. Neste segmento são também incluídos os resultados dos serviços de pagamento e liquidação, quando derivam de preçário do Banco, cobrado direta ou indiretamente em clientes que estão definidos para este segmento.

- **Outros:** compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores designadamente:
 - i. **Serviços de agência:** contempla a guarda e administração de instrumentos financeiros por conta de clientes, nomeadamente a custódia e serviços conexos, tais como a gestão de tesouraria/de cauções;
 - ii. **Pagamento e liquidação:** inclui operações de pagamento e emissão e gestão de meios de pagamentos;
 - iii. **Intermediação relativa à carteira de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. Devem ser incluídas as actividades com recepção e transmissão de ordens em relação a um ou mais instrumentos financeiros, execução de ordens por conta de clientes e colocação de instrumentos financeiros sem tomada firme;
 - iv. **Actividades de sociedades não financeiras:** compreende a actividade desenvolvida por empresas comerciais, industriais, tecnológicas e outras.

A distribuição dos resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 apresenta a seguinte composição:

Linhas de negócio:

mKz	31-12-2024				
	Carteira de Investimento e Transacções Cambiais	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Juros e rendimentos similares	45 447 791	9 482 597	34 653 937	-	89 584 325
Juros e encargos similares	-	(7 091 222)	(19 173 229)	(27 320)	(26 291 771)
Margem financeira	45 447 791	2 391 375	15 480 708	(27 320)	63 292 554
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	3 713 074	16 455 509	1 173 222	21 341 805
Encargos com serviços e comissões	-	(838 853)	(2 435 848)	(1 049 096)	(4 323 797)
Resultados em operações financeiras	9 602 828	2 395 883	5 308 349	-	17 307 060
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	52 124	52 124
Outros resultados de exploração	-	(325 872)	(336 440)	(1 826 270)	(2 488 582)
Produto da actividade bancária	55 050 619	7 335 607	34 472 278	(1 677 340)	95 181 164
Outros Custos e Proveitos	-	-	-	(34 772 333)	(34 772 333)
Resultado antes Impostos	55 050 619	7 335 607	34 472 278	(36 449 673)	60 408 831
Impostos	(9 390 720)	(1 251 332)	(5 880 396)	6 217 707	(10 304 741)
Resultado Líquido Individual do Período	45 659 899	6 084 275	28 591 882	(30 231 966)	50 104 090
BALANÇO					
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (Líquido)	383 573 575	-	-	21 256 251	404 829 826
Aplicações em Títulos e Derivados (Líquido)	267 911 138	-	-	-	267 911 138
Crédito a Clientes (Líquido)	-	79 183 152	312 543 040	-	391 726 192
Outros Activos	-	-	-	26 850 257	26 850 257
Activo total (líquido)	651 484 713	79 183 152	312 543 040	48 106 508	1 091 317 413
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	416 030	3 684 565	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	96 048 714	799 429 684	-	895 478 398
Outros Passivos	-	-	-	20 464 367	20 464 367
Total do Passivo	-	96 048 714	799 845 714	24 148 932	920 043 360
Total Capital próprio	-	-	-	171 274 053	171 274 053
Total do Passivo e Capital próprio	-	96 048 714	799 845 714	195 422 985	1 091 317 413

mKz	31-12-2023				
	Carteira de Investimento e Transacções Cambiais	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Juros e rendimentos similares	36 649 138	7 756 882	23 844 548	-	68 250 568
Juros e encargos similares	(941 029)	(5 837 900)	(11 904 214)	-	(18 683 143)
Margem financeira	35 708 109	1 918 982	11 940 334	-	49 567 425
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	4 718 651	3 590 322	4 601 097	-	12 910 070
Encargos com serviços e comissões	(2 615 433)	(474 578)	(568 627)	-	(3 658 638)
Resultados em operações financeiras	20 219 424	-	66 676	-	20 286 100
Resultados de alienação de outros activos	2 687	4 751	5 373	-	12 811
Outros resultados de exploração	(1 931 792)	(118 677)	(23 169)	-	(2 073 638)
Produto da actividade bancária	56 101 646	4 920 800	16 021 684	-	77 044 130
Outros Custos e Proveitos	-	-	-	(34 691 030)	(34 691 030)
Resultado antes de Impostos	56 101 646	4 920 800	16 021 684	(34 691 030)	42 353 100
Impostos	(7 566 059)	(663 636)	(2160 739)	4 678 550	(5 711 883)
Resultado Líquido Individual do Período	48 535 587	4 257 164	13 860 945	(30 012 480)	36 641 217
BALANÇO					
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (Líquido)	381 748 842	3 330 533	-	-	385 079 375
Aplicações em Títulos e Derivados (Líquido)	295 003 340	-	-	-	295 003 340
Crédito a Clientes (Líquido)	-	73 115 904	280 236 655	-	353 352 559
Outros Activos	-	-	-	31 626 407	31 626 407
Activo total (líquido)	676 752 182	76 446 437	280 236 655	31 626 407	1 065 061 681
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	5 809 869	-	-	-	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	15 088	271 439 659	627 065 381	-	898 520 128
Outros Passivos	-	-	-	21 707 203	21 707 203
Total do Passivo	5 824 957	271 439 659	627 065 381	21 707 203	926 037 200
Total Capital próprio	-	-	-	139 024 481	139 024 481
Total do Passivo e Capital próprio	5 824 957	271 439 659	627 065 381	160 731 684	1 065 061 681

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido atribuível aos accionistas:

mKz	31-12-2024	31-12-2023
Contribuição Líquida		
Carteira de Investimento e Transacções Cambiais	45 659 899	48 535 587
Banca de Retalho	6 084 275	4 257 164
Banca Comercial	28 591 882	13 860 945
	80 336 056	66 653 696
Valores não inputados aos segmentos		
Juros e encargos similares	(27 320)	-
Rendimentos de serviços e comissões	1 173 222	-
Encargos com serviços e comissões	(1 049 096)	-
Outros resultados de exploração	(1 774 146)	-
Imparidade e outras provisões (1)	(4 684 278)	(9 752 346)
Custos operacionais	(30 088 055)	(24 938 684)
Impostos Correntes e Diferidos	6 217 707	4 678 550
Total não inputados aos segmentos	(30 231 966)	(40 402 913)
Resultado Líquido Individual do Exercício	50 104 090	36 641 217

⁽¹⁾ Inclui a imparidade para outros activos, contingências diversas e outras imparidades e/ou provisões não alocadas aos segmentos de negócio.

Nota 35 – Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentada.

Anexos I

Declaração de conformidade do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola, S.A., Sociedade Aberta.



Declaração de conformidade do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola, S.A., Sociedade Aberta

Declara-se que tanto quanto é do conhecimento dos Administradores abaixo assinados, as Demonstrações Financeiras do Banco Caixa Geral Angola, BCGA, referentes a exercício findo a 31 de Dezembro de 2024, as quais compreendem: (i) Balanço (ii) Demonstração dos Resultados (iii) Demonstração do Rendimento Integral (iv) Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (vi) Anexo às Demonstrações Financeiras, traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, do resultado e suas operações de alteração no capital próprio e no fluxo de caixa no período findo, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Mais se declara que o Relatório de Gestão referente a 31 de Dezembro de 2024, incluindo o Relatório de Governo Societário do BCGA, expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a situação do Banco e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que os mesmos se confrontam, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de Fevereiro de 2025.

Luanda, aos 14 de Fevereiro de 2025.

José Manuel Cerqueira (Presidente do Conselho de Administração)

Francisco Ravara Cary (1º Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Raquel da Costa David Vunge (2º Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Carlos Manuel Amaral de Pinho (3º Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Miguel Luís Manuel (Administrador não Executivo)

Helena Monteiro Jardim (Administradora Independente)




João Plácido Pires (Presidente da Comissão Executiva)


Francisco Rosado dos Santos (Administrador Executivo)


Manuel Nicolau Diogo (Administrador Executivo)


Francisco Oliveira da Silva (Administrador Executivo)


Ana Bravo Seabra (Administradora Executiva)



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral Angola, S.A.
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

Senhores Accionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos normativos do Banco Nacional de Angola e do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos emitir o Relatório anual sobre a acção fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Caixa Geral Angola, S.A. ("BCGA ou Banco"), as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de alterações no Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral e o respectivo Anexo com as Notas explicativas às Demonstrações Financeiras, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e sobre o Relatório de Governo Societário.

Para efeitos da emissão do presente parecer, acompanhámos a actividade do Banco, tendo recebido da Comissão Executiva e dos Serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados e desenvolvido, com a extensão que consideramos adequada, de entre outras, as seguintes actividades:

- ✓ Averiguámos a observância do cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ✓ Acompanhámos o Plano de Actividades e Orçamento do BCGA;
- ✓ Inteiramo-nos dos trabalhos de preparação da informação financeira e dos processos de encerramento das contas, tendo obtido da Direcção de Contabilidade os esclarecimentos solicitados no âmbito dos respetivos fechos de contas;
- ✓ Averiguámos sobre a evolução dos principais rácios prudenciais;
- ✓ Participámos nas reuniões do Conselho de Administração e acompanhámos as decisões tomadas pelo Comité de Auditoria e Controlo Interno e pelo Comité de Riscos
- ✓ Reunimos com a Comissão Executiva, com a Direcção de Auditoria Interna, com a Direcção de Gestão de Riscos, com a Direcção de Contabilidade, com o Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão e com o Gabinete de Suporte à Função *Compliance*, para acompanhamento dos aspectos mais relevantes da actividade destas estruturas e averiguar da eficácia do sistema de controlo interno instituído no Banco;


Mistério

- ✓ Reunimos com o Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI) para apreciação e discussão de assuntos de supervisão conjunta, incluindo relações com o Auditor Externo e com o processo de prestação de contas, com vista a eliminar redundâncias e conflitos de decisão e clarificar as suas complementaridades;
- ✓ Ainda numa óptica de harmonização do modelo de governação corporativa, em especial das funções de controlo interno, reunimos com a Comissão de Auditoria da empresa mãe – Caixa Geral de Depósitos;
- ✓ Inteiramo-nos dos principais desafios e actuais constrangimentos para o negócio, em geral no cumprimento do Plano Estratégico do Banco e em particular no que respeita aos impactos resultantes da crise pandémica e do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, nas actividades e na gestão de risco do Banco;
- ✓ Analisámos os principais riscos de imparidade nas carteiras de títulos e de crédito, tendo em particular acompanhado um leque de clientes perçecionados críticos em termos de risco de crédito;
- ✓ Apreciámos as actas das reuniões dos Órgãos Sociais;
- ✓ Acompanhámos os relatórios, pareceres, notificações e outras informações emitidas pelas autoridades de supervisão e fiscalização e discutimos o seu conteúdo e impacto na atividade e situação económica e financeira do BCGA;
- ✓ Inteiramo-nos dos trabalhos desenvolvidos no Banco pelo Auditor Externo e apreciamos o Relatório do Auditor Independente relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 emitido em Março de 2024, com o qual concordamos, tendo sido aprovado o correspondente Parecer do Conselho Fiscal relativo às contas desse exercício económico;
- ✓ O Conselho Fiscal teve presente o Relatório de avaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no BCGA e sobre os seus sistemas de governo e controlo interno por referência a 30 de Novembro de 2024 em cumprimento dos requisitos definidos no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal e emitiu o respetivo parecer em Dezembro de 2023;
- ✓ O Conselho Fiscal teve presente o Relatório de Governança do BCGA e sobre os seus sistemas de governo e controlo interno por referência a 31 de Dezembro de 2024 em cumprimento dos requisitos definidos no Aviso n.º 1/2022 e do Instrutivo 13 de 2022 do Banco Nacional de Angola e emitiu o respetivo parecer em Janeiro de 2025;
- ✓ O Conselho Fiscal preparou e emitiu, em Janeiro de 2025, o seu Parecer sobre a qualidade do sistema de controlo interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa por referência a 31 de Dezembro de 2024 em cumprimento dos requisitos definidos no Aviso n.º 2/2024 do Banco Nacional de Angola;



- ✓ O Conselho Fiscal aferiu o cumprimento das orientações legais em vigor para o Sector Bancário e as relativas ao Relatório de Governo Societário incluído nos documentos de prestação de contas. Verificou, ainda, que a informação sobre o governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos da legislação mobiliária e financeira em vigor.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão e Contas (demonstrações financeiras e anexo) do BCGA referentes ao exercício de 2024 e o respetivo Relatório do Auditor Independente, bem como o Relatório de Governo Societário, em conformidade com o artigo 145º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), e com o artigo 17º do Regulamento n.º 6/16 de 7 de junho da Comissão do Mercado de Capitais, o Guia de Boas Práticas de Governação Corporativa e a Lei n.º 14/21, Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras (LRGIF).

Tendo terminado no fim de 2024 o actual mandato do Auditor Externo, o Conselho Fiscal, no exercício das suas funções e com o suporte da Comissão de Auditoria e Controlo Interno e dos respectivos Órgãos de Estrutura, conduziu o processo de selecção do Auditor Externo, culminando com a sua proposta de recomendação aos Accionistas, a apresentar na Assembleia Geral de apreciação do relatório e contas de 2024, para selecção da EY como o Auditor Externo do BCGA para o quadriénio 2025-2028.

Assim, face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte **Parecer**:

- i) O Balanço em 31 de Dezembro de 2024, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações no Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral e as notas anexas às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, do resultado do período, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, face ao normativo contabilístico adoptado pelo BCGA;
- iii) O Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução no exercício dos negócios e da situação patrimonial e financeira do Banco, evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis; e,
- v) O Relatório de Governo Societário cumpre com as disposições legais aplicáveis, incluindo os elementos exigíveis ao Banco.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Comissão Executiva e dos Serviços e as conclusões e informações constantes no Relatório do Auditor Independente emitido sem reservas e sem ênfases, o Conselho Fiscal propõe que:

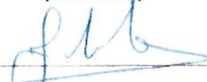
- i) seja aprovado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras, incluindo as respetivas notas do Anexo;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados
- iv) seja aprovado o Relatório do Governo Societário.

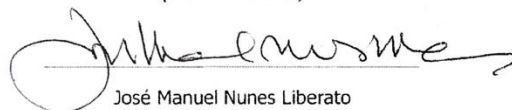
Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria e Controlo Interno, à Comissão de Riscos Financeiros e aos responsáveis das Direcções do Banco e aos demais colaboradores com quem contactou, bem como ao Auditor Independente, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Luanda, 28 de Fevereiro de 2025

O CONSELHO FISCAL


Nelson Efeingue Bernardo
(Presidente)


José M. Azevedo Rodrigues
(Vice-Presidente)


José Manuel Nunes Liberato
(Vogal)

Relatório do Auditor Independente



Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do
Banco Caixa Geral Angola, S.A.

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Caixa Geral Angola, S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1 091 317 413 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 171 274 053 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 50 104 090 milhares de Kwanzas), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Caixa Geral Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normais Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Torre X – Rua Manuel Fernandes Caldeira, n.º 5, 10º andar – Bairro dos Coqueiros, Luanda - República de Angola
Direct: (+244) 227 286 109/11 | www.pwc.com/ao
Cons. Reg. Com. Matricula Nr. 1998.57, NIF: 5401042426, Capital Social: 4.000.000,00

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada. Todos os direitos são reservados. Neste documento, "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada, a qual é uma firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited, sendo cada uma das firmas que a compõem uma entidade legal independente.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Perdas por imparidade de crédito a clientes	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas, 2.4.2, 3.1, 17 e 33 anexas às demonstrações financeiras do Banco</u>	
<p>A significativa expressão da rubrica de crédito a clientes, bem como as perdas por imparidade, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Banco no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("default"), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p> <p>Em 31 de Dezembro de 2024 o valor bruto de crédito a clientes ascende a 406 830 062 milhares de Kwanzas e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 15 103 870 milhares de Kwanzas.</p> <p>As perdas por imparidade de crédito a clientes são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa da carteira de crédito, sendo as restantes apuradas através de análise coletiva.</p> <p>Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Banco e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Banco desenvolve um processo de análise individual que inclui uma análise individual de <i>staging</i>, no sentido de corroborar a atribuição indicativa de <i>stage</i> automático (<i>stages</i> 1, 2 e 3), e uma análise individual de quantificação de imparidade (<i>stage</i> 3). O montante de imparidade apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tem por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro gerar para o cumprimento das suas responsabilidades – abordagem <i>going</i>; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzida dos custos inerentes à sua recuperação e venda – abordagem <i>gone</i>.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Banco para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para a carteira de crédito a clientes, bem como dos controlos chave referentes à aprovação, ao registo e monitorização do risco de crédito, e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade.</p> <p>Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Banco, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Banco na análise individual de <i>stage</i> e na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) formular o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Banco na sua metodologia.</p> <p>Assim, para uma amostra de exposições, extraída da população de crédito sujeita a análise individual pelo Banco em 31 de Dezembro de 2024, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a correspondência dos planos financeiros utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os respetivos contratos; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Banco; (iv) analisar as avaliações mais recentes desses colaterais; (v) examinar os critérios para determinação de aumento significativo do risco de crédito (<i>stage</i> 2) e em situação de imparidade (<i>stage</i> 3), numa base individual; (vi) rever a incorporação na análise da informação prospetiva; (vii) analisar os fluxos de caixa descontados subjacentes ao cálculo de imparidade (<i>stage</i> 3); (viii)</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Para as exposições não abrangidas pela análise individual no que concerne à avaliação do <i>staging</i> e ao cálculo das perdas esperadas de crédito, o Banco desenvolveu modelos de análise coletiva, à luz dos requisitos da IFRS 9, que incluem nomeadamente (i) a classificação das exposições em diferentes <i>stages</i> consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de relato (<i>stages</i> 1, 2 ou 3), (ii) o cálculo dos respetivos parâmetros de risco, tais como probabilidade de incumprimento e perda dado o incumprimento e (iii) o cálculo das perdas esperadas de crédito. Estes modelos baseiam-se na informação histórica interna de <i>defaults</i> e recuperações e, por forma a serem representativos do atual contexto económico e simultaneamente incorporarem uma perspetiva da evolução económica futura, também utilizam informação prospetiva disponível acerca de um conjunto de variáveis relevantes, tais como por exemplo (i) a taxa prevista de crescimento do PIB; (ii) a inflação e (iii) a evolução cambial do Kwanza face ao Dólar Americano. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento.</p> <p>Tendo em conta o exposto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Banco na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o <i>timing</i> do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.</p>	<p>apreciar a evolução das exposições; e (ix) compreender a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes e, quanto à previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.</p> <p>Sempre que concluimos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Banco, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências materialmente relevantes.</p> <p>Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco, tendo em conta para o efeito a informação histórica disponível sobre o desempenho e recuperações da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do Banco, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e de validação dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de <i>backtesting</i> dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de <i>default</i> do Banco e aos critérios aplicados na classificação de <i>staging</i>, em base de amostragem; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco, bem como a informação prospetiva disponível e sua atualização por via dos efeitos económicos estimados; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas para estimar as recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD ("<i>Loss Given Default</i>"), incluindo o teste das recuperações históricas incorporadas nesse apuramento, em base de amostragem; e (vii) recálculo das perdas esperadas ("<i>ECL</i>") para a carteira de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2024.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito a clientes, bem como as respetivas perdas por imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Activos e passivos por impostos correntes e diferidos	
<u>Mensuração e divulgações relacionadas com os activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentadas nas notas 2.9, 3.2 e 20 anexas às demonstrações financeiras do Banco</u>	
<p>No balanço do Banco em 31 de dezembro de 2024 os activos e passivos por impostos correntes totalizam 691 056 milhares de Kwanzas e 2 416 207 milhares de Kwanzas, respectivamente, e os passivos por impostos diferidos líquidos de activos por impostos diferidos ascendem a 4 300 546 milhares de Kwanzas. Na mesma data, a rubrica de passivos por impostos correntes diz respeito ao encargo com o Imposto Industrial e Imposto sobre aplicações de capitais ("IAC").</p> <p>A Lei n.º 26/20, de 20 de Julho veio estabelecer uma taxa de Imposto Industrial para as actividades do sector bancário de 35%, assim como novas regras com impactos relevantes na determinação do lucro tributável, entre as quais a exclusão da relevância fiscal no apuramento do lucro tributável (i) dos proveitos e custos com diferenças cambiais não realizadas e (ii) das imparidades/provisões constituídas sobre crédito com garantia, salvo na parte não coberta.</p> <p>Adicionalmente, o tratamento fiscal dos rendimentos obtidos em títulos de dívida pública transacionados em mercado primário e secundário possui um elevado grau de julgamento, especialmente no que respeita à sua tributação em sede de IAC ou de Imposto Industrial.</p> <p>O apuramento da estimativa de imposto corrente e do encargo com o IAC exige a aplicação de um conjunto de julgamentos complexos por parte do órgão de gestão no que diz ao entendimento da legislação fiscal sobre as matérias acima referidas, tendo nomeadamente presente o facto do Banco apenas ter sido alvo de inspecção por parte da AGT relativamente ao exercício de 2017, ano anterior ao da aplicação por primeira vez da Lei n.º 26/20.</p> <p>Atendendo à elevada complexidade das matérias, foram efectuados pedidos de esclarecimentos por parte da ABANC à AGT. No entanto, a esta data, não foram prestados esclarecimentos por parte da AGT que permitissem à gestão adaptar, em caso de necessidade, o procedimento actualmente em vigor.</p>	<p>No que respeita aos temas identificados que resultam da Lei n.º 26/20, os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e compreensão do tratamento fiscal dado pelo Banco a estas matérias, assim como foi testada a razoabilidade dos ajustamentos efectuados aos resultados contabilísticos para efeitos do apuramento da matéria colectável.</p> <p>No que respeita à exclusão da relevância fiscal no apuramento do lucro tributável das variações cambiais não realizadas, efectuámos uma revisão aos cálculos apresentados pelo Banco dos activos e passivos (i) com maturidade definida (análise realizada por carteira e considerando as datas de início e fim) e (ii) sem maturidade definida (análise realizada com base na evolução mensal de cada subconta e por moeda).</p> <p>No que respeita à exclusão da relevância fiscal das imparidades/provisões sobre crédito na parte coberta com garantia, efectuámos testes de razoabilidade aos ajustamentos apresentados pelo Banco, com particular incidência nos seguintes aspectos considerados relevantes para o conceito de crédito coberto por garantia: (i) identificação e análise do tipo de garantia associado ao crédito, (ii) evolução histórica do valor e da tipologia de garantia concedida pelos clientes, (iii) evolução da imparidade e (iv) evolução do valor do crédito em dívida.</p> <p>Procedemos à revisão do IAC tendo presente aquele que é o nosso conhecimento dos esclarecimentos prestados pela AGT relativamente à tributação dos rendimentos obtidos com a aquisição a desconto de títulos de dívida pública transacionados em mercado primário e secundário. Tivemos igualmente em consideração o entendimento da AGT em sede de inspecção ao exercício de 2017 e procedemos a uma análise de sensibilidade do impacto de uma decisão futura da AGT em alterar o procedimento que vigorou na inspecção ao exercício de 2017, nomeadamente ao nível do consumo de prejuízos fiscais reportáveis. Efectuámos uma revisão dos cálculos elaborados pelo Banco que suportam a recuperabilidade dos activos</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
De acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, o reconhecimento de activos por impostos diferidos pressupõe que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperação. Pela sua expressão no contexto das demonstrações financeiras do Banco e pelo grau de julgamento associado, apuramento dos impostos correntes e diferidos (ambos em sede de Imposto Industrial) e o apuramento do IAC constituem uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	por impostos diferidos à luz da sua interpretação da legislação fiscal, envolvendo, para o efeito, os nossos especialistas internos em matérias fiscais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relacionadas com os activos e passivos por impostos correntes e diferidos e sobre o Imposto sobre aplicações de capitais constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão e do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas actividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser

percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e de que o relatório de governo societário inclui os elementos previstos no artigo 17º do Regulamento n.º 6/16 de 7 de Junho da Comissão do Mercado de Capitais, nos termos do artigo 145º do Código dos Valores Mobiliários, que a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e que não apresenta incorrecções materiais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente o previsto no ponto iv) da alínea c) do n.º 1 da Instrução n.º 02/CMC/03-23, somos de parecer que o relatório de governo societário foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorrecções materiais.

28 de Fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010
Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista N.º 20120086



03

Relatório de
Governo Societário

Índice

Introdução

Declaração de acolhimento	230
---------------------------------	-----

A. Estrutura Accionista

Estrutura de capital	230
Participações qualificadas	232

B. Órgãos Sociais, Comissões e Comitês

Assembleia Geral	233
Conselho de Administração	235
Conselho Fiscal	246
Auditor Externo	249

C. Organização Interna

Estatutos	250
Comunicação de irregularidades	251
Controlo Interno e Gestão dos riscos	251
Apoio ao Investidor	264

D. Remunerações

Competências	266
Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais	266
Política de Remunerações dos Órgãos Sociais	266
Remunerações dos Órgãos Sociais	271

E. Transacções com partes relacionadas

Mecanismos e procedimento de controlo	273
Elementos relativos aos negócios	277
Anexo I	277
Avaliação das recomendações do Guia de Boas Práticas de Governo Societário	277
Página de Assinaturas	291

Introdução

O Banco Caixa Geral Angola, S.A. (doravante designado por “Banco”, “BCGA” ou “Sociedade”), elaborou o presente Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2024, (doravante “Relatório”), em conformidade com as exigências regulatórias exigidas às sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado. O Banco elaborou este Relatório em conformidade com a legislação mobiliária e financeira em vigor, nomeadamente, o Código dos Valores Mobiliários (CVM), o Regulamento n.º 6/16 de 7 de Junho da Comissão do Mercado de Capitais, o Guia de Boas Práticas de Governação Corporativa e a Lei n.º 14/21, Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras (LRGIF).

I. Declaração de acolhimento do Guia de Boas Práticas de Governação Corporativa

O BCGA enquanto sociedade anónima de capital aberto acolhe na sua estrutura e cumpre com a generalidade das recomendações previstas no Guia de Boas Práticas de Governação Corporativa.

O BCGA reconhece a importância e necessidade do cumprimento do referido Guia para o bom governo das sociedades e disponibiliza no seu site institucional, na secção “relação com investidores”, o Guia Anotado de Boas Práticas de Governação Corporativa.

A. Estrutura Accionista

I. Estrutura de capital

1. Estrutura do capital social

O capital social do Banco, integralmente subscrito e realizado, está fixado em mKz 60.000.000 sendo representado por 20.000.000 de acções da mesma categoria, ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de 3.000 Kwanzas. Estas acções, que representam 100% do capital social do Banco, conferem direitos idênticos, nomeadamente, direito à informação, direito a participar em Assembleia Geral (a cada 1000 acções corresponde um voto), direito de participação nos lucros, direito à partilha do património em caso de liquidação, direito de preferência na subscrição de novas acções (no âmbito de aumentos de capital por entradas em dinheiro), direito a receber novas acções (no âmbito de aumentos de capital por incorporação de reservas), direito de impugnar deliberações dos Órgãos Sociais.

No mês de aprovação do presente Relatório e de acordo com a informação fornecida pela BODIVA o número de Accionistas do Banco fixou-se em (1409). Deste número, 3 Accionistas são titulares de participações qualificadas, a Caixa Geral de Depósitos, os Accionistas

Jaime Freitas e António Mosquito. O remanescente 9,6% do capital social encontra-se disperso pelo mercado de bolsa entre Investidores individuais, colectivos e institucionais.

Na mesma data, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) mantém-se como accionista maioritário do Banco, detendo 51% do capital social e dos direitos de voto, o que equivale a 10.200.000 acções.

Os Accionistas Jaime Freitas e António Mosquito são, de forma individual, titulares de 19,94% e 19,5%, respectivamente, do capital social e dos direitos de voto do Banco, o primeiro possui 3.987.673 acções e o segundo, 3.900.000 acções.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das acções

Os estatutos do Banco não prevêm qualquer restrição à livre transmissibilidade das acções e nem limitações à sua titularidade.

3. Acções próprias

O BCGA não detém em carteira, acções próprias e não realizou transacções de acções próprias ao longo do exercício.

4. Acordos parassociais

Os Accionistas que detêm actualmente participações qualificadas no capital social do BCGA, celebraram em conjunto com os anteriores Accionistas SONANGOL EP e SONANGOL HOLDINGS, Lda., no ano de 2009, um acordo parassocial* que se encontra registado no Banco Nacional de Angola e na Comissão do Mercado de Capitais. Com a saída da SONANGOL EP e HOLDINGS da estrutura accionista do BCGA, após Oferta Pública de Venda de 5.000.000 de acções que detinham em conjunto, o referido acordo parassocial mantém-se em vigor para os Accionistas Caixa Geral de Depósitos, António Mosquito e Jaime Freitas.

* Até à aprovação do presente Relatório, os Accionistas titulares de participação qualificada, Caixa Geral de Depósitos, Jaime Freitas e António Mosquito, haviam actualizado o acordo parassocial celebrado em 2009.

5. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma Oferta Pública de Aquisição

O BCGA não é parte em acordos significativos, nomeadamente, acordos celebrados pela Sociedade que contenham cláusulas que visem constituir medidas defensivas à alteração de controlo accionista em caso de Ofertas Públicas de Aquisição.

A Sociedade não aprovou qualquer disposição estatutária, regras ou normas com vista a impedir o sucesso de Ofertas Públicas de Aquisição.

6. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas

A Sociedade, durante o exercício de 2024, não adoptou qualquer medida defensiva.

O Accionista Caixa Geral de Depósitos detém a maioria do capital social do Banco, possui concomitantemente, número de votos suficientes para exercer o domínio da Sociedade, sendo que não existe qualquer norma estatutária que preveja a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

7. Poderes especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

Não estão previstos e nem consagrados a nível dos estatutos da Sociedade, poderes especiais ao Órgão de Administração.

Os estatutos do Banco determinam competência exclusiva à Assembleia Geral de Accionistas para deliberar sobre aumentos ou reduções de capital.

8. Identificação dos accionistas titulares de direitos especiais

À data da aprovação deste Relatório não existem accionistas com direitos especiais na estrutura da Sociedade.

II. Participações qualificadas ou detidas por partes relacionadas**1. Pessoas singulares ou colectivas que, directa ou indirectamente, são titulares de participações qualificadas, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação**

O Código dos Valores Mobiliários estipula como limiar mínimo a cifra de 5% do capital social e dos direitos de voto para que as sociedades abertas identifiquem os accionistas com participação qualificada, o quadro abaixo indica os accionistas titulares de participação qualificada na Sociedade, percentagem de capital social e de votos imputáveis:

Accionistas	Acções detidas	% do Capital social	% Direito de voto
Caixa Geral de Depósitos	10 200 000	51%	51%
Jaime Freitas	3 987 673	19,94%	19,94%
António Mosquito	3 900 000	19,5%	19,5%

*Participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de Dezembro de 2024.



2. Número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e fiscalização

O quadro que se segue apresenta o número de acções do BCGA detidas pelos membros dos Órgãos Sociais:

Nome	Função	Acções detidas
Carlos Manuel Amaral de Pinho	3º Vice-Presidente do Conselho de Administração	5.176
João Manuel de Castro Plácido Pires	Presidente da Comissão Executiva	1.000

*Dados referentes a 31 de Dezembro de 2024.

3. Informação sobre a existência de relações directas ou indirectas entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

A Caixa Geral de Depósitos (CGD), detentora de 51% do capital social e dos direitos de voto da Sociedade desenvolve uma relação de negócio de banca correspondente com o Banco nomeadamente, mas não só, aceitando em depósito as disponibilidades em moeda estrangeira do BCGA.

Os Accionistas Jaime Freitas e António Mosquito detentores de 19,94% e 19,5%, respectivamente, do capital social e dos direitos de voto na Sociedade, têm uma relação de negócio com o Banco, nomeadamente em depósitos e outras aplicações financeiras.

O Accionista Jaime Freitas integra a Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais do Banco, na qualidade de vogal, enquanto que o Presidente desta Comissão é quadro da Caixa Geral de Depósitos. O estatuto da Sociedade determina que esta Comissão seja composta por três accionistas eleitos pela Assembleia Geral, a quem compete também a escolha do Presidente.

4. Participação dos accionistas em Assembleia Geral nos dez anos anteriores e cálculo da importância relativa das participações qualificadas, tendo em conta a média da participação accionista nos últimos cinco anos antes

Não aplicável.

B. Órgãos Sociais, Comissões e Comitês

I. Assembleia Geral

1. Composição da Mesa da Assembleia Geral com identificação e cargo dos membros da mesa e data de início e termo do mandato

Nos termos do disposto no artigo 14.º n.º 1 dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.



A Mesa da Assembleia Geral eleita para o triénio 2022-2024, tem a seguinte composição:

Presidente

Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto

Vice-Presidente

Benjamim Adérito da Silva Mosquito M'Bakassy

Secretário

Marília Makeba Figueira (*)

(*) Eleita em Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2023.

2. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, limitações ao exercício do voto e prazos impostos para o exercício do direito de voto

Nos termos dos estatutos do Banco, a cada 1.000 acções, corresponde um voto em Assembleia Geral.

Podem participar na Assembleia Geral, directamente ou através de representante, os Accionistas que forem titulares de acções que lhes confiram pelo menos um voto até às 18 horas do sexto dia útil de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral.

Os Accionistas sem direito de voto, isto é, titulares de menos de 1.000 acções, podem agrupar-se de forma a atingirem, entre si, o número mínimo exigido ou um número superior e fazer-se representar em Assembleia Geral por Pessoa com capacidade jurídica plena para tal.

A Sociedade não emitiu acções preferenciais sem direito de voto.

3. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital, na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

A Sociedade não determinou no seu Estatuto qualquer mecanismo de controlo à participação dos trabalhadores no seu capital, nem restrições em matéria de direitos de voto a qualquer categoria de accionistas.

Os trabalhadores do Banco puderam participar, em Setembro de 2022, na Oferta Pública Inicial do BCGA, adquirindo acções pelo preço final da oferta determinado pelo público em geral. Estas acções adquiridas pelos trabalhadores não foram alvo de qualquer restrição prévia, nem de acordos em termos dos seus direitos enquanto accionistas da Sociedade pela qual desenvolvem a sua relação laboral. Qualquer Investidor no mercado angolano é livre de adquirir acções em mercado secundário, não havendo para tal, quaisquer limitações estatutárias.

4. Indicação de percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 122.º do Código dos Valores Mobiliários

A Sociedade não estabeleceu limites máximos ao exercício do direito de voto por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem nas situações especificadas no artigo 122.º do Código dos Valores Mobiliários.

Cada accionista tem a liberdade de exercer o seu direito de voto sem limitações máximas para o efeito, o Estatuto determina apenas que a cada 1.000 acções corresponde um voto na Assembleia Geral e que as deliberações são tomadas por maioria simples dos votos expressos pelos accionistas presentes ou representados, sempre que a lei não exija maior número.

5. Identificação das deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

Os estatutos do Banco exigem a presença de accionistas detentores de mais de metade do capital social com direito a voto para que a Assembleia se possa reunir em primeira convocatória.

As deliberações, são geralmente e à luz dos estatutos da Sociedade, tomadas por maioria de votos emitidos pelos accionistas presentes ou representados em Assembleia Geral, sempre que a lei não exija maior número.

II. Conselho de Administração – Composição

1. Identificação do modelo de governo adoptado

O modelo de governo societário adoptado pelo Banco é um modelo dualista composto pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva (com vários comités especializados). O modelo de governo é ainda constituído pelo Conselho Fiscal. Nos termos dos Estatutos, a Sociedade possui uma Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais e três Comitês que reportam ao Conselho de Administração: Comité de Auditoria e Controlo Interno, Comité de Riscos e o Comité de Remunerações.

2. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, a eleição e destituição de membros deste Conselho é da exclusiva responsabilidade da Assembleia Geral.

Considerar-se-á que um Administrador incorre em falta definitiva quando o mesmo faltar a duas reuniões seguidas ou interpoladas, em cada exercício social, que não sejam consideradas justificadas pelo Conselho de Administração.

3. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efectivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

De acordo com o estatuto da Sociedade, o Conselho de Administração é constituído por um número ímpar de até onze membros, devendo o número de Administradores não Executivos ser superior ao de Administradores Executivos, Accionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral. O número de Administradores Independentes não deverá ser inferior ao que a Lei ou normas em vigor regularém.

O mandato dos membros do Conselho de Administração é de três anos, podendo ser reeleitos, salvo quando a lei não permitir a sua reeleição. Nos termos do estatuto da Sociedade nenhum membro de um Órgão Social, onde se incluem os membros do Conselho de Administração, poderão ser eleitos para mais de três mandatos completos e consecutivos, nem cinco mandatos completos e interpolados.

A composição do Conselho de Administração, no final do exercício a que este Relatório reporta, bem como as datas de designação e termo de mandatos, encontram-se no quadro abaixo:

Composição do Conselho de Administração	Início do Actual Mandato	Termo do Actual Mandato
José Manuel Cerqueira	16-06-2022	2024
Francisco Ravara Cary	22-12-2022	2024
Raquel Rute da Costa David Vunge	08-12-2022	2024
Carlos Manuel Amaral de Pinho	13-07-2022	2024
Miguel Francisco Luís Manuel	08-12-2022	2024
Helena Monteiro Jardim	12-05-2023	2024
João Manuel de Castro Plácido Pires	16-06-2022	2024
Francisco José Rosado dos Santos	15-06-2022	2024
Manuel Nicolau Pedro Diogo	03-06-2022	2024
Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva	16-06-2022	2024
Ana Margarida Bravo Seabra	02-08-2022	2024

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Membros não executivos:

1. José Manuel Cerqueira – Presidente do Conselho de Administração



2. Francisco Ravara Cary – 1.º Vice-Presidente
3. Raquel Rute da Costa David Vunge – 2.ª Vice-Presidente
4. Carlos Manuel Amaral de Pinho – 3.º Vice-Presidente
5. Miguel Francisco Luís Manuel – Administrador não Executivo (*)
6. Helena Monteiro Jardim– Administradora Independente (**)

(*) Exerceu a função de Administrador Independente até ao dia 08 de Dezembro de 2022, data a partir da qual passou a Vogal.

(**) Eleita em Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2023.

Membros executivos:

1. João Manuel de Castro Plácido Pires – CEO – Presidente da Comissão Executiva
2. Francisco José Rosado dos Santos – CFO
3. Manuel Nicolau Diogo – CRO
4. Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva - CCO
5. Ana Margarida Bravo Seabra – COO

5. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho de Administração estão disponíveis para consulta no site institucional do Banco.

6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com accionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos voto

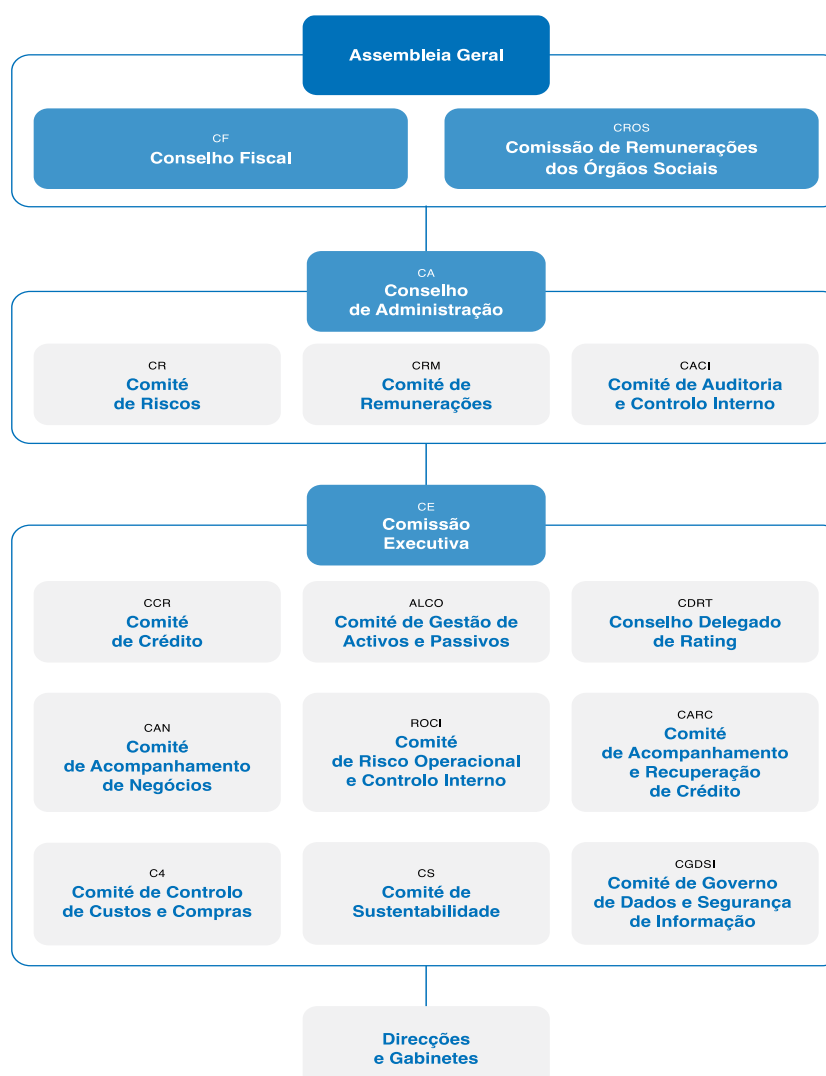
O quadro abaixo resume a relação existente entre os membros do Conselho de Administração com os accionistas detentores de participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto:

Membros do Conselho de Administração	Relação profissional ou comercial	Accionistas detentores de participação qualificada
Francisco Ravara Cary	Administrador Executivo	Caixa Geral de Depositos
Francisco José Rosado dos Santos	Quadro do Accionista Maioritário	Caixa Geral de Depositos
Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva	Quadro do Accionista Maioritário	Caixa Geral de Depositos

7. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários Órgãos Sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

De acordo com a estrutura actual do Governo da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável pelas decisões de carácter estratégico e organização interna da Sociedade. O Conselho de Administração delega numa Comissão Executiva, eleita em Assembleia Geral, os poderes para a gestão corrente dos negócios da Sociedade, regulando a forma de funcionamento deste órgão e a forma de exercício dos poderes delegados.

A estrutura do modelo de governação adoptado pela Sociedade consta do organograma *infra*:



O modelo de governo societário adoptado pela Sociedade é composto pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e seus comités e pela Comissão Executiva (com vários comités especializados). O modelo de governo é também constituído pelo Conselho Fiscal e pelo auditor

externo. Existe ainda a Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais designada pela Assembleia Geral.

A delegação pelo Conselho de Administração, da gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva não prejudica as competências estritas e exclusivas do Conselho de Administração, designadamente no que respeita (i) à definição e monitorização da estratégia de negócio e do risco associado, (ii) à definição da estrutura orgânica e funcional das instituições individuais e da estrutura empresarial do grupo financeiro, (iii) à concepção, avaliação periódica e revisão do sistema de controlo interno, (iv) à divulgação da informação legalmente prevista e (v) à aprovação de operações relevantes.

II. Conselho de Administração – Funcionamento

1. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração é disponibilizado a cada um dos seus membros aquando da sua eleição ou nomeação e pode ser consultado no site institucional do Banco.

2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas

Durante o exercício de 2024, o Conselho de Administração reuniu 13 (treze) vezes. O grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, está reflectido na tabela abaixo:

Cargo	Nome	Reuniões realizadas	Reuniões assistidas	Grau de Assiduidade
PCA	José Manuel Cerqueira (*)	13	12	92%
1º Vice-Presidente	Francisco Ravara Cary		13	100%
2º Vice-Presidente	Raquel David Vunge		13	100%
3º Vice-Presidente	Carlos Amaral Pinho		13	100%
Vogal não executivo	Miguel Luís Manuel		13	100%
Vogal não Executivo Independente	Helena Monteiro Jardim		13	100%
PCE	João Plácido Pires		13	100%
Vogal Executivo	Francisco Rosado Santos		13	100%
Vogal Executivo	Francisco de Oliveira da Silva (**)		11	85%
Vogal Executivo	Ana Margarida Bravo Seabra (***)		12	92%
Vogal Executivo	Manuel Nicolau Pedro Diogo		13	100%

(*) Ausente, por incompatibilidade de agendas; (**) Ausente, em formação, tendo delegado a sua representação no PCE; e (***) Ausente, em gozo de férias, tendo delegado a sua representação no PCE.

3. Indicação dos Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos



Nos termos dos estatutos da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS) a avaliação do desempenho e da adequação para o exercício de funções dos membros dos Órgãos de Administração, onde se incluem os Administradores Executivos, de Fiscalização, e dos titulares de funções ou cargos de gestão relevantes.

Anualmente a CROS elabora um relatório e o submete à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade para apreciação por parte dos accionistas do desempenho dos membros acima referidos.

4. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

Nos termos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, a adequação, para o exercício das respectivas funções, dos membros dos órgãos de administração das Instituições Financeiras Bancárias está sujeita à avaliação para o exercício do cargo antes e durante o decurso de todo o seu mandato, designadamente no que respeita ao cumprimento de requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência e disponibilidade, sempre em estrito cumprimento da política interna de selecção e avaliação dos membros de órgãos de administração e fiscalização e, bem assim, do Código do Governo das Instituições Financeiras Bancárias, conforme definido nos termos da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras.

Os requisitos acima indicados são verificados, em primeira linha, pelo Banco e, em segunda linha, pelo BNA, no âmbito do respectivo processo de autorização (aplicável sempre que se verifica uma alteração nos membros dos órgãos de administração).

O desempenho da Comissão Executiva do Banco é avaliado, anualmente, em Assembleia Geral, mediante proposta elaborada pela Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais (CROS), que avalia individualmente os membros dos Órgãos Sociais.

5. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Membros não executivos:

1. José Manuel Cerqueira (Presidente), residente em Luanda, Angola, não exerce, em simultâneo, cargos em outras empresas ou instituições dentro e fora do grupo;
2. Francisco Ravara Cary (1.º Vice-Presidente), residente em Lisboa, Portugal, desempenha actualmente os cargos de Vogal da Comissão Executiva da CGD, Presidente (Não Executivo) dos Conselhos de Administração das participadas da CGD Caixa - Banco de Investimento, S.A. (sociedade com sede em Portugal) e Banco Caixa Geral Brasil, S.A. (sociedade com sede no Brasil), Locarent, Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (sociedade com sede em Portugal);

3. Raquel Rute da Costa David Vunge (2.^a Vice-Presidente), residente em Luanda, República de Angola, funcionária da Sonangol EP;
4. Carlos Manuel Amaral de Pinho (3.^o Vice-Presidente), residente em Luanda, Angola, que desempenha também funções de Assistente Convidado da Universidade Católica de Angola e de Consultor financeiro (profissional liberal) no sector financeiro em Portugal, Angola e Polónia;
5. Miguel Francisco Luís Manuel (Vogal Não Executivo), residente em Luanda, Angola, que desempenha também os cargos de Assistente da Secretaria Para o Sector Produtivo da Casa Civil do Presidente da República de Angola, e ainda os seguintes cargos na Universidade Católica de Angola: Professor Auxiliar, Vogal Não Executivo do Conselho de Direcção da Católica Luanda *Business School* e, Assessor da Reitoria;
6. Helena Monteiro Jardim (Vogal não Executiva – Independente), residente em Luanda, Angola, desempenha também o cargo de Administradora na empresa Gemini – Gestão de Empreendimentos, S.A.

Os cinco Vogais Executivos são todos residentes em Angola.

À excepção do Administrador Manuel Nicolau Pedro Diogo, docente no Centro de Estudos Jurídico, Económico e Social, da Universidade Agostinho Neto e da Administradora Ana Margarida Bravo Seabra, que em representação do BCGA é Administradora não Executiva na EMIS-Empresa Interbancária de Serviços, S.A., os referidos Vogais não exercem, em simultâneo, cargos em outras empresas ou instituições dentro e fora do grupo.

6. Composição da Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Banco, eleita para o mandato 2022-2024, tem a seguinte composição:

1. João Manuel de Castro Plácido Pires (CEO), residente em Luanda, República de Angola;
2. Francisco José Rosado dos Santos (CFO), residente em Luanda, República de Angola;
3. Manuel Nicolau Pedro Diogo (CRO), residente em Luanda, República de Angola;
4. Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva (CCO), residente em Luanda, República de Angola;
5. Ana Margarida Bravo Seabra (COO), residente em Luanda, República de Angola.

II. Conselho de Administração – Comissões e Comitês

1. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento



Para além da Comissão Executiva e da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, o Banco, em cumprimento com a Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras e dos normativos do Banco Central, constituiu três Comitês Especializados: (i) Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI); (ii) Comité de Riscos (CR) e (iii) Comité de Remunerações (CRM), que devem reportar ao Conselho de Administração, cabendo a este a nomeação dos seus membros, com a seguinte composição:

- a) CACI: composto por 3 a 5 membros, integrando membros do Conselho de Administração que não integram a Comissão Executiva, incluindo preferencialmente um membro independente do Conselho de Administração e gestores com funções de gestão relevantes com conhecimentos técnicos que possam potenciar as funções atribuídas ao Comité (Regulamento aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de Fevereiro de 2022);
- b) CR: composto por 3 a 5 membros do Conselho de Administração, que não integram a Comissão Executiva (Regulamento aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de Março de 2022);
- c) CRM: composto por 3 a 5 membros, dentre administradores não executivos ou membros do Conselho Fiscal (Regulamento aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de Março de 2022).

Os regulamentos de funcionamento das comissões e dos comités acima referidos podem ser consultados no site institucional do Banco, em www.caixaangola.ao.

2. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências

A. Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída por 5 Administradores Executivos, é responsável pela gestão corrente da Sociedade e poderá exercer os poderes que o Conselho de Administração entenda por necessários ou convenientes e que não se incluam nas suas competências estritas.

A Comissão Executiva só pode deliberar validamente estando presentes a maioria dos seus membros, não sendo admitida a representação. Cada Administrador tem direito a um voto e o Presidente tem voto de qualidade, em caso de empate nas votações.

À Comissão Executiva cabe acompanhar, de uma forma continuada, a evolução dos negócios da Sociedade, devendo tomar ou propor atempadamente as medidas que se mostrem necessárias para garantir a operacionalidade de todos os órgãos de estrutura e serviços da Sociedade, procurando a máxima racionalização e a garantia de adequado e eficaz suporte às áreas geradoras de negócios.

Durante o exercício de 2024, a Comissão Executiva realizou 61 reuniões, constando todas de acta arquivada com todos os suportes.



Para que a Comissão Executiva possa desempenhar as funções que lhe estão cometidas, e sem prejuízo da competência do Conselho de Administração para deliberar sobre os mesmos assuntos, estão-lhe delegados os mais amplos poderes permitidos na lei e no Estatuto, que constam da Delegação de Competências e Regulamento de Funcionamento aprovado pelo Conselho de Administração do dia 27 de Setembro de 2022.

B. Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS), composta por 3 (três) Accionistas eleitos pela Assembleia Geral, tem como competências:

- I. Estudar e propor à Assembleia Geral os critérios, parâmetros e métodos de cálculo da política de remuneração dos órgãos sociais;
- II. Efectuar a avaliação do desempenho e da adequação para o exercício de funções dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções ou Cargos de Gestão Relevantes.

No exercício de 2024, a CROS teve a seguinte composição, eleita em Assembleia Geral para o triénio 2022-2024:

- I. Caixa Geral de Depósitos, que preside, representada em 2024 pelo Senhor Francisco Xavier Soares Albergaria Aguiar;
- II. José Jaime de Sousa Agostinho Freitas – Vogal;
- III. Fidelidade Angola, Companhia de Seguros S.A., representada pelo Senhor Luís Filipe Mateus Alves (*).

(*) Fidelidade Angola, S.A., eleita em Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2023 em substituição da SONANGOL, EP.

C. Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI)

As competências do Comité de Auditoria e Controlo Interno resultam da agregação das atribuições que na lei e no Estatuto competem ao Comité de Controlo Interno e ao Comité de Auditoria.

Sem prejuízo das competências legais atribuídas ao Conselho Fiscal e das competências do Comité de Riscos, compete em geral ao CACI:

1. Assegurar a formalização e operacionalização de um sistema de prestação de informação eficaz, devidamente documentado, incluindo o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras;

2. Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas do BCGA;
3. Rever todas as informações de cariz financeiro para publicação ou divulgação interna, designadamente as contas anuais do BCGA;
4. Fiscalizar a independência e a eficácia da auditoria interna, aprovar e rever o âmbito e a frequência das suas acções e supervisionar a implementação das medidas correctivas propostas;
5. Supervisionar a actuação da função de Compliance;
6. Supervisionar a actividade e a independência dos auditores externos;
7. Desempenhar as demais funções atribuídas ao Comité de Auditoria e ao Comité de Controlo Interno, pelas normas legais e regulamentares aplicáveis e pelas políticas, regulamentos e demais normativos em vigor no BCGA.

D. Comité de Riscos (CR)

O Comité de Riscos é responsável por auxiliar e aconselhar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a gestão de todos os riscos, financeiros e não financeiros, do BCGA, incluindo:

1. Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco e a estratégia de riscos gerais do BCGA, actuais e futuras;
2. Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da execução da estratégia de risco do BCGA;
3. Analisar se as condições dos produtos e serviços oferecidos aos clientes têm em consideração o modelo de negócio e a estratégia de risco do BCGA e apresentar ao Conselho de Administração um plano de correcção, quando daquela análise resulte que as referidas condições não reflectem adequadamente os riscos;
4. Examinar se os incentivos estabelecidos na política de remuneração do BCGA têm em consideração o risco, o capital, a liquidez e as expectativas quanto aos resultados, incluindo as datas das receitas;
5. Em articulação com o Comité de Auditoria e Controlo Interno, avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno do BCGA;
6. Analisar a adequação da afectação dos recursos à gestão dos riscos;

7. Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a actividade do BCGA, financeiros e não financeiros, designadamente: risco de crédito e risco de contraparte; risco residual; risco de concentração; risco de titularização; risco de mercado; risco de taxa de juro; risco operacional; risco de liquidez; risco de alavancagem excessiva e ainda de negócio e estratégia, de IT, de compliance e de reputação;
8. Aconselhar o Conselho de Administração sobre as políticas genéricas do BCGA, actuais e futuras, relativas à assunção, gestão, controlo, cobertura e factores de redução de risco;
9. Desempenhar as demais funções atribuídas ao Comité de Riscos, pelas normas legais e regulamentares aplicáveis e pelas políticas, regulamentos e demais normativos em vigor no BCGA.

E. Comité de Remunerações (CRM)

Compete ao Comité de Remunerações, sem prejuízo de outras competências previstas na lei, (i) formular juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração dos colaboradores em geral e daqueles que são titulares de funções de controlo e gestão de risco e demais titulares de funções de gestão relevantes e sobre os incentivos criados, para efeitos de gestão de riscos, de capital e de liquidez e (ii) preparar as decisões relativas à remuneração, incluindo as decisões com implicações em termos de riscos e gestão dos riscos, que devam ser tomadas pelo órgão social competente.

No desempenho das suas competências, deve o Comité de Remunerações prestar apoio e aconselhamento ao Conselho de Administração no que respeita à concepção de uma política de remuneração consentânea com os princípios estabelecidos na regulamentação bancária, em linha com a política adoptada ao nível do Grupo CGD, cabendo-lhe:

1. Emitir parecer sobre a proposta de política de remuneração dos colaboradores do BCGA;
2. Assegurar que a política de remuneração referida na alínea anterior tem em devida consideração os direitos e interesses de longo prazo dos accionistas, dos clientes e outros interessados, bem como o interesse público e que é aplicada e cumprida relativamente a todos aqueles a quem é dirigida;
3. Acompanhar o processo de identificação dos colaboradores cujas actividades profissionais têm um impacto significativo no perfil de risco do BCGA, em perímetro individual e consolidado;
4. Fiscalizar directamente a remuneração dos colaboradores que desempenham funções de controlo e formular recomendações sobre a concepção do pacote de remuneração e os montantes de remuneração a pagar aos quadros superiores que exerçam essas funções;

5. Desempenhar as demais funções atribuídas ao CRM, pela regulamentação bancária e normas legais e regulamentares aplicáveis e pelas políticas, regulamentos e demais normativos em vigor no BCGA;
6. Tomar conhecimento das comunicações, designadamente de autoridades de supervisão, que respeitam ao âmbito de competências que lhe estão atribuídas.

No exercício de 2024, o CACI realizou 21 reuniões, o CR 11 reuniões e o CRM, 5 reuniões.

III. Fiscalização – Composição

1. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efectivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro

A fiscalização da actividade social do Banco compete, nos termos dos Estatutos, a um Conselho Fiscal composto por um número ímpar de até 5 membros, maioritariamente independentes em número não inferior a 3, dos quais pelo menos um deverá ser perito contabilista, e eleitos pela Assembleia Geral da Sociedade para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos dentro dos limites estatutários.

A Assembleia Geral deve designar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Fiscal. Se o Presidente do Conselho Fiscal cessar, por qualquer motivo, as suas funções antes de terminar o período para o qual foi designado ou eleito, os outros membros do Conselho Fiscal escolhem um deles para desempenhar aquele cargo até ao fim do período referido.

O Conselho Fiscal do Banco, eleito para o mandato 2022-2024, tem a seguinte composição (*):

- I. Nelson Efeingue Bernardo – Presidente;
- II. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues – Vice-Presidente;
- III. José Manuel Nunes Liberato – Vogal.

Composição do Conselho Fiscal	Início do Actual Mandato	Termo do Actual Mandato
Nelson Efeingue Bernardo	03-06-2022	2024
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues	03-06-2022	2024
José Manuel Nunes Liberato	03-06-2022	2024

(*) João Pacheco Sales Luís, vogal eleito para o mandato 2022-2024, renunciou ao cargo por carta de 24/05 de 2023.

2. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes

- I. Nelson Efeingue Bernardo;



II. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues;

III. José Manuel Nunes Liberato.

3. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal estão disponíveis para consulta no site institucional do Banco.

III. Fiscalização – Funcionamento e competências

1. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

Os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal podem ser consultados no site institucional do Banco, em www.caixaangola.ao.

2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho Fiscal às reuniões realizadas

Durante o exercício de 2024, o Conselho Fiscal reuniu 22 vezes. O grau de assiduidade de cada membro do Conselho Fiscal, está reflectido na tabela abaixo:

Cargo	Nome	Realizadas	Assistidas	Grau de Assiduidade
Presidente	Nelson Efeingue Bernardo	22	22	100%
Vice-Presidente	José Azevedo Rodrigues		22	100%
Vogal	José Nunes Liberato		22	100%

3. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

- I. Nelson Efeingue Bernardo (Presidente), residente em Angola, desempenha também o cargo de Consultor da Administração para o Programa de Alienação de Activos da Sonangol, no âmbito do PROPRIV;
- II. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues (Vice-Presidente), residente em Portugal, desempenha também o cargo de *Partner* da ABC-Azevedo Rodrigues, Batalha Costa & Associados, SROC, Lda. e é Presidente da CNC-Comissão de Normalização Contabilística de Portugal;
- III. José Manuel Nunes Liberato (Vogal), residente em Portugal, desempenha também os cargos de Assessor do Conselho de Administração da Fundação Champalimaud (com sede em Portugal), Vogal do Conselho Fiscal do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (sociedade

com sede em Moçambique) e Presidente do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico, S.A.R.L. (sociedade com sede em Cabo Verde), dois Bancos do Grupo CGD.

4. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

De acordo com os estatutos do Banco, compete ao Conselho Fiscal, mediante recomendação do Comité Especializado de Auditoria e Controlo Interno, propor à Assembleia Geral a aprovação de um auditor externo, registado na Comissão de Mercado de Capitais, que proceda à auditoria das contas do Banco.

5. Outras funções atribuídas ao Conselho Fiscal

São atribuições do Conselho Fiscal da Sociedade:

1. Fiscalizar a Administração da Sociedade;
2. Zelar pela observância da lei e do contrato de Sociedade;
3. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
4. Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores por ela recebidas em garantia, depósito ou outro título;
5. Verificar a exactidão do balanço e da demonstração dos resultados;
6. Verificar se os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
7. Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;
8. Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respectiva mesa o não faça;
9. Aprovação do auditor externo registado na CMC, mediante recomendação do Comité de Auditoria e Controlo Interno; e
10. Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de Sociedade.

O perito contabilista ou o contabilista, que seja membro do órgão de fiscalização, tem, especialmente e sem prejuízo da actuação dos outros membros, o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais das contas.

O Conselho Fiscal deve reunir, pelo menos, uma vez por trimestre, sem prejuízo de o respectivo presidente poder convocar reuniões sempre que o entenda necessário. As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria, devendo os membros que delas discordarem fazer constar da acta os motivos da sua discordância, sendo que, em caso de empate nas deliberações, o Presidente do Conselho Fiscal tem voto de qualidade.

De cada reunião deve ser lavrada acta, no livro respectivo, a qual deve ser assinada por todos os que nela tiverem participado e incluir sempre a menção dos membros presentes na reunião, bem como um resumo das deliberações aprovadas e das verificações mais relevantes realizadas pelo órgão de fiscalização ou por qualquer dos seus membros.

IV. Auditor Externo e Perito Contabilista

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio perito contabilista que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respectivo número de registo na CMC

O Auditor Externo designado pela Sociedade é a PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda., com sede na Torre X, Rua Manuel Fernandes Caldeira, n.º 5, 10º andar, Bairro dos Coqueiros, Luanda, representada por Ricardo Santos (perito contabilista com cédula n.º 20120086).

Número de registo do Auditor Externo na CMC: 002/SAE/DSEA/CMC/01-2016.

2. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respectivo sócio perito contabilista que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do grupo

O Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda., foi designado pelo Banco para o quadriénio 2021-2024. Exerce, deste modo, as suas funções na Sociedade há quatro anos.

3. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respectivo sócio perito contabilista que o representa no exercício dessas funções

De acordo com a lei e com os estatutos da Sociedade, o Auditor Externo apenas poderá exercer as suas funções no Banco por um período não superior a 4 anos.

4. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

A avaliação do Auditor Externo é feita pelo Comité de Auditoria e Controlo Interno do Banco, responsável pela avaliação anual dos serviços prestados pelo Auditor Externo.

5. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação



- Revisão da veracidade e adequação do Relatório Anual sobre o Sistema de Controlo interno e Revisão Completa das Demonstrações Financeiras anuais com referência a dezembro de 2023;
- Serviços de Auditoria Forense;
- Apoio ao Conselho Fiscal para emissão de parecer sobre branqueamento de capitais previsto na alínea c) do n.º 4 do artigo 43.º do Aviso n.º 2/2024;
- Preparação do Relatório de informação adicional do Auditor Externo sobre o conjunto de informação de natureza contabilística prevista no número 1 do artigo 19º do Aviso 12/2023, de 4 de Dezembro;
- Prestação de serviços de garantia limitada de fiabilidade de Salvaguarda de bens de clientes, conforme previsto no regulamento nº1/2015 da Comissão do Mercado de Capitais;
- Bolsa de horas de manutenção evolutiva SIRIS;
- Projecto de adaptação da solução SIRIS para incorporação do reporte de Direitos Creditórios ao Banco Nacional de Angola, no âmbito dos reportes CIRC;
- Formação sobre técnicas de vendas e negociação.

6. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade ao Auditor

O montante pago pela Sociedade ao Auditor no ano de 2024 encontra-se discriminado na tabela abaixo:

31-12-2024		
Pela Sociedade - PwC AO e PT	Valor	%
Valor dos serviços de revisão de contas (Kz)	357 287 978	60%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (Kz)	12 339 651	2%
Valor de outros serviços que não de revisão de contas (Kz)	223 843 274	38%
Total em Kwanzas	593 470 903	100%

C. Organização Interna

I. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

Nos termos do contrato da Sociedade, a alteração dos estatutos do Banco depende de uma deliberação da Assembleia Geral da Sociedade nesse sentido. Nos termos do disposto no artigo 10.º dos Estatutos do Banco, a Assembleia Geral é formada pelos seus accionistas com direito de voto, sendo que a cada 1.000 acções corresponde um voto, podendo os accionistas possuidores de um número de acções inferior agrupar-se de forma a reunirem, entre si, o número necessário ao exercício do direito de voto, devendo fazer-se representar para o efeito.



II. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

Tendo como foco o reforço dos princípios da transparência no desenvolvimento das actividades do Banco, em linha com os ditames da Política de Denúncias de Irregularidades (*Whistleblowing*), encontra-se implementado o canal de denúncia de práticas irregulares com uma linha telefónica interna e externa direccionada à Direcção de Compliance do BCGA, assim como a disponibilização, para o público em geral, no site institucional do Banco, de um *link* de submissão de denúncias de práticas irregulares.

O Sistema de Denúncia de Práticas Irregulares, SDPI, é um meio disponibilizado pelo Banco Caixa Geral Angola, para reporte de práticas irregulares alegadamente ocorridas no âmbito da actividade do Banco, estando disponível através dos seguintes meios:

Telefone: +244 226 424 495

Formulário web: <https://www.thornhill.co.za/kpmgfaircallreportbcga>

E-mail: faircall@kpmg.co.za

O SDPI, implementado pelo BCGA, tem os seguintes objectivos:

1. Detectar antecipadamente potenciais problemas, fomentando uma atitude preventiva, correctiva e uma cultura de integridade;
2. Disponibilizar um canal de comunicação complementar que permita a comunicação voluntária e confidencial, dos factos e indícios relativos aos domínios estabelecidos;
3. Reduzir custos e evitar prejuízos por não conformidade com normas legais, regulamentares ou de conduta, protegendo os interesses legítimos de todos os stakeholders;
4. Definir e regular os procedimentos que devem ser seguidos pelos colaboradores e stakeholders desde a ocorrência até ao reporte de uma situação através do SDPI;
5. Reforçar uma reputação de transparência e alinhar com as melhores práticas internacionais em matéria de governo societário.

III. Organização Interna – Controlo Interno

1. Principais elementos dos sistemas de controlo interno implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A existência de um sistema de controlo interno eficaz, que garanta uma actuação, por parte do Banco, de acordo com as leis em vigor, regulamentos, instruções, avisos, normativos internos e externos,

com realce para os estabelecidos pelas Entidades Reguladoras do Mercado, constitui um dos principais desígnios do BCGA, enquanto Sociedade Aberta, dentro do Sistema Financeiro Angolano.

Com a materialização da Oferta Pública Inicial, ocorrida em Setembro de 2022, o Banco tornou-se numa Sociedade Aberta, cotada em bolsa, com acrescidas responsabilidades de reporte financeiro e societário, quer ao mercado quer à entidade que o regula e supervisiona.

A Direcção de Compliance do BCGA, a par de outros órgãos de estrutura, nomeadamente a Direcção de Auditoria Interna e a Direcção de Contabilidade garantem a conformidade do BCGA às exigências acrescidas de reporte de informação financeira.

O Banco enquanto sociedade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação divulga periodicamente ao mercado, por intermédio dos seus órgãos de estrutura criados e competentes para o efeito, um conjunto de informações de cariz financeiro e societário sob supervisão do Órgão de Administração e da Direcção de Compliance, responsável por identificar, divulgar e assegurar a conformidade dos processos do Banco em relação às normas legais e regulamentares emanadas pelas autoridades competentes.

2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

O Banco possui na sua estrutura orgânica uma Direcção de Auditoria Interna, que tem como principais funções, as seguintes:

1. Contribuir para uma cultura de controlo interno em todas as Unidades e Órgãos de Estrutura do BCGA através de uma atitude proactiva e pedagógica;
2. Avaliar a adequação dos processos em que assenta o funcionamento do BCGA, face às políticas, prioridades e planos estratégicos definidos, propor eventuais medidas correctivas e acompanhar a sua implementação;
3. Avaliar a eficácia dos Sistemas de gestão e de mediação dos riscos;
4. Verificar o cumprimento das normas e da legislação e regulamentação externas que regem a actividade;
5. Avaliar a integridade, fiabilidade e tempestividade da informação de gestão e da informação financeira de natureza prudencial, em base individual e em base consolidada, reportada periodicamente às Entidades de Supervisão e colocada à disposição do Órgão de Administração, do Órgão de Fiscalização e dos Órgãos de Gestão;
6. Avaliar o grau de eficiência no uso dos recursos materiais e humanos afectos, e identificar à actividade;

7. Coordenar as actividades de auditoria interna com as restantes Funções de Controlo – Função de Gestão de Riscos e Função de *Compliance* – considerando as respectivas funções, responsabilidades e competências, de forma a minimizar a duplicação de esforços e assegurar uma cobertura adequada dos riscos;
8. Cooperar e partilhar informação com Entidades de Supervisão, de Fiscalização e Auditor Externo, de modo a assegurar um adequado grau de cobertura dos riscos e otimizar ou complementar as acções desenvolvidas;
9. Assegurar a realização de reuniões periódicas com as restantes Funções de Controlo com vista ao reforço da articulação e partilha de informação relativamente às matérias da competência de cada uma das funções e ainda, para criação de sinergias e alinhamento entre as respectivas actividades;
10. Prestar de imediato informação à Função de Auditoria Interna do Grupo e aos Órgãos de Administração e de Fiscalização sobre questões de controlo, de risco, de governação e outras, com relevância e/ou impacto material nas actividades do BCGA;
11. Certificar as deficiências de controlo interno, nos termos definidos na Política de Gestão das Deficiências de Controlo Interno e reportar aos Órgãos de Administração e de Fiscalização e à Função de Auditoria Interna do Grupo o resultado das acções de seguimento das recomendações efectuadas;
12. Realizar avaliações, averiguações e revisões, quando solicitadas pelos Órgãos de Administração e de Fiscalização;
13. Prestar serviços de auditoria interna a entidades do Grupo, no âmbito da sua actividade individual;
14. Participar na elaboração e manutenção do Manual de Auditoria Interna com as políticas e os procedimentos para orientar o exercício da Função de Auditoria Interna.

A Direcção de Auditoria Interna por força de regulamentos e de normativos internos reporta directamente ao Comité de Auditoria e Controlo Interno, desde Julho de 2022.

O BCGA adoptou uma estrutura de gestão de riscos e controlo interno baseada no modelo das “Três linhas de defesa”. O papel da Função de Auditoria Interna enquanto terceira linha de defesa é independente da primeira e da segunda linhas. A monitorização ou testes assegurados pela Função de Auditoria Interna, ainda que semelhantes com outros efectuados pela primeira ou segunda linhas de defesa, é realizada como parte da avaliação independente da terceira linha de defesa e não deve ser considerada pelo Órgão de Administração como substituto ou complemento das responsabilidades da primeira ou segunda linhas de defesa.

3. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

A Direcção de Auditoria Interna reporta directamente ao Comité de Auditoria e Controlo Interno e mantém linhas de reporte directo com o Órgão de Administração e com o Órgão de Fiscalização, bem como com a Função de Auditoria Interna do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Apresenta numa primeira instância, as suas propostas ao Comité de Auditoria e Controlo Interno para deliberação, sendo depois submetidas à Comissão Executiva do Banco para conhecimento e execução.

4. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da actividade

A gestão de riscos no BCGA compreende as responsabilidades pelo acompanhamento e controlo de todos os riscos financeiros e não financeiros materiais incorridos pelo Banco, que abaixo se apresentam:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de liquidez e taxa de juro;
- c) Risco de mercado e cambial;
- d) Risco operacional e reputacional;
- e) Risco climático e ambiental;
- f) Risco de solvência.

No exercício de 2024 a gestão dos riscos, segregada entre riscos financeiros e riscos não financeiros, desenvolveu-se conforme abaixo detalhado:

Risco de crédito:

O Risco de crédito é um Risco que apresenta uma materialidade elevada, tendo em 2024 ficado classificado na autoavaliação do perfil de risco, como um risco muito material. Esta classificação resulta essencialmente dos impactos a que o Banco está exposto no risco de incumprimento, por outro lado, do nível de concentração da carteira no top 20 clientes que se mantém elevado.

Considerando os aspectos acima elencados, o acompanhamento do risco de crédito é no BCGA um factor fundamental para a manutenção da carteira de crédito em níveis de risco aceitáveis.

O BCGA mantém o acompanhamento reforçado da sua carteira de crédito sendo este efectuado em cinco grandes indicadores sobre a carteira:

1. Evolução da carteira de crédito;
2. Evolução da carteira de garantias;
3. Evolução dos níveis de imparidade da carteira de crédito;



4. Evolução da carteira de crédito em incumprimento (NPL).

A carteira de crédito do BCGA patrimonial apresenta uma evolução positiva, quando comparada com o fecho de 2023. Em 2024 fixou-se em Kz 407 mil milhões, que corresponde a um crescimento de 11%, justificado pelo facto de o Banco ter conseguido contratar novas operações de crédito de montantes significativos, em moeda estrangeira, e em moeda nacional principalmente no âmbito de apoio à economia real.

Os níveis de concentração da carteira de crédito mantêm-se elevados, à semelhança dos exercícios passados. Mais de 50% do total da carteira de crédito financeiro mantém um rácio de concentração acima de 40%. Existe reconhecimento ao nível da gestão do banco, do risco de concentração, estando o BCGA a intensificar acções de diversificação da carteira tais como a promoção e lançamento de vários produtos com vista à contratação de novos clientes e operações de crédito, análise dos perfis dos clientes e identificação de necessidades dos clientes de bom risco e abordagem aos mesmos, entre outras acções com vista à diversificação da carteira, e é neste sentido que têm sido conduzidas as acções comerciais.

A Direcção de Gestão de Risco do BCGA (DGR) acompanha mensalmente o grau de concentração da carteira de crédito em Comité de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, sob várias dimensões, com principal enfoque nos limites definidos, designadamente: exposição da concentração dos vinte maiores devedores (clientes ou grupos); distribuição da exposição dos 20 maiores devedores e comparação com o limite regulamentar de 25% do Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

O BCGA mantém uma política de apoio e de financiamento à economia dentro do quadro possível e da liquidez disponível. O aumento do crédito observou-se essencialmente no segmento de empresas, tanto para projectos de médio-longo prazo, como para curto prazo, no apoio à tesouraria e na abertura de cartas de crédito para a importação. A política de concessão de crédito mantém-se prudente, levando-se sempre em consideração o nível de risco do cliente (*rating* ou *scoring*, consoante o segmento) e a existências de colaterais.

O nível de colaterais é confortável face ao total da carteira de crédito. O total de garantias brutas cobre mais de 320% do total da carteira de crédito e as garantias líquidas de *haircut* cobrem mais de 86% do total do crédito. Os colaterais são actualizados mensalmente e acompanhados por tipologia.

É igualmente efectuado o cálculo e acompanhamento da imparidade da carteira de crédito, sendo que a mesma se encontra ajustada face ao nível de risco da carteira e às garantias apresentadas.

A metodologia de cálculo de imparidade dos instrumentos financeiros do BCGA encontra-se alinhada com as normas de relato financeiro nas IFRS 9 e, igualmente alinhado com as políticas corporativas do Grupo CGD.



A imparidade constituída para a carteira de crédito reflecte o nível de risco da carteira, não tendo sido observado em 2024, desvios materialmente relevantes em todas as validações efectuadas nos processos de auditoria. A imparidade da carteira de crédito apresentou-se com algumas oscilações, fruto das saídas de operações em incumprimento e dos aumentos de exposições em incumprimento por via de reestruturações, mantendo-se, entretanto, na ordem dos Kz 15 mil milhões.

Risco de liquidez:

A gestão do risco de liquidez no BCGA é desenvolvida em conformidade com a legislação e regulamentação localmente aplicáveis e com a Política Interna/Corporativa de Gestão do Risco de Liquidez em conformidade com as boas práticas nesta matéria.

No BCGA a gestão do risco de liquidez abrange diversos horizontes temporais, incluindo o intradiário, por forma a garantir uma posição de liquidez adequada a todo o momento.

O processo de identificação e medição do risco assenta numa estrutura robusta de projecção exaustiva dos fluxos de caixa decorrentes dos activos, passivos e posições extrapatrimoniais, e compreende diversas dimensões, incluindo, entre outras:

- a) Um programa abrangente de medição do risco de liquidez integrado na estratégia de gestão de liquidez e nos planos de contingência do Banco, e que inclui:
 - i) Uma metodologia de medição e reporte de necessidades de financiamento através da projecção de fluxos de caixa contratuais e contingentes;
 - ii) A manutenção de um *stock* de activos líquidos não onerados de elevada qualidade que possam ser rapidamente convertidos em numerário, dentro de um curto espaço de tempo e sem perda significativa de valor, durante um período de tensão de liquidez.
- b) Um plano de financiamento de contingência determinado em função dos resultados dos exercícios de testes de esforço de liquidez, e que se pretende eficaz na gestão de qualquer indício de risco de financiamento e de liquidez de mercado;
- c) A definição de limites internos e controlos consistentes com a tolerância ao risco do Banco.

O acompanhamento e o controlo do risco de liquidez, são desenvolvidos pela DGR, efectuando a análise regular dos indicadores de evolução dos níveis de liquidez do Banco para identificação tempestiva de desvios e para a realização de medidas preventivas e correctivas, quando necessário.

Quanto ao acompanhamento e controlo do risco de liquidez, a DGR acompanha os seguintes indicadores:

- Evolução do financiamento;
- Concentração do financiamento por contraparte;
- Financiamento por tipo de produto e moeda;



- Maturidade do financiamento;
- Rácio de transformação;
- Gaps de liquidez (contratual e estrutural);
- Limites de exposição por contraparte (análise da exposição às 20 maiores contrapartes e aos 20 maiores grupos);
- Rácio de cobertura de liquidez e rácio de observação;
- Composição do activo em nível 1 e 2 de acordo com as regras do BNA;
- *Buffer* de liquidez (Activos onerados);
- Testes de esforço.

O risco de liquidez é acompanhado em fóruns distintos, nomeadamente, a Comissão Executiva do Banco, com um acompanhamento diário do rácio de liquidez, Comité de Activos e Passivos (ALCO), que conta com a presença de todos os membros da Comissão Executiva e com os responsáveis da gestão do risco, planeamento e controlo de gestão, área financeira e áreas comerciais, garantindo que todos os temas relevantes, nomeadamente aqueles que obrigam a tomadas de decisão, são reportados superiormente; reuniões mensais e pontuais com a Caixa Geral de Depósitos para alinhamento corporativo; Comité de Riscos que conta com a presença de Administradores não Executivos e por último em Conselho de Administração.

Risco de mercado:

O BCGA mantém-se exposto essencialmente ao risco cambial, dado que o Banco continua a não deter uma carteira de negociação com instrumentos classificados ao justo valor, que possam levar a impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos mesmos, causados em particular, por flutuações nas taxas de juro. Actualmente existe apenas uma participação reconhecida a justo valor (participação na EMIS), cuja valorização depende da informação financeira divulgada pela própria EMIS.

A carteira de investimento do BCGA mantém-se exclusivamente composta por títulos de dívida pública. Os títulos do Tesouro Angolano são instrumentos elegíveis para obtenção de financiamento junto do Banco Central, sendo certo que, em caso de necessidade de financiamento junto do Banco Central, dependendo do montante, existe a possibilidade de se aceder à facilidade permanente de liquidez sem necessidade da alienação de títulos.

Relativamente ao risco cambial, o balanço do BCGA contém posições denominadas em dez moedas estrangeiras e apresenta maior exposição ao Dólar Norte-Americano (USD) e ao Euro (EUR), mantendo as posições noutras moedas em níveis com pouca expressividade. A maior exposição a risco cambial continua a ser ao USD com uma posição global longa de Kz 18.9 mil milhões.

O BCGA mantém uma posição cambial líquida global em média nos 5% dos fundos próprios regulamentares (limite regulamentar 10%), procurando gerir a posição o mais possível próximo de

zero, servindo os clientes com compras e vendas de divisas com a máxima eficácia possível. Em 2024 verificaram-se oscilações na taxa de câmbio com fortes depreciações do Kwanza face às principais divisas (EUR e USD), tendo se estabilizado a partir do terceiro trimestre do ano, com impacto no P&L.

O risco cambial continua a ser acompanhado de forma tempestiva, nas suas diferentes fases de identificação, análise e reporte do risco, com o objectivo de, por um lado, garantir o cumprimento dos limites regulamentares e por outro, com vista à prevenção de potenciais perdas resultantes do câmbio entre divisas e de reavaliação cambial.

O risco de mercado é acompanhado nos fóruns distintos, nomeadamente, a Comissão Executiva do Banco, com um acompanhamento diário da posição cambial, Comité de Activos e Passivos (ALCO), que conta com a presença de todos os membros da Comissão Executiva e com os responsáveis da gestão do risco, planeamento e controlo de gestão, área financeira e áreas comerciais, garantindo que todos os temas relevantes, nomeadamente aqueles que obrigam a tomadas de decisão, são reportados superiormente; reuniões mensais e pontuais com a Caixa Geral de Depósitos para alinhamento corporativo; Comité de Riscos (CR) que conta com a presença de Administradores não Executivos e por último em Conselho de Administração.

Risco de taxa de juro da carteira bancária:

Dada a inexistência de uma carteira de negociação ou de instrumentos que possam levar a impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos mesmos, causados, em particular, por flutuações nas taxas de juros, no risco de taxa de juro o BCGA encontra-se exposto essencialmente ao risco de refixação que resulta de desfasamentos de maturidades residuais e/ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros. A transformação das maturidades está na base da actividade bancária tradicional: recolha de fundos por prazos tipicamente curtos e concessão de empréstimos por prazos tipicamente mais longos.

Considerando que na carteira do BCGA o risco de taxa de juro é reduzido, uma vez que a estrutura de taxa de juro tem se mantido estável ao nível do balanço, na medida em que a estrutura de taxa de juros da carteira de crédito é maioritariamente a taxa variável e tem um período de *repricing* até um ano, permitindo que o Banco mantenha um *gap* de taxa de juros moderado nas diferentes maturidades, resultando numa duração efectiva do balanço, baixa.

Em 2024 verificaram-se movimentos ascendentes nas taxas de mercado nacional que influenciaram positivamente a margem de juros nesse sentido. O Banco mantém uma estrutura de *repricing* que lhe permite atenuar impactos negativos na variação das taxas: os depósitos têm uma estrutura de taxas fixas de curto prazo (até 6 meses) que permite a revisão contínua

das taxas e os créditos com um período de revisão entre 1 e 3 meses. Por outro lado, os títulos de dívida pública com taxas fixas constituem parte importante da carteira de activos sensíveis às taxas de juro, o que permite atenuar os choques de descidas.

O risco de taxa de juro é acompanhado nos fóruns distintos, nomeadamente, a Comissão Executiva do Banco; Comité de Activos e Passivos (ALCO), que conta com a presença de todos os membros da Comissão Executiva e com os responsáveis da gestão do risco, planeamento e controlo de gestão, área financeira e áreas comerciais, garantindo que todos os temas relevantes, nomeadamente aqueles que obrigam a tomadas de decisão, são reportados superiormente; reuniões mensais e pontuais com a Caixa Geral de Depósitos para alinhamento corporativo; Comité de Riscos (CR) que conta com a presença de Administradores não Executivos e por último em Conselho de Administração.

Risco operacional:

O risco operacional é um risco considerado material, pela abrangência dos temas que resultam em risco efectivo.

A gestão do risco operacional no BCGA tem como base uma visão por processos (*end-to-end*) e encontra-se suportada num conjunto de orientações, metodologias e regulamentos reconhecidos como boas práticas a nível nacional e internacional.

A gestão e acompanhamento do risco operacional incorpora um conjunto de componentes, nomeadamente:

- Definição e acompanhamento de limites de tolerância e apetência pelo risco, tendo sido definido um limite de 0,6% do produto bancário;
- Identificação dos riscos operacionais suportada no mapeamento de processos, riscos e controlos, na análise de novos produtos e serviços e no acompanhamento de actividades realizadas em regime de subcontratação;
- Recolha descentralizada de eventos de risco operacional, perdas e recuperações reforçadas e suportadas por procedimentos de controlo;
- Autoavaliação dos riscos operacionais potenciais e respectivos controlos;
- Análise de impactos de cenários extremos;
- Definição e acompanhamento de indicadores de risco (*key risk indicators*);
- Identificação, definição e implementação de planos de acção como corolário das restantes componentes da metodologia;
- Existência de um sistema de reporte interno para os diversos níveis da organização, que inclui informação operacional e de gestão e que se encontra devidamente documentado.

O número total de eventos passou de 93 em 2023 para 133 no final de 2024, as perdas potenciais passaram de Kz 403 milhões para Kz 662 milhões, as perdas efectivas líquidas passaram de Kz 176 milhões para Kz 520 milhões.

Em termos de causas neste âmbito, as pessoas continuam a ser a maior causa de eventos de risco operacional com um peso de 58%. Os sistemas mantêm-se na segunda posição com 30%, seguidos dos eventos externos com 7% e dos processos com 5%.

Em 2024 o número total de eventos aumentou 43%. A perda potencial em 2024 registou um aumento de 64% comparativamente a 2023, sendo que as perdas efectivas líquidas registaram um aumento de 196%. Foi possível recuperar, no referido exercício, em eventos registados com perdas potenciais, Kz 68 milhões, em acções de recuperação bem-sucedidas.

O risco operacional é acompanhado nos fóruns distintos, nomeadamente, a Comissão Executiva do Banco; Comité de Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI), que conta com a presença de todos os membros da Comissão Executiva e com os responsáveis da gestão do risco e controlo interno, contabilidade, auditoria, *compliance* e áreas comerciais, garantindo que todos os temas relevantes, nomeadamente aqueles que obrigam a tomadas de decisão, são reportados superiormente; reuniões mensais e pontuais com a Caixa Geral de Depósitos para alinhamento corporativo; Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI) e Comité de Riscos (CR) que ambos contam com a presença de Administradores não Executivos e por último em Conselho de Administração.

Risco climático e ambiental:

Em 2024, o Caixa Angola passou a fazer o acompanhamento e reporte do risco climático e ambiental. Os indicadores obtidos são reportados trimestralmente no Relatório Integrado de Risco.

Do acompanhamento efectuado, importa destacar o seguinte:

- Das indústrias intensivas em GEE (Gases de Efeito de Estufa), o BCGA está mais exposto a receitas provenientes do comércio grossista e retalho (34%), seguido pelas indústrias extractivas (29%);
- Em relação à afectação aos sectores relevantes para a política climática (CPRS – *Climate Policy Relevant Sector*), o BCGA detém 52% das suas exposições a sectores que produzem ou utilizam combustíveis fósseis;
- Angola está mais exposta a riscos associados a inundações pluviométricas. Cerca de 36% da carteira de empréstimos do BCGA a Instituições não Financeiras está exposta a zonas de eventos climáticos agudos, como cheias. Menos de 1% está exposta a eventos crónicos, como a seca;
- O BCGA não apresenta imóveis garantidos e uma carteira de empréstimos a Instituições não Financeiras expostas unicamente a zona de eventos climáticos crónicos.

Risco global:

De um modo global a gestão de risco em 2024 apresentou-se dentro da normalidade, sem indicadores que possam indiciar preocupações.

Os níveis de liquidez mantêm-se elevados, com um *buffer* de liquidez capaz de resistir a situações adversas. Os níveis de capital são igualmente elevados, o rácio de solvabilidade em Dezembro de 2024 fixou-se em 24%, já considerando a dedução do montante dos dividendos a serem distribuídos em 2025, confortavelmente acima do mínimo regulamentar de 8%, e do mínimo definido para o BCGA na carta Supervisory Review and Evaluation Process (SREP), que é de 14.27%.

A solidez continua a evidenciar-se nos níveis de Fundos Próprios que apresentam uma evolução bastante positiva, principalmente quando comparado com o fecho do ano, apresentando um aumento de 19%.

O quadro global da gestão do risco é acompanhado no RAS (*Risk Appetite Statement*), declaração de apetência pelo risco que é a formalização da apetência pelo risco do Banco, detalhando o nível máximo de risco que o Banco está disposto a assumir para cada categoria de risco considerada materialmente relevante. Esta estratégia de risco está directamente relacionada com os objectivos e plano estratégico do Banco, regularmente revisto e monitorizado pelo Conselho de Administração e pela equipa de gestão.

O ano de 2024 foi um ano de alguma estabilidade no quadro de apetência pelo risco (RAS), o Banco apresentou na sua generalidade os indicadores dentro dos limites definidos, com excepção a quatro indicadores que registaram quebra em algum momento: dois indicadores de risco de *compliance* que se refere à identificação e implementação de legislação e regulamentos em prevenção de branqueamento de capitais, abuso de mercado, sanções e embargos; um indicador de risco reputacional que se refere ao número de reclamações; e um indicador de Risco Operacional que se refere ao indicador de perdas operacionais. Face a essas quebras, o Banco desenvolveu acções e implementou medidas correctivas com vista a debelação destas insuficiências. Dada a importância do tema, o mesmo foi amplamente acompanhado pela Comissão Executiva e pelos comités delegados do Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, tendo sido possível até Dezembro debelar muitas das situações identificadas e voltar as métricas para dentro dos limites definidos. Todavia, no fecho de 2024 verificou-se uma quebra do indicador de Risco de *Compliance* – Identificação e implementação de legislação e regulamentos causada por 9 (nove) normas corporativas com data de publicação ultrapassada e quatro (3) deficiências de Risco de *Compliance* relacionadas com normativos, carregada pela CGD em Team Mate + no mês de Maio. Estão a ser implementadas todas as medidas tendentes a solucionar essa situação, conforme definido no devido plano de acção.

Risco Reputacional:

Risco sob a responsabilidade da área de comunicação da Direcção de *Marketing* do Banco, em estreita articulação com a Comissão Executiva, no sentido do acompanhamento de todas as decisões que tenham impacto na imagem externa e interna do BCGA. O BCGA mantém os seus *stakeholders* informados, através do envio periódico de informação, nomeadamente às Entidades de Supervisão e Regulação, Autoridade Tributária, Conselho Fiscal e aos seus Accionistas.

Risco estratégia:

O sucesso das Instituições é influenciado pelas suas decisões estratégicas. Neste desiderato, decisões inadequadas ou mal implementadas podem ter reflexo negativo nos resultados e/ou nas margens obtidas, cujos impactos se pretendem aferir no âmbito da avaliação do risco estratégico.

O risco estratégico é gerido pela Comissão Executiva por via da gestão diária do seu limite definido na declaração de apetência pelo risco (RAS), detalhando o nível máximo de risco que o banco está disposto a assumir para cada categoria de risco considerado material. Este órgão suporta as suas decisões nas orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração, partilhando-as com todos os órgãos de estrutura, de forma a garantir o seu alinhamento com os objectivos definidos.

Outrossim, decorrente da consolidação de risco com o Accionista bancário europeu Caixa Geral de Depósitos, a apetência definida dentro da estratégia é complementada pela adopção do modelo de governo da apetência pelo risco (RAF) que estabelece como deve funcionar o modelo de governo e o envolvimento das diferentes áreas do banco, a gestão do risco, os mecanismos de monitorização e a integração da apetência pelo risco nos processos de gestão de risco e de tomada de decisão, os níveis de solvência e de liquidez, a sustentabilidade a longo prazo, preservando ou melhorando a sua posição no mercado angolano, devendo a Comissão Executiva proceder ao reporte ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e à Comissão de Riscos no estrito cumprimento do modelo de governo definido.

5. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

A gestão global do risco no BCGA assenta num processo integrado que compreende as seguintes dimensões:

- I. Apetência pelo risco;
- II. Estratégia de gestão global do risco;
- III. Quadro, políticas e procedimentos organizacionais;
- IV. Identificação e avaliação dos riscos;
- V. Planeamento e gestão do capital alocado/a alocar aos riscos;

VI. Monitorização e comunicação global do risco e do capital interno;

VII. Testes de esforço;

VIII. Planeamento de contingência.

O processo integrado de gestão de risco é baseado numa estrutura organizativa da Função de Gestão de Riscos (FGR) implementada de forma transversal ao Grupo CGD e a qual é regida por um quadro de reporte funcional. A organização, procedimentos, intervenientes e respectivas responsabilidades desta estrutura encontram-se documentadas em normativos internos.

A gestão integrada dos riscos consubstancia-se na identificação e avaliação dos riscos financeiros e não-financeiros a que o BCGA está ou poderá estar exposto, e na implementação de abordagens de gestão e monitorização, controlo e reporte, diferenciadas em função da relevância de cada tipologia de risco e respectivos factores. O processo é suportado pela Taxonomia de Risco do BCGA, que inclui as categorias e os conceitos de risco definidos para o Banco. O processo de identificação de riscos e o inventário de riscos do BCGA são suportados e estruturados de acordo com uma taxonomia do Grupo CGD.

A Identificação e avaliação dos riscos é um procedimento abrangente, que permite a participação de toda a instituição e dos próprios órgãos de administração. Este procedimento, visa identificar, sistematizar e avaliar as causas concretas dos riscos (isto é, os factores de risco), as quais, de forma individual ou agregada, determinam a relevância das diferentes tipologias de risco a que o BCGA se encontra exposto.

Como forma de garantir que todos os riscos são efectivamente identificados, e em alinhamento com as boas práticas de gestão de riscos, o Banco realiza exercícios de testes de esforço adequados à sua dimensão, importância sistémica, natureza e nível de complexidade da actividade desenvolvida, com os seguintes objectivos:

- Informar a identificação de novos riscos ou riscos emergentes;
- Avaliar a exposição aos riscos materiais em condições específicas;
- Suportar a avaliação da adequação do capital interno;
- Identificar vulnerabilidades específicas a que está sujeito na sua actividade.

O programa de testes de esforço é suficientemente abrangente e, com a complexidade entendida adequada, abrange todos os riscos e respectivos factores, proporcionando a aferição da adequação do capital interno. Os testes de esforço baseiam-se na definição e simulação de cenários-limite, mas plausíveis a que o BCGA possa vir a estar exposto.

A periodicidade da realização dos testes de esforço encontra-se alinhada com os ciclos anuais de acompanhamento da adequação do capital interno do BCGA, às normas emanadas pelo Banco Nacional de Angola e às orientações corporativas.



Todos os riscos materiais do BCGA (i) são objecto de procedimentos dedicados de monitorização e controlo, numa perspectiva individual e integrada (isto é, monitorizados e controlados quanto às posições específicas de risco e quanto à posição agregada dos diferentes riscos); e (ii) são controlados através de métricas, níveis de tolerância e limites de risco específicos.

A Função de Gestão de Riscos é a unidade responsável pelo desenho e dinamização da gestão integrada de riscos, a qual promove um processo contínuo, proactivo e sistemático para compreender, avaliar e comunicar o risco de forma transversal no BCGA.

No que se refere ao reporte, a Função de Gestão de Riscos, no âmbito da gestão global do risco, tem implementado um processo de reporte de informação sobre os riscos, financeiros e não-financeiros, com uma periodicidade mínima ajustada a cada situação, reporte e destinatário. O reporte contempla todos os riscos materiais e, sem prejuízo de análises dedicadas e especializadas a cada uma das dimensões de risco (quantitativas e qualitativas), o reporte destina-se aos órgãos de administração e *stakeholders*, ao Banco Central nas matérias regulamentadas e solicitações que o regulador entenda necessárias e aos demais utilizadores dos relatórios.

O BCGA desenvolve um quadro de apetência pelo risco (*Risk Appetite Framework* – RAF), com vista a assegurar a consistência do seu perfil global de risco com a sua estratégia, de forma a preservar o seu capital.

O RAF constitui o principal elemento do sistema de gestão de riscos da Instituição, consistindo numa abordagem geral, segundo a qual o apetite e estratégia do risco são estabelecidos, comunicados e monitorizados, incluindo as políticas, processos, controlos e sistemas necessários. Os limites de risco, que suportam a estratégia de gestão de risco e a manutenção de níveis adequados de capital e liquidez, são documentados numa declaração de apetência pelo risco (*Risk Appetite Statement* – RAS) aprovada pelo Conselho de Administração do BCGA, sob proposta da Comissão Executiva.

A monitorização e controlo regular das dimensões e limites de risco cobertos pelo RAF/RAS do BCGA é assegurado pela Função de Gestão de Riscos, que assegura que a monitorização e controlo das dimensões e limites de risco não é apenas baseado em informação quantitativa, complementando-a com análises qualitativas que possam, por um lado, mitigar eventuais limitações dos indicadores analisados e por outro apresentar a opinião da própria quanto ao desempenho e evolução das condições de risco. compete à Função de Gestão de Riscos informar e aconselhar o Conselho de Administração sobre a determinação da apetência pelo risco.

IV. Apoio ao Investidor

1. Serviço responsável pelo apoio ao Investidor



O Banco tem na sua estrutura um Gabinete de Relação com Investidores e Mercado, que tem como principal desiderato a prestação de apoio aos Accionistas, Investidores e demais Agentes do Mercado.

O Banco, enquanto sociedade anónima de capital aberto, tem neste gabinete, um suporte para o cumprimento das responsabilidades acrescidas de comunicação e de relacionamento com Accionistas, Investidores e com a generalidade dos intervenientes do Mercado de Valores Mobiliários, nomeadamente com a Comissão do Mercado de Capitais e com a BODIVA, Bolsa de Dívida e Valores de Angola.

O Gabinete presta, quando necessário e solicitado, toda a informação relacionada com eventos relevantes e responde às questões colocadas pelos diversos Agentes do Mercado.

O Banco tem na sua estrutura actual, mais de 1400 Accionistas, número que tem aumentado e que sofre alterações diárias, pelos negócios de compra e venda celebrados em mercado secundário.

Todo e qualquer Accionista, Investidor ou Agente do Mercado poderá esclarecer as suas dúvidas ou comunicar directamente com o Banco mediante envio de um e-mail para o seguinte endereço: apoio.investidor@caixaangola.ao.

O site institucional do Banco, na sua secção de “Relação com Investidores” é, actualmente, o local privilegiado para a divulgação e consulta por parte dos Accionistas, investidores e demais interessados, dos factos relevantes sobre a Sociedade, sua actividade anual, relatórios e prestação de informação financeira.

Sítio da Sociedade na Internet: www.caixaangola.ao.

2. Representante para as relações com o mercado

O representante para as relações com o mercado do Banco é Sérgio Ivandro Pacavira Gaspar.

Para efeitos do exercício destas funções, a morada, o número de telefone e o endereço de e-mail do representante para as relações com o mercado do Banco são os seguintes:

Endereço: Rua Agostinho Neto, Lote 1, Zona T da Sodimo,
Distrito das Ingombotas, Luanda,
República de Angola

Telefone: +244 226 424 400 (Ext. 2390)

E-mail: sergio.gaspar@caixaangola.ao



3. Informações sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

Durante o primeiro trimestre do ano de 2024, o Banco recebeu um número considerável de pedidos de informações, principalmente por e-mail, de accionistas interessados em participar na segunda Assembleia Geral Anual do BCGA, enquanto Sociedade Aberta, realizada em Março.

Ao longo do segundo, terceiro e quarto trimestre, o Banco recebeu um normal número de pedidos de informações, por e-mail e por telefone. O Banco conseguiu responder à maior parte dos pedidos no mesmo dia, tendo definido um prazo máximo de resposta aos pedidos de informação de 3 (três) dias. Não existem pedidos de informações pendentes de anos anteriores ao acima retratado.

D. Remunerações

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da Sociedade

A Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS), tem a competência de propor à Assembleia Geral a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade, nas suas componentes fixa e variável.

2. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou colectivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

No exercício de 2024, a CROS teve a seguinte composição, eleita em Assembleia Geral para o triénio 2022-2024:

1. Caixa Geral de Depósitos, que preside, representada em 2024 pelo Senhor Francisco Xavier Soares Albergaria Aguiar;
2. José Jaime de Sousa Agostinho Freitas – Vogal;
3. Fidelidade Angola, Companhia de Seguros S.A., representada pelo Senhor Luís Filipe Mateus Alves (*).

(*) Fidelidade Angola, S.A., eleita em Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2023 em substituição da SONANGOL, EP.

3. Conhecimentos e experiências dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

O regulamento da CROS, em vigor, exige que os seus membros, eleitos em Assembleia Geral, possuam as qualificações e experiência profissional apropriadas ao exercício das suas funções.

Os três membros da CROS possuem os requisitos necessários, conhecimento e experiência para o desempenho das suas funções.

4. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização

A Política de Remuneração da Sociedade tem em consideração os seguintes objectivos e requisitos:

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, princípios e normas nacionais e internacionais que regem a actividade do BCGA e da Caixa Geral de Depósitos (CGD), considerando a relação de Grupo existente;
- Promover e ser coerente com uma gestão de riscos sã e prudente do BCGA;
- Não incentivar a assunção de riscos em níveis superiores ao nível de risco tolerado pelo BCGA e pelo Grupo CGD (apetência pelo risco);
- Ser compatível com a estratégia, objectivos, valores e interesses a longo prazo do BCGA do Grupo CGD, tal como estabelecidos pelos seus órgãos sociais com competência para o efeito;
- Evitar situações de conflito de interesses;
- Estruturar mecanismos de remuneração que tenham em conta e sejam adequados e proporcionais à natureza, características, dimensão, organização e complexidade das actividades do BCGA;
- Promover a prossecução da actividade em cumprimento da apetência pelo risco definida para o BCGA (declaração de apetência pelo risco ou Risk Appetite Statement (RAS));
- Promover a competitividade do BCGA, tendo em conta as políticas e práticas remuneratórias de instituições comparáveis;
- Ser atractiva, permitindo o recrutamento e retenção de talento diferenciado e exíguo.

A componente fixa da remuneração dos Administradores Executivos e os termos do respectivo pagamento são determinados por deliberação da Assembleia Geral mediante proposta da CROS do BCGA.

A componente fixa da remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é estabelecida no início do mandato, de acordo com os objectivos e requisitos acima descritos, em função das competências requeridas e responsabilidades inerentes aos cargos a desempenhar e ao tempo despendido no exercício de funções e considerando, designadamente, a prática remuneratória de instituições comparáveis.

A remuneração dos Administradores não Executivos é composta exclusivamente por uma componente fixa.

A remuneração dos Administradores não Executivos e os termos do respectivo pagamento são determinados por deliberação da Assembleia Geral sob a proposta da CROS do BCGA, no início do mandato.

Os Administradores não Executivos que integrem as comissões especiais do Conselho de Administração terão ainda direito à remuneração que venha a ser fixada por deliberação da Assembleia Geral sob a proposta da CROS do BCGA, que determinará também as respectivas condições de pagamento.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por uma componente fixa.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal e os termos do respectivo pagamento são determinados por deliberação da Assembleia Geral sob a proposta da CROS do BCGA, no início do mandato.

Os membros do Conselho Fiscal que integrem as comissões especiais consultivas e de apoio ao Conselho de Administração terão ainda direito à remuneração que venha a ser fixada por deliberação da Assembleia Geral sob a proposta da CROS do BCGA, que determinará também as respectivas condições de pagamento.

5. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

Todos os Administradores auferem uma remuneração mensal fixa, que é paga em 14 (catorze) prestações por ano. Os Administradores que integram a Comissão Executiva poderão ainda ter uma remuneração variável, nos termos estabelecidos na Política de Remuneração da Sociedade. Os Administradores não Executivos membros do Comité de Auditoria e Controlo Interno, do Comité de Riscos e do Comité de Remunerações, com excepção ao Administrador Independente, têm direito a auferir senhas de presença pela participação nas reuniões destes Comités Especializados, estando fixado um valor máximo anual que as senhas podem atingir de modo a que o total auferido por estes Administradores (remuneração fixa mais senhas de presença) não exceda 23,75% do valor auferido pelo Presidente da Comissão Executiva.

Os processos inerentes ao ajustamento pelo risco baseiam-se nos indicadores de risco presentes no RAS e têm em conta os objectivos do BCGA e do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), bem como a evolução do cenário macroeconómico envolvente.



Anualmente, até ao final do segundo trimestre do ano em questão, a função de gestão de risco executa o Processo de Ajustamento pelo Risco, com vista à avaliação dos riscos actuais e futuros e ao ajustamento da componente variável da remuneração.

6. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

A determinação do montante concreto da componente variável da remuneração a propor ao(s) Accionista(s) para atribuir a cada Administrador Executivo é feita em Assembleia Geral sob proposta da CROS do BCGA, tendo em conta a avaliação do desempenho, numa óptica individual e colectiva, de cada Administrador Executivo por referência ao exercício e ao período de tempo decorrido desde o início do respectivo mandato.

7. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Caso a remuneração variável anual exceda o equivalente a EUR 20.000 (vinte mil euros) ou represente mais do que um terço da remuneração total anual dos próprios, a componente variável da remuneração é composta por:

- Uma parte em numerário, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da componente variável; e
- Uma parte em espécie, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da componente variável, paga em instrumentos.

A parte em espécie consiste em instrumento com as características previstas na lei, regulamentos, orientações e demais normativos aplicáveis. O instrumento é avaliado por referência à data da atribuição da remuneração variável ou à data da sua emissão, se posterior.

A parte em espécie da remuneração variável fica sujeita a um período de retenção de um ano após a data da aquisição do direito, não podendo ser transmitida ou onerada.

Caso a remuneração variável, anual, exceda o equivalente a EUR 20.000 ou represente mais do que um terço da remuneração total anual dos próprios, a parte correspondente a 50% da remuneração variável (que integra uma componente em numerário correspondente a 50% e uma componente em espécie igualmente de 50%) fica sujeita a um período de diferimento de 5 anos, sendo o direito ao pagamento atribuído numa base proporcional, anualmente, ao longo deste período.

Nos casos em que o valor da remuneração variável constituir um montante particularmente elevado, a componente variável da remuneração fica sujeita ao Período de Diferimento, relativamente a 60% do respectivo valor.

Entende-se por “montante particularmente elevado”, as remunerações totais anuais, iguais ou superiores, ao valor, para o efeito, comunicado anualmente pela função de recursos humanos da CGD, apurado com base no método definido na Política Corporativa do Grupo CGD.

A aquisição do direito sobre a primeira porção diferida apenas ocorre 12 meses após a Data de Atribuição.

8. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas acções, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual

A Sociedade não estabeleceu qualquer remuneração variável em acções.

9. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço do exercício

A Sociedade não estabeleceu qualquer remuneração variável em opções.

10. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios pecuniários

A Sociedade, para este âmbito, tem em conta os seguintes factores:

I) A avaliação do *scorecard* do BCGA;

II) A avaliação individual de cada Administrador:

- em termos de competências (designadamente, as competências comportamentais transversais e específicas);
- em termos do contributo individual para os resultados obtidos (avaliação qualitativa).

A avaliação acima referida é efectuada num quadro plurianual, garantindo o alinhamento entre processo de avaliação com o desempenho de longo prazo e assegurando que o pagamento das componentes da remuneração dele dependentes é repartido ao longo de um período que tenha em conta o ciclo económico do BCGA e os seus riscos de negócio.

11. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais

A Sociedade não criou e nem aprovou em Assembleia Geral regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para Administradores.

12. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo a remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

O montante agregado das remunerações e outros benefícios pagos aos membros do Conselho de Administração do Banco durante o ano de 2024 correspondeu a mKz 2.601.540 (não inclui outros benefícios para além dos mencionados no quadro abaixo).

Este montante agregado, em milhares de Kwanzas, inclui os seguintes valores individuais, a título de remuneração base e outros benefícios adiante descritos:

Remuneração do Conselho de Administração	31-12-2024
Remuneração Base	1 714 596
Senhas de presenças	174 457
Subsídios de férias e de Natal	305 385
Subsídios de alojamento e despesas de educação	5 394
Remuneração variável	230 605
Seguro de saúde, Seguro de vida e acidentes de trabalho	74 948
Encargos Obrigatórios	96 155
Total	2 601 540

13. Montantes a qualquer título pagos por outras Sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Durante o exercício de 2024, não foram pagos quaisquer montantes aos membros do Conselho de Administração por outras Sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

14. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros/e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

O BCGA não remunera os membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal através de participação nos seus lucros.

15. Indeminizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

O BCGA não pagou indemnizações a ex-administradores executivos no exercício de 2024.

16. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos fiscalização da Sociedade

Em 2024, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade, correspondente exclusivamente a uma remuneração mensal fixa, ascendeu a mKz 162.131.



Este montante agregado inclui os seguintes valores individuais, a título de remuneração base e outros benefícios adiante descritos:

Remuneração do órgãos fiscalização	31-12-2024
Remuneração Base	134 396
Subsídios de férias e de Natal	22 865
Encargos Obrigatórios	4 870
Total	162 131

17. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Em 2024, a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, foi de mKz 15.960 (Pagamento de senhas de presença).

18. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Em caso de destituição ou cessação antecipada de funções de qualquer membro do Conselho de Administração, não há lugar ao pagamento de qualquer outra indemnização ou compensação para além do previsto nas disposições legais aplicáveis, competindo à Assembleia Geral sob proposta da CROS do BCGA fixar o montante máximo de todas as compensações a pagar aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em virtude da cessação de funções. No entanto, mantém-se o direito à aquisição da remuneração variável diferida e à remuneração em espécie retida, atribuída durante o exercício das funções, sem prejuízo da respectiva sujeição aos mecanismos de redução ou reversão.

Sem prejuízo, em caso de recusa pelo Banco Nacional de Angola da recondução de mandato de um dos membros dos Órgãos Sociais do BCGA, mantém-se o direito ao pagamento da remuneração até à data de aprovação pelo órgão supervisor competente do membro substituto para o exercício de actividade.

A remuneração visando a compensação de qualquer novo membro do Conselho de Administração pela cessação do exercício de funções anteriores deverá ter em consideração os interesses de longo prazo do BCGA, incluindo a aplicação de regras relativas a desempenho, indisponibilidade mediante retenção, diferimento e mecanismos de redução e de reversão.

19. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade

Não aplicável.



20. Identificação de planos de atribuição de acções ou opções («stock options») e dos respectivos destinatários

A Sociedade não estabeleceu quaisquer planos de atribuição de acções ou opções.

21. Caracterização dos planos de atribuição de acções ou opções sobre acções, com referência, nomeadamente às condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade, critérios relativos ao preço das acções, período durante o qual as opções podem ser exercidas e características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e/ou o exercício das opções

A Sociedade não estabeleceu quaisquer planos de atribuição de acções ou opções.

22. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções («stock options») de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

A Sociedade não estabeleceu quaisquer planos de atribuição de acções ou opções.

23. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

A Sociedade não determinou nos seus estatutos qualquer mecanismo de controlo à participação dos trabalhadores no seu capital, nem restrições em matéria de direitos de voto a qualquer categoria de accionistas.

Os trabalhadores do Banco puderam participar, em Setembro de 2022, na Oferta Pública Inicial do BCGA, adquirindo acções pelo preço final determinado pelo público em geral, estas acções adquiridas pelos trabalhadores não foram alvo de qualquer restrição prévia, nem de acordos em termos dos seus direitos enquanto accionistas da Sociedade pela qual desenvolvem a sua relação laboral. Tanto os trabalhadores como qualquer outro accionista é livre de adquirir acções em mercado, não havendo para tal, quaisquer limitações estatutárias.

E. Transacções com partes relacionadas

1. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transacções com partes relacionadas

O Banco adoptou uma política interna de transacções com partes relacionadas, em conformidade com pressupostos previstos no Aviso n.º 01/13 de 22 de Março do Banco Nacional de Angola sobre Governança Corporativa, nomeadamente a necessidade de actividade das Instituições Financeiras ser pautada pela: transparência, estabelecimento de processos efectivos que assegurem a identificação e avaliação de transacções com partes relacionadas, garantia de que estas se processam em condições idênticas às praticadas com partes não relacionadas.



Política de transacções com partes relacionadas do Banco tem por objectivo consolidar os processos e procedimentos em sede das transacções com partes relacionadas, nos termos das normas em vigor, promovendo a transparência e equidade na relação com os accionistas, os membros dos órgãos sociais, o colectivo de colaboradores e o público em geral, garantindo a salvaguarda dos interesses do Banco, de acordo as melhores práticas de Governação Corporativa tendo em consideração os seguintes pressupostos:

- I. Estabelecimento de regras relativas à identificação de Transacções do BCGA com Partes Relacionadas;
- II. Salvaguarda dos interesses do BCGA em situações de potenciais conflitos de interesses;
- III. Contribuição no sentido de que a informação financeira do BCGA reproduza uma imagem autêntica e verdadeira da sua situação económico-financeira;
- IV. Garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis a Transacções com Partes Relacionadas.

Compete ao Conselho de Administração da Sociedade, a definição, implementação e revisão anual de várias políticas, das quais a Política de Transacções com Partes Relacionadas, cabendo à Comissão Executiva do Banco o seu acompanhamento de forma a garantir que as transacções com partes relacionadas:

1. Sejam devidamente formalizadas e aprovadas em sede do Conselho de Administração, especificando-se as suas principais características (efeitos de ganhos e perdas, preços, prazos, taxas, direitos, responsabilidades etc.);
2. Sejam realizadas de acordo com as condições de mercado atendendo ao nível de risco ou de acordo com negociações anteriores que se encontrem definidas contratualmente e que estejam claramente reflectidas nas demonstrações financeiras;
3. Sejam instruídas por escrito de forma clara e completa, especificando-se as suas principais características e condições, tais como montante, preço, comissões, prazo e garantia, não sendo permitidas condições não expressas ou não escritas;
4. Sejam apreciadas, decididas, formalizadas e geridas sem a intervenção da parte relacionada identificada.

No processo de apreciação e decisão de qualquer Transacção que envolva uma Parte Relacionada, deve ser assegurado que:

- I. Os Órgãos de Estrutura que intervêm na análise ou aprovação de uma transacção identificam a Parte Relacionada e o motivo para a sua classificação em todos os documentos para decisão (preparação);



- II. São observadas e cumpridas as regras aplicáveis a transacções homólogas que não envolvam Partes Relacionadas (Estrutura da Transacção);
- III. Na documentação das propostas relativas às transacções com Partes Relacionadas (Documentação da proposta), inclui-se: a) Evidência os termos e condições da Transacção similares aos que vigoram em transacções homólogas dos clientes em geral que não envolvam Partes Relacionadas; b) Evidência da não participação da Parte Relacionada em qualquer acto de apreciação ou decisão sobre a Transacção;
- IV. A formalização e execução das transacções observam as regras aplicáveis a transacções homólogas dos clientes em geral que não envolvam Partes Relacionadas (Formalização e execução);
- V. Os casos em que o envolvimento da Parte Relacionada decorra de escolha do BCGA, a avaliação técnica e comercial que esteve na base da referida selecção.

A aprovação de Transacções com Partes Relacionadas é da competência do Conselho de Administração do BCGA, observando-se o seguinte procedimento:

1. Parecer da área de negócio responsável pela transacção;
2. Parecer da Direcção de Risco de Crédito (DRC) que é o responsável por centralizar as avaliações de crédito, o qual analisará as Transacções de Crédito em conformidade com as disposições do artigo 5º do Aviso 6/2020 concessão de crédito a detentores de participações qualificadas e a política Interna sobre esta matéria;
3. Parecer da Direcção de Compliance (DCO), que deverá indicar se no caso deverão ser cumpridos requisitos adicionais decorrentes dos pressupostos indicados na cláusula I. enquadramento das alíneas a, b, c, d, e, f, g e h da presente Política ou outras recomendações ou pareceres que entenda convenientes no âmbito da sua actuação;
4. Parecer do Comité de Crédito (CCR);
5. Decisão da Comissão Executiva (CE): Decisão sobre todas as Transacções em que o valor não ultrapasse os limites da Comissão Executiva;
6. Decisão do Conselho de Administração (CA): Decisão sobre todas as Transacções em que o valor exceda a competência da Comissão Executiva;
7. Parecer da Direcção de Recursos Humanos (DRH);
8. Parecer da Direcção de Compras e Facturação (DCF), de acordo com a Política de Outsourcing, no caso de contratação de fornecedores ou prestadores de serviços;

9. Parecer do Gabinete de Património e Segurança (GPS), no caso de acordos de serviços e de gestão de activos relativos a activos imobiliários caso seja aplicável, ou de vendas de activos imobiliários os quais o Banco não tenha interesse.

2. Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Em 2024 foram sujeitas a parecer dos órgãos de estrutura competentes do Banco e aprovação do Conselho de Administração as transacções com as seguintes entidades relacionadas:

- Sociedade Mineira de Catoca;
- UARI Sociedade Mineira Lda;
- Falcon Oil Holdings;
- Comauto Comércio Geral;
- Lusolanda;
- Cosal Máquinas;
- Unitransfer;
- Roça das Mangueiras;
- Huambo Expresso Transportes Lda;
- Grupo COSAL (Crédito);
- Fidelidade Angola Companhia de Seguros S.A;
- Cosal – Comércio e Serviços Lda;
- Associação OSÃI;
- Grupo COSAL.

3. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

A aprovação de transacções com partes relacionadas é da competência exclusiva do Conselho de Administração da Sociedade, após parecer das áreas e órgãos de estrutura competente do Banco, cabendo à sua Comissão Executiva o devido acompanhamento.

O Conselho Fiscal deve emitir parecer favorável para que haja aprovação de operações de crédito a entidades nas quais os membros dos órgãos de administração ou de fiscalização detenham uma participação qualificada ou uma posição na gestão, cabendo o ónus de aprovação ao Conselho de Administração por uma maioria de dois terços dos restantes membros, não participando na deliberação, os membros que possam estar sujeitos a eventuais Conflitos de Interesse, de acordo com a Política do Banco de Conflitos de Interesses.

A Direcção de Compliance do Banco monitoriza regularmente as operações com partes relacionadas por via do aplicativo de AML SAS, mediante identificação por si feitas ou que lhe sejam comunicadas

por outros órgãos de estrutura, sendo as partes relacionadas alvo de diligência reforçada e consequente atribuição de um nível de risco elevado.

Todos os órgãos de estrutura do BCGA devem informar à Direcção de Compliance sobre todas as Transacções ou Operações que realizem com Partes Relacionadas. A Direcção de Compliance é a responsável pela monitorização periódica de todas as transacções com partes relacionadas e por reportar o tema ao Comité de Auditoria e Controlo Interno e ao Conselho Fiscal. A monitorização de transacções com partes relacionadas é efectuada através de alertas gerados no aplicativo SAS de transacções semanais sobre as contas e entidades

4. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, ou alternativamente reprodução dessa informação

Para esta questão, fazemos referência à nota 29 do anexo às contas deste Relatório e Contas.

Anexo I

Avaliação das recomendações do Guia de Boas Práticas de Governo Societário

Recomendações da CMC	Acolhimento	Remissão (Quando aplicável)
1. Em articulação com o órgão de gestão executiva, o órgão de administração é responsável pela boa execução do modelo de governo em vigor na sociedade, devendo zelar para que, em respeito pelas suas especificidades, designadamente a sua dimensão, complexidade, natureza dos riscos inerentes aos principais negócios e demais factores relevantes, sejam cumpridas parte ou a totalidade das recomendações do presente guia.	Acolhe	Síte institucional
2. O órgão de administração deve responder perante a Assembleia Geral pelo cumprimento das boas práticas no governo societário e, se for o caso, perante os reguladores sectoriais, em respeito pelo princípio “ <i>comply or explain</i> ”.	Acolhe	Síte institucional
3. A sociedade elabora um Relatório Anual de Governo Societário, que integra ou não o respectivo Relatório de Gestão e as Contas do Exercício, informando o mercado sobre: a) A forma como cumpre as recomendações, e sempre que não cumpra alguma, dando a conhecer as razões pelas quais não cumpre, devendo, neste caso, e se for o caso, informar sobre a forma pela qual levou a cabo	Acolhe	Síte institucional

comportamentos ou procedimentos alternativos para acolher os princípios subjacentes às recomendações não cumpridas, ou a forma como encetou os procedimentos e o processo para o cumprimento dessas recomendações não acatadas; b) As demais questões, cuja divulgação contribua para melhor esclarecer os accionistas e a comunidade em geral sobre a forma como a sociedade se organiza, em matéria de supervisão, gestão executiva, fiscalização, gestão dos riscos da actividade, relação em geral com os seus stakeholders e todas as outras matérias que consubstanciam a corporate governance.		
4. A sociedade deve criar e manter actualizado um sítio na Internet onde, dentre outras, devem estar publicadas as informações sobre a sociedade que permitam um claro, rigoroso e actual conhecimento, por parte do público, dos negócios, dos principais indicadores de desempenho e da informação financeira relevante, bem como da demais informação que, por força da aplicação do presente quadro recomendatório, deva ser prestada ao público.	Acolhe	<i>Site institucional</i>
5. A sociedade deve manter no sítio da Internet um arquivo digital com informação histórica sobre a sociedade, mantendo-se aí acessível, durante pelo menos 5 anos, e contendo, designadamente, a seguinte informação: a) Os Relatórios de Gestão, as Contas do Exercício e o Relatório de Governo Societário; b) Actas das reuniões das Assembleias Gerais; c) A composição dos Órgãos Sociais e das comissões constituídas; d) Os regulamentos internos de funcionamento dos Órgãos Sociais e das comissões constituídas; e) Um quadro com os principais indicadores históricos sobre o desempenho financeiro e de negócios da empresa; f) O regulamento sobre o sistema de comunicação de irregularidades, com expressa menção aos endereços – postal e electrónico – que devem ser usados para comunicação de irregularidades; g) O regulamento sobre o tratamento ao ser dado em caso de existência de conflitos de interesses de membros dos órgãos sociais e das comissões constituídas.	Acolhe	<i>Site Institucional</i>
6. Sem prejuízo de serem usados outros meios de divulgação, as convocatórias das Assembleias Gerais e as respectivas propostas devem ser de imediato publicadas no sítio da Internet, bem como deve ser dada uma explicação clara sobre o regime de acesso à Assembleia Geral e os procedimentos da reunião, incluindo as	Acolhe	<i>Site institucional</i>

minutas de toda a documentação necessária para o efeito contendo instruções de preenchimento.		
7. Sempre que a dispersão do capital o justifique, a sociedade deve proceder à publicação em órgão de comunicação social escrita: a) Das convocatórias das Assembleias Gerais e as respectivas ordens de trabalho e suas adendas, sempre que for o caso; b) Do balanço e de uma síntese das demonstrações de resultados anuais, aprovadas em Assembleia Geral.	Acolhe	Site institucional e Jornal de Angola
8. Sempre que se trate de uma sociedade aberta e/ou emitente de outros valores mobiliários, admitidos à negociação em mercado regulamentado, e sempre que a dispersão do respectivo capital o justifique, deverá ser instituída uma estrutura interna (Gabinete de Apoio aos Investidores) apta a dar resposta às solicitações que os investidores e o mercado em geral formulem sobre a sociedade, os seus negócios e a respectiva performance financeira.	Acolhe	O Banco criou um Gabinete de Relação com Investidores e Mercado, tendo designado um Responsável Pelas Relações com o Mercado
9. As sociedades devem aprovar, em Assembleia Geral, as suas políticas de desenvolvimento sustentável, devendo divulgar, anualmente, informação sobre as respectivas execuções, designadamente: a) O posicionamento da empresa em matéria ambiental, seja ao nível dos princípios, seja ao nível das práticas prosseguidas; b) As políticas da empresa que visem a salvaguarda da sua competitividade futura, designadamente no que toca à integração de novas tecnologias e de novos produtos, serviços ou processos; c) As políticas de estímulo à investigação e à inovação.	Acolhe	O Banco criou um Comité de Sustentabilidade, tendo aprovado a sua política de sustentabilidade
10. As empresas devem aprovar, em Assembleia Geral, as suas políticas de responsabilidade social devendo divulgar, anualmente, informação sobre as respectivas execuções, designadamente: a) A natureza, o âmbito e o alcance das iniciativas desenvolvidas; b) Os recursos alocados; c) A política de capacitação e valorização profissional e pessoal dos trabalhadores; d) Em geral, as políticas e acções de retenção de conhecimento e de captação de talento.	Acolhe	

11. As sociedades devem instituir e manter sistemas de tratamento de informações que assegurem uma rigorosa, simétrica e atempada produção e divulgação da informação sobre a empresa, designadamente a informação relevante com impacto na formação do preço, por exemplo, sobre os seus negócios e a performance financeira. A divulgação da informação deve impedir o uso assimétrico da informação e dar ao mercado o tempo razoável para a absorver e fazer reflectir no preço os potenciais impactos que ela pode gerar.	Acolhe	Site institucional
12. Os sistemas de tratamento de informações da sociedade devem ser auditados periodicamente, no sentido de garantir a qualidade, a simetria e a tempestividade dos processos de libertação da informação, devendo o órgão de fiscalização assegurar que são cumpridos os necessários standards de fiabilidade e robustez.	Acolhe	
13. As sociedades devem garantir que, antes da divulgação pública, a informação é tratada de forma reservada, assegurando que não existe acesso privilegiado à mesma por parte de quem dela possa tirar partido, em detrimento da sociedade e/ou de quaisquer partes interessadas. Os investidores com acesso a informação relevante devem abster-se de qualquer intervenção durante um razoável período de tempo, nomeadamente no que respeita a compras e vendas, de acções ou de produtos derivados sobre elas construídos.	Acolhe	Site institucional
14. Sempre que se trate de uma sociedade aberta e/ou emitente de outros valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, e sempre que a dimensão da sociedade, a dispersão do capital e a facilidade de acesso ao estatuto de accionista o justifiquem, as sociedades devem criar e manter actualizada uma lista de pessoas que têm acesso a informação sobre os negócios e o desempenho financeiro, de forma a garantir que não existe acesso a essa informação por pessoas não identificadas, previamente à divulgação da informação.	Acolhe	
15. O órgão de administração deve aprovar um quadro de valores que suportam a acção dos órgãos sociais e de todos os colaboradores da empresa.	Acolhe	Site institucional

16. O referido quadro de valores deverá inspirar e informar a elaboração de um código de ética ou de conduta que, sob proposta do órgão de gestão executiva, deverá ser aprovado pelo órgão de administração.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
17. Tal código deverá, dentre outras matérias, estabelecer limitações à aquisição de títulos emitidos pela sociedade, relativamente a pessoas que tenham informação sensível sobre a empresa em determinados períodos, designadamente aquando da proximidade da divulgação de factos relevantes, mesmo que tal não configure uma conduta criminosa, e limitações à actividade, fixando incompatibilidades com o exercício de outras actividades.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
18. Os Órgãos Sociais e quaisquer comissões que sejam constituídas devem dispor de regulamentos internos que rejam as matérias mais relevantes, nomeadamente as competências que lhes impendem e a forma de exercício das respectivas atribuições, as incompatibilidades funcionais dentro da organização, se existirem, o conteúdo de uma agenda anual indicativa de trabalhos, a eleição ou a designação do presidente, a periodicidade e forma de convocação de reuniões e o quadro de deveres dos seus membros.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
19. Os regulamentos dos Órgãos Sociais e das comissões constituídas, e as respectivas composições, devem ser divulgados no sítio da Sociedade, na Internet, e no Relatório de Governo Societário.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
20. Todos os Órgãos Sociais e comissões constituídas devem fazer aprovar actas das respectivas reuniões, com informação que permita entender com suficiente clareza os temas tratados e as deliberações tomadas.	Acolhe	
21. As comissões constituídas deverão reportar aos órgãos de administração, com frequência definida, informação sobre a sua actividade e os seus resultados alcançados.	Acolhe	
22. O órgão de administração e as suas comissões deverão levar a cabo um exercício de auto-avaliação anual da respectiva	Acolhe	

actividade, devendo, na sua sequência, aprovar planos que visem introduzir melhorias nos respectivos funcionamentos.		
23. Dentre as políticas e os mecanismos de detecção de irregularidades que a sociedade adopte, deve constar a institucionalização de um sistema de comunicação de irregularidades, ao qual tenham acesso os respectivos colaboradores e o público em geral, que garanta os meios adequados para a comunicação e o tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e, quando solicitada, a identidade do denunciante.	Acolhe	Site institucional
24. O sistema de comunicação de irregularidades deverá constar de regulamento interno, publicado no sítio da Sociedade, na Internet, devendo ser criado um endereço electrónico próprio para a recepção das participações, de forma a facilitar a veiculação das denúncias.	Acolhe	Site institucional
25. Através de regulamento interno, a sociedade deve impor um conjunto de obrigações de informação sobre conflitos de interesses, actuais e potenciais, devendo este regulamento estar publicado no sítio da Sociedade, na Internet, e, sem prejuízo de outras, deverá contemplar as seguintes disposições gerais: a) Os membros dos Órgãos Sociais ou de quaisquer comissões, estatutária ou informalmente constituídas, devem informar o respectivo órgão da existência de factos ou circunstâncias que possam constituir ou vir a constituir um conflito entre os respectivos interesses pessoais (ou de pessoas e entidades consigo relacionadas) e os interesses da sociedade; b) O membro em conflito não deverá participar ou interferir no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações que lhe sejam solicitadas pelo órgão social ou comissão a que pertence, ou de poder ser autorizado ou solicitado a participar na reflexão e discussão sobre as matérias em apreciação pelo órgão ou comissão; c) O reconhecimento de uma situação de conflito de interesses deverá ser feito pelo órgão de fiscalização da sociedade sempre que uma votação no sentido de considerar inexistente qualquer conflito não tenha sido, unanimemente, tomado pelo órgão ou pela comissão onde o conflito de interesses foi inicialmente analisado.	Acolhe	Site institucional

<p>26. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser uma pessoa independente dos interesses dos accionistas e gestores executivos, conduzindo os trabalhos da Assembleia Geral com isenção e equidistância em relação a quaisquer interesses e com eficácia e eficiência de meios e de tempo.</p>	<p>Acolhe</p>	
<p>27. Sempre que a sociedade planeie proceder à dispersão do seu capital, deverá assegurar-se previamente de que os estatutos consagram o princípio de “uma acção, um voto”.</p>	<p>Não acolhe</p>	<p>O Estatuto do Banco estabelece que “a cada 1000 acções corresponde um voto” não existindo uma disposição legal que estabeleça um limite.</p>
<p>28. As transacções da sociedade que sejam feitas com accionistas com posições – directas ou indirectas – superiores a 2% do capital ou dos direitos de voto, ou com terceira entidade com quem estes mantenham interesses comerciais comuns relevantes, deverão: a) Ser deliberadas pelo órgão de administração em conjunto com uma análise detalhada sobre as condições de mercado das transacções em causa; b) Ser objecto de contrato escrito; c) Ser anualmente comunicadas aos restantes accionistas, devendo igualmente ser reportada informação sobre os procedimentos que a sociedade adoptou para salvaguardar os superiores interesses da sociedade sempre que as referidas transacções não tenham sido feitas em condições de mercado.</p>	<p>Acolhe</p>	
<p>29. O órgão de administração deverá aprovar e submeter à Assembleia Geral, para apreciação e deliberação, uma Política de Dividendos de médio ou longo prazo.</p>	<p>Acolhe</p>	<p>Os princípios referentes à distribuição de dividendos são apreciados anualmente pela Assembleia Geral</p>

<p>30. Sempre que se trate de uma sociedade aberta e/ou emitente de outros valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, e sempre que a dimensão da sociedade, a dispersão do capital e a facilidade de acesso ao estatuto de accionistas o justifiquem, a sociedade deve: a) Incorporar no órgão de administração membros não executivos, assegurando ainda que o número de membros do órgão de fiscalização seja adequado à dimensão da sociedade, à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade e ao exercício das funções que lhes estão cometidas; b) Assegurar que, dentre os membros não executivos do órgão de administração, existe um número adequado de administradores independentes, calculado em função da respectiva dimensão, da natureza e complexidade dos negócios e da percentagem de dispersão accionista. No mínimo, deve sempre existir um administrador não executivo independente, devendo esse número corresponder a, pelo menos, 25% dos membros do órgão de administração da sociedade, assim que tal dimensão e dispersão de capital registem valores expressivos; c) Constituir uma comissão de auditoria, em cuja composição devem fazer parte os membros não executivos do órgão de administração, com a especial missão de zelar pela independência dos auditores externos.</p>	Acolhe	Site institucional
<p>31. A comissão de auditoria deverá ser presidida por um administrador independente, sempre que este exista.</p>	Não acolhe	O Banco adopta o estabelecido na LRGIF e no Aviso n.º 1/2022 (Código de Governo Societário).
<p>32. À comissão de auditoria cabe a contratação e destituição dos auditores externos e a definição do âmbito e profundidade dos respectivos trabalhos, devendo ainda assegurar-se de que àquelas são dadas as condições e o acesso à informação relevante para levarem a cabo a sua função.</p>	Acolhe parcialmente	O Banco adopta o estabelecido na LRGIF e no Aviso n.º 1/2022 do BNA.
<p>33. A comissão de auditoria deve ser o principal interlocutor da sociedade com os auditores externos, devendo ser o primeiro e principal destinatário de toda a informação e dos relatórios produzidos por aqueles.</p>	Acolhe parcialmente	O Banco adopta o estabelecido na LRGIF e no Aviso n.º 1/2022 do BNA.

34. A comissão de auditoria deverá promover uma adequada interligação entre o trabalho dos auditores externos e as acções que sejam desenvolvidas na empresa em matéria de auditoria e controlo interno.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
35. Adicionalmente, a comissão de auditoria deverá assegurar-se que as recomendações e os relatórios e conclusões dos auditores externos e da auditoria interna são tidos em consideração na actividade da empresa em geral e, em particular, no relato financeiro.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
36. Sem prejuízo da informação regular que a comissão de auditoria deverá prestar ao órgão de administração sobre a sua actividade e os seus resultados, esta comissão deverá aprovar um relatório anual de actividades, que deverá integrar o relatório anual de gestão da sociedade.	Acolhe	
37. Para efeitos do presente quadro de recomendações, não pode ser considerado independente o membro do órgão de administração que: a) Não possa ser eleito ou designado membro do Conselho Fiscal da sociedade, por efeitos do n.º 1 do artigo 434.º da Lei das Sociedades Comerciais, com excepção da segunda parte da alínea a) do n.º 1; b) Tenha desempenhado, nos últimos 3 anos, funções de membro do órgão de administração com outro estatuto que não o de independente; c) Tenha sido reeleito por mais de dois mandatos; d) Seja titular ou actue em nome e por conta de titulares de participação, directa ou indirecta, igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.	Acolhe	O Banco adopta o estabelecido na LRGIF e no Aviso n.º 1/2022 do BNA.
38. Os membros não executivos do órgão de administração deverão assegurar que é levado a cabo um processo de avaliação anual do desempenho do órgão de gestão executiva.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
39. Aos membros não executivos do órgão de administração deve ser facultada toda a informação sobre a empresa e sobre o funcionamento do órgão de gestão executiva, designadamente as agendas e as actas das reuniões deste órgão, bem como o calendário anual e as convocações de reuniões extraordinárias, devendo estes poder estar presentes nas reuniões da comissão executiva sem qualquer pré-aviso.	Acolhe	

40. A sociedade deve disponibilizar aos administradores não executivos, aos membros da comissão de auditoria e aos membros do órgão de fiscalização, os meios que estes considerem necessários para o cumprimento das suas funções.	Acolhe	<i>Site institucional</i>
41. A sociedade deverá fornecer informação actualizada sobre os membros dos órgãos sociais da sociedade, nomeadamente os elementos curriculares, as demais ocupações profissionais, remuneradas ou não, e informação sobre a respectiva relação, quando exista, com accionistas a quem sejam imputáveis mais de 2% dos votos ou com fornecedores ou clientes com quem a sociedade tenha relações comerciais regulares e significativas. A presente informação deverá constar do Relatório de Governo e do sítio da empresa, na Internet.	Acolhe	<i>Site Institucional</i>
42. Nas sociedades que, designadamente por força da sua dimensão, não tenham condições para terem comissões de auditoria, deve o órgão de administração adoptar os procedimentos necessários para que, com as necessárias adaptações, caiba ao conselho fiscal o desempenho das funções que no presente quadro recomendatório são cometidas às comissões de auditoria.	Não aplicável	
43. O órgão de fiscalização deve assegurar-se de que os órgãos de administração e de gestão executiva cumprem com as suas obrigações legais e estatutárias.	Acolhe	<i>Site institucional</i>
44. Sempre que a dimensão da sociedade e a complexidade dos negócios o justifique, o órgão de administração deve delegar a gestão corrente da sociedade de forma a garantir uma mais efectiva segregação entre as funções de administração, supervisão e controlo relativamente às funções de gestão executiva da sociedade.	Acolhe	<i>Site institucional</i>
45. A segregação entre as funções de supervisão e as de gestão executiva deve ser feita, privilegiadamente, com recurso à criação de um órgão de gestão executiva colegial. A respectiva composição deve garantir pluralidade de pontos de vista, experiências, formações e competências (vide recomendação 25) fomentando que a análise, a discussão e a tomada de decisões sejam suportadas em procedimentos que qualificam a decisão,	Acolhe	<i>Site institucional</i>

contribuindo para uma responsabilização plural, multifacetada e partilhada.		
46. A deliberação do órgão de administração sobre a criação de um órgão de gestão executiva deve igualmente aprovar o respectivo regulamento interno de funcionamento, dispondo sobre as atribuições e demais aspectos do seu funcionamento, nomeadamente, a eleição do respectivo presidente, sempre que o órgão de administração não tenha procedido, desde logo, à sua nomeação ou o regime de autorização para exercício de funções executivas em outras sociedades.	Acolhe	Site institucional
47. O órgão de gestão executiva deve manter o órgão de administração cabalmente actualizado sobre toda a informação e sobre os factos relevantes da actividade da empresa, remetendo a estas cópias das actas das respectivas reuniões e demais informação que lhe seja solicitada.	Acolhe	Site institucional
48. A sociedade deve fazer aprovar, em Assembleia Geral, uma Política de Remuneração para os membros dos Órgãos Sociais.	Acolhe	Site institucional
49. Os membros do órgão de gestão executiva devem auferir uma remuneração fixa e uma variável. Ambas as componentes devem tomar em consideração a dimensão da sociedade e a complexidade dos seus negócios, devendo a expressão da remuneração variável ser molde a não fomentar a adopção de políticas agressivas de gestão de riscos ou de definição de estratégias que, limitando-se aos ciclos eleitorais dos órgãos executivos, não tomem em conta a necessária sustentabilidade dos negócios da sociedade.	Acolhe	Site institucional
50. O presidente da Mesa da Assembleia Geral, os membros não executivos independentes do órgão de administração e os membros do órgão de fiscalização deverão auferir somente uma remuneração fixa, retribuindo a disponibilidade, a competência e a experiência, em valor que não afecte a necessária independência da respectiva actuação.	Acolhe	Site institucional

51. Sob proposta do órgão de gestão executiva, o órgão de administração deve aprovar o plano estratégico de médio e longo prazo, fazendo aprovar, anualmente, a respectiva revisão e actualização.	Acolhe	
52. Sob proposta do órgão de gestão executiva, o órgão de administração deve aprovar a política de risco da sociedade e um sistema de gestão dos principais riscos inerentes às respectivas actividades, consistentes com a estratégia aprovada.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
53. O sistema de gestão de riscos deve identificar a probabilidade de ocorrência dos mesmos e os procedimentos e instrumentos que devem ser adoptados tendo em vista a respectiva identificação, gestão e mitigação.	Acolhe	<i>Síte institucional</i>
54. Através do relatório de governo, a sociedade deverá tornar pública a informação sobre os riscos relevantes que impendem sobre a sua actividade, bem como a forma como avalia o sistema de gestão e a mitigação de riscos implementado.	Acolhe	
55. Sempre que a dimensão, a complexidade e a natureza dos respectivos riscos o exijam, a sociedade deve adoptar procedimentos de auditoria interna, levada a cabo por órgão situado na directa dependência do Presidente do órgão de administração, de forma a garantir a fiabilidade e a robustez dos mecanismos de gestão dos riscos, controlo das operações e demais procedimentos de avaliação e melhoria do modelo de governo de empresa.	Acolhe parcialmente	
56. A sociedade deve alocar à operacionalização do plano anual de iniciativas de auditoria interna os recursos necessários à sua boa execução, devendo o plano e os recursos serem aprovados pelo órgão de administração, depois de colhida a opinião favorável do órgão de fiscalização.	Acolhe	
57. O órgão de gestão executiva da sociedade deve definir e implementar processos adequados a conferirem uma segurança razoável acerca da eficácia e eficiência das operações que suportam os negócios da empresa, a fiabilidade dos sistemas de	Acolhe	

reporte financeiro e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à sociedade e aos seus negócios.		
58. Sempre que a dimensão, a complexidade e a natureza dos respectivos riscos o exijam, a sociedade deve reforçar os mecanismos de auditoria interna do reporte financeiro, de aplicação dos adequados princípios contabilísticos e, em geral, de análise da fiabilidade da informação financeira publicada, recorrendo a auditores externos que assegurem essa análise e esses procedimentos.	Acolhe	
59. O órgão de fiscalização, a comissão de auditoria, quando exista, ou, na sua ausência, os membros não executivos do órgão de administração, devem assegurar-se de que os auditores externos exercem a sua actividade com independência devendo aqueles órgãos e estes administradores elaborar relatórios anuais sobre a actividade dos auditores externos e os procedimentos levados a cabo para avaliar da referida independência, os quais devem constar do Relatório de Governo e integrar a informação divulgada pela sociedade no seu sitio da Internet.	Acolhe parcialmente	
60. A selecção e o recrutamento de auditores externos deverá ser feita pela comissão de auditoria e, quando não exista, pelo órgão de fiscalização.	Acolhe	
61. A comissão de auditoria ou, na ausência, o órgão de fiscalização, deve aprovar um regulamento interno que estabeleça o regime aplicável à contratação dos auditores externos de serviços adicionais para além dos serviços de auditoria contratados; o referido regime deverá impedir que a sociedade contrate serviços que ponham em causa a independência dos auditores externos, induzindo conflitos de interesses, designadamente pela via da atribuição àqueles de funções de análise, avaliação ou certificação de procedimentos ou sistemas em cuja concepção ou implementação estiveram envolvidos, ou situações equiparadas que constituam <i>Self Review</i> .	Acolhe	
62. O auditor externo deve elaborar, anualmente, um relatório atestando a conformidade das remunerações praticadas na empresa relativamente aos membros dos órgãos sociais com as	Não acolhe	O Banco adopta o estabelecido na LRGIF e no

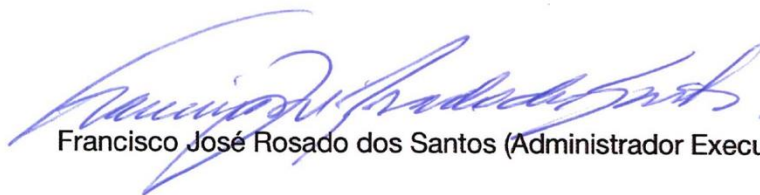
disposições legais aplicáveis e, se for o caso, com a conformidade relativamente às presentes recomendações.		Aviso n.º 1/2022 do BNA.
--	--	-----------------------------

Página de Assinaturas dos membros do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola, S.A., Sociedade Aberta, com poderes para obrigar a Sociedade.

Pelo Banco Caixa Geral Angola:



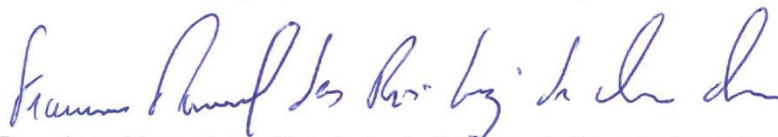
João Manuel de Castro Plácido Pires (Presidente da Comissão Executiva)



Francisco José Rosado dos Santos (Administrador Executivo)



Manuel Nicolau Diogo (Administrador Executivo)



Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva (Administrador Executivo)



Ana Margarida Bravo Seabra (Administradora Executiva)



Caixa Angola

UM BANCO LOCAL. UMA REDE GLOBAL.

Linha Caixadirecta Angola 24H | +244 226 424 424

Um serviço de atendimento telefónico,
disponível para si 24H por dia, todos os dias do ano.



www.caixaangola.ao